



# HABITAÇÃO RURAL DA SERRA DA PENEDA

ARQUITECTURA, POVOAMENTO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Dissertação de Mestrado Integrado, em Arquitectura e Urbanismo  
Joana Margarida Fernandes Soares

Setembro, 2013

escola superior



gallaecia

# **Habitação Rural da Serra da Peneda**

**Arquitectura, povoamento e construção do território**

**Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo**

**Joana Margarida Fernandes Soares**

**Orientadora: Prof. Doutora Mariana Correia**

**Co-orientador: Prof. Doutor Francisco Fumega**

**Setembro 2013**

## **Prefácio**

O presente trabalho integra-se na opção de Dissertação Científica, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo.

A investigação analisa a *Habitação Rural da Serra da Peneda, arquitectura, povoamento e construção do território* integrando-se no Mestrado Integrado de Arquitectura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia.

A investigação desenvolveu-se no decorrer do ano lectivo 2012-2013, segundo a orientação da Professora Doutora Arquitecta Mariana Correia e a coorientação do Professor Doutor Francisco Fumega.

## **Resumo**

A Serra da Peneda é um espaço humanizado com um amplo legado patrimonial que o homem foi ao longo dos tempos deixando em pontos estratégicos do território, como sinais de um esforço colectivo por dominar um espaço à partida intocável. A arquitectura e os sinais das suas várias acções, desde a habitação ao território, são a mais pura demonstração, do esforço dos povos, na edificação de estruturas que representassem para eles, o sentimento de pertença para com o território com um conhecimento intrínseco dos aspectos culturais e tradicionais.

A dissertação abordou a situação em que se encontram algumas das marcas visíveis do povoamento da Serra da Peneda, tendo por base compreender a construção do seu território. Em resposta à problemática identificada, estabeleceram-se dois objectivos. A investigação procurou identificar os processos de construção do seu território da Serra da Peneda e os sistemas de organização e estruturação dos aglomerados rurais, valorizando a serra e as manifestações arquitectónicas presentes no território construído.

Para a obtenção dos resultados foi necessária a compreensão das inter-relações entre os habitantes e o meio físico, determinando-se o peso dos factores culturais e dos naturais. Como ferramenta complementar, desenvolveram-se metodologias de recolha e análise de dados, como suporte ao estudo do território, povoamento e arquitectura da habitação. Definiram-se métodos específicos para se trabalhar o vasto conjunto de dados, adoptando-se técnicas e procedimentos diversos, desde a consulta documental, trabalho de campo, anotações à análise de fotografias aéreas e cartografia de diferentes anos.

No estado da arte, realizou-se a revisão da literatura de autores de referência de estudos sobre a arquitectura popular e território, contribuindo com uma abordagem crítica e argumentativa, levando a concluir que o território se insere numa estrutura social que o caracteriza, marcado pela arquitectura que simboliza o seu espaço.

A investigação divide-se em seis partes, organizadas em oito capítulos, dos quais se destacam os referentes à fundamentação teórica, à sistematização dos resultados da análise dos estudos de caso, através da comparação segundo parâmetros comuns, e a correlação como base interpretativa dos indicadores especificados na contextualização e na metodologia, facultando assim os dados necessários para a obtenção de respostas e desenvolvimento das conclusões finais.

Como resultado final, a investigação, constitui um contributo relevante para o conhecimento do património arquitectónico no meio rural, revelando alterações

ocorridas no mesmo, através da correlação da arquitectura popular com o território construído.

## **Abstract**

The Serra da Peneda is a humanized space with a vast heritage legacy where, throughout the ages, mankind left his marks in strategic points of the territory, as a sign of a collective effort to dominate a space that was considered to be untouchable. The architecture and the signs of its various actions, from housing to the territory, are the purest demonstration of the people's efforts in the building of structures which represent to them a sentiment of belonging to the territory with an intrinsic knowledge of the cultural and traditional aspects.

This dissertation addressed, on another point of view, the situation where some of the visible marks were found of the population of the Serra da Peneda, based on understanding the construction of its territory. In an effort to find a response to the identified problematical, fixed two objectives. The research tried to identify the construction processes of the territory of the Serra da Peneda and the organizational and structural systems of the rural settlements, valuing the mountains and the architectural manifestations present in the territory that was built.

To reach these results, it was necessary to understand the interrelationships between the people and the environment, determining the importance of the natural and cultural factors. As a complementary tool, methodologies of collecting and analyzing data were developed, to support the study of the territory, population and housing architecture. Specific methods were defined to study the wide range of data, taking up different techniques and procedures, such as consulting documents, fieldwork, taking notes of the analyzes of the photographed areas and maps from different years.

In the state of the art, realized a revision of the authors of popular architecture and territory, who contributed with a critical and argumentative approach, which lead to the conclusion that the territory is inserted in a social structure by which it is characterized, marked by the architecture that symbolizes its space.

The research is divided into six parts and organized into eight chapters, among which are those related to theoretical basis, the systemization of the results of the analysis of the case studies, through the comparison of common parameters and the correlation of the interpretive base of specific indicators of the context and methodology, providing the necessary information to obtain the answers and development of the final conclusions.

As a final result, the research is an important contribution to learning about the architectural heritage in a rural environment, which revealing the alterations that occurred through the correlation of the folk architecture and the built territory.

## **Agradecimentos**

Embora a dissertação seja fruto de um trabalho individual e de muita dedicação, uma investigação desta natureza não se poderia realizar sem o contributo e apoio da família, amigos, colegas e instituições.

Antes de mais quero agradecer aos meus pais e irmão, por todo o incentivo e coragem, apoio e carinho incondicional ao longo de todo os anos. Agradeço ao meu pai a companhia incondicional nas caminhadas à descoberta das aldeias da Serra da Peneda e à minha mãe por nunca me ter deixado desistir, incentivando-me com palavras de carinho, todos os dias deste percurso. Ao meu irmão agradeço-lhe toda a companhia e amizade.

À Doutora Professora Arquitecta Mariana Correia, agradeço a sua insubstituível ajuda, todo o estímulo, ensinamentos e espírito crítico no decorrer da investigação, as facilidades institucionais concedidas e os apoios e palavras de amizade, tendo o privilégio de encerrar o percurso académico como sua orientanda.

Ao Doutor Professor Francisco Fumega agradeço a co-orientação paciente e generosa, e sobretudo toda a transmissão dos seus conhecimentos que foram de grande contributo para o entendimento do território, e ao Doutor Professor Gilberto toda a disponibilidade concedida.

À Doutora Vânia, por toda a colaboração e paciência nas pesquisas bibliográficas.

A todos os docentes e funcionários da Escola Superior Gallaecia, pela amizade, simpatia e pela forma como contribuíram durante todo o percurso académico.

Agradeço igualmente o apoio e confiança por parte das diferentes entidades do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Adere, com especial atenção,

À arquitecta Alcinda Fructuoso, pela sua contagiante simpatia e amizade ao longo do desenvolvimento da investigação, e o constante estímulo para que o trabalho avançasse, e

À arquitecta Joana Barbosa Pimentel pela confiança que depositou em ceder as suas investigações e toda a atenção e disponibilidade no fornecimento de informação extra, fundamental para a dissertação.

Ao topógrafo António Pinheiro pela importante ajuda e colaboração na interpretação das cartografias da Serra.

Ao antropólogo Doutor José Pinto, pela atenção e fornecimento de informação.

Ao Doutor Nuno, toda a disponibilidade cedida ao longo da investigação, e pela atenção e simpatia.

À Doutora Catarina Viana da Biblioteca Municipal de Arcos de Valdevez pela ajuda bibliográfica.

Ao Maurício, um agradecimento especial. Por todas as palavras carinhosas e de apoio, e das horas de companhia, mesmo em situações de distância.

Ao Joaquim, a sua amizade, a dedicação na partilha de informação, bibliografias e conhecimentos e a companhia e compreensão nas muitas horas deste trabalho.

À Antia, Anita, Alba, Eva, Cintia e Ricardo, com todo o meu carinho, agradeço-lhes toda a paciência e a incondicional companhia nas muitas horas desta investigação.

À minha querida Bruna, que em todos os momentos e horas, esteve sempre comigo, muito confiante e carinhosa.

Aos meus restantes amigos e colegas, que de um modo ou outro, acompanharam todo o trabalho e estiveram sempre presentes, mesmo nas minhas horas de maior ausência, nunca deixando de incentivar e apoiar com palavras de carinho.

Por fim, o meu caloroso agradecimento aos habitantes de Rouças e Gavieira pela hospitalidade, amizade, simpatia, sabedoria e disponibilidade que me dispensaram no decurso desta longa investigação. Em especial, à senhora Rosa Celeiro, João Celeiro, Manuel Rouceiro e António Fernandes.



Prefácio	I
Resumo	II
Abstract	III
Agradecimentos	IV
<b>ÍNDICE</b>	
<b>PARTE I – Considerações Iniciais</b>	
1. Introdução	1
1.1. Justificação e identificação da problemática	1
1.2. Objectivos da investigação	3
1.3. Metodologia de Investigação	4
1.3.1. Critérios de selecção	4
1.3.2. Colecta de dados	5
1.3.3. Análise de dados	6
1.4. Estrutura da dissertação	7
<b>PARTE II – Enquadramento e Contextualização da problemática</b>	
2. Território e arquitectura popular	9
2.1. Território, construção e identidade	9
2.2. Arquitectura popular	11
2.3. Arquitectura da Serra da Peneda. Habitação.	16
2.4. Estado de Arte	20
<b>PARTE III – Objecto de estudo: Serra da Peneda</b>	
3. Contextualização da Serra da Peneda	33
3.1. Enquadramento geográfico	33
3.2. Orografia e clima	35
3.2.1. Orografia	35
3.2.2. Clima	38
3.2.3. Uso do solo e ocupação do território	39
3.2.3.1. Uso do solo	41
3.2.3.2. Ocupação do território	45
3.3. Enquadramento histórico	48
3.3.1. Enquadramento histórico da Gavieira	53
4. Construção do Território. Apropriação humana do espaço natural	
4.1. Processos de construção e caracterização da Serra	54
4.1.1. Organização e estruturação do território	54
4.2. Caracterização do Povoamento da Serra da Peneda	65
4.2.1. Caracterização do povoamento por aldeia	68

4.3. Aldeia – aglomerado de habitação permanente	82
4.4. Brandas	84
4.5. Situação actual	88
<b>PARTE IV – Estudos de Caso. Aglomerado rural de Rouças e Gavieira</b>	
5. Construções e conjuntos edificados	91
5.1. Habitação	91
5.1.1. Significado da habitação para o habitante serrano	91
5.1.2. Unidade base da habitação serrana	93
5.1.3. Organização espacial e tipologia das habitações	95
5.1.4. Construção, técnicas e materiais	103
5.1.5. Cobertura	104
5.1.5.1.	104
5.1.5.2. Pavimentos	
5.1.5.3. Alvenarias	
5.2. Construções de equipamento rural	111
5.2.1. Espigueiros	111
5.2.2. Eiras	111
5.2.3. Moinhos	115
5.3. Estrutura viária: relação entre os lugares e a rede de caminhos	117
6. Organização e estrutura do aglomerado	119
6.1. Caracterização da estrutura do aglomerado	152
6.2. Organização espacial interna	152
6.2.1. Relação da célula habitacional com o espaço envolvente	
<b>PARTE V – Sistematização dos resultados</b>	
7. Relações de carácter formal e espacial das construções	155
7.1. Comparação segundo parâmetros comuns	155
7.2. Correlação segundo os indicadores especificados na metodologia e na contextualização	160
<b>PARTE VI – Considerações Finais</b>	
8. Conclusões	167
8.1. Conclusões analíticas	167
8.2. Conclusões finais	168
Índice e créditos de Imagem	163
<b>Bibliografia</b>	182
<b>Anexos</b>	

**PARTE I**

## **PARTE I**

### **Considerações Iniciais**

#### **1. Introdução**

O espaço construído, como representação identitária e cultural, é uma fonte importante de transmissão de conhecimentos, a respeito dos modos de habitar e formas de construir, por meio da arquitectura do povo. A humanização do território resulta do contínuo trabalho de um espaço, e exhibe os valores culturais e diferentes identidades. Só o ser humano, individualmente ou em comunidade tem a capacidade de criar, inventar e fazer arquitectura. O homem é o centro da existência das manifestações arquitectónicas, que ao longo dos tempos foram surgindo como solução às exigências físicas de cada um. Construiu com recurso ao que a terra disponibilizou e transmitiu, empiricamente, de geração para geração por meio de valores culturais e as tradições.

A arquitectura vernácula, ou arquitectura sem arquitecto, segundo Rudofsky (1964), é a mais forte expressão do árduo trabalho de gerações, por conseguirem que a habitação não fosse somente um espaço físico que acolhe uma família, mas sim um espaço que transmitisse os saberes e valores culturais, sociais e afectivos, inerentes ao ser humano. A arquitectura juntamente com o território forma um conjunto indissociável que deve ser lido e entendido como um todo solidário e estruturado (Adere, 1999).

#### **1.1. Justificação e identificação da problemática**

A escolha do tema Habitação da Serra da Peneda: arquitectura, povoamento e construção do território, surge após a reflexão, perante a abrangência dos contributos referentes à arquitectura popular e às formas de organização e construção do território. Trata-se de uma problemática que pretende abordar a situação em que se encontram alguns dos aglomerados rurais da Serra da Peneda, e conseqüentemente a habitação rural, no respeitante à arquitectura enquanto construção e ocupação do território da Serra da Peneda.

À margem dos estudos publicados pelo etnógrafo Eugénio de Castro Caldas (1994), na sua memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez, os boletins culturais do GEPA (Grupo de Estudos do Património Arcuense) (1981) (2005), a monografia do antropólogo José Pinto (2001) sobre os rituais funerários da Gavieira e da Colette Callier-Boisvert (2004) com o seu livro sobre a sociedade agro-pastoril da vila do Soajo, e os relatórios e levantamentos geográficos e

arquitectónicos realizados pelo grupo de estudiosos do Parque da Peneda Gerês (2008), a bibliografia existente acerca da arquitectura popular arcuense encontra-se camuflada pelos estudos dirigidos ao turismo e à religião, bem como pela literatura poética.

A evolução da tecnologia e dos métodos de construir, ofereceram à população arcuense um novo padrão de vida, que passou a ser regido por novos valores e novos interesses. A população, à procura de um melhor nível de vida, concentrou-se sobretudo nas zonas urbanas, iniciando a desertificação de muitos dos espaços rurais pertencentes à serra em análise. Contudo, a ruralidade da Serra da Peneda ainda sobrevive a algumas inovações, e o vigoroso processo de mudança não se fez sentir através de *“cortes abruptos com o passado”* (Miranda, 2000, p.107). Existe o compromisso, por parte da comunidade serrana presente, de desenvolver igualmente um esforço colectivo, no sentido de impedir que se instalem, quer hábitos, quer concepções de vida, que não se conciliem com o significado contido na própria matriz cultural da Serra, o que intensifica, ainda mais, o interesse pela temática e objecto de estudo escolhidos.

A Serra da Peneda localiza-se a Noroeste de Portugal, na região do Alto Minho, na serra do concelho de Arcos de Valdevez. A serra ocupa uma vasta área geográfica, com as freguesias de Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz, Rouças, Sistelo e do Soajo - que aporta características de serra e se distingue pela peculiaridade da sua estrutura e formas de povoamento. Os aglomerados habitacionais que a compõem (como Baleiral, Ermelo, Gavieira, Tibo, Rouças, Peneda, Sistelo, etc), dividem-se em lugares de ocupação permanente, os fixos, e lugares de ocupação sazonal, designados por brandas (como Busgalinhas, Bouça do Homem, Gorbelas, Junqueira, Porto Cávado, S. Bento do Cando, Padrão, Alhal, etc.) complementares dos lugares fixos.

Com a dissertação pretende-se analisar os aglomerados habitacionais existentes na Serra como elementos de apropriação do território, baseando-se particularmente no seu sistema de povoamento, cuja existência remonta ao esforço humano de explorar toda a Serra, moldando-se às suas condicionantes, de modo a retirar o necessário à prática agro-pastoril de subsistência (Sampaio, 2008), até chegar aos aglomerados de Rouças e Gavieira como casos de estudo.

Na selecção dos aglomerados habitacionais das aldeias de Rouças e Gavieira, teve-se em conta, não só a componente cultural, mas a arquitectura do local, como já referido por Collete Boisvert- Callier pois *“trata-se de uma arquitectura de modelo, sem arquitecto que se reproduz por imitação”* (2004, p.248). A partir de um único modelo habitacional surgem todas as restantes unidades residenciais com recurso ao conhecimento empírico e aos métodos e técnicas ancestrais.

As aldeias de Rouças e Gavieira são pequenos núcleos concentrados que obedecem a uma organização agro-pastoril, e que têm sobrevivido às adversidades sociais e económicas ao longo dos anos, permanecendo, ainda hoje, em funcionamento e traduzindo “o carácter da singularidade de cada uma” (Adere, 1999, p.21). Estas aldeias apresentam a particularidade de usufruírem dos melhores terrenos de meia encosta e dos planaltos para a construção e pasto para os animais, e da proximidade com os rios Pomba, Gingiela e Veiga que permitem a distribuição dos campos de cultivo e a presença de socalcos que circundam as aldeias e se estendem até ao rio, onde se cultivava principalmente o milho.

Outra particularidade importante de referir, é a alternância entre a aldeia e a branda - transumância- uma vez que a população usufrui do fácil contacto com o alto da serra para o aproveitamento dos terrenos para o cultivo, pasto e habitação. A migração populacional entre a aldeia e a branda ocorre apenas nos meses de Verão, nos quais o gado é levado para pastar nos terrenos aráveis e frescos das brandas, permanecendo em pastoreio até à chegada do Inverno. As temperaturas amenas permitem o cultivo da batata e do centeio nas brandas, onde se detêm estruturas habitacionais de apoio às culturas. Neste sentido, as brandas, situadas também junto a cursos de água, onde se estendem os pastos, funcionam como estruturas complementares à aldeia, que nunca perde a função principal, e é habitada durante todo o ano.

## **1.2. Objectivos da investigação**

Os objectivos da presente investigação são:

Indicar os processos de construção do território da Serra da Peneda, nas suas particularidades e especificidades.

Definir quais os sistemas de organização e estruturação dos aglomerados rurais no território da Serra da Peneda.

A dissertação tem como objectivos, uma abordagem analítica e interpretativa da forma peculiar do povoamento existente na Serra da Peneda, centrando-se no povoamento e na sua distribuição e articulação com os diferentes recursos e com a paisagem. Os objectivos procuram examinar, sob que modo a comunidade serrana se adaptou ao território e como o construiu. E por fim a investigação pretende interpretar os métodos de que recorreu a população, relacionada com a malha de povoamento, na organização de um espaço.

A primeira fase da dissertação, cumprindo a sequência dos objectivos estipulados, procura contextualizar a Serra da Peneda, na história do território em que se insere, e enquadrá-la na rede das relações territoriais e de interdependência existentes nos povoados da Serra do Soajo, Serra Amarela e do Gerês. Em

seguida, pretende indicar quais os processos de construção do território e as referências aos materiais e técnicas utilizadas na concepção do espaço, e como estas se articulam com os sistemas de organização e estruturação dos aglomerados habitacionais.

Na segunda fase da investigação procura-se compreender, com base em dois casos de estudo – os aglomerados habitacionais de Rouças e Gavieira - de que forma as características inerentes a cada um, expressam a organização espacial interna e a relação com o território construído, e o modo como o tipo de povoamento se reflectiu na organização social, recorrendo a épocas anteriores. Por último, a investigação conta identificar as características específicas de cada um dos tipos de povoado, de ocupação fixa e de ocupação temporária, e identificar o efeito que a cultura e os modos de produção tradicionais tiveram sob o povoamento, quer a nível da sua estrutura, quer ao nível das construções que os compõem.

### **1.3. Metodologia da investigação**

O método de trabalho da presente dissertação recorreu à análise e interpretação da informação obtida da recolha bibliográfica; da colecta de dados existente; assim como do trabalho de campo realizado nas áreas serranas, com principal foco os casos de estudo – aldeias de Rouças e Gavieira e as brandas da Junqueira, Gorbelas, Busgalinhas e S. Bento do Cando; das entrevistas exploratórias dirigidas aos habitantes; fotografias; inquéritos e notas de campo.

Na fase inicial, o levantamento do território focou-se na identificação dos lugares e brandas da Serra da Peneda e na caracterização dos povoamentos. O trabalho de campo iniciou-se percorrendo o território e os seus aglomerados habitacionais, de modo a detectar as semelhanças e as diferenças dos assentamentos existentes e dos tipos de arquitecturas mais relevantes à investigação. Após o reconhecimento geral do território, a segunda parte do trabalho de campo centrou-se na estrutura dos povoamentos e nas tipologias arquitectónicas presentes. Para suporte ao trabalho de campo, recorreu-se a elementos cartográficos, da fotografia, das notas de campos, das entrevistas exploratórias e dos inquéritos.

#### **1.3.1. Critérios de selecção**

A escolha dos casos de estudo foi de encontro ao método defendido por Yin, em que um caso de estudo “*toma por objecto um fenómeno (...) situado no contexto da vida real*” (1994, p.23), em múltiplas fontes de dados, no qual se baseia grande

parte do trabalho de campo. Segundo Yin (1994), os casos de estudo permitem trabalhar múltiplas fontes de dados na sua construção. Permitem considerar um conjunto diversificado de tópicos e em simultâneo, comprovar o mesmo fenómeno. As diferentes perspectivas da análise garantem várias medidas do mesmo fenómeno. A estrutura de um caso de estudo é igual em todos os casos.

A opção pelos lugares da freguesia da Gavieira ocorreu após visitas aos diferentes lugares da Serra da Peneda. Considerou-se pertinente que a escolha correspondesse a duas aldeias e respectivas brandas, com implantações distintas e elementos de gestão do território, que garantissem um conjunto variado e enriquecedor de dados, de modo a poderem ser comparadas, permitindo o entendimento das formas construídas e dos modelos organizacionais optados.

A aldeia de Rouças foi escolhida por ser constituída pelos lugares de Cima e o de Baixo; por contar com a influência dos rios Veiga e Gingiela; pelo seu crescimento espontâneo a partir de um caminho que une a montanha ao vale, e pelo número de edificações antigas muito pouco ou nada alteradas. A aldeia da Gavieira escolheu-se pelo seu isolamento e desenho que configura na paisagem. As brandas seleccionaram-se pela particularidade do sistema de alternância entre o pasto e a agricultura e pela organização das habitações a elevadas cotas, que conferem na paisagem características aproximadas das aldeias. As brandas, apresentam ainda as habitações em granito escuro e austero, embora algumas tenham sido reconstruídas com a preocupação da conservação do traçado original, e outras somente tenham sido reparadas preventivamente.

### **1.3.2. Colecta de dados**

A colecta de dados divide-se:

Na **análise documental** que faculta a recolha de informação através do acesso às fontes pertinentes e à verificação de dados, interessando analisar, de forma exhaustiva, toda a bibliografia referente à arquitectura popular e à construção do território, e à cartografia dos mapas das aldeias, conseguindo-se formar uma ideia mais precisa acerca da problemática a investigar. Na análise documental, realiza-se em primeiro lugar, uma selecção dos temas e conceitos antes da leitura, centrando-se nos autores mais recentes, para a obtenção da informação mais importante, e em seguida retiram-se apontamentos e tópicos às citações que darão corpo ao texto.

Nos **inquéritos**, aprofundam-se os resultados obtidos nas entrevistas e da observação participante, e permitem a visão global da organização e estruturação dos aglomerados. Com o preenchimento dos inquéritos, toda a informação



recolhida da observação participante, consegue-se organizar, resumidamente, e estruturar uma base documental.

Na **observação participante**, método mais utilizado na presente dissertação, é possível o contacto directo com a comunidade, a percepção da dinâmica do local, em termos materiais e humanos, e a percepção da realidade, enriquecendo a recolha de informação. As entrevistas exploratórias, realizadas à população residente tiveram o propósito de obter informação sobre a existência e a evolução dos povoados, implicações funcionais e sociais de cada aldeia seleccionada. O recurso à entrevista facilita o acesso a outro género de informação que não se encontra nas bibliografias relativamente à estruturação dos aglomerados e à ocupação do território, conforme o contexto local, social e cultural.

As **notas de campo** são o complemento na recolha de informação, utilizados na elaboração dos textos. Contêm a descrição dos lugares, acontecimentos e as conversas informais, e acompanham toda a investigação. Permitem formular ideias, estratégias e reflexões.

O levantamento dos lugares realiza-se ao edificado antigo – construído segundo a tradição local, que sofreu, ou não, transformações ao longo do tempo, abrangendo as novas construções erguidas pelo emigrante, após 1950 e até 2004.

### **1.3.3. Análise de dados**

A recolha de informação documental e bibliográfica assenta na análise, síntese e reflexão; correlaciona-se com as técnicas e ferramentas de investigação definidas, nas distintas etapas. A primeira fase exige a exposição das ideias juntamente com os objectivos definidos. Corresponde à abordagem teórica dos conceitos que servirão de apoio base à estruturação da dissertação. Nesta fase escolhem-se os conceitos base, assim como as definições operativas, que servirão de base ao objecto de estudo: a Serra da Peneda.

A segunda fase corresponde à análise de dados e consiste na interpretação e sistematização da informação. Esta fase é constituída pelas componentes dos dados interpretados, e a comparação foca-se no mesmo estudo de caso várias vezes verificando. Os aglomerados definidos como casos de estudo são analisados e comparados entre si, seguindo sistematicamente a mesma base de levantamento de informação. A análise de dados realiza-se sistematicamente, apenas se diferencia o local. O tratamento quantitativo permite a obtenção de informação a partir da comparação dos dados, viabilizando directrizes que se interligam com o estado da arte. Toda a junção da informação permitirá reflectir e responder aos objectivos propostos de uma forma metodológica específica.

#### **1.4. Estrutura da dissertação**

A dissertação segue uma estrutura simples e concisa, que aprofunda o tema, de modo geral para o particular; recorrendo ao material disponível e variado, no respeitante à arquitectura. No que se refere à recolha de informação do objecto de estudo, a dissertação desenvolve-se baseada no trabalho de campo, que consiste em aprofundar a infindável e susceptível trama de questões e dúvidas, levantadas por parte dos autores referidos no Estado da Arte.

O trabalho evolui segundo um processo contínuo de investigação e análise, passando por diferentes fases, desde a procura e recolha da revisão da literatura, até à estruturação e organização da investigação, em capítulos independentes, contudo interligados e estrategicamente organizados, de modo a construírem cada um dos conteúdos, dando consistência ao trabalho.

#### **Capítulo 1**

Este capítulo apresenta o tema ou o assunto da investigação, através da introdução, justificação e identificação da problemática. Descreve o enquadramento geral do tema, especifica quais são os objectivos da investigação e refere qual a metodologia, as técnicas a empregar no processo de ordenação e a estrutura da dissertação. A investigação relaciona-se com a metodologia aplicada e o rigor metodológico, até aos resultados conclusivos. A organização de método de trabalho garante uma estrutura detalhada e rigorosa.

#### **Capítulo 2**

O capítulo corresponde à contextualização e ao estado de arte. O corpo do texto envolve toda a discussão e sistematização da revisão da literatura, empregando os conceitos de território e construção, arquitectura popular e aglomerados rurais. Divide-se em subcapítulos, que descrevem os conceitos referidos, através de uma sequência lógica e estruturada, que analisa o território e a sua construção até às mais diversas manifestações arquitectónicas, segundo o local e a tradição local.

No estado da arte, são avaliadas as histórias e as actuais definições por parte de reconhecidos autores. É o estado de conhecimento actual, sobre os temas a abordar na dissertação e apresenta uma contribuição crítica e argumentativa, que segue um fio condutor de raciocínio.

### **Capítulos 3 e 4**

Estes capítulos são exclusivos ao objecto de estudo, a Serra da Peneda, constituindo o seu enquadramento geográfico e histórico, a caracterização do tipo de povoamento e os processos de construção intervenientes. A Serra da Peneda é descrita no geral: aldeias e brandas e a situação actual da serra.

### **Capítulos 5 e 6**

Neste capítulo define-se a problemática e realiza-se a análise dos seis casos de estudo: aldeias de Rouças e Gavieira e brandas de Busgalinhas, Gorbelas, Junqueira e S. Bento do Cando conforme a organização e estruturação, os materiais e as técnicas construtivas. Os respectivos aglomerados, são analisados desde a sua organização até às relações de carácter formal e espacial das construções, enquanto estas, são estudadas num conjunto, de habitações e construções de uso comunitário.

### **Capítulo 7**

Realiza-se a comparação, segundo parâmetros comuns, relativamente aos estudos de caso. A correlação é a base interpretativa dos indicadores especificados na contextualização e metodologia.

### **Capítulo 8**

A conclusão é parte integrante do capítulo VI, onde se moldam as conclusões de acordo com os objectivos definidos, e se estes, juntamente com as hipóteses fundamentadas, se confirmam ou não. Neste capítulo expõem-se as sínteses interpretativas dos argumentos centrais e as considerações finais e conclusivas da investigação que respondem aos objectivos pré-estabelecidos da investigação. A conclusão final sintetiza os resultados obtidos.

**PARTE II**

## PARTE II

### Enquadramento e contextualização da problemática

#### 2. Território e Arquitectura Popular

##### 2.1. Território, construção e identidade

A palavra território vem do latim *territorium*, termo que, por sua vez, deriva de terra e o seu significado remete para o “*pedaço de terra apropriado*”. Partindo da definição, entende-se que a terra pertence a alguém, a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, que actuam no seu espaço de vivência. O sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, “*de conceber o espaço como locus das práticas*” (Souza & Pedon, 2007, p.126) e a interação social entre os indivíduos, dão a determinado espaço o carácter de território.

O território “*consolida-se como uma grande construção, um artifício dotado de uma história e (...) linguagem própria*” (Soria & Puig 2000, p.5). Produto da intervenção e do trabalho sobre determinado espaço, define-se “*a partir de relações de poder*” (Albagli, 2004, p.26). Não se trata apenas de uma obra de um indivíduo, mas sim de um conjunto de indivíduos, que relacionados entre si, implantam-se num determinado território consolidando-o. O território adquire linguagem, os indivíduos identificam-se socialmente, e o espaço reconhece-se como um espaço vivido.

O espaço é portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transformaram em território, a partir de uma identidade própria criada pelos habitantes que o apropriaram. Trata-se não apenas, de uma apropriação, mas de uma manifestação das relações sociais, políticas, económicas e principalmente culturais. O “*espaço só se torna um lugar no momento em que é ocupado pelo homem, física ou simbolicamente, representado por várias edificações construídas, em diferentes fases e tempos*” (Marques, 2009, p.46). O lugar é a concreta manifestação do habitar humano e apesar de ser caracterizado pelos princípios de proximidade e de separação, não pode ser entendido isoladamente sob pena de se limitar ao campo de estudo e aos factores que influem na sua organização (Diogo, 2010, p.168). Partilha de características que representam a atitude primária do homem, no entanto, não determinadas somente pela acção do homem. A natureza e os condicionantes físicos do território impõem as suas próprias tensões estruturais.

No território podem fazer-se inúmeros e diferenciados ângulos de análise. Considerando a génese da sua formação, onde se insere, a estrutura social que o caracteriza, a arte e a arquitectura marcam e simbolizam o seu espaço.

Os aspectos culturais são para a população local a matriz da sua identidade, que incorporada nos processos do quotidiano, conferem sentido ao território. A relação de parentesco com o território constituiu uma identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados em grupos familiares, e se relacionam com os lugares dentro de um território (Souza & Pedon, 2007).

O território considerado ambiente de vida e de acção transforma-se “*numa teia ou rede de relações sociais*” (Raffestin, 1993). A construção do território ocorre através de relações sociais que associadas ao espaço de acção colectiva e de apropriação criam laços de solidariedade entre os indivíduos. Destacam-se os modos de vida e o pensamento de determinada comunidade sempre associados a processos de construção de identidade.

Como afirma Flores (2006), na construção do território existem “*fronteiras simbólicas que ganham limites territoriais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais*” (Flores, 2006, p.25) e que representam uma “*trama de relações com raízes históricas e de identidade*” (Flores, 2006, p.25), que remetem a diferentes contextos e escalas, assumindo distintos significados em cada transformação sócio espacial. Se se atentar à relação entre o indivíduo e a comunidade em determinado local, e à sua relação com o meio envolvente, isto é, às manifestações culturais, conseguem-se estabelecer formas muito específicas de representar o território. Por todo o lado assiste-se a uma série de fenómenos que traduzem o trabalho criador dos grupos humanos, e que, todos estes fenómenos, juntamente com os elementos naturais acrescidos e interligados num conjunto harmonioso, originam a identidade do território.

A identidade surge como forma de ordenamento do território, pelo facto de um indivíduo de determinado lugar, e em determinado tempo, participar socialmente, construindo o território. A identidade, não é algo dado, mas sim adquirido, que ocorre por meio da comunicação com outros indivíduos. Entende-se, então como “*a construção de cada comunidade, das suas práticas sociais, trabalho e cultura cujos elementos, são formadores do indivíduo enquanto pertencente a um grupo social. Cada indivíduo molda-se segundo laços de sociabilidade estabelecidos sem anular as suas diferenças*” (Scott, 2005). Consolida-se na consciência e nas acções diárias e é fruto do encadeamento da paisagem natural com o árduo trabalho do homem. A relação entre identidade e território toma forma de um processo em movimento, que tem como principal elemento o sentido de propriedade do indivíduo ou grupo, com o espaço que habita. As influências

mútuas entre a terra e o homem estabelecem o mecanismo das adaptações e reajustamentos biossociais, objectos da parte dinâmica da geografia humana.

## **2.2. Arquitectura Popular. Habitação.**

### **Arquitectura Popular**

Habitualmente, os termos vernáculo e popular aplicam-se por igual quando se trata de construções que são levantadas sem apoio profissional. “*Vernáculo é o próprio do país, e popular é o próprio do povo*” (Viñuales, s/d, p.15). Pertence e caracteriza o povo (Coelho, 1993). O povo, “*gente comum e humilde de uma comunidade. Conjunto indiferenciado de indivíduos humanos sem que se considerem entre eles categorias sociais que os distingam. São todos anónimos e todos intervêm inconscientemente nas manifestações próprias da sua actividade*” (Flores, 2006, p.3-4).

A arquitectura popular constitui um exemplo paradigmático do que acontece com uma parte significativa do património etnológico. Apresenta-se como “*uma constante entre a identidade que representa e toda a colectividade étnica*” (Torrico, 2007, p.37). Considera-se que a arquitectura popular transmite imagens concretas, idealizadas ou estereotipadas, associadas ao povo e à sua cultura. Por ser utilitária, local e adaptada ao modo de viver familiar, a arquitectura popular, expressa uma história e os modos de vida, específicos a cada território.

Caracteriza-se pela sua simplicidade, modéstia, adaptação ao meio, pela racionalidade no emprego dos materiais e por ser uma obra colectiva e anónima. Aparece como resposta imediata e directa face às necessidades e possibilidades dos seus usuários, e às exigências derivadas da tradição religiosa e cultural da zona geográfica em que se produz. Pode-se afirmar que se encontra sempre, fortemente ligada à tradição de cada zona. É a arquitectura do sentido comum, e o factor económico exerce sobre esta um efeito importante. As condições económicas em que se produz a obra levam a que a arquitectura popular seja uma arquitectura de escala menor quanto às suas dimensões (Flores, 1998, p.18). Está vincadamente ligada ao povo e aos materiais de construção. “*Constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá*” (AAP, 1988, p.55).

Na linguagem da arquitectura popular é evidente a ausência de estilos históricos e “*não se encontra nenhum elemento de ornamentação, nem flores, nem fotografias*” (Callier-Boisvert, 2004, p.28). A arquitectura é existencial, um fenómeno vivo, concebida pelos habitantes anónimos, sem conhecimentos técnicos específicos e sem formação profissional. Dito assim, a arquitectura popular é a mais pura demonstração de uma “*arquitectura sem architectos, sem autor, sem pedigree*” (Domingues, 2011, p.197). Arquitectura de dois autores, o primeiro, imediato e concreto, o individuo ou indivíduos que a realizam materialmente, e o segundo autor, amplo e difuso, o povo, estrato social e cultural ao qual o construtor popular pertence (Flores, 2006, p.88).

A construção mantém a tradição e a sua forma afasta-se de qualquer exibicionismo, e a “*diversidade e a ausência de moldes rígidos é uma das causas principais da sua aparência*” (Flores, 2006, p.64). A arquitectura popular exprime a representação das ideias do povo, e tal representação é consequência espontânea e não premeditada dentro da actividade desenvolvida pelo construtor popular.

No contexto, a arquitectura popular associa-se com o que é conhecido e herdado sobre a habitação. O conceito resulta da conjugação dos diversos factores e da procura de melhores formas de aproveitamento dos materiais que o construtor camponês invariavelmente incorpora na construção das suas habitações (Diogo, 2010, p.169). Inclui a sabedoria colectiva e a experiência de uma sociedade, e as normas aceites pelo grupo como sendo adequada ao seu ambiente construído. Contempla “*todo o conjunto de transformações do meio, realizadas pelo homem para lograr uma melhor qualidade de vida, desde os muros (...) até à própria casa de habitação*” (Llano, 1981, p.15). Salienta as características de uma arquitectura anónima realizada por artesãos não especializados, sem adição de materiais e técnicas de construção industrial, e sobretudo, porque se distancia de qualquer esfera da arquitectura modernista. O termo arquitectura vernácula aplica-se à arquitectura produzida por sociedades tradicionais, cujo modo de produção ainda apresenta formas do período pré-industrial (Sola - Morales, 1984).

As habitações são documentos insubstituíveis das vidas passadas e dos antepassados que deixaram importantes vestígios, alimentando a tradição do lugar, e o modo como a cultura molda o desenho arquitectónico. Todas estas características reflectem um vitalismo latente na arquitectura vernácula, que contrasta com a hipótese, de esquecimento e abandono.

Os edifícios são de uma escala e complexidade que ultrapassa todos os artefactos de homem, abrangendo uma complexa história. Expressam o dialecto local ou regional (Oliver, 1997) e pertencem a um “*tipo comum numa determinada área e*



*num certo tempo*” (Domingues, 2011, p.200). Traduzindo por outras palavras, um edifício popular pode sê-lo numa determinada época ou região, e não noutra. A habitação popular é o resultado de séculos de evolução de solução pragmática, a qual oferece a melhor opção funcional das diversas actividades, tanto económicas, sociais, como culturais próprias das relações sociais tradicionais.

Os conjuntos são homogéneos e as variações de aspectos formais são mínimas, as quais determinam um carácter próprio a cada região. Integram-se no meio natural e geram um contexto edificado genuíno e que rompe com o meu meio.

A identidade reflecte-se na imagem dos conjuntos tradicionais. O indivíduo reconhece-se nas suas tradições e no marco de referência destas com as edificações vernáculas. Um aspecto importante de referir é que a configuração espacial arquitectónica destas edificações é o reflexo do carácter de cada povo e de toda a religião que as diferencia.

### **Habitação**

A arquitectura popular difere da urbana, pela sua solidez e estabilidade, na procura da adaptação plena, pois não há espaço para a forma sem função. As edificações conjugam com os elementos formais, construtivos ou projectais, aguçados a uma paisagem agregada ao lugar e definidora dos ambientes urbanos. Destaca-se a relação entre o lugar, os sentidos culturais e a forma escolhida para encenar e funcionar como ambiente. Por conseguinte interessa saber se estas unidades constituem um sistema de referência e se o núcleo rural tem a sua génese num processo de cruzamento de sistemas viários que contribuem para classificar o sítio e o espaço de implantação.

Debruçando a habitação para a esfera do desenvolvimento formal e do desenho de cada lugar do território, avista-se frequentemente a adição de uma série de módulos unifamiliares, exemplos vivos de unidades construtivas básicas da arquitectura popular que, através das suas diferenças volumétricas, definem núcleos com uma grande unidade de textura que são a resultante da utilização de técnicas e de materiais que conferem ao conjunto, homogeneidade e integração na paisagem.

O habitat é o modo de agrupamento dos indivíduos de uma sociedade, relativamente em relação ao marco natural e funcional que suporta o grupo. O habitat rural é o conjunto de locais de habitação do campo (Ribeiro, 1991), constituído pelas diferentes formas de agrupamento dos homens que vivem, na maioria, do directo trabalho do solo, da agricultura e da criação de gado (Llano,

1981) assentes numa forte estrutura comunitária. Os assentamentos têm uma organização topográfica, apesar das habitações, enquanto elementos singulares, poderem ser estritamente geométricas (Norberg-Schulz, 1980, p.16 citado por Sampaio, 2008).

Não se restringe à sua própria escala, na medida em que o habitat rural não se encontra isolado no território, nem a sua caracterização se limita à morfologia de implantação. O núcleo rural possui uma estrutura de implantação directamente relacionada com o espaço físico e reflecte uma forma de vida que sustenta as relações comunitárias entre o homem e entre os lugares vizinhos. Quanto à organização espacial, o aglomerado “*está relacionado com várias direcções que definem um sistema de caminhos que formam um todo coerente com o território*” (Diogo, 2010, p.168) e a habitação aparece como a sua mais pequena célula material.

As comunidades trabalhadoras e pastoris seleccionam no seu meio geográfico o lugar mais apropriado para cada uma das suas actividades. Estabelecem um modo de utilização do espaço que se adapta, em cada caso às peculiaridades do meio gerando um habitat constituído com uma grande carga sentimental, que guardam na memória. Dito isto, o modo como as comunidades trabalham, se relacionam, sentem ou acreditam, e se organizam dentro dum povoamento, permitem que, transmitam para o exterior as suas vidas, seus significados e a tão importante identidade, orientando o presente, em todos os acontecimentos. Estas acções traduzem-se em valores, que identificam o homem individualmente e como povo.

As características do habitat são diversas, e a conjugação destas, definem a base das estruturas – em agrupamento ou dispersão. Existe o contraste entre territórios de nítido agrupamento e outros de habitat disperso, e ainda uma certa prevalência assente em formas de organização intermediária. A principal razão centra-se na localização dos povoamentos, e embora existam variantes no território que estabelecem diferenças ambientais, que influenciam a estrutura do espaço e dos lugares, o aglomerado rural entende-se como um agrupamento de conjuntos assente numa forte estrutura comunitária dependente do sistema agrário que o território lhe determina.

As palavras aglomeração ou dispersão ocorrem com frequência quando se trata de povoamento rural. O critério de distinção entre o povoamento aglomerado e disseminado reside na “*coesão das habitações, e no maior ou menor grau de intimidade destas com os campos de cultura*” (Ribeiro, 1991, p.307). As habitações, agrupadas em aldeias ou disseminadas pelos terrenos de culturas, andam intimamente associadas ao cultivo da terra e ao regime de propriedade.

São estabelecidas condições de disposição das células habitacionais que permitem a expansão ou contracção da malha, “*o sentido de fecho ou de abertura que lhe moldam a forma e lhe ordenam a estrutura*”, corporalizando a vida sedentária do homem e a imagem do seu habitat (Diogo, 2010, p.169).

Esta atomização do povoamento (Diogo, 2010), ligada a um tipo de produção agrícola preenche o território e cria uma rede de aglomerados com diversos níveis de desenvolvimento e diversos graus de saturação (Diogo, 2010). Sendo assim, esta análise permite entender que a multiplicidade de formas está contida numa série de elementos de estruturação, os quais expressam a forma de expansão ou concentração, para além de que a diversidade do meio, das pessoas e até dos tempos, leva a resultados únicos. Por norma a implantação de um aglomerado tenta, com alguma regularidade situações de encosta suave, e quando localizado junto a uma linha de água, a sua forma varia conforme a afinidade que com ela estabelece.

O habitat aglomerado destaca-se pelo seu afastamento entre núcleos, e presencia-se uma grande actividade agrícola, com campos que chegam a atingir grandes extensões. Surgem preferencialmente em locais com um árduo clima de montanha, “*em grupos que pontuam a solidão*” (A.A.P.,1988, p.34) onde impera o forte espírito de comunidade, notando-se assim uma clara distinção entre a aldeia e as suas terras (Ribeiro, 1991). O povoamento aglomerado é composto por um pequeno grupo de habitações “*agarradas aos flancos das serras ou no alto dos montes e têm um desenvolvimento circular*” (Moutinho,1979, p.41). O povoado de montanha, por assim dizer, sujeita-se a condições mais hostis que os povoados de baixa altitude.

O habitante destes locais procura subsistir, não só do amanho das terras, como da criação de gado (A.A.P.,1988). As habitações, normalmente desenvolvem-se em dois pisos, com planta quadrada ou rectangular, distribuindo as funções familiares e de convívio, no piso superior em duas divisões, quarto e cozinha com lareira, reservando o rés-do-chão para abrigo ou corte dos animais. Em alguns casos, a habitação surge com três pisos, no qual existe uma varanda corrida de madeira.

Os telhados variam entre duas a quatro águas. Os materiais de construção são do recurso do que a natureza oferece, como o granito e o xisto. No que toca à sua organização interna, as habitações dispõem-se de “*face para o caminho, emparedando-o dando assim nascença à rua*” (A.A.P.,1988, p.34), e a porta da rua permite o contacto da casa com o terreno público. O acesso é feito directamente para a rua, e as habitações recuam, alinhando-se todas segundo um mesmo eixo (A.A.P.,1988). As ruas são estreitas e nalgumas vezes talhadas directamente nas rochas que formam o solo e são o elemento integrador com as

habitações, dão de serventia às habitações e aos currais, sendo percorridas pelo gado no regresso ou a caminho das pastagens (Moutinho,1979).

Nas paisagens de povoamento disperso ou disseminado, o habitat não retira dos campos a sua maior força. A população fixa-se junto às terras que trabalha, em pequenos núcleos fechados e com poucos habitantes. O tecido rural apresenta-se “*salpicado de propriedades de todo o tamanho, a que os serpenteados caminhos vicinais dão a necessária coesão*” (A.A.P., 1988, p.45). As habitações dispõem-se segundo as necessidades do lavrador e erguem-se como organismos unifamiliares e auto-suficientes, compostas apenas pela moradia e as construções anexas. Constrói-se somente quando as necessidades do habitante assim o exigem (A.A.P.,1988).

A estrutura do povoamento disseminado é idêntica aos outros tipos de ocupação no que toca ao vínculo colectivo, no entanto a distribuição pela paisagem é completamente outra. A freguesia é a “*identidade administrativa, religiosa e social que congrega a população*” (A.A.P.,1988, p.46). A escolha para a implantação é propositada, de forma ao local estar protegido das chuvas e que o sol se volte para “*as faces mais vivas e abertas, deixando para o caminho público ailharga do coberto, ou a fachada da casa devastada pelas intempéries*” (A.A.P.,1988, p.46). A habitação, elemento principal, desenvolve-se num único piso por cima da loja, onde instalam o lagar e as cortes dos animais. Todos os acessos ao exterior são feitos pelos pátios, que “*são uma autêntica sala ao ar livre (...) e por ela se tem acesso a tudo e para ela dão todas as portas*” (A.A.P., 1988, p.46). O pátio ou eido é vedado e à volta do conjunto de que se compõem estes organismos.

### **2.3. Arquitectura da Serra da Peneda. Habitação.**

#### **Habitação**

A habitação, para além de ser um espaço físico é “*feita de identidades, relações e conflitos de quem vive no seu interior. A habitação está marcada pelos anos e recordações que ela guarda*” (Muñoz, 1994, p.89). A habitação exhibe os elementos constituintes dos ritmos sociais e temporais, a visão e a versão que a comunidade tem sobre a sua própria história. Revela todas as formas de vida e de actuar face às necessidades individuais e sociais e subsiste uma directa relação entre o indivíduo e a habitação, na dimensão em que este a constrói de acordo com os seus marcos de referências sociais e culturais. Uma vez presente a habitação permite a contínua vivacidade, marcada pelo tempo, do espaço e das manifestações socioculturais.

O centro doméstico coloca constantemente à prova a integridade social interna, e transita a consciência que o grupo tem de si e dos outros. É o lugar mais precioso para a vida do ser humano. Centro da sua existência, e o seu significado implica valores culturais, sociais, afectivos e condutores que expressam as necessidades do homem, quanto à sua segurança, conforto e bem-estar, identidade, privacidade e a possibilidade de criar laços afectivos. A maneira como o homem representa e expressa esta condição, nos seus espaços, e na forma de apropriar-se deles, determinam o tempo e o lugar.

A construção socio-física ocorre em simultâneo com a humanização do espaço individual e a individualização do espaço social (Ortíz, 1984). A relação estabelecida entre a habitação, identidade e paisagem cultural, funda um vínculo entre o espaço doméstico e a vida quotidiana, que como se assinala a *“casa é um espaço antropocêntrico (...) no seu centro está o homem que vive a sua vida quotidiana”* (Ortíz, 1984, p. 83).

A construção popular é um dos aspectos mais significativos e relevantes da humanização da paisagem. Como diz Fernando Távora deve-se dar particular atenção à casa popular pois *“fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, (...) que está mais de acordo com as novas intenções”* (Távora, 1961 citado por Coelho, 2011, p.20). A arquitectura da casa popular encontra-se intimamente ligada aos lugares e às pessoas. Caracteriza-se pela proximidade com o sítio e com as formas de povoamento, com as formas de vida e com os modos de apropriação dos espaços, ou seja, *“o território, o aglomerado, o edifício”* (Coelho, 2011, p.20) e desenvolve-se com o recurso à disponibilidade de materiais e do lugar.

Produto imediato das relações do Homem com a terra, a habitação *“é concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades da exploração da terra”* (Galhano & Veiga, 1992, p.13). A habitação é feita a partir de formas primordiais, tipos e estilos locais diferentes e estabelece um modo de utilização do espaço que se adapta, em cada caso às particularidades do meio.

A habitação constrói-se com a intenção de se adaptar às necessidades da exploração da terra, no que respeita ao seu dimensionamento interior (Oliveira & Galhano, 1992, p.13). Não se caracteriza apenas pelos materiais que são empregues na construção, nem pelas suas formas exteriores, mas sim segundo o seu plano interior, sobretudo com as relações que se verificam entre os habitantes (Demangeon, 1942, p.242 citado por Oliveira & Galhano, 1992, p.12). É essencialmente *“um facto de economia agrícola (...) e exprime-o desse modo muito melhor (...) do que quando nela se consideram os materiais de construção”*

(Demangeon, 1942, p.243 citado por Oliveira & Galhano, 1992, p.12). Embora o tipo de material empregue na construção seja igual, e as casas concebidas com o mesmo fim, as habitações apresentam diferentes formas e tipos, o que inclui também diferentes pormenores construtivos.

A justificação está, que na elaboração, operam factores humanos e históricos distintos. A força da *“tradição sobreleva, de um modo geral, esses condicionalismos circunstanciais”* (Oliveira & Galhano, 1992, p.14). Dito isto compreende-se que um tipo de habitação resulta de uma longa evolução e *“resume a experiência de gerações de gentes da terra”* (Oliveira & Galhano, 1992, p.14). Os factos culturais e tradicionais intervêm na concretização de certos moldes da construção, e na escolha dos materiais, mas também o local, é um factor de extrema importância no que toca ao tipo de habitação.

A repartição geográfica permite diferenciar as características relevantes de cada local, no que respeita ao material empregue, ao estilo de construir, embora os métodos se baseiem todos no mesmo. Por exemplo, *“onde há pedra, constrói-se com pedra, e onde ela falta constrói-se em terra, adobe ou tijolo, ou em madeira e outros materiais vegetais”* (Oliveira & Galhano, 1992, p.15). A diversidade regional e a acção conjunta dos múltiplos factores- naturais e humanos, sociais, culturais, económicos, etnográficos e históricos, contribuem para a riqueza da variedade, quanto a categorias e tipos, e na concepção orgânica e funcional. A casa popular pode ser térrea, de andar, de pátio, aberto ou fechado ou casa em bloco, em pedra ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local (Oliveira & Galhano, 1992).

A habitação compõe-se numa estrutura, em que as partes que a conformam, interactivam entre si, sem existir um predomínio entre umas e outras. A habitação, não é um produto meramente do meio físico, como *“um espaço fechado onde o frio e a chuva se imiscuem com maior ou menor dificuldade, mas que é afinal, o último reduto da vida do individuo”* (Abreu & Fernandes, 1994, p.42). Intervêm outros factores secundários na sua configuração. São eles os culturais, sociais e os económicos. Estes factores atingem de maneira directa a configuração do espaço arquitectónico da habitação popular, *“o camponês tem um profundo sentido da propriedade, concentrando o seu reduzido, mas complexo mundo agro-pecuário sob o tecto da própria casa em que habita”* (Abreu & Fernandes, 1994, p.57). Dentro destes elementos apresentam-se os aspectos físicos como a topografia, o clima, o tipo de solo e a vegetação, e dentro do âmbito cultural observam-se as tradições, os costumes, os mitos e as crenças, e do aspecto social ressaltam as festas e as celebrações religiosas e pagãs e o trabalho comunitário.

Trata-se de uma habitação em que a arquitectura é essencialmente funcional, criada para satisfazer as necessidades vitais familiares dos seus moradores, de acordo com as tipologias definidas, bem adaptadas ou personalizadas às ditas necessidades vitais particulares, que crescem numa perfeita simbiose com o meio (Marques, 2009). A arquitectura popular alimenta-se da tradição do lugar em que nasce e a cultura molda o desenho arquitectónico.

A habitação entende-se como *“uma casa muito antiga, recheada de velhas lembranças (...) nas suas paredes. Dois mil anos de vida, construída para durar, construída para ser uma casa, um local sólido (...) uma casa construída pelos homens que a amam tanto como as suas terras”* (Karasusan, 1995, p.47). O espaço da habitação relaciona-se com a vivência quotidiana, através das actividades dos seus habitantes. O lugar relaciona-se com o espaço externo, onde as relações se efectuam, nos níveis de privacidade e sociabilidade. Os dois aspectos que mais se destacam no espaço arquitectónico são o cheio e o vazio. O cheio aloja os espaços cobertos, como a sala e a cozinha, todos eles abrem-se para o vazio, ou seja para o famoso pátio, para a rua e para o átrio, lugar sagrado. As correspondências espaciais por meio da festa das comunidades tradicionais conferem ao espaço elementos de valorização. Valores estes que determinam a arquitectura da habitação vernácula, o material e o imaterial, o dentro e o fora, o cheio e o vazio são tratados metodicamente para a caracterização desta arquitectura.

No seu meio sociocultural, enquadra-se no conceito de *“unidade orgânica que se essencializa através da sua relação com o meio físico circundante, destacando-se pelo seu carácter anónimo e funcional”* (Diogo, 2010, p.170) e reflecte o significado e a expressão das necessidades do homem que a vai habitar, justificando as formas arquitectónicas e os sistemas construtivos herdados da tradição.

A tipologia da habitação de raiz constitui mais um elemento do próprio lugar e condiz com uma arquitectura pragmática, precisa e exacta, e nela tudo obedece a um motivo, integrando-se no meio físico que a recebe e no núcleo onde se constrói.

## 2.4. Estado de Arte

### Território, identidade e construção do território

Desde a origem, o território nasceu com uma dupla conotação, material e simbólica. Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* como de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com a dominação, jurídico-política, da terra e com a inspiração do terror e do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, se afastam da terra. Ao mesmo tempo, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efectiva “*apropriação*” (Haesbaert, 2005, p.67-74). Para Rogério Haesbaert (2005) o território tem a ver com o poder, mas este não apenas com o tradicional poder político. Diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

O período do surgimento do conceito de território tem na sua génese as formulações de Friedrich Ratzel (1897), que se baseiam no contexto histórico da unificação alemã em 1871, e na industrialização da geografia como disciplina nas universidades europeias. Para Ratzel (1897) o território é uma parcela da superfície terrestre, da qual um grupo de indivíduos se apropria, com recursos naturais suficientes para a população sobreviver face às suas necessidades. Em oposição a estas ideias, os trabalhos do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1883 & 1922), apresentam a noção de região em contrapartida com o território. Algum tempo depois, o território volta a ser debatido, na década de 1970, como conceito explicativo da realidade.

O geógrafo Jean Gottman, na sua obra *The significance of territory* em 1973, centraliza o significado de território para as nações, e afirma que a relação das pessoas com o seu território se apresenta de diversas formas, desde as geográficas, passando pelas políticas até às económicas, defendendo que o significado de território foi-se alterando com o decorrer do tempo, que antes surgia como uma parte do espaço caracterizada pela acessibilidade à fluidez moderna.

Em oposição, o primeiro texto a superar esta limitação foi o do geógrafo francês Claude Raffestin, *Por uma geografia de poder*, publicado em 1993. Analisa o território como uma relação de poder, e que este é apreendido através de relações de conflito e de dominação, obedecendo a diferentes escalas de poder, como alternativa analítica ao território estatal. Raffestin (1993) conclui que existem múltiplos poderes, que se manifestam em estratégias regionais e locais. Além da geografia política, analisa a multiplicidade de poderes e os múltiplos intervenientes na construção do território. Defende que em primeiro lugar é essencial compreender o espaço, sendo que a partir deste, ocorrem os processos de



formação do território, como resultado de uma acção conduzida por um indivíduo. Assim o território exprime a relação que um grupo mantém com uma porção de espaço.

Segundo o autor o território é tratado como um espaço físico onde se localiza uma nação, e onde se delimitam ordens jurídicas e políticas, bem como um espaço marcado pela projecção do trabalho humano. Um indivíduo que se aproprie de determinado espaço, está, concreta ou abstractamente, a construir o seu próprio território. A construção do território evidencia relações marcadas pelo poder, isto é, o poder exercido pelas pessoas ou grupos, que sem elas não seria possível definir o território. As relações entre o poder e o modo como os diferentes indivíduos, se apropriam do espaço é que formam o território, imprimindo neste as suas características, relacionadas de acordo com os seus objectivos.

Outra importante obra, é a *Human territoriality*, do geógrafo norte-americano, Robert Sack (1986), que examina a territorialidade humana na perspectiva das motivações humanas. Parte da ideia de que a construção do território é consequência do comportamento animal, logo, instintiva e agressiva. Para Sack (1986), a construção do território é uma estratégia definida pelo indivíduo ou por um grupo, na tentativa de alcançarem recursos para a sua subsistência e de controlar a delimitação da área específica. Em termos gerais, a delimitação ocorre somente quando os seus limites ficam encarregues de influenciar o comportamento dos indivíduos na passagem dos seus limites. Dessa forma, os territórios desdobram-se em diferentes níveis de permeabilidade e de acessibilidade. O autor defende que, a maioria dos territórios devem ser fixos, no entanto, alguns podem ser amovíveis, e que uma área pode ser utilizada como território e que a dado momento pode perder esta qualidade para outra área. O território, como afirma Pecqueur (2005), permite a intervenção entre o indivíduo, o exterior e as formas de coordenação, onde é possível desdobrar múltiplas justificativas das acções.

Mais uma importante contribuição é a de Marcos Saquet (2007), que juntamente com Raffestin (1993), Sarita Albagli (2004) e Marcelo Souza (1995), determina que o território, espaço-temporalmente, é produzido pelas relações de poder de determinado grupo social. Como afirma Souza, “*todo o espaço definido e delimitado por, e a partir de relações de poder é um território*” (1995, p.11). Souza elabora uma definição de conceito de território, interessante pela sua insistência na ideia de poder, e ao mesmo tempo restritiva e ampla, por considerar as diversas dimensões políticas, económicas, culturais e sociais. Considera as relações de poder no processo de dominação social, e que o território significa a materialidade que sustenta a vida, determina as práticas espaciais e influencia os processos de identificação.

Marcos Saquet (2007) conclui que o território cresce a partir de duas abordagens: a simbólica-cultural e a material. A simbologia diz respeito à apropriação cultural, identitária e multidimensional. Acrescenta ao seu estudo, a importância do conhecimento empírico sobre o território, reflectindo para as dimensões económicas, políticas e culturais. Sob o ponto de vista da concepção humana, o território é o “*resultado de acções de construção social, da memória e do imaginário, mediante as necessidades e interesses dos seus autores, gerando, no indivíduo, o sentimento de pertencer ao lugar*” (Saquet, 2007, p. 4). Apoiado nas considerações feitas por Rogério Haesbaert (2005), admira o território, no respeitante à política, economia e cultura, produzidas pelas relações de poder de um grupo social. No entanto considera que a natureza é um factor de extrema importância, que se encontra sempre presente na construção e estruturação deste. Afirma que a natureza está no território, é dele indissociável (Saquet, 2007). Ainda para Souza (1995), o território encena a materialidade, que constitui o fundamento do sustento económico e de identificação cultural de um grupo.

Sob o ponto de vista cultural, Rogério Haesbaert (2005) vai mais além, na análise da questão do conceito de território. Salaria que o território é visto como o produto da apropriação feita através do imaginário, e, ou da identidade social sobre o espaço, bem como, produto dos aspectos económicos da relação capital-trabalho, todos presentes na constituição do território.

Antecede os seus estudos, destacando as abordagens de autores franceses, fazendo uma intensa discussão, das mais profundas existentes no Brasil sobre esta temática, identificando estudos *materialistas*, *idealistas* e apontando para a necessidade de uma perspectiva de análise *integradora* (Bordo et al., 2004, p.3).

Juntamente o autor Manuel Correia Andrade (1995), faz uma extensa análise da questão do território no Brasil, retractando o conceito de território como uma abordagem profundamente política e económica de ocupação do espaço. Para Manuel Correia Andrade (1995), o conceito de território é inerente à ideia de domínio ou gestão de determinada área. Logo afirma que se deve unir a ideia de território à ideia de poder (Saquet, 2010).

Na análise realizada por Saquet em 2010, para a revista Geo UERJ, segundo Andrade a formação de um território fornece às pessoas que nele habitam “*a consciência da sua participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjectiva, cria uma consciência de confraternização entre elas*” (Andrade, 1995, p.20). Para Andrade, em meados dos anos 90, o território surge como Estado - Nação, embora qualificado a partir de “*relações de poder mais amplas, que extrapolam a actuação do Estado, e envolvem movimentos sociais, principalmente os sociais*” (Saquet, 2010, p.13).

Como exerce sobretudo os seus estudos sobre o Brasil, envereda pelos aspectos históricos importantes de alguns conflitos de classe ocorridos no Brasil. Mais para a frente, após algumas considerações, faz uma reflexão mais significativa do conceito de território. Entende que este assume uma centralidade e que compreende as ideias de domínio, poder e gestão numa determinada área.

O território pode ser entendido como a projecção das relações sociais no espaço, como resultado das articulações entre os indivíduos locais, que reconhecem uma identidade comum e criam uma teia de forças (de relações sociais e de poder) que definem um limite (Luzzardi, s/a).

De importante contributo e referência, não poderia deixar de ser, Milton Santos (1988), com a sua obra *Metamorfoses do espaço habitado*, que encara o conceito de território como um todo. Distingue espaço de território, e tenta realizar uma leitura múltipla do território. Admite que o trabalho é o ponto-chave para o entendimento do território. Realiza uma leitura diferente, da qual conclui que através das técnicas, o território, a emoção e o trabalho, juntos com a interpretação da sociedade, do espaço e das razões, constroem e mantêm um território.

Milton Santos compreende o espaço *“como acumulação desigual de tempos (...) caracteriza-se, entre outras coisas, pela diferença de idade entre os elementos que o formam”* (Santos, 1988, p.23), e que é na base territorial que tudo acontece. Caracteriza o território como uma abordagem política, e o espaço muito mais amplo, que engloba a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

A socióloga brasileira, Sarita Albagli (2004), no seu trabalho, aposta no ponto de vista social, e discute o significado e a importância dos conceitos de território e territorialidade nas dimensões social, económica, política e cultural. Basicamente refere que a noção de espaço e de território são distintas, apoiada em Milton Santos (1988) e Raffestin (1993). Para Albagli (2004) o território é o *“espaço apropriado por um indivíduo, sendo definido e delimitado a partir de relações de poder”* (2004, p.26), indo de encontro com as definições admitidas por Raffestin (1993), Santos (1988), Flores (2006) e Souza et al (2007). Contudo defende, que o território não se reduz somente à sua dimensão material e concreta, mas sim, que é um campo de forças e de relações sociais, que se projectam no espaço (Raffestin (1993), Flores (2006) e Souza et al (2007)), enquanto o espaço é tido como uma abstracção.

Aborda que o território assume ainda significados distintos em cada formação socio-espacial. A variedade dos territórios encontra-se, não só nas características físicas e sociais, mas também, na forma como se inserem nas estruturas mais amplas. Logo, conclui que cada território molda-se a partir da combinação de

condições e forças internas e externas, devendo ser entendido como parte de uma totalidade espacial.

Como referência à construção do território, destaca-se o autor Álvaro Luiz Heidrich (1996). Para este autor a criação do território é a configuração do espaço, através da demarcação humana. A criação de territórios, com os seus respectivos limites e fronteiras, “*consiste na maneira com a qual as civilizações se libertam desta condição de existência (...) impõe o domínio humano sobre a existência em geral*” (Heidrich, 1996, p. 2), sendo assim, a ocupação humana do espaço, expõe a sua ocorrência, as suas características de localização e implantação e a sua relação com o espaço. Através da ocupação humana obtém-se o tipo de relacionamento destes com os inúmeros fenómenos e processos, que consistem na transformação do espaço, que significa o mesmo que dizer, a existência destes (Heidrich, 1996).

Também analisa a questão do trabalho, como elemento central da relação do indivíduo com a natureza. Heidrich (1996) afirma que só “*a humildade recria o natural, para a satisfação das suas necessidades, produzindo objectos necessários e uteis à continuação da vida social, de maneira evolutiva*” (Heidrich, 1996, p. 4). O indivíduo atinge um ponto em que obtém da natureza todos os recursos necessários à sua sobrevivência, e através da sua inserção na comunidade inicia um processo de valorização do território. O autor conclui que a organização do espaço consiste no modo como a humanidade supera as condições originais do espaço e impõe a sua lógica, seu domínio sobre a natureza e, em seguida, sobre o próprio espaço (Heidrich, 1996).

Já para o autor Bernard Pecquer (2005), teórico francês, o território separa-se em duas vertentes: por um lado o território é visto como dado, sem valor acrescentado, por outro, o território construído como processo de valorização e melhoria, fruto dos indivíduos intervenientes neste. O território dado é a porção de espaço que é objecto da observação, enquanto, o território construído é o resultado de um fenómeno de construção pelos indivíduos (Pecquer, 2005, p.13-14).

A construção do território caracteriza-se a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico. Designa todo o *processo de mobilização dos indivíduos, na elaboração de um plano estratégico de adaptação aos limites externos* (Pecquer, 2005, p.12), usando por base uma identificação colectiva com uma cultura e um território

Assim, sucintamente pode-se concluir que o território é resultado da relação do indivíduo ou de um grupo de indivíduos, formadores de uma sociedade, com o espaço. O espaço está intrinsecamente ligado à comunidade, e o território embora represente o espaço social, não se mantém inalterável. Deve ser tido em conta,

pelo facto de demonstrar toda a matéria em movimento, em todas as suas variedades, estados e manifestações, como afirma Oliveira (1976), que este sofre alterações e transformações, que resultam da relação indivíduo- espaço- território.

Se se definir o território como agregado de sistemas de acções e sistemas de objectos, poderá afirmar-se que o espaço e o território estão juntos, embora diferentes signifiquem o mesmo. O território é um espaço geográfico, que assume configurações sociais, políticas e culturais, através da intervenção humana. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa. O território é constituído como espaço social e está delimitado pela fronteira que o ordena. É construído como uma representação das atitudes sociais, dos acontecimentos e das tomadas de poder dentro de uma comunidade.

De acordo com o descrito por alguns autores, o termo identidade tem sofrido variadas controvérsias. Admite-se ser um conceito complexo, abrangente e desafiador, dotado de uma vasta gama de significados, que oscilam nas inúmeras abordagens teóricas que recorrem ao termo. Mesmo sendo analisada de maneira plural, a identidade tem sido tida em conta como o cerne da constituição dos indivíduos.

A identidade é estudada pelas áreas da sociologia, psicologia e filosofia, mas é sob o ponto de vista cultural, que se une identidade e personalidade, ou seja, a concepção essencialista do indivíduo e do grupo. O termo identidade surge da junção dos vocábulos *idem* e *identitas*, que significam o mesmo, e *entitas*, que se entende por identidade.

Desde os primórdios, que as considerações sobre identidade fazem parte do agir humano, e como argumenta Oliveira (1976), desde a afirmação destes povos através da toténização como sistema de código social. No entanto, o conceito de identidade é recente, e tem origem na filosofia. A autora Alexandra Bunchaft (s/a) apresenta na sua obra, que segundo Habermas (1988), a concepção filosófica da identidade não exige que os indivíduos tenham que se distinguir uns dos outros por qualidades especiais. Não admite que haja um padrão básico de comportamento que viabilize que estes sejam vistos como um todo unitário. Cada indivíduo comporta-se de maneira diferente e caracteriza-se como idêntico a si mesmo, portador de uma identidade própria.

Deve-se ter em conta que a identidade avaliada no presente, não se compara com a identidade do passado, “*mas com o seu reflexo guardado na memória e resgatado no tempo presente*” (Mesquita et al., 2007, p. 16). Como afirma, Levi Strauss (1977), a consciência que o indivíduo tem da constância da sua identidade é mais o reflexo da sua autobiografia do que da sua biografia. Assim o indivíduo torna-se o papel decisivo na construção da sua história e identidade.

Paul Claval (1996) docente da Universidade de Paris insinua que a identidade revela o poder de se construir culturalmente. A identidade como uma construção cultural responde a uma necessidade existencial profunda. Recolhe elementos que caracterizam, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo, mas igualmente sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo. O autor abraça a ideia de que a identidade deve ser dissecada, segundo o discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os demais, com o intuito de dar sentido à sua existência. Claude Lévi-Strauss é também muito explícito referindo que *“a identidade é uma espécie de morada virtual, à qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas, mas sem que ela tenha jamais uma existência real* (Levi- Strauss, 1977, p.332 citado por Paul Claval, 1996, p.156).

Em contrapartida encontra-se na definição do autor Barth (1995), a defesa de que, a identidade é uma construção que se elabora numa relação que opõe um grupo a outros grupos sociais, com os quais interage. Segundo Barth (1995), o fenómeno da identidade deve ser tido através das relações entre os grupos sociais, sendo este o modo de organização dos grupos para efectuarem as suas trocas. Entende-se então que a identidade compreende a construção de cada colectividade, o trabalho, a cultura e as práticas sociais e políticas. Tais elementos são formadores do indivíduo, enquanto pertencente a um grupo social, no qual um sujeito se define e é definido pelos laços de sociabilidade estabelecidos sem, entretanto, anular as suas diferenças. As identidades de grupo moldam os indivíduos, e contribuem para a renegação da expressão ou percepção da individualidade. São um aspecto inevitável da vida social e política, desde que se entrelaçadas entre si.

Apoiado na defesa realizada por Barth (1995), encontra-se Manuel Castells (2000), com a sua obra *O poder da Identidade*, onde abarca, no primeiro capítulo *Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede*, a identidade como proveniente de significado e experiências de um povo, e que todo o processo de construção de significados tem por base uma particularidade cultural. Foca-se na identidade colectiva, e desencadeia um processo sob o ponto de vista sociológico, do qual, qualquer que seja a identidade é construída a partir deste, e acrescenta que a construção social decorre através de relações de poder, *“cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade”* (Castells, 2000, p.24). Dito assim, reflecte sobre os diferentes tipos de identidades, examinado os processos fundamentais para a construção colectiva da identidade.

A identidade implica referências sem as quais não se poderia definir, ou seja, *“a narrativa identitária reconstrói quatro pilares da experiência humana: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença”* (Martin, 1994, p.25 citado por Claval,

1996, p.14). O território e a identidade estão intrinsecamente ligados, que segundo afirma Paul Claval “*a construção do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, num certo momento, num certo ambiente*” (1996, p.16). O espaço e identidade são realidades claramente definidas, podendo determinado grupo desenvolver um determinado espaço, logo construir o território, segunda as suas crenças e vivências.

Para o autor Souza (1995), citado por Cintia Santos (2011), o espaço é todo aquele que é apropriado e ocupado por determinado grupo social. Bem como Castells (2000), Souza (1995) entende que a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidade. Conclui que um “*grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria (...) ligada aos atributos do espaço concreto*” (Souza, 1995, p.84 citado por Santos, 2011, p.84).

### **Arquitectura popular. Habitação.**

O conceito de arquitectura popular surgiu recentemente em todo o mundo. O estudo deste conceito iniciou-se em Inglaterra no final do século XIX, através de arquitectos que reconheceram as qualidades e simplicidade da arquitectura popular, para além da harmonia desta tradição com o entorno, como resposta critica ao processo de industrialização. Foi através do movimento Arts and Crafts que se encontrou no popular, as formas de retroceder ao artesanal, orientado pelas ideias de John Ruskin (1851). Surgiu a dedicação e valorização dos materiais, e a valorização dos processos de execução e o resgate dos ofícios.

No entanto os arquitectos prosseguiam com o seu desinteresse, mas Frank Lloyd Wright foi um dos pioneiros a valorizar e a recorrer às formas populares. Em seguida, por volta da segunda década do século XX, Le Corbusier também se interessou pela arquitectura popular, afirmando que o folclore transmite a informação concisa sobre as necessidades humanas, “*o folclore põe em jogo a intenção poética, a intenção de agregar materialismo em benefício da sensibilidade, a manifestação de um instinto criador*” (Corbusier, 1989, citado por Teixeira, 2008, p. 30). Com as ditas palavras, o autor valoriza e reflecte sobre a relevância da arquitectura tradicional. Realiza uma reflexão, aludindo aos povos do Oriente, após a sua visita em 1911, que valoriza as arquitecturas tradicionais, o respeito das coisas, a unidade que apresentam acompanhado de uma crítica.

De maneira mais radical, Christopher Alexander (1981) analisa o jeito intemporal de construir, e afirma que se trata de um processo sob o qual a ordem de um edifício, ou de uma cidade, surge da natureza interna do indivíduo, dos animas e da matéria que os compõe. Alexander (1981) descreve as características que ele concebe como sendo a arquitectura ideal, e define-a em termos muito gerais como atemporal, que é uma arquitectura que transcende ao tempo, e no seu centro se regeneram as peças a que uma sociedade está confinada.

No sentido da valorização da arquitectura popular, encontram-se muitos testemunhos de autores que dedicaram parte da sua vida a estudar e analisar este modelo arquitectónico, como por exemplo Fernando Mercadal (1930), que engloba todos os seus conhecimentos sobre a arquitectura popular, no seu livro *La casa popular de España*, que reproduz o caminho evolutivo que teve a arquitectura para este país, com maior incidência sob a habitação, como descreve “os gostos, as modas e os costumes de cada geração, fazem com que a casa careça de uma permanência absoluta, (...) a habitação está intimamente ligada com a vida humana, é quase tão efémera como nós mesmos” (Mercadal, 1930, p.8). Analisa e medita aprofundadamente a arquitectura tradicional de Espanha, impondo limites para a sua caracterização e defende este património como inigualável, rico e variado, com grande interesse artístico e nacional, que convém preservar.

Ainda nesta linha de valorização, Carlos Flores (1973) publica um concebível número de edições acerca da arquitectura popular tecendo as suas considerações sobre o tema, e lista um rol de vinte e quatro aspectos que definem e caracterizam esta arquitectura, afirmando serem estas as que mais importam para o seu entendimento. O seu trabalho desenvolve-se em torno da caracterização dos diferentes aspectos da arquitectura popular e do modo de actuar do indivíduo na concepção da sua habitação. Aborda as suas técnicas, e conota esta arquitectura como, arquitectura somente do construtor popular, e que este mantém-se dentro de uma tradição e a sua forma de produzir está afastada de qualquer exibicionismo.

Sob o ponto de vista de Juan Torrico (2007), a arquitectura popular contribuiu para perfilar as paisagens culturais. Os seus apontamentos regem-se ao modo como se molda o território segundo a cultura local, e que estes não se concebem sem existir a imagem de caseiros. A arquitectura popular surge como uma constante ligação entre a identidade, que define e identifica o todo colectivo, desde o local ao étnico. Fala da arquitectura popular galega, vasca e andaluza, como a imagem estereotipada e muito concreta de determinadas habitações, que se associam aos ditos povos e culturas.



Num outro sentido, o autor Marques (2009), afirma que a memória do lugar é o resultado de sobreposições das experiências individuais e colectivas, onde se acomodam signos de arbítrio, e que a arquitectura vernácula é todo o tipo de arquitectura do próprio ambiente em que a edificação é construída caracterizando uma tipologia com carácter local ou regional, como se apresenta na Carta de Atenas “*a vida só se desenvolve na medida em que são conciliados os dois princípios contraditórios que regem a personalidade humana: o individual e o colectivo*” (1933, p.2). Para os autores, a arquitectura vernácula, de qualquer época, reflecte-se nos monumentos históricos relacionando-se com a formação e crescimento da malha urbana. De acordo com Torrico (2007), e Callier- Boisvert (2004), é uma arquitectura livre de ornamentação e não são reconhecidos estilos arquitectónicos, no entanto a sua essência tipológica e morfológica, advém de uma arquitectura tida como anónima e comum que se diferencia, de acordo com as expressões e linguagens culturais.

A autora Cláudia Teixeira (2008) assume Manuel Andrade (1995) como o arquitecto que defende que a arquitectura popular se apresenta em Portugal, como maior que a erudita e que se distingue da restante, como a sabida do povo. As suas aldeias transmitem um aspecto viril das suas construções rurais, rudes e acolhedoras. Para este arquitecto o conhecimento das construções populares traz benefícios às novas experiências da arquitectura moderna (Teixeira, 2008, p.31).

Actualmente emergem trabalhos de grande influência e referência mundial, como os dos arquitectos Amos Rapoport (1972), Paul Oliver (1997) e Bernard Rudofsky (1964).

Na obra *Vivienda y cultura*, Rapoport (1972) distingue arquitectura primitiva da arquitectura vernácula, apontando as suas diferenças, recaindo para uma acção interpretativa directa e inconsciente que culmina numa forma construída, que se sustem nas tradições vinculadas a uma sociedade. Rapoport descreve a habitação como não sendo somente um estrutura mas “*uma instituição criada para um complexo grupo de fins. A construção é fenómeno cultural, sua forma e organização, estão muito influenciadas pelo “milieu” cultural a que pertence*” (1972, p.65). Noutras palavras a habitação é uma unidade espacial social, que reflecte as atitudes religiosas e culturais, colidindo com outros autores, que contradizem que as habitações dependem de factores materiais. Segundo o autor o monumento-edifício com um grande projecto antecedente é construído para impressionar a população, enquanto a tradição popular, é a tradição directa e consciente para a forma física de uma cultura, as suas necessidades e valores, bem como os desejos e sonhos de um povo. Da mesma opinião, a Carta de Veneza defende que as obras modestas adquirem com o tempo um significado cultural (1964, p.1).

O termo vernáculo difundido por Oliver (1997) surge para designar a arquitectura como própria do país, de um povo, e que abarca configurações da tecnologia e economia, incluindo a complexidade dos fenómenos sociais e culturais, indo de encontro com o descrito na Carta do Património Vernáculo Construído, editada pela ICOMOS em 1999, que menciona que a actividade construtiva constitui o modo natural e tradicional, em que as comunidades terão produzido o seu próprio habitat. O autor publica uma grande obra, de cariz excepcional sobre a arquitectura vernácula, a famosa *Enciclopédia de arquitectura vernácula no mundo* (1998), que se sobrepõe às demais obras mencionadas.

De acordo com o autor, a arquitectura popular compreende as habitações e outros edifícios do povo, que são habitualmente o proprietário ou a comunidade construída, que recorrem a tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitectura popular são construídas para atender necessidades específicas, acomodando os valores, as economias e os modos de vida das culturas que os produzem (Oliver, 1997). Noutra definição, Oliver (1997) faz uma descrição sobre o contexto da arquitectura popular, elucidando que dentro do contexto desta arquitectura, abraça o que é conhecido e o que é herdado sobre a habitação, construção ou liquidificação. Incluem a sabedoria colectiva e a experiencia de uma sociedade, e as normas que se tornaram aceites pelo grupo como sendo adequado ao seu ambiente construído.

Em 1964, realiza-se a exposição fotográfica de Bernard Rudofsky, *Architecture without architects*, exibida no Museu de Arte Moderna de Nova York. Aponta para uma reconsideração das particularidades de cada lugar e também para os aspectos da liberdade criativa e espacial que afluíam no contexto social e cultural dos anos sessenta. Rudofsky questiona o "*interesse exclusivo para a nobreza da arquitectura e a arquitectura da nobreza e pelos monumentos que tornavam exemplos únicos dos quais os arquitectos poderiam se inspirar*" (1964, prefácio). Na falta de um nome já específico, o autor denomina essa arquitectura, de acordo com cada caso, de vernácula, anónima, espontânea, indígena ou rural.

Na obra *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), vários arquitectos portugueses de renome, tal como Fernando Távora, apresentam os testemunhos da arquitectura popular como estímulos à construção de outra corrente moderna, capaz de fundir os avanços da tendência para o plasticismo e abstracta presente na arquitectura tradicional. A obra foi escrita numa altura de controvérsias no país, devido ao regime salazarista, que desencadeou revoltas e movimentos como o êxodo rural, e tais transformações colocaram em alerta as elites intelectuais, que perceberam que este seria o momento chave para se estudar a sociedade, senão, caso contrário correr-se-ia o risco de se perder os testemunhos reais de uma cultura popular em vias de extinção. Designa uma série de trabalhos de campo

levados a cabo na década de 50 do século XX com o intuito de catalogar de forma objectiva a arquitectura vernácula no território português, conseguindo recolher uma colectânea de imensos desenhos e fotografias, que facultaram o registo de aspectos difíceis de reconstituir. A obra foi reeditada, e houve ainda uma, terceira edição, em 1988, composta por três volumes, sob responsabilidade da Associação dos Arquitectos Portugueses, e por fim, uma quarta edição, em dois volumes, sob a responsabilidade da Ordem dos Arquitectos.

A participação de Távora contribuiu para a consolidação desta ideia, porque permite perceber que a procura das raízes culturais dos sítios não é uma preocupação exclusivamente portuguesa. O seu trabalho com a CIAM é um sinal evidente de que as ideias que já tinha registado em texto são partilhadas por uma identidade colectiva, mas é sobretudo o processo de realização do *Inquérito à Arquitectura Popular* que mais influencia a formação dessa identidade (Coelho, 2011).

Em 2006, Lindsay Asquith e Marcel Vellinga, editam o livro *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century: Theory, Education and Practice*, dedicando-o a Paul Oliver e a Valerie, sua esposa e colaboradora. O livro organiza-se em três partes, a primeira exclusiva ao vernáculo como processo, composto por quatro capítulos, a segunda, em cinco capítulos dedicados à aprendizagem do vernáculo e por fim a última parte que corresponde à compreensão do vernáculo. No prefácio, são apontadas soluções, como o confrontar as limitações etimológicas e epistemológicas do conceito de vernáculo, e como fazer a arquitectura vernácula, e que para o século XXI, devem resolver-se três desafios da arquitectura vernácula, devendo ser feita a experiência e a comprovação da utilidade do conhecimento vernáculo no problema da habitação, particularmente nos assentamentos irregulares.

**PARTE III**

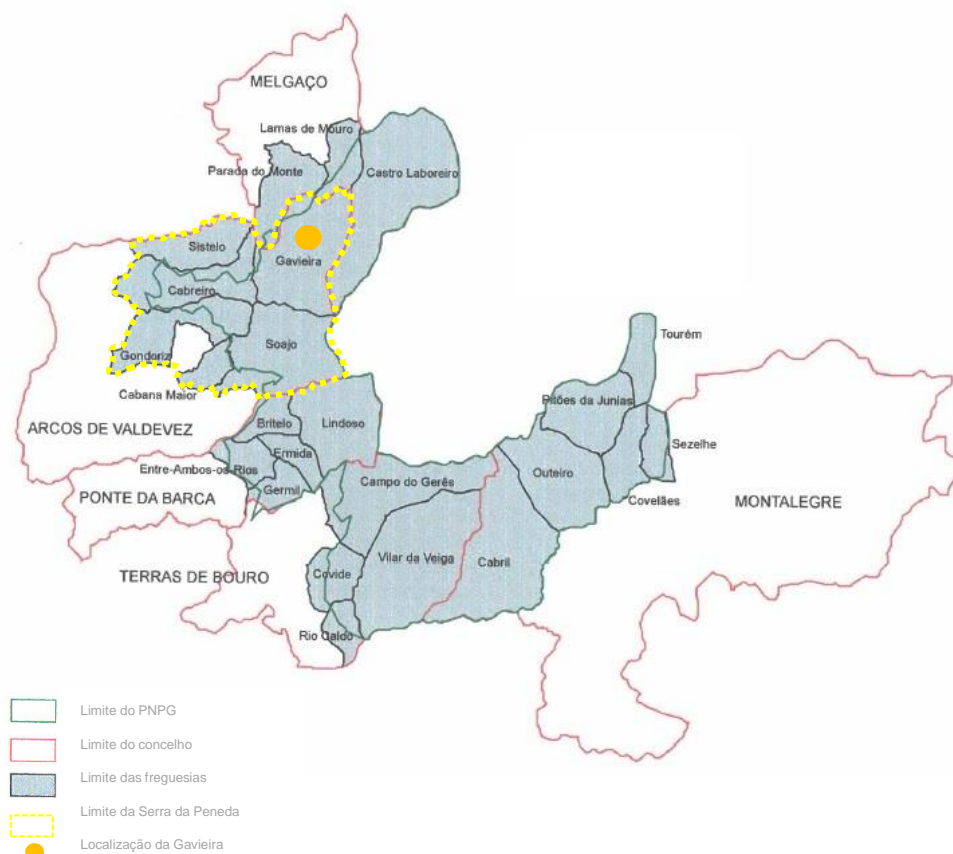
## PARTE III

### Objecto de estudo: Serra da Peneda

#### 3. Contextualização da Serra da Peneda

##### 3.1. Enquadramento geográfico

A Serra da Peneda situa-se a nordeste de Portugal, no concelho de Arcos de Valdevez, e compreende as áreas geográficas das freguesias de Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz, Rouças, Soajo e Sistelo. Serra do distrito de Viana do Castelo, com altitude máxima de 1416 metros, o seu ponto mais alto tem o nome de Monte da Pedrada. Estende-se entre Lamas de Mouro, a Norte, até Mistura de Águas, a Sul. Considerada uma das paisagens humanizadas mais antigas da Europa, possui uma superfície de aproximadamente 90 km<sup>2</sup>, que representa cerca de 28% da superfície total do concelho (Rey, 2000, p.23).



**Fig. 1** Mapa dos limites do PNPG e dos concelhos pertencentes; localização da Serra da Peneda e da Gavieira.

Os afloramentos rochosos de granito são frequentes e, nas áreas de maior altitude adquirem dimensões imponentes. Estas características conferem beleza paisagista mas dificultam a vida das populações serranas (Larcher -Graça, s/d). Observam-se patamares, que suportam as parcelas cultivadas, que envolvem os lugares, e nestes, as unidades edificadas e as formas de disposição entre si, conseguidas pelas populações, que têm em comum, o modo de vida e a utilização da serra para as práticas agro-pastoris, (Carvalho, 2006).

Os aglomerados populacionais localizam-se a altitudes médias, junto às manchas de solos cultiváveis e pontos de água permanentes em situação de grande isolamento por falta de caminhos facilmente transitáveis (Larcher - Graça, s/d). A quantidade de pedra facultou o levantamento de muros, que não só seguram a terra, como a desembaraçam para a lavoura e assinalam na paisagem o vínculo jurídico de propriedade.

As formas de habitar a serra compreendem o aproveitamento das elevadas altitudes, substituindo a floresta. A reduzida quantidade de chãs e a pobreza do solo, levaram a população a tirar partido das zonas favoráveis para a instalação das pequenas explorações agrícolas, reservando as zonas com menor aptidão para a implantação dos aglomerados.

A fixação humana na Serra da Peneda dependeu para além do vigor dos declives, das linhas de água e da apropriação dos melhores solos com aptidões agrícolas, da fixação de grupos que foram conquistando os espaços. A Gavieira é um dos bons exemplos dos matizes de paisagens e espaços que foram construindo e tipificaram o habitat desta unidade montanhosa (Carvalho, 2006), desde cortelhos às construções em altitude, de habitações repartidas em brandas de cultivo e de gado.

## 3.2. Orografia e clima

### 3.2.1. Orografia

Como se sabe, o Minho é configurado pelos grandes e amplos vales. Com o relevo fortemente acidentado, o clima e a altitude tiveram impacto sobre a região. A extensão e variedade de terrenos incultos, na Serra da Peneda, originaram um modelo territorial único e característico da zona. Tal como a serra do Gerês, a serra da Peneda é constituída por altas superfícies de aplanamento cortadas pelos vales, e formada por um dispositivo radial de vales de grande inclinação e muito estreitos, destacando-se o vale da Gavieira, da Peneda e o troço principal do vale do rio Laboreiro (PNPG, 2010, p.5).



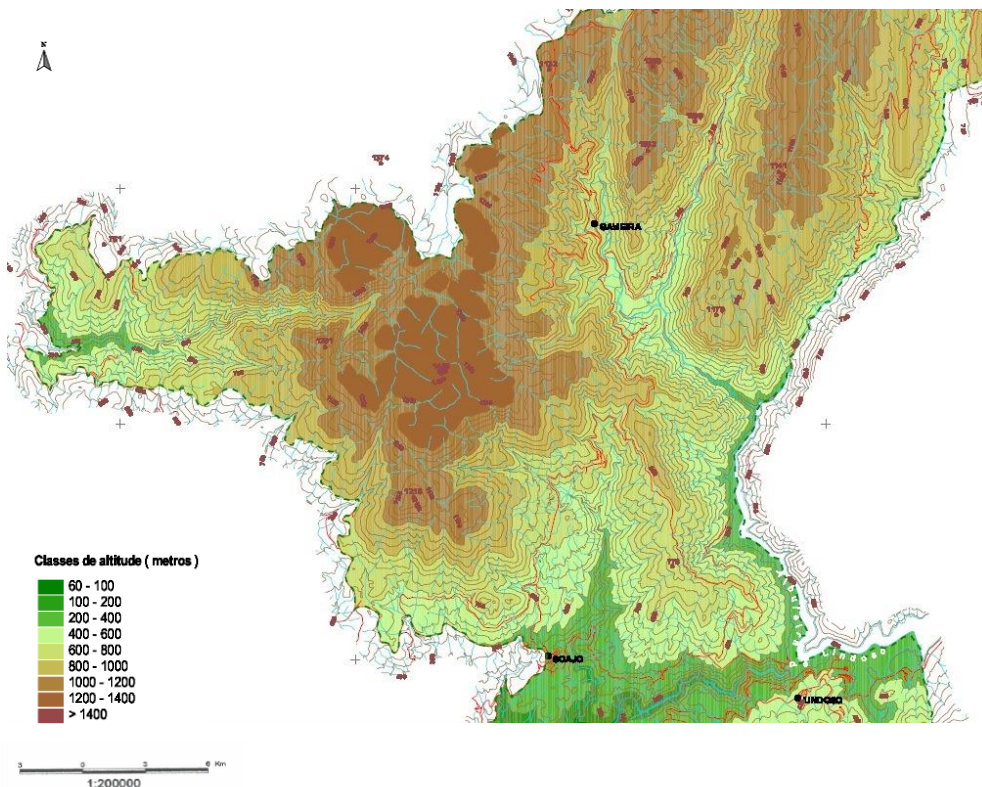
**Fig. 2** Carta topográfica da Serra da Peneda, localização das aldeias e brandas da Gavieira e Rouças. Projecção de Gauss- Elipsoide Internacional- Datum de Lisboa.

Integrada na mancha granítica do Noroeste da Península Ibérica, a serra, de orografia acidentada, caracteriza-se pelos seus grandes núcleos rochosos de granito a “*afloorar por toda a parte, no cimo das elevações, nas encostas abruptas, nos vales*” (Carvalho, 2006, p.142). Os afloramentos rochosos atingem elevadas altitudes, e as frequentes superfícies de aplanção, conseqüentes dos distintos momentos orogénicos, são afectadas pela acção dos vários ciclos erosivos (Rey, 2000), determinantes na formação de um terreno fragmentado e descontínuo. Na serra, o território atinge grandes amplitudes, sobretudo em altitude com variadas

cotas, que vão desde as zonas mais baixas de vale do rio Vez e Lima, até ao pico mais alto do cume da montanha, que ronda os 1400 metros.

Os factores erosivos e a orografia acidentada do território em causa a trabalharem em conjunto, remodelaram as superfícies de aplanção que por sua vez, originaram variadas unidades topográficas como as serras e os vales. Nestas paisagens também os níveis de erosão, que se sobressaem, foram decisivos na fixação das populações. A tectónica de fracturação desempenhou o papel fundamental na rede hidrográfica, que permitiu a incisão dos canais de água. Assim mesmo, as mudanças climáticas asseguraram o desenvolvimento geomorfológico. A rede fluvial controlou a modelação dos interflúvios, criando uma hierarquização fluvial organizada (Rey, 2000).

O território da Serra foi preponderante na fixação das povoações. Face às suas características morfológicas acima referidas, como o acidentado relevo e a grande fracturação geológica, bem visível, a serra estruturou-se e compartimentou-se num rede de vales cujo papel foi decisivo na evolução da ocupação humana e das estruturas económicas serranas (Barros, 2011 & Medeiros, 1984).



**Fig. 3** Carta hipsométrica da Serra da Peneda. Projecção de Gauss- Elipsoide Internacional- Datum de Lisboa.



Ao se fixarem nos planaltos, as populações criaram um conjunto de formas, das quais se evidenciam as rechãs, “*verdadeiros patamares, outrora meticulosamente aproveitados e cultivados, hierarquizados por outros, que acomodam as povoações, que, ora condicionam declives muito marcados ora descaem (...) para o vale*” (Carvalho, 2006, p.142). É nas zonas de vale que se encontram os terrenos mais abrigados das intempéries propícios ao cultivo, e os lugares de habitação permanente - as aldeias, “*percorridos por uma extensa rede hidrográfica, composta por um conjunto de afluentes e subafluentes que de um modo geral, definem longos vales agudos de encostas escarpadas*” (Rey, 2000, p.24), que “desenham” a paisagem e enriquecem a flora, com várias espécies de árvores folhosas para proveito da população, e facultam a rega dos campos de cultivo, através de engenhosos sistemas de regadio adquirido pelos camponeses.

O modo como se distribuíram os diferentes lugares compreendeu uma adaptação, por parte de grupos de habitantes, que de acordo com o potencial agro-silvo-pastoril dos solos e das formações rochosas, obrigaram à utilização extensiva da lande em complementaridade com a prática da agricultura em parcelas com dimensões reduzidas e maior aptidão agrícola.

Em função destes condicionalismos, observam-se edificações implantadas em patamares a diferentes cotas, habitadas em períodos alternados ao longo do ano, num esforço de rentabilizar ao máximo os solos férteis e as pastagens envolventes. Estes factores garantiram uma dinâmica a nível territorial e de assentamentos, construindo-se um sistema de povoamento agrupado e duplo – o de branda e de habitação permanente.

A fertilidade dos solos condicionou a construção dos aglomerados, no entanto não impediram que os habitantes se projectassem para fora do núcleo principal, à procura de novos terrenos para construção, e ao mesmo explorarem o território, de modo racional e inteligente implementando novas culturas agrícolas.

Proliferaram verdadeiros esquemas territoriais, distintos pelo “*tipo de adversidade a ultrapassar*” (Carvalho, 2006, p.192) que em comum apresentam um conjunto de interações, que ao longo dos anos a população foi marcando o território, com espaços de cultivo, de pasto e de habitação, resultando num mesmo tipo de habitat, o agrupado.

A complexidade do território da Serra da Peneda poderá questionar-se do ponto de vista, das diferentes unidades morfológicas que o caracterizam. A estrutura geomorfológica explica-se pela conservação do património e da maturidade que a população teve em racionalizar os recursos que a terra foi fornecendo no decorrer dos tempos. São visíveis nos vales, rios e ribeiros que condicionaram ou favoreceram a implantação de núcleos habitáveis e das parcelas de cultivo e de

pasto. Como se sabe, a população, face às necessidades físicas e às adversidades do clima e do terreno, implantou-se em pontos estratégicos da serra, sempre próximos aos cursos de água e aos afloramentos de granito, originários das sucessivas erosões provocadas pelas fortes precipitações.

Na serra da Peneda verificam-se duas distintas situações, atendendo às peculiaridades do meio geográfico onde se localizam os aglomerados.

A população fixou-se nos vales a mais de 400 metros, que contam com vários talvegues, o que demonstra inteligência por parte da população na selecção de áreas amplas e com solo produtivo. Em todos os vales ocupados pelos aglomerados encontram-se porções de solo arável utilizado para as culturas do milho e pastagens, associados aos lugares de habitação permanente. A população como forma de se organizar distribui-se conforme a aptidão dos solos, ocupando a massa construída sempre uma pequena parte em relação aos campos. Os campos de cultivo como forma de se adaptarem ao declive, foram construídos em sucessivos patamares - os socalcos, designados assim, por se assemelharem a plataformas, que de espaço a espaço, originam degraus que rematam em muros de terra, que suportam toda a estrutura. Também os trajectos do rio Peneda e Pomba contribuíram, de certo modo, na distribuição dos lugares, tanto os de extensa área instalados nas cotas entre os 600 e os 770 metros, como os instalados nos planaltos entre os 900 e 1300 metros.

### **3.2.2. Clima**

Acerca do clima da Serra da Peneda é importante que se faça uma relação, em simultâneo com o factor económico local, como afirma Fernando Barros, “*o factor economia local (agricultura e pastorícia) é que marca (...) as acções de construção neste território (...) são sobretudo as razões climáticas que justificam (...) os fenómenos de transumância*” (2011, p.31). Todo o sistema de apropriação da serra esteve ligado ao factor económico, embora tenha sido, o clima o de extrema importância para a fixação da população e no desenvolvimento económico dos lugares. As alterações climáticas justificam os fenómenos da transumância, que subsistem ainda na tradição da Serra. A transumância iniciou-se no momento, em que a população necessitou mudar-se da área de conforto e percorrer o território à procura de novos espaços, abrigados e com melhores recursos agrícolas

De clima essencialmente, influenciado pelas massas de ar de origem atlântica, a serra à altitude a que se encontra (Carvalho, 2006, p.14 citado por Sampaio, 2009) caracteriza-se pelos seus verões amenos que contrastam com os invernos rigorosos. Geralmente as temperaturas não ultrapassam os 13°C, o que garante

estabilidade climática durante grande parte do ano. As temperaturas mais elevadas verificam-se no trimestre entre Julho e Setembro, com máximas no mês de Agosto, enquanto as temperaturas mais baixas registam-se no Inverno, chegando a atingir os 7°C e com frequentes geadas todo o ano.

A Serra da Peneda é uma área especialmente chuvosa, com chuvas a ocorrerem ao longo de todo o ano e mais intensas na mudança do Outono para o Inverno. As fortes torrentes de água, causadas pela elevada precipitação, têm vindo a desgastar as encostas com pouca cobertura vegetal, ficando o manto exposto ao desgaste. Outro factor que impede a regeneração do manto vegetal é a excessiva prática do pastoreio. Trata-se de uma região, onde a actividade dominante é a agro- pastorícia.

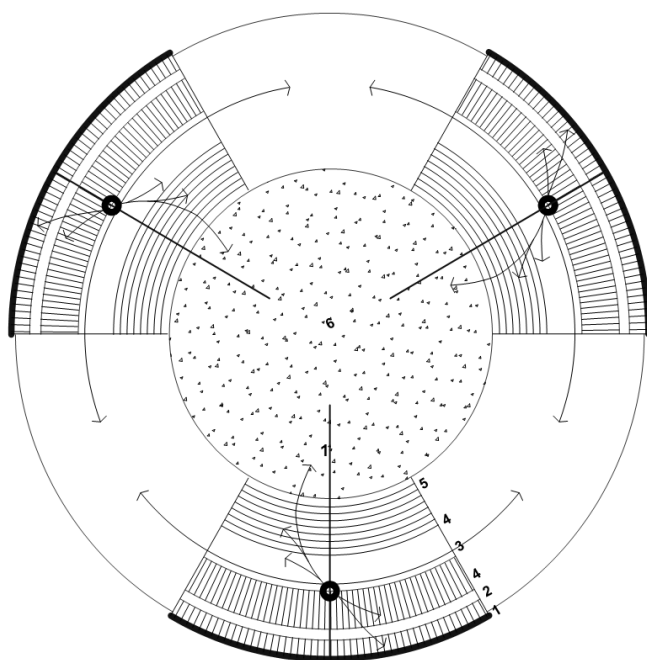
Todo este processo erosivo levou à acumulação de terra apta ao cultivo nos terrenos baixos de vale, empobrecendo os cimos da serra (Carvalho, 2006). No entanto, as intensas chuvas transformaram a serra num excelente reservatório de água para o Verão que é curto e seco.

Contudo o clima varia consoante a altitude. A serra apresenta diversos microclimas que diferem com a altitude o que influenciou os usos do solo e os diferentes tipos de vegetação. Os microclimas proporcionaram a implantação de diferentes assentamentos, que obedecem a uma integração no espaço físico, onde o homem desenvolve as suas actividades em favor das necessidades concretas (Rey, 2000).

Os assentamentos de vale são espaços abrigados, com invernos amenos, enquanto as brandas são lugares expostos às intempéries. Na medida que se progride para cotas mais altas (Sampaio, 2009), criam-se sistemas de povoamento que exploram a serra em dois níveis altimétricos - as brandas a altas altitudes, e as aldeias nas cotas baixas.

### **3.2.3. Uso do solo e ocupação do território**

As aldeias estabelecem uma interacção com as brandas, e em torno delas criou-se o sistema de pastoreio de Verão e o sistema de culturas do centeio e da batata, enquanto na aldeia desenvolve-se o sistema de regadio do milho e do feijão, que alterna com os lameiros no Inverno. Com a chegada dos meses mais quentes o clima das aldeias torna-se demasiado abafado e esgotam-se os alimentos do pastoreio, forçando membros dos agregados familiares, juntamente com os seus animais, a deslocarem-se para cotas mais elevadas. As brandas constituem-se assim, aglomerados residenciais de Verão (Larcher - Graça, s/d).



- 1 - linhas de água
- 2 - várzea
- 3 - campos de cultivo
- 4 - área florestal
- 5 - brandas / matos
- 6 - "plateau central"

→ Principais fluxos de aproveitamento  
 ○ Lugar

Fig. 4 Modelo de ocupação de montanha: estrutura do povoamento

Às primeiras chuvas, mais ou menos em Setembro, as brandas ficam vulneráveis às intempéries e obrigam o regresso à aldeia. De acordo com a informação recolhida, sabe-se que as deslocações entre as brandas e a aldeia realizavam-se a pé por caminhos que interligavam os diferentes lugares da serra da Peneda.

Os factores climáticos são usualmente invocados pela população, para justificar a manutenção dos hábitos de alternância entre a branda e a aldeia. As temperaturas negativas durante o Inverno, regularmente acompanhadas de nevões, dificultam de tal maneira a permanência nas brandas que a única solução é a descida à aldeia. O clima na aldeia é favorável e com temperaturas menos baixas. A transumância relaciona-se com os Invernos que decorrem atempadamente e que surpreendem a estadia da população na branda durante o Verão. Segundo o testemunho dos habitantes, estes qualificam os lugares das brandas como os airosos e as aldeias, lugares abrigados.

A transumância caracteriza-se pela participação conjugada da população na subida e descida às brandas. Membros dos agregados familiares deslocam-se para a branda, e o período de permanência nestas é o mais curto de todos os que

ocorrem no decurso do ciclo agro-pastoril anual. Durante o mês de Dezembro a população residente na branda regressa à aldeia, e apenas se desloca à branda para controlar os animais e vigiar as habitações, regressando ao fim do dia.

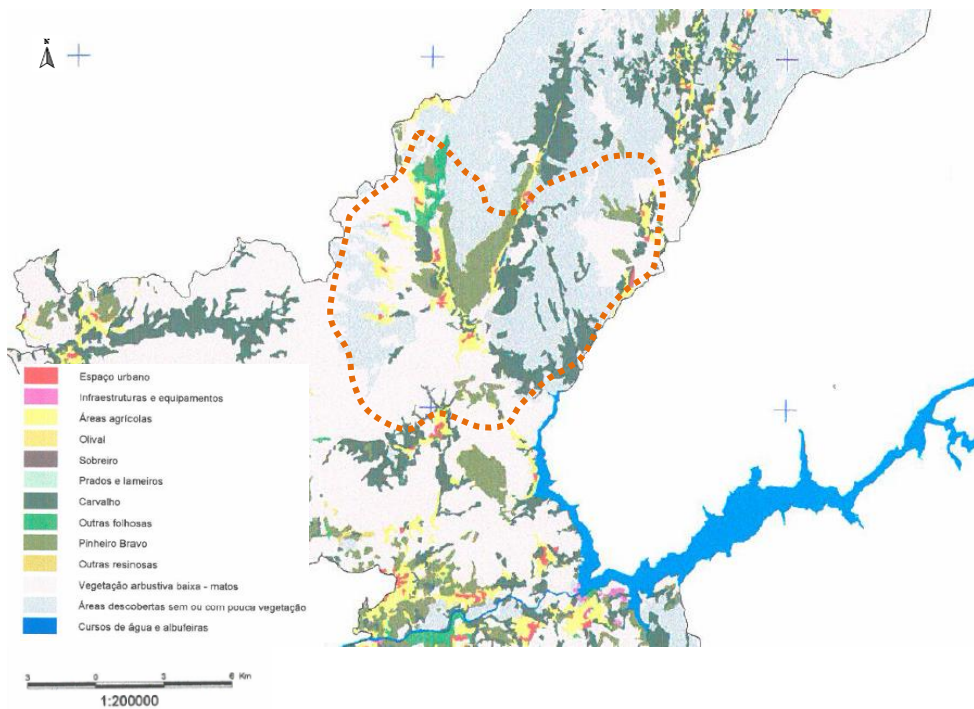
No decurso dos meses de Fevereiro e Março efectuam-se as tarefas de preparação dos campos para as novas sementeiras: lavrar a terra para o cultivo do feijão e do milho, cortar a lenha e roçar o mato. Por volta dos inícios da Primavera, nas brandas também se preparam os campos para iniciar o cultivo da batata. Inicia-se a permanência durante os meses quentes na branda. Nos finais da Primavera ocorre a mudança por parte de alguns habitantes da aldeia para a branda, acompanhados do gado. No decurso do Verão efectuam-se descidas à aldeia de ida e volta no mesmo dia, para se recolher mantimentos e utensílios agrícolas e domésticos.

Pelo facto da cultura do centeio não ter a mesma dimensão em todas as explorações, a estadia das pessoas na branda varia entre deslocações diárias ou a permanência, ainda que por tempo incerto, conforme a exigência dos trabalhos agrícolas e termina por volta de meados de Dezembro, com o regresso da população à aldeia para a época natalícia, encerrando assim os movimentos intercalares do calendário agrícola anual.

### **3.2.3.1. Uso do solo**

A gestão dos solos da Serra da Peneda realiza-se de modo racional e organizado, seguindo um regime tripartido de vale- encosta – planalto, enquadrando em cada área da serra um diferente tipo de cultura. A existência de um escalonamento altitudinal dos recursos, desde as áreas baixas até às altas, aumenta a produtividade de cada lugar. Ao nível do vale, nos terrenos cultiva-se o milho, enquanto a nível supra- florestal o recurso fundamental é o pasto, aproveitado pelo gado durante meio ano. A actividade complementa-se com o cultivo das terras, onde se plantam o centeio e batata, e os fenos para consumo dos animais.

Em consequência da necessidade de sobrevivência o camponês alterou a vegetação natural, organizando comunidades de matos com triplo uso agro-pastoril, aportando lenha para o aquecimento e alimento para o gado. As culturas permanentes de vale tiram proveito da fertilidade dos solos e da acumulação de suportes minerais, orgânicos e hídricos. A necessidade de água para a rega, essencialmente no Verão, traduziu-se na criação de uma rede de regadios, que trazem água captada dos cimos da montanha, durante quilómetros de percurso e a distribuem pelos campos (Rey, 2000).



**Fig. 5** Carta de tipos de solo e usos actuais. Projecção de Gauss- Elipsoide Internacional-Datum de Lisboa.

A heterogeneidade espacial, mediante o aproveitamento diversificado com a incorporação dos fluxos naturais com a actividade produtiva, consideraram-se factores relevantes para o aproveitamento global de todo o território, utilizando intensa e continuamente as zonas de acumulação de fertilidade natural. Tudo isto só foi possível através da organização dos interesses comuns da população, que facultaram a exploração contínua dos espaços de montanha.

A organização social baseou-se em dois pilares básicos: a abundância de mão-de-obra e na hierarquização nas relações de trabalho, com o interesse geral a sobrepor-se ao individual. Mantiveram os sistemas de pastoreio e a conservação de estruturas de exploração e as práticas comunitárias no aproveitamento do espaço (Ruiz, 1990 citado por Rey, 2000). Tais sistemas de exploração, exigiram para o seu funcionamento uma organização social complexa. As dificuldades incentivaram a população a repartir-se entre esforços, entre a conservação e a produção dos recursos.

As condições naturais associadas à fragmentação do relevo provocam a compartimentação do meio, condicionando a sua ocupação e impulsionando o aproveitamento intensivo das zonas favoráveis para a instalação de culturas agrícolas, reservando os terrenos com menor aptidão agrícola para a construção dos aglomerados.

A ocupação do território está ligada com a actividade económica e com os diferentes usos do solo, com respeito à sua aptidão e ao comportamento de toda a área. A massa edificada situa-se nos terrenos não aptos ao cultivo, geralmente nos afloramentos rochosos existentes no solo, e a maior área de solo possível para campos de cultivo. Consoante se eleva em altitude, a densidade de construções vai reduzindo, ocupando os diferentes níveis de aplanamento.

A gestão tripartida do território permitiu a criação de hortas e prados, localizados no nível supra - florestal. A aldeia tem o domínio total sobre as áreas de terrenos que a abrangem, ocupando os terrenos incultos de pastos e a floresta, a maior área de influência.

Da análise da carta dos usos do solo, e ao perfil desenhado por Joana Barbosa para a edição da Adere (1999), percebe-se que a gestão tripartida do território da Serra da Peneda fez-se segundo a altitude. Partindo das áreas de vale, a gestão realizou-se com a produção das culturas de milho e do feijão, alternando no Inverno com pasto para o gado que devido ao mau tempo, desce da serra à procura de abrigo.

No nível acima destes, os poulcos complementam os campos com feno e pasto. A utilização destes solos da encosta permite o aproveitamento agrícola, mantendo a inclinação natural que protege o vale das geadas. Os carvalhos são excelentes fornecedores de madeira que é utilizada na construção e no aquecimento das habitações.

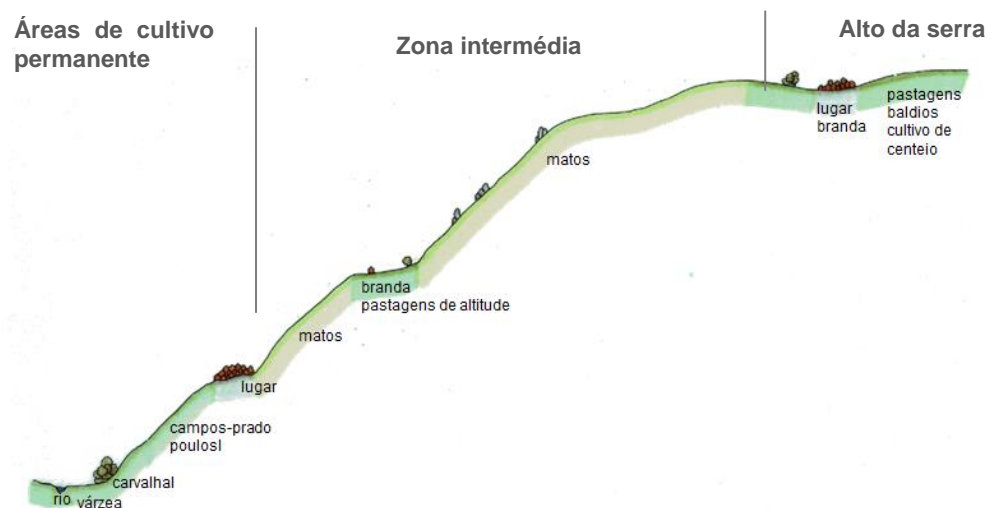


Fig. 6 Perfil da unidade territorial

Na zona intermédia, segundo modelo de ocupação territorial, encontram-se a floresta e as brandas. A floresta ocupa as áreas com pouca aptidão agrícola da qual a população recorre para a obtenção de lenha e mato para a produção de estrume e cama para os animais. Mais acima situam-se as brandas nas chãs - áreas descobertas e com pouca vegetação, onde se cultivam o centeio e a batata.

No alto da serra, florescem as pastagens espontâneas em locais afastados dos lugares, e predominam os baldios, importantes na criação extensiva de gado. Cultiva-se o centeio, e armazenam-se os fenos nos palheiros das brandas.

Aludindo ao sistema de culturas do passado, a produção agrícola organizava-se na base de grupos domésticos. A cada grupo cabia a responsabilidade de realizar as tarefas agrícolas segundo o calendário agrícola anual. Apesar das inúmeras alterações, que o sistema agrário sofreu, relativamente às últimas décadas do século XX, com a introdução do milho, ainda assim se pode afirmar que as aldeias da serra se integram numa “*economia campesina*” (Silva, 1997, citado por Pinto, 2005, p. 49), dada à relação destas com a natureza.

O cultivo de solos afastados da aldeia levantou a necessidade de se construírem novas habitações nas brandas junto das parcelas cultivadas. As brandas cresceram na paisagem a um ritmo acelerado e contínuo, como resposta à falta de terrenos férteis para o cultivo nas zonas de vale. Na medida que as necessidades de sobrevivência exigiram à população o alargamento dos espaços de cultura, estes sucederam de modo contínuo a partir da aldeia, levando à fixação dos habitantes nos espaços distanciados do lugar de origem e ao alargamento das manchas cultivadas, quer a partir da aldeia, quer a partir dos novos espaços cultiváveis.

Para cada aldeia da Gavieira, existem no mínimo duas aldeias de branda, com habitações modestas, cuja função principal é acolher o agregado familiar em períodos específicos, concretamente na época estival e de acordo com as fases do ciclo vegetativo das culturas praticadas nas brandas.

Outro motivo importante na expansão da mancha construída foi o de evitar grandes deslocações por parte dos habitantes por caminhos de difícil circulação, e o facto de cada cultura agrícola ter um tempo de crescimento diferente, exigindo uma cuidada vigilância na produção. Os agricultores têm que, ora por uma cultura ou por outra, ou para guardar o gado, subir à branda, em diferentes dias e diferentes épocas. Ou simplesmente para vigiar e proteger o património, sobretudo nos meses mais frios.



### 3.2.3.2. Ocupação do território

A distribuição da população pela serra da Peneda “*reflecte a influência dum conjunto de condicionantes físicas muito marcadas, consequência da evolução do meio e processos que afectaram o espaço geográfico (...) processos naturais como de carácter humano*” (Rey, 2000, p.16). A ocupação do território serrano teve a ver em muito, com a actividade económica e com os distintos usos do solo no que respeitou à sua aptidão. O território construiu-se de acordo com as regras de sociabilidade e de gestão, tendo em conta a racionalização dos recursos existentes. Os assentamentos, criam uma “*mancha descontínua*” (Rey, 2000, p.39) nas zonas de vale de residência permanente e nos planaltos as brandas, seguiram o traçado das curvas de nível, os declives do terreno e as artérias fluviais, adquirindo a forma destes. Geralmente os assentamentos localizam-se nas rupturas da pendente, junto às encostas e implantados sob afloramentos rochosos ou próximos destes, poupando os terrenos agrícolas.

Da observação ao território, verifica-se que os aglomerados ocupam todos eles as áreas favoráveis à construção das zonas de meia encosta e vale, deixando para exploração agrícola os melhores terrenos. A superfície habitável engloba todas as construções que se formaram em virtude da configuração do território.

Existe uma íntima ligação com as condições naturais que propiciaram o desenvolvimento dos lugares (Barros, 2011) e a respectiva arquitectura das construções. Foram aproveitadas as áreas de grandes pendentes e rochosas, com pouco aproveitamento agrícola para edificação de estruturas de apoio à agricultura e ao pastoreio - estruturas simples, mas muito complexas no que respeita à geografia do local e ao aproveitamento dos recursos que o território disponibilizou.

Desde sempre as condicionantes geográficas - clima e relevo, foram os principais determinantes da estrutura dos aglomerados, actuando a nível da organização e localização destes. Os declives acentuados e a irregularidade do relevo, levaram à implantação dos assentamentos em pontos em contacto directo com os afloramentos rochosos e com as linhas de água, como recursos primários na organização dos lugares.

Os aglomerados apresentam-se na paisagem como pequenas manchas compactas de habitações com grandes extensões de campos de cultivo. Foram construídos em terrenos esqueléticos e sob os afloramentos rochosos, que serviram de base à construção (Barbosa, 1998a). A organização dos aglomerados condiciona-se com o local da implantação e com as aberturas de vias de circulação interna e com os acessos exteriores.

Verifica-se que cada lugar tem uma relação de dependência entre si e com os seus recursos, e uma relação de interdependência com os lugares próximos, que

acontece a partir dos fluxos de circulação criados dentro de cada lugar, que se expandem para os outros lugares. Por outras palavras, cada lugar funciona como uma unidade unitária e dependente dos seus recursos. Faz-se a correcta gestão de cada elemento constituinte do lugar, agregando as diferentes funções dentro do mesmo.

Ao mesmo tempo que cada lugar funciona de modo independente, encontra-se ligado com os lugares vizinhos. Criou-se uma relação de dependência que só foi possível a partir dos fluxos de circulação e das trocas de uns com os outros. A serra, ponto mais alto, é o elemento unificador de todos os lugares. Os lugares, concentrados desenvolveram-se em torno do alto da serra, dando a ideia de dispersão, embora mantendo as características do povoamento agrupado de serra.

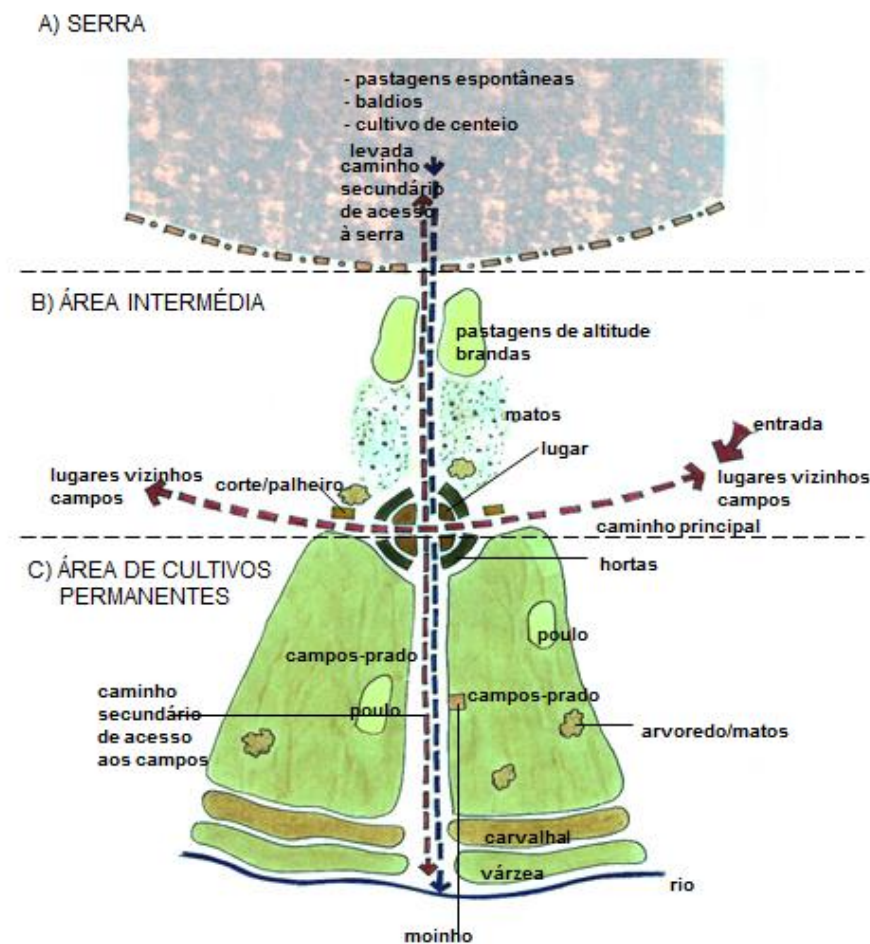
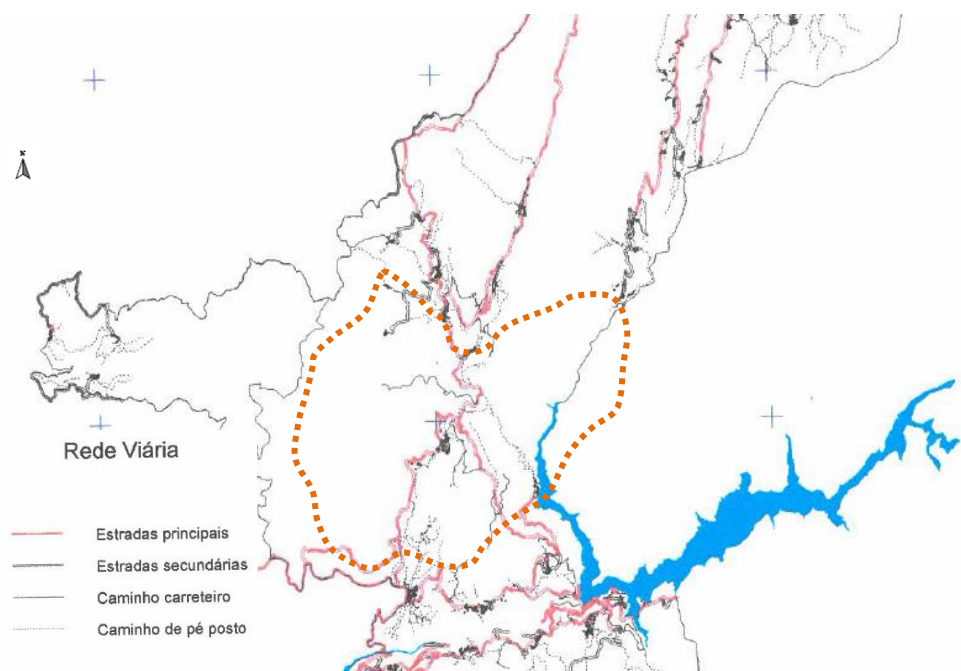


Fig. 7 Esquema altimétrico da unidade territorial

A geografia do território da serra permitiu a criação de distintos lugares, dispostos em amplitude e altitude. Distribuem-se em patamares e em dois sentidos: no transversal, em relação com os vales e as linhas de água, e no sentido longitudinal, na exploração dos planaltos nos cumes da montanha.

A gestão tripartida da serra levou à abertura dos primeiros caminhos, que ligaram os lugares e permitiriam o acesso longitudinal e transversal entre o vale e os planaltos. Os caminhos pedonais constituem a maioria das vias de comunicação na serra que ligam os aglomerados aos campos, de tal maneira que “*cada aldeia é o centro de uma verdadeira rede (..) que se estende pela serra constituindo vias de comunicação à distancia*” (Rey, 2000, p.39).



**Fig. 8** Carta de vias de comunicação. Projecção de Gauss- Elipsoide Internacional- Datum de Lisboa.

Analisando a carta das vias de comunicação, verifica-se que a maioria dos lugares da Serra da Peneda estão fortemente relacionadas com o traçado das vias de comunicação. A proximidade dos lugares com as vias está em parte associada aos caminhos históricos como os do Soajo e da Gavieira, em que os aglomerados se dispuseram junto da antiga via que unia os mosteiros de Fiães e Ermelo. Os aglomerados que se construíram espalhados pelo território e afastados destas vias, encontram-se ao longo de vias de penetração junto dos leitos hídricos, como é bem visível nas brandas, que se implantaram todas próximas a cursos de água.

A ligação dos diferentes lugares com os caminhos, determinou a configuração dos aglomerados. Os lugares sobranceiros às vias existentes adquiriram a forma alongada (Barros, 2011), enquanto os afastados adquiriram forma compacta. As construções crescem desalinhadas dos caminhos, e dispõem-se de forma difusa ao longo destes. No entanto os aglomerados construídos distantes das vias, adoptaram formas concentradas e funcionam como estruturas independentes, possuidoras da própria rede de caminhos.

### **3.3. Enquadramento Histórico**

Desde cedo que o Homem vem deixando marcas no território, desde as gravuras e pinturas, bem como intervenções mais profundas na paisagem, com destaque para a habitação. Da fixação humana no Noroeste Peninsular, as primeiras implantações das comunidades de que se tem conhecimento em Arcos de Valdevez, remontam ao séc. X. Existem no entanto, no testamento de Mumadona de Guimarães, referências de várias civilizações que presenciaram a sua vida, deixando vestígios arqueológicos, quer de carácter popular quer erudito, que apontam para a existência de ocupações territoriais anteriores.

A fixação humana em muito esteve associada à civilização megalítica, traduzida na implantação de antas e dólmenes nos pontos mais elevados do território. Desenvolveu-se sobretudo no início do Neolítico, caracterizado sobretudo pelo uso da pedra polida (Carvalho, 2006). As construções megalíticas com recurso da pedra, como acima referidas, foram das primeiras intervenções e transformações no território através da arquitectura. Estas construções simbolizaram e significaram o reconhecimento por parte dos povos do território e a reivindicação da sua posse (Teixeira, 2013).

A primeira análise do território partiu do entendimento das características físicas do mesmo – da geografia, os ventos, exposição solar e as características do solo e da capacidade humana de saber tirar proveito desses recursos, contribuindo para a organização do espaço, nas estruturas do povoamento e na arquitectura (Teixeira, 2013). Deste conhecimento por parte do Homem, surgiram construções em harmonia com a materialidade da natureza, onde se inclui a arquitectura da habitação e as estruturas de exploração do solo.

As comunidades proto-históricas praticavam uma agricultura rudimentar e ter-se-ão fixado, preferencialmente, nas chãs dos planaltos, situados a diversas altitudes, muito acima dos 700 metros, onde construíram sepulcros megalíticos - mamoas (Jorge, 1990 citado por Rey, 2000). À civilização megalítica sucedeu-se a civilização dos primeiros povoados fortificados, os castros, onde o relevo forneceu a estes povoados isolamento e sítios defensivos. Os factores que determinaram a

implantação dos castros terão sido, portanto, as condições naturais de defesa e o isolamento.

A forma de povoamento castrejo caracterizou-se pela intensiva e constante procura dos solos férteis favoráveis às práticas da agricultura e à criação de gado, bem como, da importância dada à exploração mineira, do estanho e do ouro, que estiveram na base das trocas comerciais. As construções defensivas – as muralhas adaptavam-se à topografia do lugar e às possibilidades das populações. As habitações aglomeravam-se em pequenos núcleos levando os assentamentos castrejos a atingirem dimensões variáveis, dependendo do número de habitantes que abrigassem, e um povoamento fortemente concentrado determinado tanto pela natureza da implementação como pela função defensiva.

Se se efectuar um paralelismo entre a distribuição dos castros e as primeiras aglomerações de montanha, verifica-se a importância que o “*castrejo concedeu às características do sítio e da posição, factores que justificam a longevidade destas povoações, independentemente da evolução dos condicionamentos no tempo*” (Carvalho, 2006, p.70). O legado patrimonial herdado da cultura castreja, com as suas construções circulares, reflectiu-se na individualidade e independência na formação dos assentamentos da Serra da Peneda. O modo de construir do povo castrejo, sobretudo as paredes circulares, com recurso aos materiais existentes nos locais da implantação, reflecte-se na concepção das habitações dos aglomerados rurais da serra da Peneda (Barbosa, 1998a, p.38).

O conceito de pátio circular, que encerra as funções complementares à habitação, como a eira, está bem patente na arquitectura da serra. As habitações com planta circular e quadrangular, com as paredes inteiramente em pedra de granito, com as coberturas em colmo, eram precedidas muitas vezes, por um pequeno vestíbulo vedado por um muro, protegido por uma extensão da cobertura. Poderá afirmar-se que este modelo construtivo tenha estado na origem das varandas das habitações rurais. Pode-se encontrar nos castros a origem da tradição portuguesa em construir em locais de elevadas altitudes – neste caso, as brandas. Nos povoamentos das zonas mais altas encontram-se ainda estruturas de propriedade, formas de exploração agrícola e práticas sociais colectivas, que são herdeiras directas dos castros (Teixeira, 2013).

Contudo foi na Idade do Ferro que ocorreu a maior humanização da paisagem, com numerosos castros e fortificações, geralmente para albergarem um régulo e pequenas famílias (Almeida, 1985 citado por Castro Caldas, 1994). Nesta fase conseguiram-se armazenar grandes quantidades de sementes e outros produtos de consumo básico, através da especialização agro-pastoril.

Na Idade do Ferro, a cultura castreja terá vivido entre os 900 A.C. e o século I D.C., embora alguns castros ascendam ao Neolítico e outros tenham sido romanizados “*conservando no seu espólio a marca de várias influências de civilização*” (Carvalho, 2006, p.70). Nas campanhas de conquista, Decimus Iunus Brutus, avançou com o exército romano, vindos do Sul, atravessando o rio Lima, que banha os vales mais profundos das Serras do Soajo, Peneda e Amarela, demandando estas terras, ao encontro de metais e de artefactos, que o povo castrejo modelava.

Por sua vez, a presença romana marcou as mudanças no ordenamento do território, relativamente no quadro administrativo, na rede viária e no sistema urbano (Alarcão, 1988 citado por Carvalho, 2006, p.70). No que respeita ao quadro administrativo, evidenciaram-se os *conventus*, unidades territoriais com um centro polarizador de novos lugares em substituição dos lugares castrejos com habitat desorganizado. Os romanos promoveram uma profunda e alargada estruturação agrária e viária, intervindo na paisagem, e determinando a toponímia das parcelas cultivadas e dos lugares.

Desbravaram terras, assim como áreas florestais anexas ao cultivo, e nas margens dos rios efectuaram a limpeza das várzeas, que serviam de pastagem, demarcando as terras mais propícias para a agricultura. Introduziram novas espécies vegetais e frutos, e adoptaram um novo sistema de tratamento dos animais. O evoluído conhecimento de novas técnicas agrícolas e a recorrente utilização dos sistemas de regadios permitiu a dispersão dos solos cultiváveis, e o conseqüente aumento da produção e da população.

Quanto à estrutura viária, o conhecimento dos romanos transformou as vias em pontos estratégicos, que, ao aproximarem os grandes centros administrativos, materializaram os fluxos militares, do comércio, e de todos aqueles relacionados com o exército, desenvolvendo a economia da região, com o aparecimento dos *fora*, mercados locais com a categoria de cidade mercado. Em relação à célula habitacional, a cultura romana trouxe a concepção da planta rectangular com cobertura de duas águas.

Durante o período medieval, o espaço rural assistiu a uma vaga de construções de castelos e mosteiros, fortemente ligados aos homens com poder, “*quer por laços familiares, quer por uma simples dependência (...) incentivaram os camponeses que recorriam à sua protecção, à aceitação da ordem social que lhes era familiar*” (Mattoso, 1981, citado por Carvalho, 2006, p.70), com os assentamentos em torno destes. Um dos castelos dinamizadores do território, foi o de Castro Laboreiro - dele actualmente apenas existem as muralhas e as duas entradas do Sol. O castelo abrangia uma unidade castreja, e era o centro difusor no que respeitava à

organização do território da serra. Continuando nos castelos, “*nas faldas da serra da Peneda, o castelo de Santa Cruz foi a primeira estrutura militar a organizar o território*” (Carvalho, 2006, p.73) pela sua privilegiada posição e domínio sob os terrenos férteis da vila, e o vasto horizonte que se avistava, permitia-lhe controlar tudo a seu redor, inclusive as montanhas da Peneda.

O sistema defensivo em muito contribuiu para o comunitarismo entre os habitantes e a sua aproximação. Quando o sistema defensivo se encontrava menos apto para a defesa das terras e da população, era “*complementado pela acção voluntariosa das populações locais*”. Os habitantes dos aglomerados isolados na serra deslocavam-se das suas aldeias, com o intuito de colaborarem nos reforços da defensiva, e assim conseguirem trocar contacto com outros habitantes na mesma situação.

Por esta altura a Serra da Peneda surgiu como um vazio de pessoas e bens, limitando-se o povoamento às zonas de vale e a algumas encostas (Medeiros, 1984 citado por Rey, 2000). Nesta área existiam somente duas paróquias, a de São Martinho do Soajo e a de Santa Maria de Castro Laboreiro e os mosteiros de Ermelo e Fiães, que favoreceram a aproximação das populações, que se foram instalando junto a estes. Os mosteiros foram um “*elemento imprescindível no enquadramento das comunidades atingidas pelo isolamento e dificuldade de sobrevivência, e factores de atracção na fixação humana*” (Carvalho, 2006, p.111 - 112.). A proximidade do mosteiro com a população permitiu o aumento de terrenos aráveis, implementar novos sistemas de cultura de cereais, que combatessem a falta de alimentos e a alteração na organização da ocupação humana, com emprego de um esquema político-social, demonstrado pela aglomeração dos assentamentos.

Em virtude da necessidade de novos espaços de fixação, ocorreu uma brusca mutação na cobertura vegetal, com o rápido recuo da floresta a favor de outra associação, a lande, que se tornou indispensável para o incremento dos regimes agro-pastoris implementados. Os mosteiros fixaram-se nas áreas de vales abertos, garantindo assim, a rentabilidade agrícola.

Nas últimas décadas do séc. XVIII assistiu-se à fixação intensiva de famílias vindas das aldeias limítrofes, que se arrastaram para a Peneda atraídas pelos postos de trabalho resultantes das obras de grande envergadura, relacionadas com a construção do complexo, que envolve o Santuário e os Quartéis destinados ao alojamento dos peregrinos, dos quais já se destacavam os galegos. A Peneda era um lugar desprovido de habitações e os romeiros viram-se obrigados a descansar do rigor da caminhada nas lapas e grutas, que, proliferavam em abundância (Pintor, 1976). Mais adiante, construíram as zonas de Baleiral, como

resultado do aumento da população, e a positiva evolução da Peneda, cujo aumento populacional contribuiu para que, gradualmente, as famílias optassem por se fixarem a jusante (Medeiros, 1984).

No entanto, o grande passo na humanização da serra esteve associado à introdução da cultura do milho e do feijão, e mais tarde com a cultura da batata. A difusão do milho garantiu melhores condições agrícolas e nos sistemas de regadio. A expansão do milho nas vertentes da Serra da Peneda provocou um notável desenvolvimento demográfico. Deste modo a alimentação tornou-se variada e rica em nutrientes, causando o forte crescimento da população e, em consequência deste factor, a construção de novos núcleos habitacionais, que levaram a cabo a expansão do cultivo das terras de vale para as zonas mais altas da serra (Medeiros, 1984). Sabe-se que antes da revolução do milho, os actuais campos e prados teriam sido para a cultura do centeio ou áreas simplesmente pastoreadas, e os socalcos não existiam (Castro Caldas, 1994).

Tendo em conta o trabalho de Isabel Medeiros (1984a), não restam dúvidas de que o povoamento da serra, no seu aspecto explosivo dos séculos XVIII e XIX, resultou essencialmente da revolução do milho. À altitude de 300 metros instalou-se uma agricultura nova nos campos e nos socalcos, regados e fertilizados, que facultou a produção do cereal em elevadas quantidades. Este desenvolvimento alterou o habitat rural na serra. Os “*casais apartados*” (Castro Caldas, 1994, p.176) foram substituídos por aldeamentos de residência permanente, dado o nome de lugar fixo, e outros de residência estival, designados por brandas. (Castro Caldas, 1994).

O aumento das cabeças de gado também foi crucial para a construção de estruturas pastoris a elevadas altitudes. Este acréscimo obrigou a lançar na serra um “*novo pastoreio, no Verão, subindo o gado à frente, levando consigo pastores, que também passaram a praticar a agricultura primavero-outonal, em espaços agro-pastoris*” (Castro Caldas, 1994, p.176). De facto, foi à mercê do impulso demográfico provocado pela revolução do milho, que a ocupação e exploração da serra passaram a ser praticadas com obediência a uma lógica estacional, que obrigou a alternância da residência. Os camponeses podiam estar presentes desde a Primavera ao Outono junto das sementeiras e colheitas, e em simultâneo no pastoreio do gado em espaços mais alargados e favoráveis (Castro Caldas, 1994, p.176). Generalizou-se a ocupação da serra. Levou à edificação de novos agrupamentos habitacionais e ao desdobramento de outros, assim como a conversão das brandas mais próximas em novas aldeias.



No século XIX, estava “*enraizada a actual malha de povoamento*” (Rey, 2000, p.33). Nas vertentes mais altas, situavam-se as brandas e, a meia encosta os lugares. Cada área da serra apareceu bastante bem aproveitada e valorizada, consolidando-se estruturas originais que ainda são essenciais ao desenvolvimento e organização económica e social da montanha (Medeiros, 1984a).

### **3.3.1. Enquadramento histórico da Gavieira**

A freguesia da Gavieira, como refere o antropólogo José Pinto (2002), no seu estudo “*Os santos esperam mas não perdoam*”, citando Vasconcelos (1927), “*quando se formou o lugar da Gavieira, era uma branda (...) e veio para ali um individuo (...) da freguesia de Gave, ao qual os outros começaram a chamar gavieiro. Daqui o nome da terra*” (Vasconcelos, 1927, p.16 citado por Pinto, 2002, p.19) situa-se no concelho de Arcos de Valdevez, na Serra da Peneda e é constituída pelos lugares de Rouças, Gavieira – lugar da Igreja, Tibo, Peneda e Baleiral. Constata-se que os primeiros lugares que deram origem à Gavieira foram os lugares de Tibo e Rouças localizados na junção dos rios Pomba e Peneda, com estes a formarem o rio Saramagueira, que posteriormente se fundiu com o rio de Castro Laboreiro, num lugar designado de mistura de águas (Pinto, 2005).

O foral concedido por D. Manuel em Outubro de 1515, à freguesia do Soajo, dotou o território de Arcos de Valdevez de dois distintos concelhos. Do concelho do Soajo apenas faziam parte duas freguesias, sendo uma delas a Gavieira, que mais tarde se desmembrou do Soajo e passou a pertencer ao concelho de Arcos de Valdevez. Ulteriormente o concelho do Soajo tomou posse das freguesias de Soajo, Gavieira e Ermelo. Contudo eclesiasticamente o referido concelho passou a ser composto pelo Soajo e pela Gavieira, transferindo o Ermelo para a freguesia do Vale. O concelho do Soajo extinguiu-se em 1852 e as freguesias pertencentes a este passaram a fazer parte do concelho de Arcos de Valdevez, que neste ano já se encontrava em expansão e desenvolvimento.

A Gavieira tem uma área correspondente a 57,56 km<sup>2</sup>, e encontra-se no vale onde se fragmenta o maciço montanhoso da Serra da Peneda. Limitada a Norte por Lamas de Mouro e Castro Laboreiro, a Sul por Soajo e a Oeste por Castro Laboreiro, e sem esquecer da vizinha Espanha, que faz fronteira a Este, pelo lugar de Entrimo. É composta por cinco núcleos habitacionais, de povoamento concentrado, com uma considerável distância entre os núcleos. Os lugares são dotados de cinco brandas, correspondendo, em destaque, a Rouças as brandas de Gorbelas e Junqueira, e ao lugar da Igreja – Gavieira, as brandas de Busgalinhas e S. Bento do Cando, objecto de estudo nesta investigação.

## 4. Construção do território. Apropriação humana do espaço natural

### 4.1. Processos de construção do território e caracterização do povoamento

#### 4.1.1. Organização e estruturação do território

A humanização da Serra da Peneda ocorreu, notavelmente, pela fixação de grupos que, de modo árduo, promoveram conquistas dos espaços adversos e difíceis. O ambiente campestre nesta serra evidencia-se não somente pela sua arquitectura inigualável e pelas suas estruturas de fixação de muros, captação de água e terrenos férteis para as práticas agrícolas, mas também pela maturidade social da comunidade, demonstrada na forte capacidade de realizar tarefas em conjunto.

Só através de esforços colectivos é que a população conseguiu sobreviver às consequências do tempo e às fragilidades a que estavam submetidas. A real vontade de construir um território, à partida hostil, levou à consolidação de aglomerados e lugares de fixação temporária, e à união entre os habitantes. Laboriosamente e a um ritmo persistente, através dum esforço colectivo, *“transgeracional como se houvesse um compromisso para além do tempo de vida de cada um”* (Viana, 2004b, p.16), as populações, metodicamente trabalharam as encostas agrestes protagonizando o que há de melhor na capacidade do Homem em metamorfosear o meio, enriquecendo-o e diversificando-o, tornando-o útil a todos, configurando o território nos mais diversos núcleos habitáveis.

Desde sempre fizeram depender a sua sobrevivência *“da potencialização dos recursos, que o chão lhes proporcionava, recorrendo, ao engenho alicerçado num forte espírito de solidariedade e de cooperação, de esquemas e estratégias capazes de maximizar as produções e enquadrar a sua serra numa especificidade própria* (Carvalho, 2006, p.6). O isolamento da população levou-a, de forma racional e inteligente, a criar métodos de subsistência, únicos, que ainda hoje são muito utilizados. Levou-a a tomar uma atitude inteligente para o aproveitamento dos recursos, sem que estes se esgotassem e tivessem uma incorrecta utilização, fazendo *“toda a gestão do território (...) por forma a economizar trabalho e meios”* (Barbosa, 1998a, p.34). O camponês, através do conhecimento adquirido, aprendeu a trabalhar o território serrano de forma a construir espaços confortáveis e de vivência, seguindo princípios da mais rigorosa manutenção dos recursos e de transmissão do direito de uso do território.

Como a construção urbana condicionou, transformou e organizou o espaço no sentido de um projecto social, este método de construção rural modificou intimamente o ambiente natural de base, harmonizando-o com condições para um sistema de agricultura e pastorícia, de iniciativas individuais integradas no comunitarismo (Miranda, 2000). O homem desenvolveu um modo próprio de vida, concentrando-se em pequenos e isolados povoados, sustentados por uma economia agro-pastoril apoiada em sistemas de organização comunitária, e na ocupação sazonal da alta montanha, as brandas, utilizadas para abrigo e sustento dos animais. O processo de exploração agro-pastoril do território da Serra da Peneda, e o aproveitamento racional dos recursos existentes, encontrou articulação nos diferentes contextos históricos, sociais, físicos, económicos, culturais, e uma panóplia de objecções ao nível da organização do território.

Como descreve Pedro Viana, esta junção que organizou o território constitui um património local de importância arqueológica, e *“representa, a par de outros testemunhos físicos gravados por gerações sucessivas na face da serra, âncoras de amarração ao passado, que pela enorme inércia das mentalidades e dos comportamentos sociais mantêm um simbolismo latente”* (2004b, p.98). Na Serra da Peneda encontra-se bem latente o domínio do homem sobre a natureza adversa, com destaque para a exploração de pastagens e campos em altitude, concretizando uma força civilizacional.

Afastados dos principais centros urbanos e dispersos num território, organizaram-se de modo a gerir por si, a maioria dos entraves que lhes iam surgindo. A diversidade das paisagens da Serra da Peneda demonstram que a vida de trabalho dos habitantes é uma constante luta entre os interesses dos mesmos e a natureza onde se inserem. A falta de acessos e a dificuldade em ultrapassar as fronteiras impostas pelas elevadas montanhas, obrigou-os a refugiarem-se nos lugares mais hostis e a sobreviverem somente da terra e do que a terra lhes fornecia.

Os métodos de sobrevivência de que recorria a comunidade serrana conseguem explicar a sua forte ligação com o território, e como o construíram e foram sobrevivendo, perante as piores condições climatéricas e geográficas. Só assim, se puderam manter os sistemas de pastoreio (vezeiras) e conservar as estruturas de exploração da terra, como os socalcos, regadios e caminhos pedestres, e a gestão do espaço por intermédio de práticas comunitárias, estando muitas das vezes esta gestão do território assente nas noções de espaço funcional e de simbologia religiosa (Barbosa, 1998a).

As populações, em toda a região amontoaram-se segundo formas de povoamento concentrado, *“os habitantes concentram-se em povoações pequenas de 20, 30*

(...) 100 almas, não muito distantes umas das outras“ (Ribeiro, 1991, p.252), formando conjuntos reconhecíveis, que expressam as preferências compartilhadas na generalidade, e se diferenciam notavelmente do povoamento de Ribeira - o disseminado. O povoamento concentrado formou uma unidade fechada, coesa, contínua e integrada que, mesmo isolada, garantiu a funcionalidade racional do conjunto, com a ajuda de uma comunidade evoluída e organizada (Barbosa, 1998b).

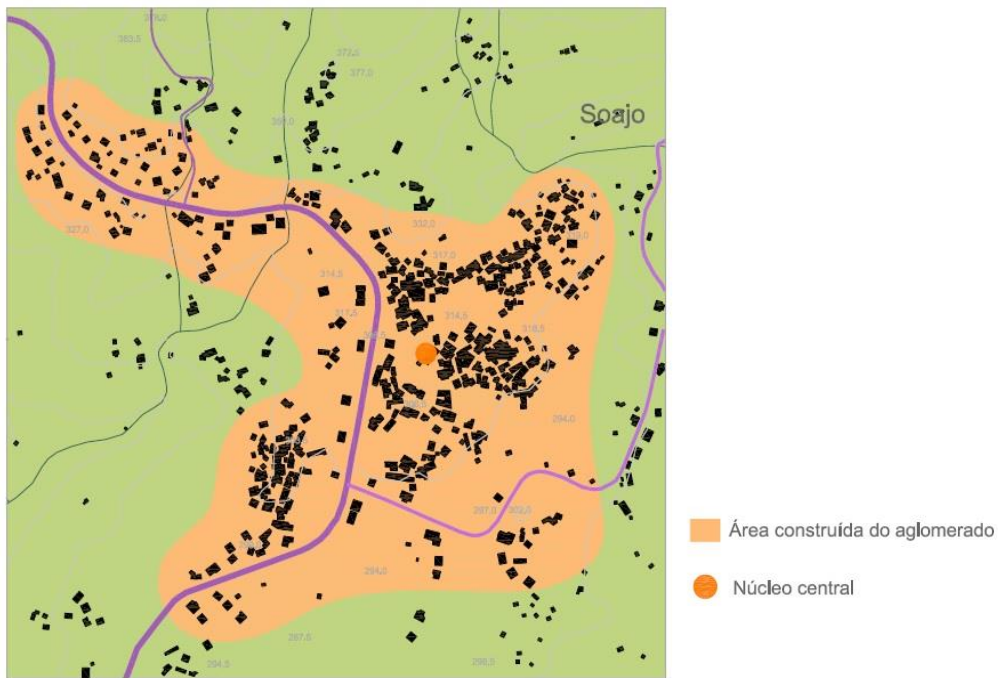


Fig. 9 Planta de aglomerado compacto, aldeia do Soajo ; Esc. 1.5000

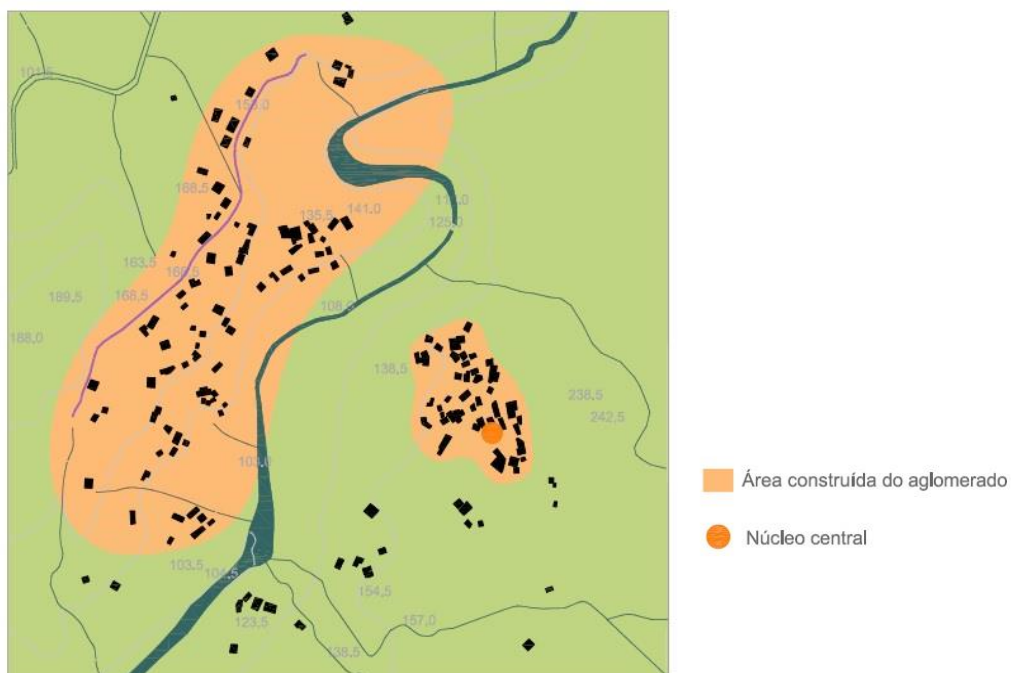


Fig. 10 Planta de glomerado difuso, aldeia de Cabreiro; Esc. 1.5000

A escolha do local de implantação foi crucial para o entendimento, no que respeitou à moldagem do território, e quanto à forma do núcleo. Uma vez que os lugares e a sua configuração estão intimamente relacionados com o meio físico, adquiriram múltiplas formas. A forma do aglomerado muito tem a ver com o tipo de terreno, com menor ou maior aptidão agrícola. Por regra, se existisse um afloramento rochoso, o núcleo seria implantado a partir deste, tirando assim partido dos recursos existentes, neste caso a pedra de granito. Os lugares implantados sobre os afloramentos rochosos tendiam a adquirir a forma do mesmo, originando, por vezes, lugares com mais que um núcleo, os polinucleares, com os campos de cultivo entre eles (Barbosa, 1998b).

No entanto os aglomerados que surgiram a partir de, ou sobre, um cabeço, ganharam a forma de uma cunha, enquanto, outros lugares tomaram a forma linear, seguindo as curvas de nível (Barbosa, 1998b). Um outro factor predominante para a forma e organização dos aglomerados é a distribuição das construções que, consoante a dimensão do local, conferem ao núcleo locais de convívio entre a população, largos, eidos, hortas, pátios, e condicionam também a localização dos espigueiros e as eiras.

Os aglomerados dividem-se em duas categorias: em lugares compactos e lugares difusos. Como o nome os caracteriza, os aglomerados compactos apresentam uma grande quantidade de construções, o que impediu a formação de espaço livres. Com os conjuntos densos de construção, delimitados apenas pelos caminhos da aldeia, não é possível a formação de espaços vazios livres, como forma de poupar as áreas de aptidão agrícola envolventes (Barbosa, 1998a). Nos aglomerados de núcleo difuso, nos espaços livres entre as habitações surgem hortas e quintais, que delimitam os caminhos, juntamente com as construções. Os habitantes de lugares com estas características, para além dos terrenos férteis agrícolas, comuns à comunidade, usufruem dos seus próprios quintais e hortas, no interior das suas propriedades.

Através destas características, a paisagem moldou-se de um modo particular, que se distingue das restantes unidades vizinhas das Serras do Gerês e Amarela, e de Castro Laboreiro. Em vez de uma implantação contínua e dispersa, distribuem-se no território pequenos núcleos de vida comunitária, “*criando uma mancha descontínua. Demarcam-se nitidamente dos campos e incultos circundantes*” (Rey, 2000, p.36). Os pequenos núcleos destacam-se pela quantidade de imponentes anfiteatros verdes – os socalcos e as leiras, pelos engenhosos sistemas de regadio e pela construção em série de espigueiros, em resposta à revolucionária introdução do milho *Maiz*, que veio substituir de forma intensiva a cultura do trigo e do centeio. Os espigueiros, construções de reserva e conservação do milho, vieram implementar regras sociais de uso do espaço

garantindo o direito dos indivíduos e o interesse comunitário. O número e dimensão dos núcleos diferem de uns para os outros. A organização do aglomerado esteve relacionada com a extensão das superfícies de cultivo e pela sua capacidade de auto-suficiência (Barbosa, 1998b). Neste contexto os núcleos surgiram como os dinamizadores da gestão e organização do território, desde os sistemas de regadio, incluindo a rede de caminhos até à mais pequena célula habitacional.

Geralmente, o que determinou a forma dos núcleos foram os conjuntos habitacionais condicionados pela topografia do local, já que “*das condições iniciais do território surgiram economias baseadas nas actividades agrícolas e pastorícias, que condicionaram a casa e os espaços que se vinculam a ela*” (Barbosa, 1998a, p.34). O território, como se analisou anteriormente, condicionou a construção, adaptando-se esta ao lugar e às adversidades impostas pela topografia. No entanto a arquitectura é o principal factor, que trabalha lado a lado com o território, na construção deste, verificando-se com maior incidência nos núcleos rurais. A arquitectura vinculada à topografia, definiu os aglomerados e a distribuição dos núcleos no território.

Os núcleos, geraram-se a partir de “*unidades individuais simples que se associam livremente, criando conjuntos modulares num crescimento por adição*” (Barbosa, 1998a, p.34). A adição de unidades individuais, muito simples, permitiu o crescimento e a conseqüente ampliação do núcleo, e o redesenho do território, permitindo a adaptação do aglomerado ao terreno e o crescimento consoante as necessidades da comunidade.

O lugar considerou-se sempre o polo gestor de todas as actividades, que, normalmente atravessado pelo caminho principal, se definiu a partir da estrutura de caminhos conseguida através do formato dos conjuntos habitacionais. Estes, implantados e delimitados, sobre a rede de caminhos, criaram os seus próprios espaços em volta das habitações, convertendo-se, deste modo em pontos de encontro e de proximidade da vizinhança (Barbosa, 1998a).

A rede de caminhos foi decisiva no crescimento do lugar. As ruas resultaram da junção entre as construções, que conformaram de tal maneira o núcleo para que, o acesso às habitações se fizesse a partir dos eixos secundários ao caminho principal. Existiu uma hierarquia de vias, e por norma a “*rua central é longitudinal e segue a linha de menor declive*” (Barbosa, 1998a, p.35), a partir da qual nasceram as restantes vias.

As ruas surgiram da necessidade de acesso às habitações e aos locais de trabalho- campos de cultivo, regadios, eiras comunitárias, de modo a diminuir a distância entre uns espaços e outros. Quanto menor a distância entre a habitação

do camponês e o seu campo de cultivo, mais fácil se tornava o contacto entre ambos. Justificou-se que o crescimento dos núcleos sobre esta trama de caminhos não se concentrasse na criação de espaços públicos (se é que se podem denominar assim) de convívio da comunidade (Barbosa, 1998a).

Entendem-se por espaços públicos no interior de um aglomerado, as eiras, a rua principal, os largos, e os espaços residuais e intersticiais entre as habitações, e dividem-se em três categorias: os espaços dedicados à religião - o átrio e o cemitério, os espaços vinculados ao trabalho - a eira, e os espaços de convívio e lazer, mais difíceis de identificar.

Contudo, o espaço público não se organizou somente em eiras e largos, como acima referido, mas também “*gerou-se de uma forma orgânica associada à rede de caminhos*” (Barbosa, 1998a). Grande parte dos núcleos dos aglomerados organizou-se a partir da rua principal que conformou toda a implantação das habitações, e destas e nas suas reentrâncias surgiram os largos, os quintais e as hortas. As habitações nos diferentes lugares dispõem-se de diferentes maneiras, inclusive, dentro de cada núcleo, existe mais que um traçado. Podem dispor-se com as fachadas paralelas e contínuas à rua, bem como contínuas, mas implantadas de forma a criar pequenos espaços para a escada e para pequenos trabalhos.

No caso de desníveis do terreno e para vencer as pendentes, é possível o recuo das habitações, formando locais de encontro e de trabalho do camponês, podendo ainda, no mesmo caminho, repetir-se o mesmo alargamento e na confluência de várias ruas surgiram os pequenos largos, e em situações especiais com a implantação da capela, largos com maior dimensão, o átrio e nalguns casos, quando a densidade populacional era elevada, o cemitério (Barbosa, 1998a).

O povoamento na Serra da Peneda organizou-se em brandas e lugares fixos, que se localizam nas ribeiras dos principais cursos de água, abrigados do rigor do inverno. Os sistemas de povoamento em tudo estão influenciados pela fisionomia do local, pelos materiais recorrentes e das formas de construir. A localização geográfica forçou a população a sobreviver de uma economia agro-pastoril.

Contudo a economia, agrícola e extensiva, era pobre e surgia como uma forma de compensar o que a terra fornecia. Atada aos costumes do comunitarismo tradicional, o habitante serrano teve sempre em conta a orografia acidentada na escolha do lugar de implantação dos seus aglomerados.

A necessidade de abrigo das intempéries foi fulcral no progresso de sistemas construtivos únicos, de índole exclusiva de montanha, e “*o modo de vida serrano, (...) em tudo se relaciona com as condicionantes físicas e naturais do território em que se insere*” (Sampaio, 2008, p.46) e na concepção de modelos organizacionais

distintos a cada situação. As condicionantes geográficas exerceram influências na arquitectura, contudo não foram decisivas para a forma definidora do núcleo (Barbosa, 1998a).

A necessidade de explorar os escassos espaços de aptidão agrícola obrigou a racionalizar o aproveitamento do núcleo do aglomerado sem que nenhum dos espaços fosse desperdiçado. A população optou por escolher as zonas rochosas e os terrenos de pior aptidão agrícola para a implantação das habitações. A escolha foi influenciada, sobretudo pelo facto de os lugares rochosos poderem ser aproveitados para a construção das edificações, servindo muitas das vezes de base da construção da habitação e de parede, poupando a construção de uma parede. Também as mesmas rochas que afloram no solo servem de alicerce às demais construções. O facto de os terrenos rochosos serem incultos, levou a população a escolhê-los para implantar as suas aldeias, libertando assim, os terrenos férteis para a prática agrícola, "*optimizando ao máximo toda a área agricultável de que dispunham*" (Barros, 2011, p.117).

Os camponeses transformados numa comunidade autónoma e autogestionária, edificaram noutros lugares residências, cujas respectivas utilizações, eram somente em períodos de ciclos vegetativos, mantendo na mesma o solidarismo entre os habitantes. O sistema a favor da entreaajuda constituiu-se numa das mais vastas e densas redes de relações entre as unidades familiares, e a forma de organização em aldeias temporárias de Verão e de Inverno é característica da Serra da Peneda.

O modelo cultural e a tradição também tiveram interferência na moldagem dos aglomerados, sobretudo na tipificação destes, que surgiram condicionados pelos factores físicos. Os aglomerados habitacionais concentraram-se notavelmente numa reduzida área do território, ficando grande parte isenta de ocupação habitacional, e consoante a altitude, a quantidade dos assentamentos reduziu consideravelmente, aproveitando para a implantação das ditas brandas os diferentes níveis de aplanamento, junto às "*principais artérias fluviais, tradicionalmente mais atractivas, bem ao pé da linha principal, ou numa das ribeiras secundárias*" (Barbosa, 1998b, p.43).

Cada um dos locais de implantação originou uma organização e estruturação distinta, mas com esquemas formais similares, dado se tratar de uma mesma linguagem tipológica e concepção formal, só que aplicada em situações distintas (Barbosa, 1998a) podendo verificar-se pelos inúmeros lugares espalhados pela serra. Os diferentes lugares, para além da organização habitacional, tiveram em conta também a proporção entre as áreas de sequeiro e regadio, com as de pasto.



As áreas de pasto ocupam a maior extensão dos terrenos pelo facto de a pastorícia ser a actividade predominante na serra, enquanto a agricultura funciona como complemento desta. Considera-se importante referir que, embora a pastorícia tenha sido a principal actividade e a agricultura, fundamentalmente, de autoconsumo, são duas actividades interdependentes que não subsistiam separadas (Barbosa, 1998b). Da agricultura, retirava-se grande parte do alimento, como o feno, para os animais, enquanto dos animais se aproveitava o fertilizante para os campos.

Por conseguinte, inauguraram uma rede de caminhos, que com respeito pelo traçado pré-existente, permitiram a imediata ligação entre a montanha, vale e os cursos de água. Criaram sistemas de condução, distribuição e retenção das águas, construíram muros a delimitarem os baldios, abrigos e habitações sazonais e estruturaram brandas e currais, todos com recurso à força animal e com dispêndio de recursos internos (Viana, 2004a).

O clima influenciou sobretudo a expressão exterior dos edifícios, bem como a sua disposição - em núcleos concentrados, e as variações de *“microclimas induzem a um sistema de povoamento peculiar”* (Sampaio, 2008, p.32) assinalado pela ocupação sazonal de brandas e inverneiras. Estes sistemas exploram as cotas mais altas da montanha, como estruturas secundárias e representam sempre uma situação de complementaridade relativamente ao lugar de baixo, o de vale, geralmente com maior desenvoltura agrária.

Correspondem a uma estruturação de áreas de pastoreio em altitude, com recurso a reduzidas construções de abrigo para pernoita dos pastores. Consistem no agrupamento de estruturas formando *“conjuntos com a atmosfera de acampamentos neolíticos, onde as pessoas encarregadas da guarda dos animais (...) se abrigavam e conviviam durante os períodos de transumância”* (Viana, 2004a, p.99). São habitáveis durante as épocas estivais, e distintas entre si com *“usos distintos. Em praticamente todas elas estão presentes construções de carácter arcaico, primitivas, (...) de planta circular e com cobertura em falsa cúpula”* (Barros, 2011, p.115).



**Fig. 11** Cortelho individual com bezerreira, lugar de Soajo

A branda não cumpre a função de núcleo de apoio ao pastoreio ou agricultura da aldeia de vale, mas sim, é o polo central do povoamento, em que os habitantes permanecem grande parte do ano, da Páscoa ao Natal. Não se deslocam somente os grupos ou apenas algumas famílias, com os seus animais para a branda, mas toda a população, “constituindo o exemplo mais acabado de desdobramento dos núcleos de povoamento” (Pintor, 1981, p.29-30 citado por Lima, 1996, p.13). A deslocação para a branda é feita por todos os membros da família, deixando as inverneiras sem alma viva durante toda a ausência dos habitantes.

Nas unidades da Serra do Gerês não existe a funcionalidade da branda. Enquanto na Serra da Peneda e em Castro Laboreiro, os aglomerados se concentram acima dos 750 metros de altitude e com brandas que ultrapassam os 1000 metros de altitude, a exploração da Serra do Gerês fez-se através de outros sistemas. Os aglomerados distribuem-se nas baixas altitudes, nos vales, não ultrapassando altitudes inferiores aos 300 metros e superiores a 1100 metros (Barbosa, 1998a).

Observando a estrutura da habitação e a organização dos povoados, sobressai a importância da branda em Castro Laboreiro. Enquanto as brandas de Busgalinhas, Junqueira e Gorbelas são constituídas, em grande parte por abrigos de falsa cúpula, e criam todavia uma clara dissemelhança entre o modo de habitar a aldeia de vale e o que caracteriza a branda, em Castro Laboreiro esta distinção não acontece (Lima, 1996). A aldeia de vale denomina-se inverneira, ocupada apenas nas épocas de maior rigor climático, e as técnicas construtivas em nada se distinguem, enquanto na branda as habitações dispõem de melhores condições, pelo facto de se permanecer mais tempo nelas (Ribeiro, 1991).

O termo *branda* é comumente utilizado para designar os terrenos de ocupação sazonal que se localizam nas regiões de maior altitude da serra e que abrangem zonas de pastagens espontâneas, em áreas aplanadas ricas em depósitos orgânicos, solos graníticos com grande aptidão para reterem água, em que mesmo sob o efeito do calor do verão, o teor de humidade não diminui. Nestas terras encontram-se várias habitações e os terrenos contíguos servem para apascentar o gado bovino.

Muito mais que um complemento, as *brandas* têm sido e continuam a ser de facto parte integrante e essencial do quadro de vida das famílias locais. Uma realidade indissociável estritamente ligada à vida desta pequena sociedade, com uma relação de forte vínculo entre estes espaços e os seus utilizadores, consagrada pelo direito tradicional (Pinto, 2005). Cultivam-se produtos agrícolas como batata e o centeio, sendo o centeio o que assume primordial importância para os habitantes desta serra. As segadas de centeio que se realizavam e continuam a realizar, durante o mês de Agosto, representam a maior e intensa etapa do ciclo agrícola e da vida social local.

Pode-se verificar que o mais notável neste modo de vida serrano são os variados métodos engenhosos de aproveitamento da serra que a população utilizou nas áreas acima dos limites da povoação. As manchas agrícolas justificam a transumância dos lugares fixos para os locais mais elevados da montanha. Ao atingirem os limites da exploração, os lugares de vale e de meia encosta, desdobraram-se em novos lugares para explorarem os terrenos incultos, transformando-os em campos férteis para o cultivo.

Trata-se de um sistema, aparentemente simples, dotado de alguma complexidade, que comporta as redes de caminhos, os sistemas engenhosos de rega, como as levadas, e a funcionalidade dos socalcos. Todo o conjunto destes elementos referenciados, e as demais construções demonstram a forte ligação do camponês com o território e o seu correcto uso face às condicionantes geográficas impostas pela serra.

A gestão feita pela população para conseguir sobreviver e expandir as suas culturas transformou a serra num verdadeiro território humanizado, com imponentes construções e paisagens. Da leitura do território, a primeira impressão que se retirou do local é que os primeiros assentamentos localizaram-se nas áreas favoráveis, onde a comunidade, com outra facilidade, estruturou uma extensão de campos cultivo, progredindo em simultâneo no sentido longitudinal em altitude, visando o desenvolvimento das florestas e dos planaltos nos pontos mais altos com o sistema de *brandas*. No sentido transversal, os assentamentos respeitaram a posição do lugar em relação aos vales e linhas de água, onde

estenderam os campos agrícolas. A proximidade com as linhas de água garantiu a recolha das águas, como fonte de alimentação do aglomerado, e rega de todos os campos.

Todas as partes constituintes do sistema em questão relacionam-se de um modo estratégico e complementar, e retiram partido das melhores capacidades de cada uma, de forma integrada, e nunca dissociada. Para que tal acontecesse, foi necessária a eficaz coordenação da comunidade na execução dos trabalhos, contando sempre com o benefício da entre ajuda. Ao cargo da comunidade ficava a distribuição das tarefas e de todos os trabalhos, desde a gestão quotidiana até à construção das habitações.

Assim pode-se concluir que o habitat rural na Serra da Peneda responde a determinados factores condicionantes. O facto de terem sido eleitos os locais de implantação menos favoráveis e esqueléticos, em função das necessidades básicas da população no desenvolvimento da actividade agro-pastoril, estes foram de encontro à adequada gestão do território, no que respeitou à consolidação dos terrenos aráveis e das técnicas de trabalho empregues para o melhor uso da fertilidade dos campos.

O modo racional com que o homem construiu o território está vinculado ao conhecimento empírico, que foi sendo adquirido de geração para geração, verificando-se sobretudo na implantação dos aglomerados em locais abrigados das chuvas e da neve, na orientação das habitações e na disposição dos espigueiros, geralmente sempre agrupados, e dos moinhos, quando necessários, implantados sobranceiros às margens dos ribeiros e dos rios. Os espigueiros tanto se localizam no interior do núcleo habitacional, como afastados deste, normalmente orientados a poente, garantindo a secagem do cereal. Por fim, o conhecimento do camponês permitiu a melhor racionalização dos meios de trabalho e dos recursos existentes no local escolhido para a formação do aglomerado.

## 4.2. Caracterização do povoamento da Serra da Peneda

Na Serra da Peneda, que se insere na região mais alta do Alto Minho, entre montanhas agrestes, quase sempre fronteiras e afastadas dos lugares amenos e de vale, onde todos “os *contactos possíveis desenvolveram lógicas entrópicas de crescimento*” (PNPG, 2008, p.86), o camponês desde os tempos proto-históricos aperfeiçoou as técnicas agrícolas e pastoris, que lhe permitiram explorar os recursos naturais, de forma lenta, mas racional, garantindo assim a sobrevivência num “*equilíbrio entre actividade antrópica e ambiente natural*” (PNPG, 2008, p.86), chegando até à actualidade testemunhos de um património cultural e natural inigualável, de excepcional valor. Pode-se afirmar que a ocupação do território foi fundada numa herança ancestral e num conhecimento empírico, quando o camponês adquiriu a possibilidade de se “*libertar da ordem imposta pela natureza, e com ela, iniciar também a organização do seu espaço geográfico*” (PNPG, 2008, p.86). Este equilíbrio, entre o povo e o território, conseguiu-se com a manutenção de sistemas produtivos, ainda hoje utilizados, embora em menor escala.

Para a compreensão da construção do território é necessário que se recue no tempo, e se refira que nos meados do século XX, com a fragilidade causada pela dificuldade e as limitações físicas das populações, se verificou o maior aproveitamento do território, obrigando a reforçar os esforços entre a produção e a conservação dos recursos (PNPG, 2008). A organização social e espacial assentou em dois pilares, na abundância de mão-de-obra e na forte coesão nas relações de trabalho, com forte presença do comunitarismo, a entreatuda entre os habitantes. Só assim foi possível a “*sustentação de práticas comunitárias na gestão do espaço*” (PNPG, 2008, p.86) e a criação de sistemas de pastoreio, como as vezeiras, e de exploração da terra, através da força dos animais e do camponês que converteram escarpas em terrenos de cultivo.

A Serra da Peneda individualiza-se pelas paisagens vigorosas e imponentes, de rechãs, verdadeiros patamares que suportam as parcelas cultivadas a envolver os lugares, “*as aldeias com os seus terrenos de cultura e terraços (...) os montes salpicados de vários tipos de brandas com os seus espaços cultivados*” (Graça, s/d, p.5) e, nestes, as unidades edificadas e respectivas formas de disposição entre si, conseguidas por populações, que têm em comum o modo de vida (Carvalho, 2008).

A situação geográfica da povoação condicionou o carácter e os moldes da vida comunitária da serra. As formas de fixação humana para além do vigor dos declives e do encaixe das linhas de água, dos solos com melhores aptidões

agrícolas, permitiram a interação entre a distribuição dos lugares e os solos cultivados, através de um sistema de movimentos e fluxos, com uma certa *“duração multiseular que aproximou lugares e sítios”* (Carvalho, 2008, p.2), a elevadas altitudes.

A humanização sempre dependeu da fixação dos grupos, que foram conquistando espaços adversos e difíceis. O povo dedicado aliou estes atributos numa concepção mística e severa da vida, que se reflectiu na própria organização comunitária, proveniente das exigências da agricultura e da pastorícia que a serra foi proporcionando. A vida social desenvolveu-se como um todo, como um conjunto no qual o bem comum esteve acima de quaisquer interesses individuais. Embora exista a propriedade privada de cada família, somente a propriedade comum prevalece.

O sistema de povoamento equilibra-se com a criação de gado e a agricultura, e destaca-se pelo sistema de alternância de habitat, que decorre em épocas diferentes do ano, com estruturas secundárias de exploração das cotas mais altas da montanha- branda.

Assenta, principalmente, num sistema agro-pastoril que ao longo das encostas modeladas *“pelos braços de gerações de camponeses”* (Boisvert, 2004, p.253) adquiriu uma expressão única. O clima, o relevo, a existência de água e os recursos naturais, embora tenham sido condicionantes no modo como o camponês se fixou no território, a gestão que este impôs tradicionalmente no território teve a ver com as formas de organização e exploração das áreas de montanha, que determinaram um modelo territorial próprio da serra. A gestão alcançada pelo homem camponês assentou no compromisso para atingir o equilíbrio entre os recursos disponíveis e as necessidades alimentares da população explorando o território de modo a preservá-lo.

O habitat organiza-se em *“povoações aglomeradas, muito rústicas e conservadoras, rodeadas de grandes medas de palha de centeio, cercadas de hortas (...) mantêm-se vivazes usanças comunitárias e a aldeia forma, com os seus campos, uma cerrada unidade”* (Ribeiro, 1991, p.274). A nível familiar, a organização pretendia garantir a continuidade da exploração. A cada membro do agregado familiar correspondia uma determinada tarefa, bem vinculada. Assim cada elemento da família conhecia e tinha perfeitamente delimitadas as suas funções (Barbosa, 1998b).

Quanto aos assentamentos, estes assemelham-se com um tipo de povoamento de meia encosta, orientados principalmente a Sul e a Leste, e à medida que a população se esforçou por melhorar o seu nível de vida, as realizações materiais surgiram para alterar a fisionomia da paisagem humana.

O meio geográfico condicionou e determinou diferentes tipos de implantação. A escolha do lugar e a definição da forma de edificar resultou de factores socioculturais com a intenção de criarem o *“lugar ideal para o desenvolvimento das suas actividades, tendo em conta a sua própria visão do mundo”* (Sampaio, 2008, p.48), dotando o assentamento de condições para que o camponês pratique as actividades diárias e satisfaça as suas necessidades.

A reduzida existência de superfícies férteis, juntamente com a necessidade de recorrer dos terrenos férteis existentes e construir novos campos de cultivo aráveis impulsionaram o aproveitamento das zonas favoráveis para a instalação de pequenas explorações agrícolas, reservando as zonas com menos aptidão para a implantação dos aglomerados (Barbosa, 1998a). No entanto, foi com a introdução do milho que ocorreu a colonização das áreas serranas. O forte crescimento impulsionado por este levou à exploração de novas terras, levando à deslocação dos excedentes da população para áreas de altitude mais elevada (Barbosa, 1998a).

A distribuição dos aglomerados na serra tem muito em conta as diferenças de altitude entre os diversos núcleos. Localizam-se a altitudes médias, nos vales e nos planaltos, junto a manchas de solos cultiváveis e pontos de água permanentes, e como regra, mantêm-se em situações de *“grande isolamento por falta de caminhos facilmente transitáveis”* (Larcher - Graça, s/d, p.4). Mantidas afastadas dos benefícios da civilização, as pessoas vão afeiçoando os seus gostos, os seus hábitos e a sua mentalidade às novas necessidades criadas, e a outros interesses despertados e, ainda, às novas e mais promissoras expectativas de futuro.

Os únicos materiais empregues na construção foram o granito retirado do chão e das rochas, e a madeira que crescia nas matas. Quanto à estrutura, não vai mais além de um modelo simples de linha direita de áreas estritamente necessárias ao abrigo da família, dos animais e da alfaia agrícola e ao armazenamento da produção. A habitação é uma peça de tal maneira integrada na paisagem, pela cor e pela forma, que cada um dos lugares, composto por muitas dessas habitações, quando visto de longe configura uma das variadíssimas formações rochosas em que se capricha a natureza da Serra da Peneda.

A estrutura da habitação satisfaz as necessidades de abrigo, contudo não satisfaz, de maneira eficaz, as exigências de comodidade e salubridade dos habitantes. Resume-se estritamente ao indispensável, para que o corpo se mantenha em condições de trabalhar. As habitações são pouco altas, de forma rectangular, compostas de dois pisos, o de cima destinado ao abrigo da família e o piso inferior, para resguardo e corte dos animais, e *“aproximam-se e encostam-se,*

*embora livremente, consoante as contingências*” (Távora et al.,1980, citado por Sampaio, 2008, p.48), formando núcleos edificados, ladeados pelas parcelas de cultivo e pasto.

As aldeias, “*elementos permanentes de vivência*” (Barros, 2011, p.115), são afastadas dos centros urbanos, e caracterizam-se pelas difíceis acessibilidades, povoamento concentrado e as ruas estreitas. São constantemente habitadas, e em ocasião nenhuma ficam completamente vazias. Cada aldeia, ou aglomerado estrutura-se a partir de um elemento centralizador, a sede, composta pelas habitações, que gere o espaço, de modo a que os campos, em socalcos, formando um autêntico anfiteatro natural, o circundem e as áreas de cota mais elevada, se destinem às actividades de pastorícia e da agricultura.

Os espigueiros, construções para o armazenamento dos cereais, emergem, um pouco por todas as zonas, marcando a paisagem, ajudando na estruturação dos aglomerados (Barros, 2011). Quanto às brandas, a maioria destas concentra-se nas zonas altas de planalto, acima dos 900 metros, e são lugares complementares da aldeia, cujas deslocações efectuam-se diariamente ou com permanência no local em épocas estivais, sendo necessário erguerem-se edificações de apoio ao pastoreio e à agricultura e de resguardo dos camponeses, que porventura pernoitem nas brandas, em pequenas e rudimentares habitações.

#### **4.2.1. Caracterização do povoamento por aldeia**

##### **Sistelo**

Na freguesia de Sistelo, a paisagem salpica-se com um dos mais carismáticos exemplos de estruturas patamares agrícolas existentes em Portugal, os socalcos, mais conhecidos como Terraços do Vez. Acompanham em toda a extensão o rio Vez, desde as elevadas altitudes até às suas margens. Os socalcos são a marca impressiva nestas paisagens agrícolas da Serra da Peneda. Com diferentes dimensões, formas, denota-se o engenho e a preocupação que o camponês teve em moldar a paisagem em proveito de campos férteis. Criaram-se engenhosos sistemas de regadio, com a irrigação e drenagem, através de levadas, em que a água, armazenada no cimo da montanha, desce e rega, durante quilómetros de percurso, todas as parcelas socalcadas. Inventaram juntamente sistemas de armação das terras de suporte e divisão.



A construção dos socalcos foi crucial, pela sua antiguidade e importância, no entendimento da modelação da fisionomia do território e também porque fornecem importantes indicações para a história socioeconómica das comunidades implantadas na serra.

Os socalcos explicam todo o processo de optimização das condições naturais, através do desenvolvimento das tecnologias agrárias arcaicas. No entanto a predominância de socalcos em Sistelo não se sobrepôs aos outros tipos de campos presentes, como os prados intercalados com os terrenos de várzea, junto ao rio (Viana, 2004b).

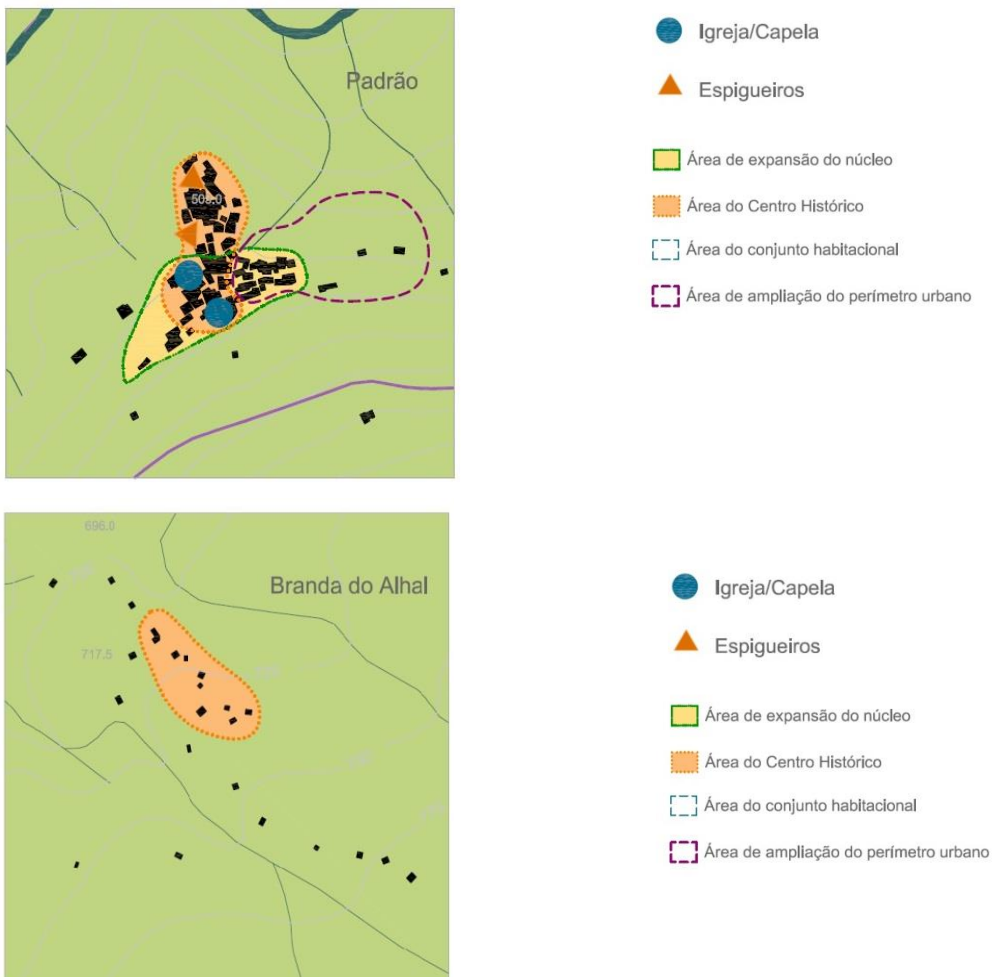


**Fig. 12** Aglomerado habitacional do lugar de Sistelo, levantamento, 2014; Esc. 1.5000

O lugar de Sistelo é detentor de duas brandas, a de Padrão, em que se mantém praticamente toda a sua pré-existência inalterada, e a de Porto Cova, em contrapartida, em progressivo abandono. Verifica-se que os núcleos habitacionais cresceram estrategicamente no território, em extensão com a montanha e com as margens do rio Vez – lugar de Sistelo e as brandas, a cotas mais elevadas, uma seguida à outra, Padrão e Porto Cova, respectivamente.

A aldeia resume-se ao espaço social- núcleo primitivo, onde se implementou a Igreja, o cemitério e a junta de freguesia, enquanto nos cumes da montanha, presenteiam-se as habitações, frequentadas todo o ano. Recentemente surgiram construções estranhas à comunidade e completamente desintegradas do conjunto (Viana, 2004b).

No lugar de Padrão predominam os abrigos de falsa cúpula e uma série de linhas de água, que, embora secas do Verão, garantem um nível de água no solo suficiente para a cultura da batata, e a criação extensiva de gado. É notável a variedade de construções e campos, com os edifícios em granito e coberturas de duas águas. Os campos cultivo do Alhal, assemelham-se quase como um contínuo de terrenos aráveis do lugar de Padrão, e são o centro das actividades de montanha do referido lugar, e as construções encontram-se dispersas, construídas apenas como estruturas de apoio ao cultivo, e não de fixação da população.



**Fig. 13 e 14** Aglomerados de branda, Alhal e Padrão, lugar de Sistelo; Esc. 1.5000

O lugar de Porto Cova conta com uma arquitectura marcada pelos palheiros em granito e um aparato agrário de campos de encostas suaves, com alguns regadios, que se estendem quase até ao Vez, pontualmente mais densificados. A arquitectura local mantém-se em óptimo estado de conservação, e sem introdução de novos elementos construtivos que destoem no aglomerado.

### Cabreiro

Cabreiro, freguesia vizinha, continua no prolongamento da encosta, ao longo do rio, com sucessivos socalcos e várzeas situadas na união destes. Os campos de cultivo apresentam uma grande multiplicidade de proporções em profundidade e altura. Os núcleos habitacionais, como manda a tradição, são concentrados, com pontuais intervenções arquitectónicas. As habitações seguem o traçado das curvas de nível e as várias vias secundárias divergem do centro ligando-se entre si através de pequenas passagens em terra batida.

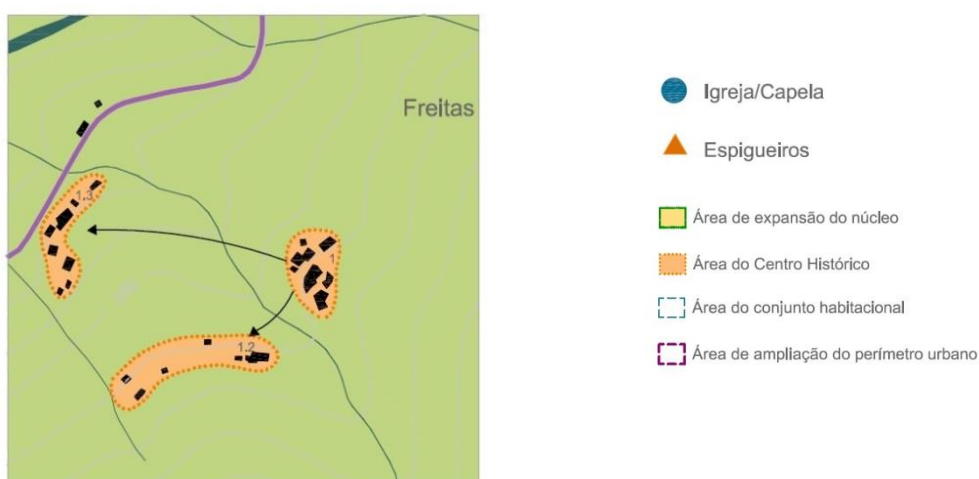


Fig. 15 Aglomerado habitacional de Cabreiro, levantamento, 2014; Esc. 1.5000

O lugar de Freitas transforma uma “*pequena linha de água realizando um perfeito anfiteatro ladeado por bosques e matos nos festos adjacentes*” (Viana, 2004b), em consonância com o lugar de Barreirô, pequena unidade que explora a encosta, e retira grande proveito da pendente. As habitações crescem afastadas dos cursos de água, deixando os terrenos anexos para o cultivo do milho. Evidencia-se a dispersão do núcleo, e a implantação das construções adquiriu um traçado semelhante ao das curvas de nível. As fachadas principais dispõem-se de frente para as margens do rio Vez. Por fim em Lordelo, desenvolve-se um contínuo espaço do lugar e respectivos campos, com um considerável número de habitações.

No lugar de Vilar, localiza-se o aglomerado com maior destaque na freguesia. O aglomerado combina um grande aplanamento central estruturado em campos com socalcos que descem a montanha e chegam junto do rio (Viana, 2004b). Os socalcos preenchem parte da freguesia, e o núcleo habitacional estrangula-se pelos três caminhos que o atravessam e lhe conferem um carácter único e escalonado.

Embora algumas habitações estejam dispersas pelos campos, demonstram a vontade do camponês de estar mais próximo dos seus campos de cultivo, sem efectuar grandes deslocações. Lordelo, lugar junto à nascente do Vez, permanece completamente ao abandono. Uma unidade ricamente estruturada, tipicamente de encosta, que evidencia os vários tipos de campos de forma profusa e clara, com exemplos de falsa cúpula de dois pisos, de base quadrada.



- Igreja/Capela
- ▲ Espigueiros
- Área de expansão do núcleo
- Área do Centro Histórico
- Área do conjunto habitacional
- Área de ampliação do perímetro urbano

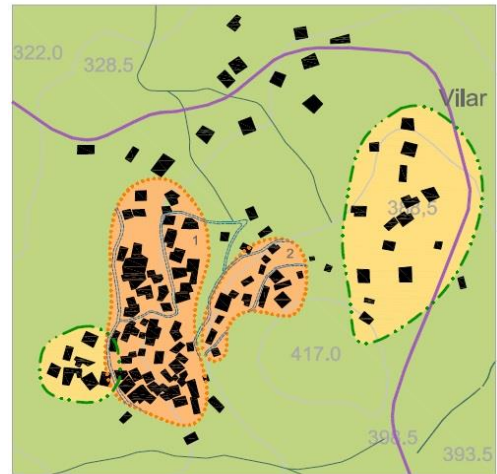


Fig. 16 e 17 Aglomerados de branda, Vilar e Freitas, lugar de Cabreiro; Esc. 1.5000

### Gondoriz

Segue-se a freguesia de Gondoriz, constituída por três lugares, sendo o lugar da Lombadinha, pela sua longevidade e autonomia o de maior interesse arquitectónico. O distanciamento do centro transformou este lugar, num lugar característico de montanha, com uma economia de subsistência agro - pastoril.

O núcleo habitacional muito reduzido e com poucos habitantes é uma unidade complexa e de grande riqueza espacial, que explora os variados suportes naturais estendendo-se até à branda de Bosteões, formando um “*notável contínuo de paisagem antropológico*” (Viana, 2004b).

- Igreja/Capela
- ▲ Espigueiros
- Área de expansão do núcleo
- Área do Centro Histórico
- Área do conjunto habitacional
- Área de ampliação do perímetro urbano

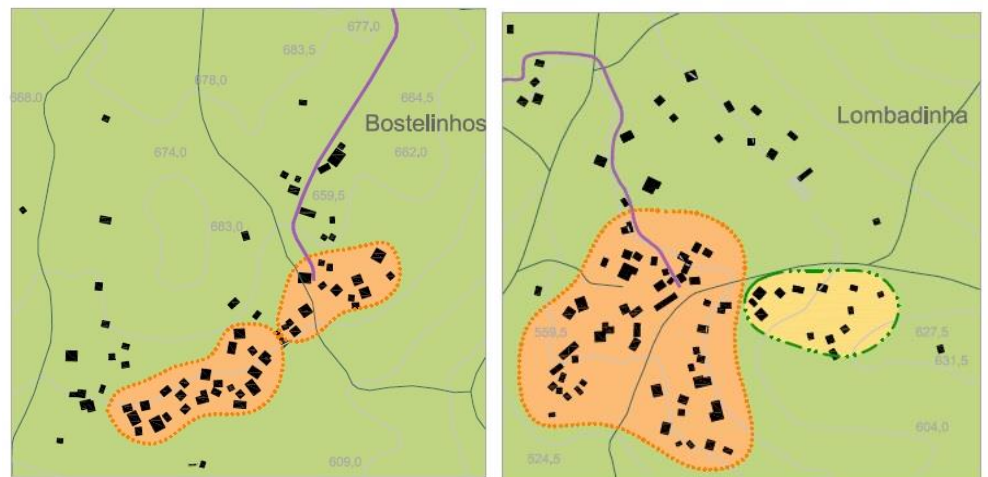


Fig. 18 e 19 Aglomerados de branda, branda de Bostelinhos e da Lombadinha, lugar de Gondoriz; Esc. 1.5000

## Carralcova

Em Carralcova, os lugares caracterizam-se como sendo meramente rurais, pouco ou nada retocados pela mão do emigrante. Somente a branda de Bostelinhos, se sabe que se enraizou num “*terreno misto, de aplanamento e encosta e da ladeira*” (Viana, 2004b), recebe as águas vindas directamente da serra. Com poucas habitações, a fragmentação da estrutura do aglomerado é evidente.

O aglomerado submete-se às cotas mais altas, cruzado por duas vias, que definem o seu traçado. Desenvolve-se em encosta contínua, beneficiando de um andar elevado relativamente plano, junto ao lugar, e desmultiplica-se num terraceamento acentuado nas encostas em direcção à ribeira. De núcleo disperso, as fachadas voltam-se para a estrada, deixando os terrenos para o cultivo e pasto do gado.

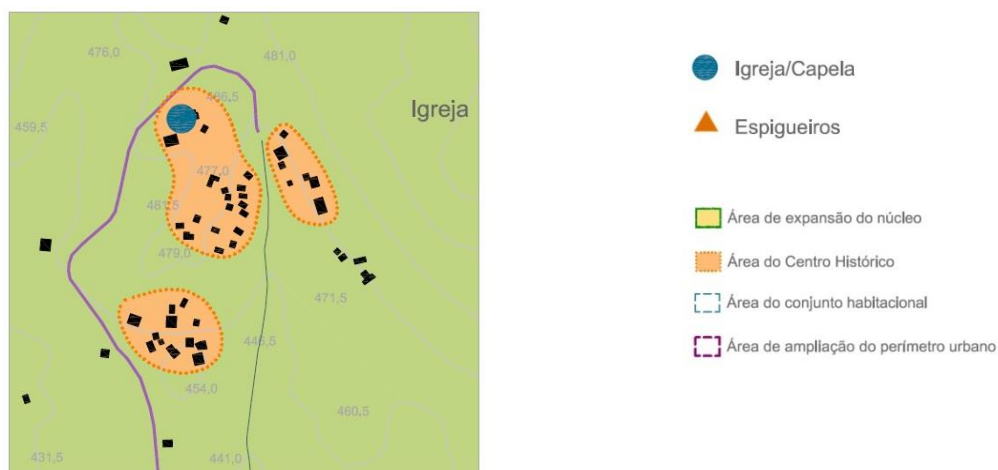


Fig. 20 Aglomerado habitacional de Lugar de Igreja, lugar de Carralcova; Esc. 1.5000

A branda é habitada durante o ano todo, como acontece em Castro Laboreiro, e subsiste principalmente da agricultura e das trocas dos produtos agrícolas com o centro da freguesia, o lugar da Igreja, onde se encontram os estabelecimentos de ensino e de convívio social. O centro, ou melhor, o lugar da Igreja de Carralcova, ocupa os terrenos com morfologia fragmentada, igualmente aspectos de dispersão e diversidade, passando por áreas de declive médio no centro (Viana, 2004b).

Vilela de Carralcova situa-se no extremo sul da freguesia, numa cota mais baixa relativamente às outras unidades, com a área central plana, organizada em “*campos e socalcos suaves, e de áreas adjacentes, declivosas, armadas em terraços*” (Viana, 2004b, p.34) em pequenos núcleos com características de várzea. As habitações seguem a linha de água, e voltam as fachadas para o

caminho, sendo o acesso destas feito por uma escada em pedra. Como se trata de um núcleo de várzea, os terrenos de cultivo estão acima da linha habitável, e são alimentados através da incisão de um regato que recolhe as águas do rio até estes.

### Cabana Maior

No seguimento do mapa, a freguesia vizinha de Cabana Maior, reparte-se em distintas unidades. A primeira unidade, Vilela de Lages, é compacta com extensas áreas aplanadas estruturadas em campos chãos e socalcos muito suaves com áreas de declive médio, formadas por patamares.



**Fig. 21** Aglomerado habitacional de Vilela de Lages, lugar de Cabana Maior; Esc. 1.5000

Destaca-se a confluência dos diferentes caminhos para uma área mais centralizada, embora as habitações se encontrem dispersas, não criando uma malha sólida e unificada. O conjunto ramifica-se a partir de uma hierarquia sucessiva de vias, sobre a qual a principal dá origem às vias secundárias, pelas quais se acede a vários lugares agrícolas distintos.

Através da linearidade dos percursos, sobre a margem das vias surgiram as habitações, os estábulos e os muros de limite. As vias estendem-se até aos campos de cultivo. Destaca-se ainda a presença de sucessivas "travessas" que permitiram aceder rapidamente das diferentes ruas.

Outras variedades de habitat agrupado "*peculiares e únicas*" (Carvalho, 2006, p.209) implementaram-se na margem direita do rio Lima, nas serras do Soajo e da Peneda, concretamente nas freguesias de Soajo e Gavieira.

## **Soajo**

A Serra do Soajo tem uma vocação essencialmente agrária, dotada de um conjunto de terrenos de regadio, relativamente dispersos. Os terrenos abraçam, em grande extensão o núcleo edificado deste lugar. A união lugar e território opera na perfeição, através de uma unidade coesa e integrada, que funciona racionalmente num terreno contínuo, gerido por uma rede de caminhos, e por uma comunidade organizada (Barbosa, 1998b, p.25).

O núcleo ancestral constitui-se por habitações alinhadas em arruamentos estreitos e sinuosos, circundados pela área cultivada. O conjunto edificado, polinuclear, homogéneo e com grande densidade habitacional, resulta de sucessivas repetições de unidades de construção, que foram originando variadas soluções, e a extensa rede de caminhos permitiu desenhar o lugar. Os caminhos bifurcam-se a partir de uma hierarquia de vias, estruturadas de modo a despontarem em vias secundários, a partir das quais se acede às habitações, dispostas com a face para o caminho, e aos campos agrícolas.

Nos solos cultivados que se distanciam do lugar central, os camponeses foram construindo junto das parcelas, uma ou outra habitação, em granito, de planta simples, com o rés-do-chão e primeiro andar, que tinham as mesmas funções que as típicas habitações na serra, corte para os animais no piso inferior, ficando destinado à habitação o piso superior. A habitação não dispõe de chaminé, como as do eido, e possui um pátio circular, cujo diâmetro corresponde à largura da fachada da habitação.

Em Soajo as brandas não apresentam o mesmo carácter unitário e fechado das restantes brandas, "*apresentam por si uma unidade construída, dando a imagem de um hipotético habitat disperso*" (Carvalho, 2006, p.217). Realizam o mesmo sistema de cultura, e a distância entre a branda e a aldeia é curta e sucedem-se na paisagem de forma contígua e continuada. As brandas são espaços onde se praticaram os mesmos sistemas de cultura desenvolvidos nas parcelas que rodeiam o lugar primário e que a população justifica a toponímia "*pela distância*



que as separa da casa principal” (Carvalho, 2006, p.212). Consideradas pequenas unidades fraccionadas localizam-se nas margens do rio Adrão, e os seus conjuntos edificados assemelham-se mais ao tipo de construção da aldeia, do que propriamente das vizinhas brandas. Distribuem-se espigueiros, o que não é usual nas brandas, e os campos de regadio “contrastam com o ambiente silvestre das encostas envolventes” (Viana, 2004b, p.42) em que a vegetação cresce espontaneamente, em livre desenvolvimento.

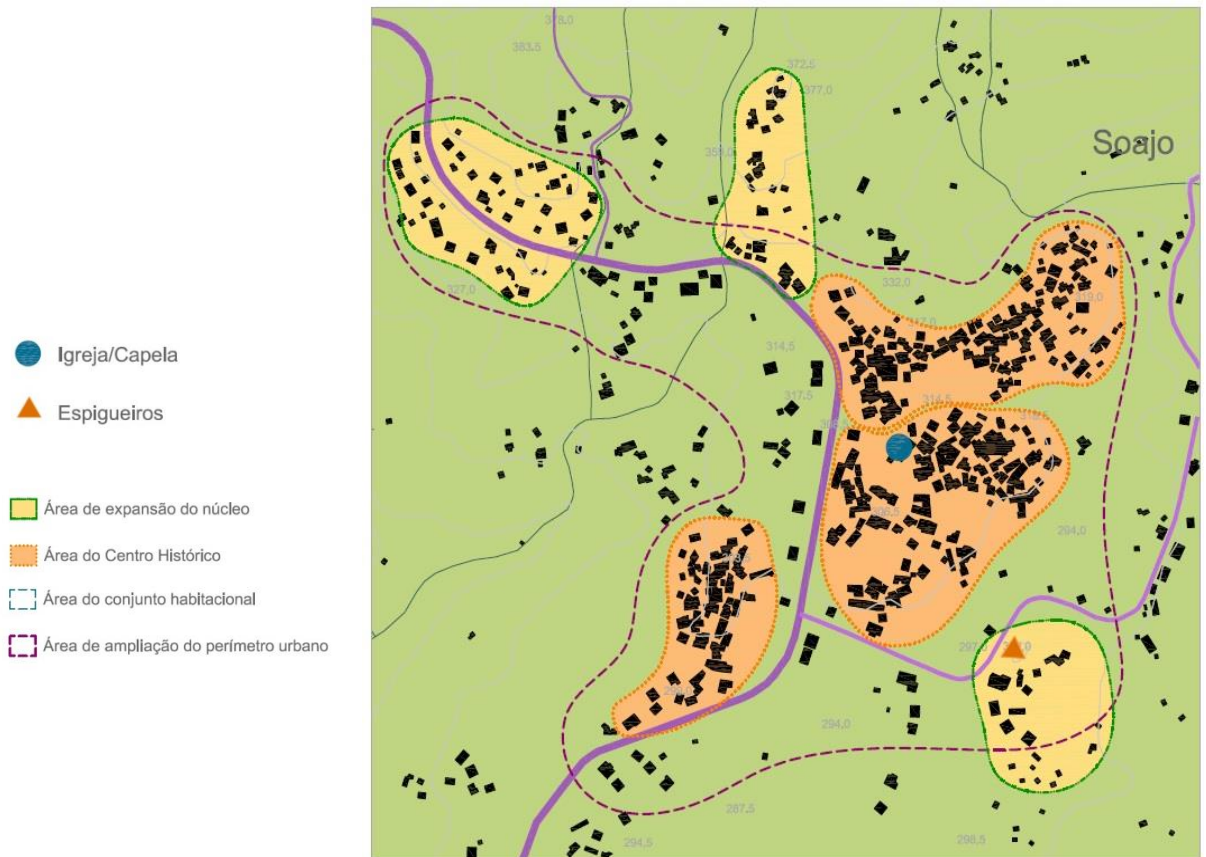
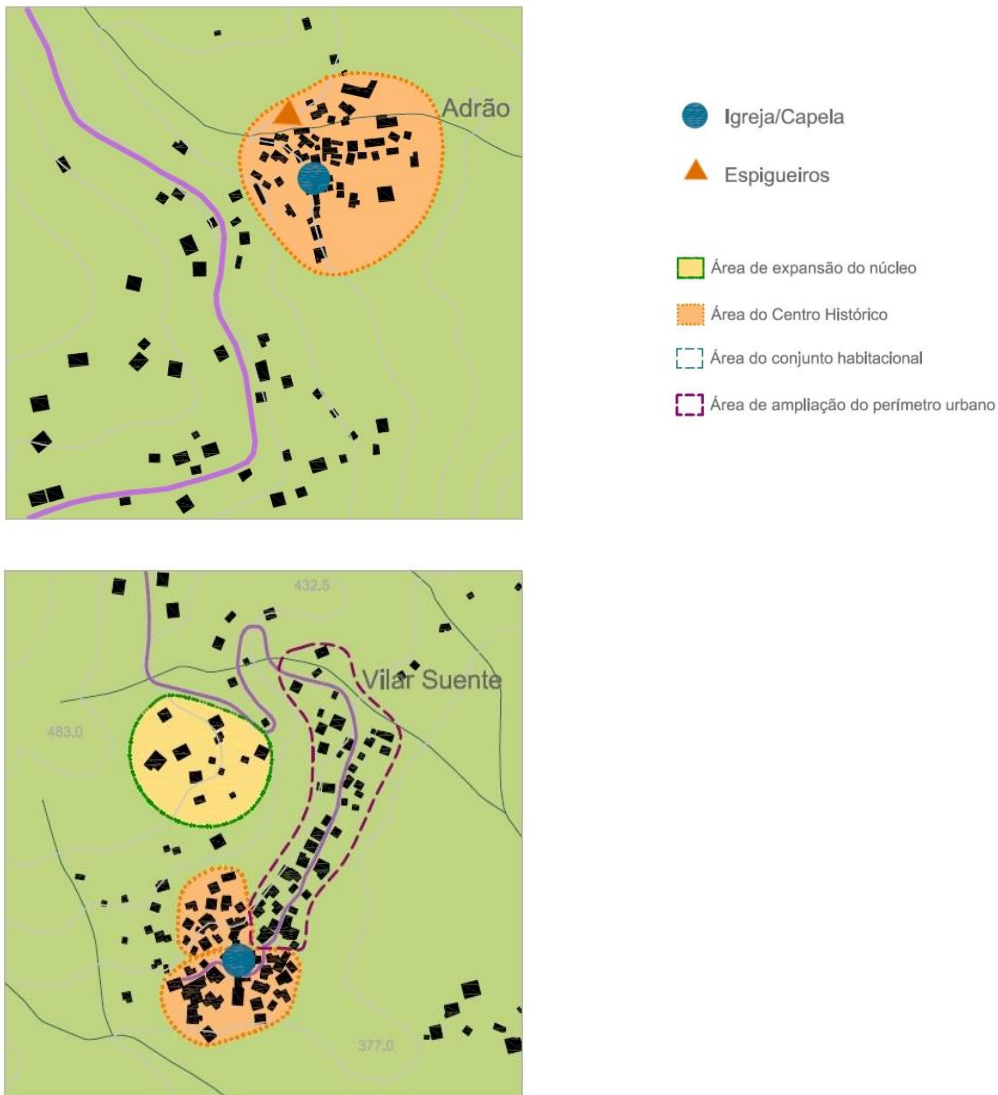


Fig. 22 Aglomerado habitacional de Soajo, lugar de Soajo; Esc. 1.5000

Os fenómenos de construção do território do Soajo levantaram questões pertinentes, como refere a geógrafa Elza Carvalho (2006) na sua tese de doutoramento, na medida em que as necessidades de sobrevivência da população levaram à expansão do lugar até às brandas; se este evoluiu a partir da aldeia, porque as condições físicas do território o permitiram, ou se “os espaços afastados do lugar foram seleccionados pelas melhores aptidões agrícolas, ou se por sua vez se foram estendendo, até se verificar a coalescência, não só entre eles como com os do eido” (Carvalho, 2006, p.215), ou se o alargamento da mancha

cultivada sucedeu-se quer a partir da aldeia, ou dos novos espaços colmatados (Carvalho, 2006).

A proximidade do lugar de Adrão com a estrada permitiu a construção desenquadrada e desordenada que se afastou do núcleo principal, deixando este despovoado e desertificado, à mercê do tempo. O lugar escapa um pouco à noção corrente de branda, por ser um aglomerado edificado quase intocável, e os espigueiros aqui existentes se assemelham aos do Soajo.



**Fig. 23 e 24** Aglomerados habitacionais, lugar de Padrão e de Vilar Suento (Soajo); Esc. 1.5000

Em Vilar de Suento, a unidade encontra-se fragmentada por um núcleo central em torno do lugar com um conjunto de áreas dispersas na envolvente, com tipologia variada, adaptada ao local, dotadas de equipamentos e edifícios de apoio. Num outro lugar, em Vilarinho das Quartas, a unidade fragmenta-se em distintos núcleos, instalados noutros aplanamentos, “*entrecortados por áreas sem vocação agrícola*” (Viana, 2004b, p.45). Apesar da descontinuidade e do espaço folgado em que se implantam, verifica-se a existência de um único centro.

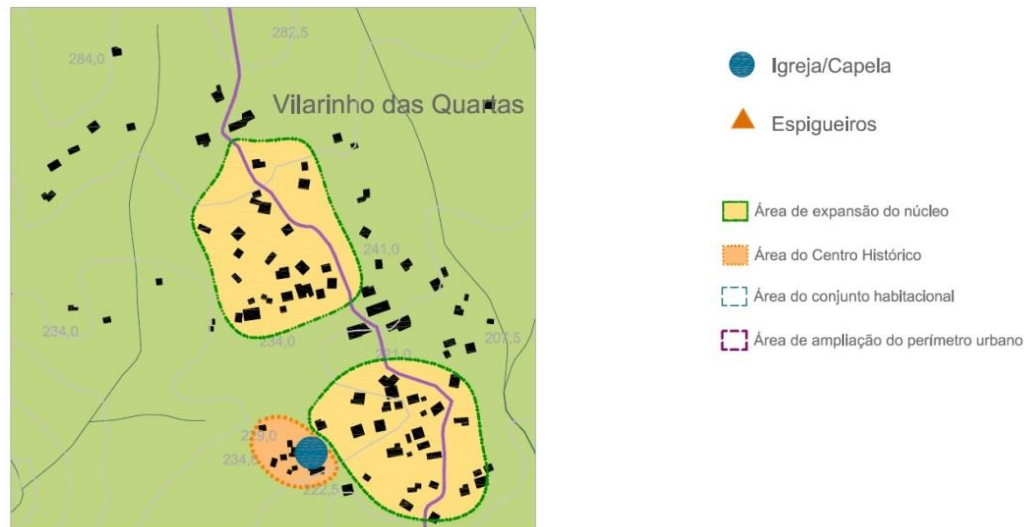
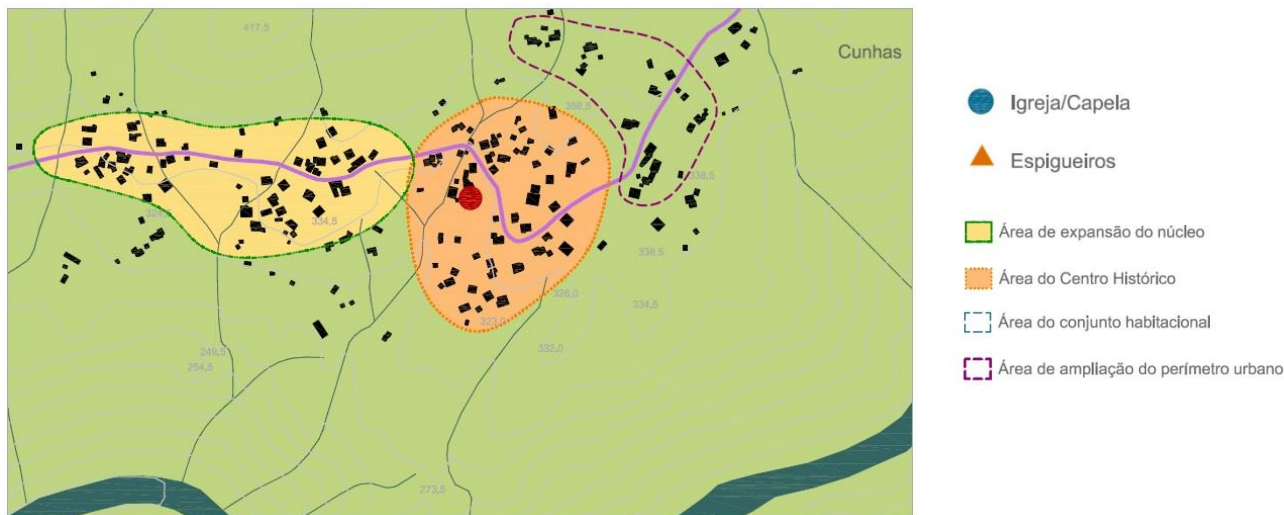


Fig. 25 Aglomerado habitacional, lugar de Vilarinho das Quartas (Soajo); Esc. 1.5000

O lugar não subsiste da agricultura, devido à falta de aptidão dos terrenos, mas sim, sobrevive da floresta, com recolha de resinas e dos matos, que fornecem alimentos para os animais. Os núcleos habitacionais assemelham-se aos socalcos e enquadram-se com a paisagem.

O tecido rural salpica-se com propriedades de diversos tamanhos, e os caminhos são as principais conexões. As habitações encontram-se afastadas umas das outras, e ladeadas por muros de pedras sobrepostas. O distanciamento e separação das propriedades demonstram a necessidade do lavrador em fixar-se junto aos terrenos que cultiva.

Ainda de se destacar os lugares de Cunhas e Várzea, ambos ainda da freguesia de Soajo, que apresentam a particularidade de retirarem partido das linhas de água em toda a sua extensão, bem como da via que os atravessa. O lugar de Cunhas desenvolve-se transversalmente, em extensão ao longo da encosta sobranceira ao rio Lima, com algumas interrupções causadas pelos afloramentos rochosos, onde se implantam as construções (Viana, 2004b), enquanto o lugar da Várzea, estende-se ao longo da encosta.



**Fig. 26** Aglomerado habitacional, lugar de Cunhas (Soajo); Esc. 1.5000

Não existem afloramentos rochosos a condicionarem a implantação das habitações. Este lugar foi invadido pela subida do nível das águas, com a construção da barragem do Alto Lindoso que destruíram os socalcos e todas as construções anexas às margens do rio.

Tal acontecimento forçou a população a espalhar-se no sentido transversal em altitude e a crescer longitudinalmente, entre duas vias, em relação aos vales e ao rio Lima, através de campos de cultivo. As construções não seguem o modelo da fachada voltada para o caminho, mas sim dispõem-se segundo o traçado das curvas de nível, de forma difusa, em que entre as habitações são aproveitados os terrenos para hortas e quintais.

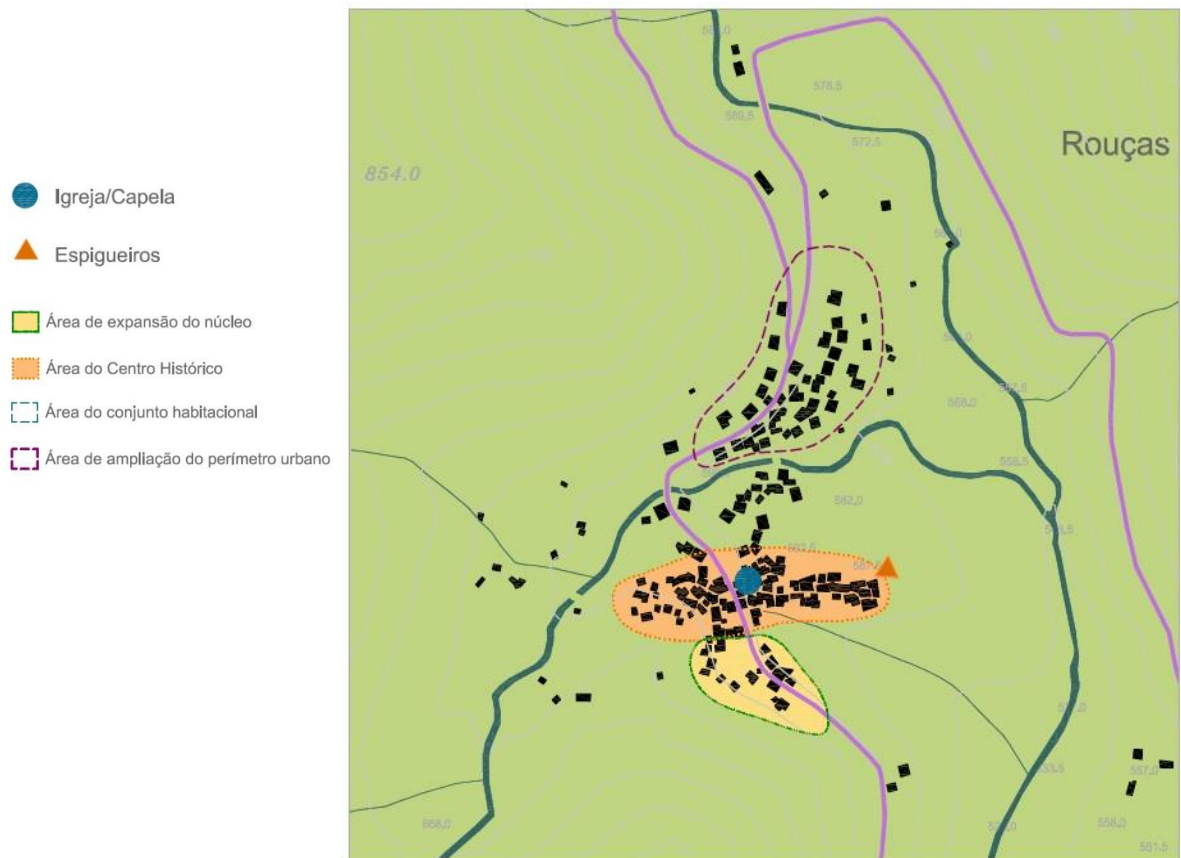
### **Gavieira**

Na Serra da Peneda, na Gavieira, a cada aldeia pertencem uma a duas brandas, complementares e com função distinta das brandas do Soajo. Existem a altitudes superiores outros lugares. No lugar da Peneda, as suas brandas fazem lembrar os povoamentos de Castro Laboreiro, que fogem ao ambiente fechado e agreste das restantes brandas de habitação. O aglomerado encontra-se demasiado alterado, e com características dispersivas e concentradas, dentro do mesmo lugar, com uma grande quantidade de socalcos e campos de cultivo a moldarem a paisagem do lugar.

Na Gavieira cada lugar tipifica um modelo de povoamento, cuja humanização acomodou à fixação gradual das populações de acordo com os recursos existentes no local, mesmo que reduzidos e ocasionais. A intenção da opção tomada fomentou uma dinâmica territorial traduzida na fixação ou no enraizamento

dos grupos (Carvalho, 2006). As brandas encontram-se, em relação à aldeia, localizadas a altitudes superiores, “separadas por formas vigorosas e variadas de relevo, muito afastadas, em distância tempo e absoluta” (Carvalho, 2006, p.217), com abundância para a produção do centeio e da batata, mantendo as mesmas características de aglomerado concentrado, como na aldeia.

No aglomerado de Rouças, as distintas habitações surgem unidas entre medianeiras, em torno de um caminho, que conecta com a montanha e com o vale. Organiza-se ao longo de um caminho principal, ganhando a forma de aldeia arruada, dividida nos lugares de Cima e de Baixo. Tem-se o conhecimento, que algumas das construções, surgiram em torno das velhas vias de comunicação, e posteriormente, as novas edificações adoçadas ao principal eixo transversal. Os campos de cultivo do milho encontram-se jusantes ao ribeiro que os atravessa, e a um estreito caminho, que conecta com os espigueiros.



**Fig. 27** Aglomerado habitacional de Rouças, lugar de Gavieira; Esc. 1.5000

Conclui-se que a implantação das habitações no interior dos aglomerados apresenta uma disposição que está longe de obedecer a um modelo único, de organização espacial. Alguns lugares organizaram-se ao longo de um eixo principal, ganhando a forma de uma aldeia arruada, ou em função de um eixo importante e de vários eixos que deste saem, ou ainda alinhados em função de varias veredas estreitas que delimitam e contornam as áreas parceladas.

Os aglomerados, ou os lugares que se organizaram segundo eixos importantes, desenvolveram um configuração mais compacta, em linha, e os que enveredaram pelos caminhos secundários, tomaram uma configuração espontânea e uma organização mais solta, chegando nalgumas situações a configurarem-se conglomerados de reduzidas dimensões com pequenos núcleos.

#### **4.3. Aldeia – aglomerados de habitação permanente**

Na Serra da Peneda, a aldeia “*além da propriedade privada, que inclui as parcelas de cultivo e o edificado*” (Carvalho, 2006, p.6), segue regimes autárquicos tradicionais reveladores da opção por formas de unidade e cooperação na luta contra os problemas decorrentes do isolamento a que as populações estão votadas. O comunitarismo agro-pastoril surge como resposta adequada a tais limitações (Dias, 1993) que não se ultrapassam facilmente a nível individual. A economia desta serra tem por base a agricultura do centeio, milho e batata, onde os camponeses cultivam os seus campos, isolados e em pequenos grupos. A agricultura é altamente intensiva e muito absorvente do trabalho humano.

A aldeia “*encerra o seu domínio (...) criando uma economia oclusa (...) o trabalho paga-se com trabalho e os géneros com géneros (...) verdadeiras sociedades bastam-se a si próprias (...) são autênticas unidades económicas e sociais*” (Bastos, 1943, p.74), que constituem os lugares a que, às vezes, é dado pelos habitantes locais, o nome de vila. Destaca-se a existência de um espírito de solidariedade e partilha e um meio onde as relações de vizinhança assumem particular relevância entre os habitantes. Uma das mais notáveis características deste comunitarismo é a total ausência de dinheiro como elemento mediador das trocas, o que torna estas aldeias espaços não mercantis, que não necessitam efectuar pagamentos para a reprodução das unidades familiares locais.

Nestes núcleos, as habitações têm quase sempre o carácter profundo e típico, que a paisagem lhes confere. Marcados por um lugar de destaque na escala, tão variada, os “*conjuntos de aspecto pobre, senão miserável, confundem-se com as manchas cinzentas das penedias de granito (...) as habitações têm a mesma cor*

*sombria e triste, sem um traço ou mancha de cal*” (Bastos, 1943, p.74-80). Caracterizam-se pela obediência invariável a um certo número de preceitos, resultando, muito directamente, das circunstâncias do clima, sendo *“a habitação, local, pelos preceitos e costumes a que obedece, mais de acordo com os recursos normais da exploração agrícola”* (Bastos, 1943, p.74). Nas aldeias da serra, a habitação do camponês, colmada, tinha por centro a lareira, conservando dispositivos para guardar a lenha.

A construção destinada à habitação tem a planta rectangular e a cobertura de duas águas com um único pavimento. O material empregue nas paredes foi sempre a pedra talhada em blocos maiores ou menores sobrepostos, encontrando-se algumas fachadas alinhadas com as varandas e as escadas, habitualmente trabalhadas. A madeira somente destinou-se à construção das coberturas, dos pavimentos, portas e algumas, raras, divisórias interiores. O aspecto externo destas construções é muito particular, não existindo qualquer demonstração da intenção de revestir as paredes destas, e mesmo em épocas de agricultura primitiva, a habitação assegurou dispositivos de recolha de gado submetido ao pastoreio, de tratamento das colheitas, de armazenamento de produtos e de guarda de ferramentas (Castro Caldas, 1994).

As habitações, distribuem-se *“representando formas de forte coesão (...) formando uma unidade fechada, mas com nítida separação do campo à volta”* (Barbosa, 1998b, p.56). Como descreve a arquitecta Joana Barbosa (1998b), as aldeias aparecem arruadas e com largos, muitas das vezes sem interposição de espaço de cultivo nas lacunas entre as habitações. Deveu-se ao facto de as habitações se encontrarem adoadas umas às outras, visto a falta de terreno para a sua implantação e, assim, melhor gerirem o espaço apto à construção, sem afectarem os terrenos férteis, destinados às culturas agrícolas. Por vezes, a disposição no terreno das edificações, facultou o aparecimento de quintais ou hortas nos espaços intersticiais, com muros que se interpõem entre os agrupamentos das habitações.

A arquitectura destas habitações compara-se a um módulo, que se constitui num organismo formado por uma unidade familiar completa, complexo que se desdobra em unidades simples, ou inversamente. O sistema de composição permite criar edifícios e estruturas bastante elaboradas, pelas simples adição de volumes de planta rectangular (Barbosa, 1998b, 37). Nos aglomerados da Serra da Peneda, os volumes de um piso estão associados às construções de trabalho, como o caso das cortes e dos palheiros (no caso das construções de dois pisos, o piso superior servir de palheiro está associado ao abandono da habitação por parte dos donos, ou nas habitações das brandas, em que o piso superior é utilizado simultaneamente para habitação e palheiro, devido às reduzidas dimensões da

corte), enquanto as construções de dois pisos correspondem à habitação com, como já referido, o piso superior destinado ao abrigo da família e o inferior para os animais.

O habitat rural sofreu transformações em consequência da introdução do milho. O crescimento do milho levou à instalação de regadios, ao acréscimo das colheitas e à construção de espigueiros, e consequentemente à ampliação das eiras e de varandas expostas a Sul, para a prática das desfolhadas e malhadas. A eira comum já existente para granjeiro de culturas de sequeiro, foi dotada com um numeroso grupo de espigueiros. Desenvolveu-se o forno colectivo, e cuidou-se melhor do gado, que teve que servir o pastoreio transumante, entre a aldeia e a branda. Para os animais construíram-se cortelhos e abrigos dispostos na serra, enquanto na aldeia foi necessária a construção de cortes (Castro Caldas, 1994).

#### **4.4. Brandas**

A Serra da Peneda apresenta um património singularmente rico, extenso e diverso de estruturas. A organização e estruturação do território engendrou-se, através de um regime de residência repartida entre a aldeia e os lugares nos cumes das montanhas, que assistem à chegada dos habitantes acompanhados pelos animais no Verão - as brandas de exploração sazonal e estival, destinadas à actividade agrícola e pastoril.

De forte ligação com a montanha e, ao longo dos séculos, os seus habitantes foram aprendendo a tirar proveito da localização, o *“carácter deste deslocamento estacional da população é diferente dos movimentos de transumância (...) aqui é uma migração, em que todos participam determinados essencialmente pela exploração agrícola”* (Ribeiro, 1981, p.97). Logo a principal actividade da aldeia serrana assentou numa agricultura de subsistência baseada na produção animal em regime extensivo e em práticas comunitárias muito fortes. Desta forma, a complementaridade entre as áreas agrícolas e as áreas serranas foi fundamental para a produtividade dos sistemas agrários e para a sobrevivência da população. Um outro tipo de movimento do gado na montanha é a chamada vezeira, que consistia numa prática comunitária de pastoreio do gado, em que cada pastor guardava à vez o rebanho de toda a aldeia.

A necessidade constante de espaços amplos levou o camponês a deambular a longas distâncias, ao encontro dos melhores prados para os animais separando-o da aldeia onde residia (Carvalho, 2006). Com o intuito de maximizar a utilização da serra, este recorreu a engenhosos esquemas, construindo novos lugares, para além da aldeia. Ergueram habitações, cujo tempo de utilização variava consoante



os ciclos vegetativos, ou “*pela adulteração do alçado e da própria planta*” (Carvalho, 2006) consoante a permanência na branda do agregado familiar, e das suas respectivas necessidades, que acresciam com o tempo que se dedicavam ao pastoreio.

Nos topos aplanados da montanha, bem como nas meias encostas, instalou-se uma quantidade de assentamentos agro-pastoris, correntemente designados por brandas, com objectivos de complementaridade agrícola e de manejo extensivo e estival do gado, resultando numa humanização efectiva, estruturada e presencial no espaço natural.

As brandas não constituem espaços, económica e socialmente autónomos, mas sim espaços mutuamente complementares, ocupados, alternadamente e de acordo com o calendário das mudanças estacionais. Integram um mesmo ecossistema que se expressa numa particular forma de organização da vida económica e social adoptada pelos camponeses (Geraldes, 1996). Geograficamente localizam-se numa linha avançada da corda dos povos que cintam a serra constituindo o reduto de segurança, conforto e organização do colectivo, na imponente tarefa da domesticação dos espaços de montanha (Viana, 2004a).

Estes lugares representam a simbiose entre o Homem e a Natureza através do sistema de movimentos e fluxos, com duração multiseccular, aproximando-os dos sítios. As brandas enquanto estruturas encontram-se vinculadas aos lugares de origem, a aldeia (Viana, 2004a). A cada aldeia correspondem frequentemente três brandas, no entanto este número pode variar entre uma e seis brandas.

Assim os habitantes que vivem no vale, mantendo relações de vizinhança, dispersam-se pelos vários lugares de altitude nos respectivos meses estivais, mantendo relações de vizinhança com agregados provindos das outras aldeias (Lima, 1996). São bem a imagem frugal e dura dos primitivos habitantes serranos, “*estes currais e brandas (...) com as suas casotas sem idade*” (Oliveira & Galhano, 1994, p.178), que explicam o agrupamento do assentamento e a forma de uso responsável socialmente controlado do território, notando-se a aglomeração tanto na aldeia como na branda.

As muitas brandas contêm a mais “*surpreendente e profícua colecção de edifícios de falsa cúpula*” (Viana, 2004a), pequenas construções para abrigo dos pastores designadas por cortelhos. Construções rudes e acanhadas, construídas com o único material disponível nas imediações, como recurso do granito, em pequenos e médios blocos sobrepostos e a encerrar, a cobertura em pedra, em falsa cúpula. Destacam-se ainda as bezerreiras, muros compostos por pedra solta que possuem uma forma circular, muito utilizados para a recolha nocturna das crias

pequenas ou gado doente, para protecção contra os ataques do lobo, podendo estar assim sob a permanente vigia do pastor.

Por norma, as brandas situam-se afastadas da aldeia, e através das variadas formas do relevo apresentam-se como pequenas manchas, planas ou com um declive pouco acentuado. Do ponto de vista da utilização, agrupam-se em três tipos: brandas de habitação, com a duplicação do lugar de origem, aptas a receberem parte da família durante períodos estivais, brandas de cultivo, que não implicam a pernoita dos camponeses e são dotadas de reduzidas construções somente para abrigo dos animais, ou para refeições dos pastores e por último as brandas de gado, mais elevadas em áreas de pastagem de montanha, onde as famílias optaram por erguer alguns abrigos usados como vigia dos animais (Viana, 2004a). Em virtude de que nas brandas de habitação, as construções se destinarem à função residencial, no período estival, por parte do agregado familiar, que possui a habitação principal na aldeia, estas tornaram-se elementos indispensáveis no sistema agrário.

A habitação prefigura a casa tradicional de dois pisos, embora numa “*forma rudimentar e arcaica*” (Castro Caldas, 1994, p.186). O rés-chão com a função de corte para resguardo dos animais e o piso superior para albergar a família, a que se ascende por uma escada exterior e a ausência, quase total de janelas, justifica-se pelos rigores climáticos. Ao nível do rés-chão, ou melhor, da corte, encontra-se o quinteiro, reduzido recinto, delimitado por um muro em fiadas de pequenas pedras, que se destina ao resguardo do gado e armazenamento dos fardos de palha e mato, e das alfaias agrícolas. Do ponto de vista arquitectónico e urbanístico, estas brandas são verdadeiros aldeamentos da povoação mãe, a aldeia, para os quais a população se desloca durante os meses quentes de Verão.

A população passa na branda, que comporta sempre os campos de cultivo, grande parte da Primavera, Verão, e em Dezembro inicia o seu retorno à aldeia, devendo toda a gente estar presente na noite de Natal. As temperaturas negativas durante o inverno, acompanhadas de nevões, dificultam a vida dos homens e dos animais nas brandas, forçando estes a procurarem abrigo junto das inverneiras, bastante mais favoráveis, protegidos das intempéries.

As temperaturas não atingem valores muito baixos e a neve quando cai é de fraca intensidade, não causando “*obstáculos intransponíveis para a vida das populações*” (Geraldès, 1996, p.28). Mesmo assim ausentados das brandas, de Novembro a Janeiro, alguns habitantes dos lugares fixos ascendem às brandas unicamente para porem o gado bovino a pastar durante todo o dia, regressando à aldeia ao fim do dia. Este movimento da população é a “*verdadeira migração*” (Medeiros, 1994, p.98) que se realiza a pé ou em carros de bois, transportando

para baixo o gado, utensílios e roupas, deixando as habitações encerradas, enquanto perdurarem as frialdades e as tempestades do inverno.

No entanto, nem em todas as brandas ocorre o movimento de transumância entre aldeia – branda – aldeia. Nas brandas de cultivo o sentido difere. Na Gavieira e em Rouças, o povoado de vale continua a predominar sobre as brandas, e a manter a população principal.

Da observação efectuada, os locais ocupados pelas brandas de gado submetem-se a critérios funcionais, e relacionam-se com os atributos geológicos e geomorfológicos, sendo similares entre as brandas existentes. O uso do espaço reflecte a uma unidade integradora, construída pelo lugar e o território envolvente. Os locais definidos pela população, foram os encontrados a elevadas altitudes, com condições favoráveis ao desenvolvimento dos pastos espontâneos, que contam com a fundamental presença de cursos de água, importantes para a rega e alimento da terra.

As brandas, no seu contexto geral, beneficiam de um ordenamento exclusivo e característico. Emolduram-se geomorfológicamente, e em todas elas existe disponibilidade de água, pastagens espontâneas, protecção e exposição solar favorável, e recursos materiais locais para as demais construções. Já as aldeias de estrutura acentuadamente concentrada deixam em cada núcleo libertos espaços de aproveitamento de cultivo e pasto, e a dispersão das parcelas implicaram para os habitantes a toponímia do território, de modo a facultar o seu domínio, repartição e o uso colectivo (Geraldês, 1996).

#### 4.5. Situação actual

O fortalecimento da economia serrana permitiu a passagem de algumas das brandas a assentamentos de residência permanente, atribuindo-lhes a qualidade de aldeia, que as populações ocupavam no Verão. Um outro dado que comprova esta transformação foi o registo efectuado por Isabel Medeiros (1984b), que observou que há cerca de cinquenta anos, os assentamentos que funcionavam como branda, mais tarde se transformaram num lugar fixo. Assim, no seu estudo, Medeiros (1984b) afirma que *“pode propor-se a existência de duas gerações de brandas, tal como de povoações principais, dinamizadas em conjunto pela expansão daquele cultivo”* (Medeiros, 1984b citada por Castro Caldas, 1994, p.177). A boa fase de crescimento económico e demográfico, com a introdução do milho, permitiu a expansão do território agrícola, sendo necessário construir novas estruturas habitacionais e de apoio ao pastoreio. A proximidade das brandas, a altitudes mais baixas, com os lugares fixos, ao qual pertencem, poderá ter estado na origem de novas brandas e novas aldeias, tendo este mecanismo sido factor predominante para a consolidação do povoamento serrano.

A exploração e ocupação da serra em altitude, aliadas ao crescimento demográfico, deram origem a novas aldeias, que, por sua vez, formaram novos aldeamentos providos de estruturas habitacionais e de uso comunitário. A Gavieira, antes branda da aldeia do Soajo, separou-se desta, e transformou-se numa freguesia, independente, constituída pelos lugares de Rouças, Gavieira, Peneda e Tibo.

Actualmente chega-se a todos os lugares e brandas, por via automóvel pelas novas estradas construídas em terra batida ou em calçada, aproximando os lugares uns dos outros, e facilitando a interacção entre a população residente na serra. Em virtude dos pastores se deslocarem da aldeia para as brandas, as novas acessibilidades facultaram e incentivaram-nos a regressarem, ao fim do dia à própria aldeia, efectuando sucessivos e repetidos trajectos, na descida ao lugar, podendo no dia, ou nos dias seguintes, subir o mesmo membro da família, ou um outro membro do mesmo agregado familiar, permanecendo nas brandas, somente nos dias destinados para a realização de tarefas agrícolas (Carvalho, 2006).

A insistente vontade por se manterem estes movimentos humanos levaram a população a reconstruir muitas das suas habitações, conservando o traçado original e os respectivos materiais utilizados, preservando, apesar das grandes intervenções efectuadas no sentido de melhoria, a austeridade, que *“quase se confunde com a majestosidade dos granitos que coroam a serra”* (Carvalho, 2006,

p.11). Outras construções foram modificadas apenas, para aguentarem as intempéries, em contraste com as que, simplesmente se encontram em decadência, ou em ruína.

Nas brandas embora se mantenha viva a tradição dos animais permanecerem as noites nas cortes, parte das habitações desmoronaram-se perante a indiferença dos proprietários. Nas aldeias, os habitantes repararam as suas habitações, conforme se iam degradando, ou introduziram novos materiais, alterando por completo a pré-existência das suas moradias. Algumas habitações devido ao seu mau estado de conservação foram submetidas ao abandono, e construídas na periferia novas habitações, com uma linha arquitectónica diferente de todo o conjunto. Os lugares mais atingidos foram Tibo, Gavieira e Peneda, com o grande impacto causado pelo emigrante nas formas e tipologias dos aglomerados, com os materiais vindos do estrangeiro e técnicas construtivas mais evoluídas. Contudo, ainda assim se mantêm vivos modelos significativos, actualmente utilizados como corte dos animais e resguardo de materiais agrícolas.

**PARTE IV**

## PARTE IV

### Estudos de Caso. Aglomerado rural de Rouças e Gavieira

#### 5. Construções e conjuntos edificados

##### 5.1. Habitação

A habitação é o espaço que agrega multifunções para uma família. Afastada do mundo urbano, as suas características correspondem ao modelo típico da região em que se insere. Em Rouças e na Gavieira a habitação reflecte o modo de viver de cada família e como se relaciona com as restantes habitações, e com o aglomerado em si.



**Fig. 28** Conjunto habitacional -modelo de habitação no aglomerado da Gavieira, lugar Gavieira.

Encontram-se nas duas aldeias, exemplares de habitações, todas unifamiliares, construídas com um e dois pisos, que adoptam elementos próprios das manifestações da arquitectura popular. São construções com baixo pé-direito em que a porta “*tem um protagonismo especial*” (Amorim, 2010, p.141). A habitação concentra no seu interior, tudo o que é fundamental para o dia-a-dia dos seus habitantes, e embora a distribuição espacial seja semelhante, no que diz respeito ao espaço de lar – a cozinha e a lareira, existe a clara distinção entre o espaço destinado aos animais, e o espaço de habitar. Variam quanto ao tipo de acessos e funcionalidade, mas em comum têm os sistemas construtivos e os materiais tradicionais, que foram empregues à custa de crenças da comunidade e do conhecimento empírico do construtor e do artesão.

### 5.1.1. Significado da habitação para o habitante serrano

Para o habitante da serra, o conceito de habitação difere do conceito que actualmente as pessoas têm “sobre o que é afinal a habitação?” Uma questão que parece ter uma infinidade de respostas, que variam segundo a visão pessoal de cada indivíduo, mas que para o habitante da serra, a única resposta é que a habitação é o seu lar e o elemento construído com maior importância dentro do aglomerado. Com características rudes e tradicionais, a habitação acolhe nas suas paredes, tudo o que é essencial à vida do povo da serra. “*A casa é abrigo, onde se regressa depois do trabalho, lugar de comer e de conversar, de dormir, e não deleite de sentido estético*” (Guerreiro, 1981, p.42). A habitação que serve ao mesmo tempo de lar serve de abrigo e protecção. O espaço de lar desenvolve-se em torno da lareira, onde a família se reúne. Não ostenta riqueza nem luxos. O mobiliário é quase inexistente, e a quantidade de aberturas para o exterior é mínima.

O habitante caracteriza a sua habitação, como a resposta face a todas as dificuldades que enfrentou no decurso da sua vida. A habitação expressa a cultura do habitante, como também a sua relação, tanto com o espaço natural, onde se implanta, como com todo o espaço íntimo à família. A construção varia conforme o terreno e a situação económica de cada família. Caracteriza-se como um elemento rico e complexo, sobretudo pela funcionalidade que desenvolve.

Não obstante a construção não seja fruto de um arquitecto, a habitação é toda ela pensada. Cada parede, cada canto, cada mínima abertura para o exterior, tudo tem a sua razão de ser, e no meio rural tem muito mais peso. A habitação protagoniza o território e sobrepõe-se às restantes construções. É um elemento de inspiração, modelo único, que não subsiste das novas arquitecturas (Teixeira, 2013), e a mais pura demonstração de simplicidade, funcionalidade, com recurso às técnicas tradicionais, sem necessidade de um ante projecto ou de um arquitecto. A habitação reflecte a maneira de ser da população e a forma como esta se relaciona com o meio geográfico, evidenciando-se claramente a dependência do homem com o território e a sua constante luta pelo domínio face às adversidades da natureza.



### 5.1.2. Unidade base da habitação serrana

Embora a habitação tradicional nos lugares de Rouças e Gavieira, comparada com os restantes lugares implantados pela Serra da Peneda, apresente características idênticas a estes, tem uma particularidade diferente. A diferença está na gestão individual que cada habitante deu ao seu lar, e o “impacto” que a construção desta teve sobre o território.

A habitação foi adquirindo forma e volume, de acordo com o modo de vida dos próprios habitantes. A sobrevivência à imposição do tempo, e a necessidade de protecção, de vencer as intempéries e a geografia do terreno levaram à construção de um conjunto de habitações, que se estruturaram segundo um modelo base.

A unidade base corresponde ao mínimo espaço construído. Unidade simples, de planta rectangular e regular, que se distribui num ou dois pisos, e a cobertura de duas águas, economiza os recursos materiais e a protecção aos nevões, impedindo a inclinação das águas que a neve e a água da chuva se instalem no telhado.

Este modelo tradicional de unidade base garante a agregação de sucessivas repetições e a inserção de ampliações, através de novas paredes e divisões interiores, podendo atingir uma complexidade, na adição de vários volumes. Garante uma infinidade de casos existentes, que a partir de uma *“base simples e versátil, é possível a evolução do próprio edifício até construções relativamente complexas em que os princípios construtivos da base se mantêm evidentes”* (Adere, 1999, p.32).

O programa da unidade base é reduzido. A habitação modelo procura somente responder ao indispensável para a vivência do agregado familiar, condensando tudo num pequeno volume. Destina-se somente a abrigar a família, os animais e as máquinas agrícolas. Os telhados de duas águas, as paredes e os vãos, a distribuição no piso superior da habitação e no inferior a corte, a organização espacial e as suas características são *“em ponto condensado, elementos, que combinados de forma similar se reutilizam dentro da mesma lógica em edifícios mais desenvolvidos”* (Adere, 1999, p.17). Neste sentido, o piso superior é o local habitável, constituído pela cozinha, onde se localiza a lareira a um canto, onde a família se reúne, e por um dormitório, com pequenas esteiras em palha. Nalgumas habitações compartimentadas, a separação dos compartimentos é feita por uma parede em tabique de madeira, que não chega a tocar no tecto, o que favorece a circulação do calor por toda a habitação.

No mesmo espaço da habitação desenvolvem-se todas as funções, desde a reunião familiar à volta da lareira, à preparação das refeições e ao descanso dos habitantes. Carentes de mobiliário e de paredes a compartimentar os espaços, a vida dentro das habitações conjuga o espaço de convívio com o espaço de descanso. Ao redor da lareira são discutidas as tarefas diárias da família e decorrem as reuniões familiares. Os membros da família conversam, discutem, desabafam, e contam como foi mais um dia trabalho, e preparam o dia seguinte. Considera-se assim, a lareira o elemento central, a partir do qual se organiza toda a distribuição espacial da habitação.

A distribuição espacial das diferentes funções pelos dois pisos teve muito em conta a necessidade acrescida por parte dos habitantes em aquecerem o lar. O piso inferior serve de corte do gado, arrumos e de secagem dos cereais. O facto dos animais se encontrarem abrigados no piso inferior, permitiu que o calor libertado pelos mesmos aquece-se a habitação.

Outro factor para a distribuição em dois pisos, foi a necessidade de protecção e abrigo às alterações climáticas e aos ataques de animais ferozes, como o lobo. A divisão entre os pisos é conseguida com a aplicação de um pavimento. Uma parte da habitação apresenta pavimento de soalho, geralmente de madeira de carvalho que abunda na região, enquanto na outra parte, que corresponde ao espaço de cozinha, o pavimento é feito através de pequenas lajes de granito.

Quanto à implantação no terreno, as habitações diferem umas das outras. Os próprios desníveis e as pendentes do terreno condicionaram a organização da habitação em ambos os lugares. O que permitiu edificar novas tipologias habitacionais.

Com a localização das habitações de dois pisos nas pendentes, foi possível acrescentar acessos térreos a ambos, ou na maioria observada, acesso apenas aos pisos superiores, através de escadas em pedra. Muitas das escadas de acesso ao piso superior, foram construídas com lajes de granito tosco com variadas dimensões do cobertor e do espelho. Quanto à implantação, estas variam conforme o terreno e a orientação da fachada principal. As escadas podem-se implantar paralelamente ou perpendicularmente à fachada principal, numa das extremidades ou ao centro da fachada. A extremidade da edificação escolhida foi sempre a mais próxima ao caminho, desenvolvendo-se as escadas a partir deste. A direcção da implantação das escadas esteve também condicionada com a geografia do terreno.

As características mais comuns destas unidades base, para além das dimensões reduzidas e das escadas toscas, uma vez presentes ou não, são os vãos e o aparelho de alvenaria de granito. A sensação de abrigo reforça-se com a escassez

de aberturas (Adere, 1999). Com a pouca entrada da luz e pouco contacto com o exterior, o habitante no interior da sua habitação, sente-se mais protegido, como se tivesse num ninho, garantindo a sua privacidade, apenas reservada aos elementos da família.

Como já referido, o número e dimensão de vãos nas habitações da serra, é baixo. As janelas, de pequeno porte e sem envidraçado, encerram-se com uma contra de madeira, que substitui a caixilharia e o vidro. Nos casos da unidade base, que se desenvolve apenas num piso, normalmente não existem janelas, podendo porventura, serem substituídas por pequenos rasgos na pedra, sem caixilharia. A única porta é em madeira, que se fecha com ajuda dum taramelo e duma trave, ambos em madeira.

Grande parte das habitações base originou habitações maiores e compartimentadas, com novos acrescentos, como as varandas alpendoradas, escadas alongadas, e aberturas de vãos em ambos os pisos. Nas coberturas, antigamente em colmo, aplicou-se a telha de barro.

A troca do colmo da cobertura pela telha de canudo ou marselha, adveio do descuido e da progressiva emigração da população para o estrangeiro, não deixando ao cuidado as plantações do centeio, do qual provém o colmo. Deixaram de se observar os tornos a segurarem o colmo, embora seja visível nalgumas habitações, já com a telha a substituir o colmo, o engenhoso sistema da pedra de granito enrolada e suspensa num arame de ferro a segurar a cobertura.

Os pisos térreos, nem todos são usados para abrigo dos animais. Funcionam antes, como espaços de apoio ao trabalho do camponês, lojas ou armazéns das alfaias agrícolas.

A construção das habitações em conformidade com a unidade de base respeitou as técnicas tradicionais simples e os materiais disponíveis no local da construção. Todo o processo construtivo foi sempre muito racional e coerente, gerando todo um conjunto lógico e eficaz.

### **5.1.3. Organização espacial e tipologia das habitações**

A habitação dos núcleos de Rouças e Gavieira caracteriza-se por se dividir em dois tipos: a habitação de branda e a habitação da aldeia. Mesmo que a construção de cada habitação se tenha suportado no mesmo método construtivo e no mesmo material empregue, existem diferenças entre cada uma. A habitação da branda, como já referido, apresenta as características do local onde é implantada, e tenta vencer os rigores climáticos da altitude a que se encontram as brandas.

Enquanto a habitação da aldeia, normalmente implantando no vale ou na encosta, revela características sobretudo da geografia do terreno.

A diferença de altitude e de temperatura originou pequenos núcleos de habitações, que correspondem às necessidades dos usuários bem como ao sistema de pastoreio imposto nas brandas. Como as brandas são locais para cultivo e pasto dos animais, o espaço de habitar da dita habitação de branda, apresenta-se mais pequeno e com uma construção menos cuidada em relação à habitação da aldeia. No entanto, observam-se habitações nas brandas com características de habitação de aldeia, com pátios e pequenos jardins à frente, com muros a limitar a propriedade e com vãos de maiores dimensões e ainda, em algumas, a existência de varandas e alpendres. O espaço fechado de quintal e habitação, a relação de um elemento com o outro, chamam a atenção para esta realidade nas brandas.



**Fig. 29** Núcleo de habitações de um piso, aglomerado de Rouças, lugar da Gavieira.

No geral, tanto na aldeia como na branda, as habitações são na maioria construções simples, que se foram completando com o decorrer do tempo, conforme a vontade do habitante. Cada habitação revela parte da identidade do habitante. Assumem a personalidade de “*muitos dos seus construtores, da sua tecnologia e capacidade de empreendimento*” (Teixeira, 2013, p.32). Nos

aglomerados maiores, neste caso, Rouças e Gavieira, predomina a habitação de dois pisos com pátio, ou adoçada às outras, sem pátio com corte e loja no piso inferior e habitação no piso superior, enquanto nas brandas, predominam as habitações de um único piso, sensivelmente mais dispersas que na aldeia.

O facto de a habitação usufruir dos dois pisos e da pendente do terreno, fez com que se pudessem acrescentar acessos térreos – como as escadas, que consoante a sua posição perante a fachada principal caracterizam a habitação. Toda a distribuição interior dependeu da posição da escada e da entrada principal da habitação.

As habitações destes aglomerados de serra, são “*menos consistentes morfologicamente apresentando uma variedade de soluções*” (Teixeira, 2013, p.50), que se podem representar pela adição duma outra unidade base ou por ampliação de uma construída, solucionando faltas de espaço, através de uma nova distribuição espacial. As diferentes unidades tipológicas identificadas seguiram a mesma estrutura base, que lhes garantiu novas formas.

O que se verifica é que nas situações de habitações bastante agrupadas, tornou-se difícil a ampliação. As habitações que se voltaram para o caminho, adoçadas umas às outras, não deixaram espaços intersticiais entre elas, e grande parte destas habitações dão directamente para o caminho.

Preenchem os vazios de vale e da alta montanha, espalhando-se por toda a serra em conjuntos compactos, mais ou menos dispersos entre si, embora organizados de modo agrupado. Os conjuntos habitacionais, ou o termo mais correcto, aglomerados habitacionais, configuram a paisagem, preenchendo-a de espaços de vivência e colmatando espaços à partida hostis para a sobrevivência humana. O habitante da serra tem e teve, a incrível capacidade de transformar o território, inicialmente tarefa complicada, num espaço favorável ao seu modo de vida. As habitações, juntamente com o aglomerado, do qual fazem parte, são a mais profunda e típica demonstração da construção do território ao longo de séculos.

As habitações distribuem-se através de uma unidade base, que por adição ou subtracção foi compondo o centro doméstico - espaço habitável e a zona de conforto da família que habita na serra. A planta é rectangular, correspondendo as fachadas mais longas à frente e às traseiras da habitação, e não ultrapassam os seis metros de altura. A frente da habitação é a fachada que recolhe maior quantidade de luz para o seu interior. A porta, colocada ao centro, ou numa das extremidades da fachada, abre-se directamente para a cozinha, iluminando e ventilando este espaço de maior importância da habitação no seu todo.

O acesso ao andar faz-se por escadas de degraus de pedra exteriores, e que sobem paralelamente à fachada principal, contabilizando-se muito poucas

habitações com a escada construída frontalmente. As pedras das paredes dispostas, umas sob as outras irregularmente e os vãos são todos em madeira. As habitações dão para o caminho e para o pátio, quando presente.

Analisando os distintos espaços interiores da habitação, qualquer que seja o seu nível económico encontra-se a cozinha, o dormitório, a sala e a corte e palheiro. No piso térreo dispõem-se a corte e o palheiro, deixando para a planta superior a cozinha, o dormitório e a sala.

Começando pela cozinha, por ser dependência com maior importância da habitação de Rouças e Gavieira. A parte essencial desta divisão é a lareira, que tanto se encontra ao mesmo nível do pavimento, como elevada sobre um pequeno plinto. Em ambos os casos existe uma peça de cantaria de maior tamanho, a cambota para elevar o fumo, substituindo a chaminé, que nestas habitações não existe. A lareira é constituída por uma peça de pedra ou de ferro, em forma de U, que serve de apoio à lenha, para que arda melhor, e pelo trafogueiro e a gramalheira, que permitem aquecer os potes, suspensos por uma corrente encastrada no tecto (Correia, 2005).

Ao lado da lareira encontra-se um banco de madeira- o escano, que tem encastrado um tabuleiro que se baixa para formar uma mesa, apoiado num pau que sai da parede. A cozinha é a dependência que se encontra, em todas as habitações, no piso superior, e foi a partir desta que todas as restantes divisões se desenvolveram no interior da habitação.

Os quartos, ou o dormitório, comunicam com a cozinha através da parede em tabique. Quanto ao mobiliário imprescindível são as camas de madeira e palha e a arca para a roupa. A sala é a dependência com maior dimensão, embora junta com a cozinha. Não existem paredes a separar uma da outra. Na sala existe uma arca, uma pequena mesa e um armário, o louceiro, onde se guardam as loiças, e serve de espaço à realização de actos cerimoniais (Correia, 2005).

A corte é a dependência básica na conformação da habitação, e ocupa tanta área quanto a habitação. Situa-se no piso inferior, com o solo coberto de terra e palha que faz de cama para os animais. Algumas das cortes estão divididas em duas partes - o dormitório e comedouro dos animais, e o palheiro. A separação faz-se apenas com a elevação da cota de soleira ou com um pequeno muro em pedra.

Para conservar o calor emanado dos animais, a única ventilação que existe nas cortes, é feita através de pequenos rasgos nas paredes denominados por bufardas. Como forma de aproveitar o calor produzido na corte pelos animais, explica-se a posição dos quartos ao mesmo nível da corte, para receberem directamente o calor através do pavimento em madeira.

A cozinha encontra-se à esquerda ou à direita da porta principal (a única porta de acesso à habitação). A chaminé não existe, e o ar circula para o exterior através da porta e da janela. O fumo da lareira é aproveitado para aquecer o lar, fazendo-o chegar a todos os compartimentos.

Em algumas habitações é visível uma janela por compartimento, outras servem-se apenas da porta. Em todos os casos da divisão interior, nunca foram utilizados corredores. A circulação é feita directamente de uma divisão para a outra, de modo a aproveitar ao máximo o espaço interior da habitação.

Quanto ao exterior, o pátio (quando existente) junta todas as dependências – a corte, o espigueiro, a horta, o alpendre e a eira, em chão pisado. Separa-se do espaço público do caminho mediante o portão aberto no muro em pedra. O espigueiro com a sua forma rectangular, é uma construção inteiramente em pedra e madeira que se orienta opostamente à habitação. Se a habitação se orienta a Nascente, o espigueiro fica voltado para Norte/ Sul, de modo que as suas laterais recebam toda a ventilação possível.

Para a interpretação dos casos de estudo, foi necessário entender-se em primeiro lugar, o modo como as construções destinadas à habitação se “*articulam entre si e como essa relação se expressa formalmente em volumes arquitectónicos da cultura local*” (Sampaio, 2008, p.62). Depois do levantamento aos aglomerados elaborou-se uma amostra com as tipologias possíveis, e existentes nas duas aldeias e nas brandas: Gorbelas, Junqueira, Busgalinhas e S.Bento do Cando, em anexo nas fichas da estrutura do aglomerado. Para a caracterização tipológica foi útil tecer algumas reflexões genéricas sobre a habitação rural, partindo das classificações anteriores, elaboradas por Ernesto de Veiga, Fernando Galhano e dos autores do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, não podendo deixar de referir que cada realidade é “uma realidade indubitavelmente diferente (...) ainda que em todas se apresentem sempre pontos de referência incontornáveis” (Mestre, 2002, p.65).

Da interpretação feita às obras de Fernando Galhano e Ernesto Veiga, os autores classificam a habitação rural, como aquela que se divide em dois pisos bem definidos a nível de uso, o piso inferior para os animais e o superior para habitação, não deixando porém de a classificar como habitação elementar, apontando o “rusticismo” e a antiguidade como factores determinantes.

Classificam as habitações em habitação térrea, de um modo geral, pequena e singela, e habitação de andar com ou sem pátio, com nítida distinção entre funcional entre si. A habitação térrea que segundo os autores, o plano interior reduz-se a um simples compartimento rectangular, com divisórias isolando um ou outro recanto, onde decorrem todas as funções domésticas. São construções

extremamente pequenas, em que a simplicidade da estrutura se alia à rudeza dos materiais empregues e na técnica, muito tosca de construir.

A partir da habitação térrea, sucederam-se todos os processos evolutivos, dando origem a formas mais complexas e diferenciadas.

### **Habitação base**

A habitação base, assim classificada, proporciona um conjunto de dados que remetem para a memória colectiva da arquitectura rural da serra da Peneda. É a habitação que melhor reflecte a essência desta arquitectura, e a que a melhor contacto teve com os construtores, e a que melhor transmitiu a marca do equilíbrio entre a obra e a natureza.

Os únicos materiais empregues na construção foram o granito, retirado do chão e das rochas, a madeira que crescia na floresta e a palha de centeio que se cultivava nas brandas.



**Fig. 30** Habitação unidade base, aglomerado de Rouças.

Quanto à estrutura a habitação base, não vai mais além de um modelo simples de linha direita, com área estritamente necessária ao abrigo da família e dos animais. São habitações, cujo piso térreo é em terra batida ou calcetado com pedra miúda, que conjugam pequenos espaços de cozinha e quarto. Não se contabilizam outras divisões interiores, e carecem de mobiliário e de aberturas para o exterior, o que não permite que estas ventilem ou que deixem entrar luz. Contam apenas com uma a duas portas, dependendo do comprimento da fachada principal, que acedem directamente ao quarto e à cozinha. Constituídas por quatro paredes



feitas com pedras irregulares sobrepostas entre si, sem qualquer ligamento, que não ultrapassam metro e meio de altura.

No que respeita à divisão interior, o espaço de cozinha é conseguido através de um buraco cavado na terra, onde a família se reúne para conversar e comer. O mobiliário é muito pobre e reduzido. A habitação conta com uma mesa de madeira rude, encostada à parede que corresponde à cozinha, e os cabides para a roupa, são pequenos ramos de árvores encaixados nas juntas existentes nas paredes. Tanto em Rouças como na Gavieira, a habitação térrea cumpre a função de albergar uma família, embora, seis destas habitações no total entre os três aglomerados, estejam a ser utilizadas como corte e palheiro.

### **Habitação elementar de dois pisos**

A habitação elementar é a tipologia mais significativa de todas, quer pela quantidade, quer pelo número de variedades. Divide-se em dois grupos: a habitação elementar de dois pisos com pátio e habitação de dois pisos sem pátio.

No entender, são duas construções distintas, com especialidades diferentes, contudo com plantas semelhantes. A elementaridade das plantas está agrupada na mesma tipologia. Ambos os modelos seguiram a mesma base, embora constituindo duas realidades diferentes, inclusivamente com as suas variantes.

A habitação elementar de dois pisos evolui em vários tipos. O tipo mais vulgar é aquele que aproveitou o declive natural do terreno, ganhando assim mais um piso.

Existiu uma diversidade no modo de implantar estas habitações, bem como na localização da entrada, que alternou entre o centro da fachada, o início da parede ou mesmo num dos topos. Uma característica mais comum nestas habitações de dois pisos é a inexistência de vãos nas fachadas posteriores, resultado da implantação da habitação de “costas” para os ventos dominantes, preferindo-se assim os quadrantes Nascente e Sul.

Corresponde a uma construção de dois pisos, pouco alta, constituída por um espaço de habitação, no piso superior, e espaço de corte, situado no piso inferior do edifício. O andar superior conta com dois compartimentos separados por um tabique de madeira, cuja altura não ultrapassa a das paredes. Do primeiro compartimento a cozinha, sempre ampla, passa-se para o quarto por uma porta aberta a meio do tabique.

O que se verifica no levantamento das duas aldeias e da branda, é que parte destas habitações implantaram-se alinhadas pelos caminhos e adoçadas umas nas outras, que contam com o único espaço de contacto com o exterior- a rua. Os

vários declives naturais da encosta, do vale e do planalto em que se inserem estas construções, condicionaram a implantação destes volumes. Conforme o declive permitiu, abriram-se mais que uma porta, observando-se fachadas com vãos em ambos os pisos.

O acesso aos pisos superiores é feito por escadas construídas sem resguardos laterais, adoçadas à parede da fachada principal, que se colocaram perpendicularmente à parede e paralelas a estas. No cimo das escadas abriu-se a única porta com ligação para o interior da habitação e que é a única abertura por onde entra a luz do dia na cozinha. A outra abertura, a janela, de dimensões reduzidas, com a mesma função, abriu-se numa das paredes do quarto.

São habitações que se moldam consoante as necessidades do agregado familiar que as ocupa. Esta tipologia permite a ampliação da habitação, através da inserção de varandas ou alpendres, que são fechadas e abertas. Como exemplos de habitações de andar sem pátio, foram identificadas em Rouças, na Gavieira, e em Gorbelas, sendo que três das habitações, 2 em Rouças e uma no aglomerado da Gavieira têm varanda.

### **Habitação elementar de dois pisos com pátio**

A habitação com pátio caracteriza-se pelo “*acoplar de um pátio à construção de dois pisos*” (Sampaio, 2008, p. 64) com no piso inferior e habitação no piso acima. A estrutura funciona como unidade fechada, ou aberta para o caminho de apoio à agricultura e pastorícia dos seus habitantes, podendo relacionar-se com cortes e palheiros implantados de forma dispersa no aglomerado, embora nos casos em análise, não se verifiquem cortes e palheiros afastados da própria habitação.



**Fig. 31** Habitação de dois pisos com varanda e pátio.

A habitação acopla todas estas funções. O pátio é de uso restrito da habitação, e precede a entrada de ambos os pisos, ou está mais afastado dentro da propriedade, sob a forma de um “*recinto murado, que faz de átrio ou vestíbulo exterior*” (Oliveira & Galhano, 1992, p. verificar). É um espaço pavimentado, de dimensões variadas e com uma configuração arredondada. Como exemplo de habitações de andar com pátio, podem citar-se 2 habitações na banda de Gorbelas encerradas por pequenos muros de pedra, 2 encerradas na aldeia de Rouças e 1 com pátio aberto, e 1 habitação com pátio encerrado na Gavieira.

#### **5.1.4. Construção, técnicas e materiais**

A construção da habitação da Gavieira e de Rouças moldou-se em consonância com o território envolvente. A arquitectura da habitação construiu o território, sendo que este moldou-a segundo a sua geografia. A relação entre a arquitectura e o território serrano está implícita nos materiais utilizados na construção das habitações e no domínio técnico de cada um.

Assim não se verificam nas construções antigas de Rouças e Gavieira, bem como nas brandas, diferenças ao nível dos materiais e das técnicas construtivas empregues. Os materiais utilizados foram os provenientes e abundantes na natureza envolvente: o granito, retirado dos afloramentos rochosos ou extraído das formações rochosas junto do lugar destinado à edificação, a madeira – de carvalho, extraída das florestas existentes nas imediações, e o barro para as argamassas, quando aplicadas, feito com a terra argilosa existente no solo da serra. No caso do colmo, aplicado nas coberturas, este era proveniente da palha do centeio, cultivado nas brandas.

As edificações contam com os trabalhos de grupos de habitantes, que se juntam solidariamente, que aplicam sabiamente as melhores técnicas construtivas e moldam os materiais de modo que estes funcionem em harmonia com a envolvente. Para a construção de uma habitação tiveram em conta quatro factores de extrema importância, para o bom funcionamento da mesma. Em primeiro tiveram em consideração a escolha do lugar de implantação, tendo em conta os limites e o espaço. Como segundo factor, e predominante, a definição do tipo de habitação mais conveniente ao agregado familiar. Os restantes factores devem respeito à selecção da orientação solar e às direcções do vento e da chuva.

#### 5.1.4.1. Cobertura

O tipo de cobertura que predomina em Rouças, Gavieira e nas brandas é a cobertura de duas águas em telha de aba e canudo com pouca inclinação, e a única madeira presente é a da estrutura da asna do telhado onde assentam as telhas ou o colmo.

A cobertura é constituída pela asna feita com ripados horizontais e verticais, onde assentam as telhas, e por peças em pedra da própria cobertura, como as cápeas, os beirados, e os guarda-ventos, muito comuns nestas zonas de serra, como protecção dos ventos fortes originários de Norte. Na maioria das habitações observam-se dois guarda-ventos por cobertura, colocados sob as cápeas das empenas - paredes laterais que formam o telhado de duas águas.



Fig. 32 Guarda ventos, branda Gorbelas, Rouças.

Inicialmente a estrutura da cobertura foi utilizada para receber o colmo, conhecido como a palha do centeio, que assentava directamente sob a estrutura de madeira, disposta no sentido do eixo maior da fachada da habitação e nas paredes de topo. A cobertura em colmo tornava as habitações mais frescas e confortáveis no Verão e quente no Inverno.



**Fig. 33** Cobertura inclinada em telha, Rouças

A inclinação das águas das coberturas de colmo variou conforme a utilização do colmaço. Por norma a inclinação da cobertura era acentuada, e o travamento do colmo, era feito segundo varas de madeira - os tornos, como assim lhes chama a população, que se colocavam na direcção oposta para cingir o colmo. O colmo unia-se com arame que passava pelos fardos de palha, e que rematava com pedras suspensas para segurarem o colmo através do peso que estas exerciam. Para além disso os telhados eram ainda protegidos por fiadas de pedras colocadas sobre o colmo.



**Fig, 34 e 35** Pedras dispostas sobre a telha da cobertura, branda S. Bento do Cando; Pedras suspensas com arame a segurar o colmo, branda S. Bento do Cando

Nas coberturas de telha a inclinação do telhado, suaviza-se ao chegar ao beirado, pelo contrafeito. O contrafeito teve a função de diminuir a inclinação da cobertura e da linha do telhado, permitindo a projecção da varanda. A varanda, presente em quatro habitações, 3 em Rouças e 1 na Gavieira, construiu-se para fora do volume principal da habitação coberta pelo prolongamento do telhado da cobertura de origem. Em algumas habitações ainda se verificam pequenas pedras dispostas aleatoriamente, sob as telhas por toda a cobertura, como forma de assegurar a protecção da cobertura contra os ventos.

Quanto à presença de habitações em que perdura o colmo na cobertura, restam na branda de Busgalinhas duas habitações com função habitacional, e as duas, inclusive uma com o colmo caído numa das partes do telhado, a servirem quinteiro – dividido por um muro de pedra irregular não aparelhada. Metade do compartimento funciona como armazém do centeio e das máquinas agrícolas e a outra metade de corte.



Fig. 36 Habitação com cobertura em colmo, branda de Busgalinhas

No que respeita ao tratamento quanto aos pormenores e os métodos construtivos empregues na construção das coberturas em estudo, verifica-se, que mesmo com a substituição do colmo – por motivos vários, pela telha de canudo, os procedimentos foram-se repetindo de geração para geração, mantendo em uso a tradicional construção destas coberturas. O conhecimento tem vindo a transmitir-se de geração para geração, e actualmente, mesmo construindo com recurso a

novos materiais e a inovação das técnicas e métodos construtivos, a tradicional cobertura de duas águas, ainda prevalece na Serra da Peneda.

Na elevação das coberturas de duas águas, a primeira peça da armação do telhado foi a cumeeira – trave de madeira mais grossa que se coloca sobre o eixo principal da casa, apoiada nas empenas, e nas paredes divisórias no interior da habitação. Em seguida colocaram-se os caibros, apoiados na cumeeira, que por sua vez assentaram no frechal da asna. Sobre os caibros dispuseram-se as ripas de madeira para assentarem as telhas sobre estas.

#### 5.1.4.2. Pavimentos

Os pavimentos interiores dividem-se entre pavimento do piso térreo, que como o próprio nome indica, em terra batida, que facilita a drenagem da urina dos animais, e o pavimento do andar correspondente à habitação, em madeira de carvalho. Este pavimento, fez-se tradicionalmente pela justaposição de tábuas de madeira, numa estrutura de três grandes vigas, também em madeira. Nuns casos a estrutura remata na parede através do sistema de encaixe nas juntas da parede interior, noutros casos observados, assenta sobre blocos de granito de maiores dimensões salientes da parede interior, que sustentam a estrutura de madeira do pavimento, sempre no sentido oposto ao tabuado.



Fig. 37 Alvenaria em pedra irregular com a face aparelhada

Em Rouças e na Gavieira a zona correspondente à cozinha é feita com lajes de granito, que agrega um espaço rectangular na extremidade oposta à entrada principal da habitação, encontrando-se a lareira elevada da cota de soleira, para evitar que o fogo atinja o pavimento de madeira da restante habitação.

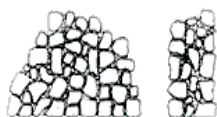


Fig. 38 Alvenaria em pedra não aparelhada

#### 5.1.4.3. Muros. Alvenarias

O material empregue nas construções, dependendo da época da edificação e das necessidades e economias do agregado familiar, foi o granito o material escolhido e empregue em grande escala. Proveniente dos afloramentos rochosos naturais do terreno, foi utilizado na maioria das habitações de Rouças e Gavieira, contando com as edificações das respectivas brandas.

O aparelho de alvenaria que existe nas duas aldeias e nas brandas é diverso. As paredes foram construídas com blocos de granito não aparelhado ou aparelhadas com pedra regular, com as juntas em argamassa, embora as ombreiras e sobretudo as padieiras tenham sido construídas com pedras aparelhadas. No caso dos blocos não aparelhados, as paredes das construções, são, junto ao solo feitas com pedras de maiores dimensões, às quais se sobrepuseram outras de variados

tamanhos e formas, alternando as pedras miúdas, com as pedras médias e as de grandes dimensões, travadas com a ajuda de juntouros – pedras angulosas e irregulares que se encaixam nos vazios entre as pedras maiores, substituindo qualquer tipo de material ligante.

Noutros casos as habitações surgiram de afloramentos rochosos, ou ficaram adoçadas a estes, poupando em parede. O que se verifica é que o aparelho de pedra comporta, junto ao solo, grandes blocos de granito, e consoante a parede foi crescendo em altura até ao topo, utilizaram-se pedras de calibre médio e pequeno. Outras construções são inteiramente de pedras aparelhadas regulares, ora de grandes dimensões e de dimensões menores, ou com as juntas esquadradas. Na construção das habitações descritas, a primeira fiada horizontal assenta na rocha-base ou na terra, não havendo a preocupação na utilização de alicerces.

Nos aparelhos de pedra regular aparelhada, recorreu-se a argamassas de barro, com as areias e as argilas existentes no tipo de solo da Serra da Peneda, e os blocos de granito cortados e laminados de modo cuidado e dispostos em fiadas horizontais, sob as argamassas, embora este tipo de técnica, não tenha sido normalmente utilizada. O modelo de alvenaria mais comum em Rouças e Gavieira é o da pedra irregular sobreposta sem recurso a argamassas.

Estas construções implantaram-se, geralmente, junto dos caminhos e com as fachadas principais voltadas para Nascente, ou então conforme o declive do terreno assim o permitiu. No entanto, verificam-se emendas no aparelho das construções, notando-se arranjos e acrescentos, na maioria ampliações das fachadas e dos pés – direitos, que estas foram sofrendo, como prevenção da degradação destas edificações, bem como, conforme a função e o uso que lhes era atribuído.

Na execução das paredes recorreu-se a troncos de madeira, corda e roldanas, para a elevação dos blocos maiores, ao topo da construção, e para os acabamentos da cobertura, no caso das cápeas e dos corta – ventos, feitos com pedras mais regulares e compridas, que necessitavam ser colocadas com uma certa precisão. Deste modo, iam-se sobrepondo as pedras até à altura pretendida da parede. As pedras foram colocadas sem qualquer argamassa, com diferentes tratamentos por piso.

Nos pisos correspondentes às cortes, os blocos de granito dispuseram-se alternadamente deixando espaços livres para a ventilação e drenagem do terreno. Outra particularidade detectada foi o emprego de pedras de diferentes tamanhos, muito irregulares misturadas com argamassas, formando uma textura uniforme, que posteriormente seria para ser rebocada.



Denota-se um trabalho menos cuidado e de rápida execução das paredes que permitiu a variedade de alvenarias em granito, com recurso à mesma técnica. Outro factor relevante na construção destas paredes foi o cuidado no tratamento dos beirados e dos lintéis, reservando as pedras maiores da construção para as ombreiras, padieiras e soleiras das portas e janelas. Em algumas habitações não se verificou este cuidado. Os vãos foram cortados segundo o tamanho desejado, onde se encaixaram as portas e as portadas em madeira.

Os vãos apresentam-se pelo modo tradicional de construir e com recurso aos materiais locais. As portas e as janelas permitem encerrar os vãos, geralmente definidos por pedras de soleira, ombreira, padieira e peito no caso das janelas, bem aparelhadas, e em madeira- de carvalho que dispensam qualquer tipo de material metálico. O caixilho movimenta-se com a ajuda de couços encaixados nas cavidades das padieiras e das ombreiras, ou na soleira, quando presente. O fecho das portas, também dispensou as fechaduras metálicas. Feito com taramelos, denominação utilizada na Serra da Peneda, para designar as fechaduras de madeira, muito comuns nas portas das cortes, que se encastram na madeira de porta com um pequeno trinco também ele em madeira que encaixa numa ranhura da pedra da ombreira, e fecham-se pelo exterior. Outro método identificado, de encerrar as portas é o feito por um cordel que se enrola no trinco, também em madeira, podendo as pessoas o puxar e abrir.

As portas e as janelas apresentam dimensões variáveis, dependendo da habitação. São vãos em madeira, de uma folha, feitos em talhas de madeira, dispostas no sentido longitudinal. Existem vãos das janelas apenas protegidos por portadas de madeira sem vidro, enquanto outras janelas apresentam caixilho também em madeira com vidraças. As portas variam em tamanho e altura conforme a sua utilização. No caso dos vãos das cortes e das lojas, as portas são de reduzidas dimensões, e muito baixas, enquanto as portas correspondentes ao piso habitável, são feitas com madeira de melhor qualidade e altas. As portas mais cuidadas são as da habitação enquanto as portas das cortes são construídas toscamente.



**Fig. 39** Porta de habitação com soleira elevada, Rouças.

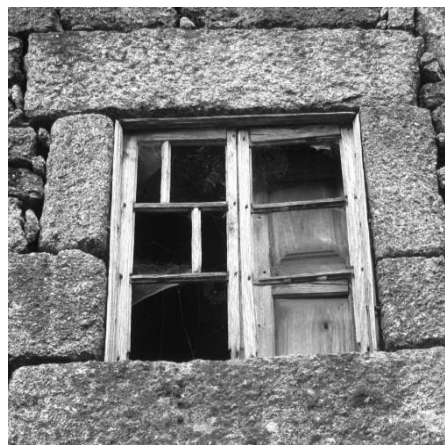


**Fig. 40** Porta do piso térreo, branda de Gorbelas.

As portas das habitações são de um único batente, emolduradas pelo lado de fora pelo aparelho mais cuidado – das ombreiras e padieiras. As ombreiras são formadas, de cada lado do vão, com pedras de maiores dimensões e aparelhadas, e a pedra da soleira, quando existente, fica mais alta do nível do chão para impedir a entrada de água.

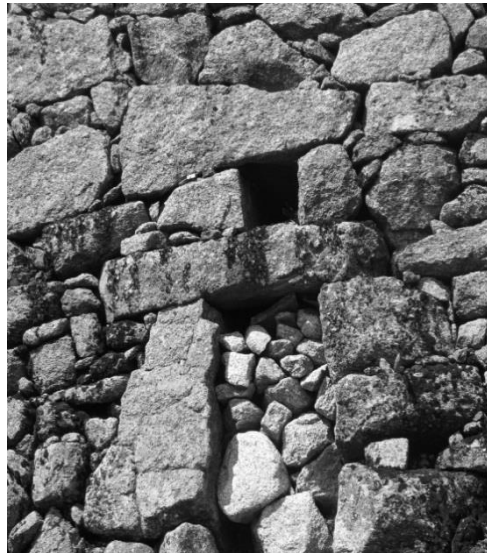


**Fig. 41** Janela com portada, branda de Gorbelas

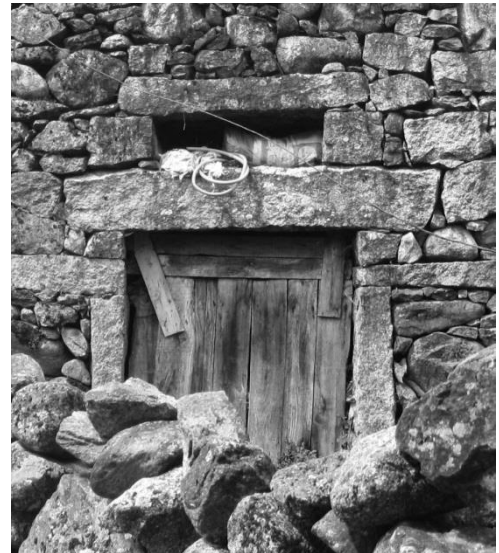


**Fig. 42** Janela com caixilho de madeira e vidraça, Gavieira

As janelas têm uma estrutura semelhante à das portas. A maioria das janelas identificadas, em Rouças e na Gavieira, não tem vidraças, estando protegidas apenas por contras – portadas em madeira. No entanto, observaram-se janelas com vidraças, em Rouças, com os caixilhos em madeira, e outros já em alumínio. Para além deste tipo de janelas descrito, existem os postigos e as bufardas – pequenas aberturas na parede da habitação para ventilação e iluminação, encerradas ou não.



**Fig. 43** Bufarda por encerrar, branda de Junqueira.



**Fig. 44** Bufarda sob a porta da corte, sem portada, Rouças.

## **5.2. Construções de equipamento rural**

### **5.2.1. Espigueiros**

Como se sabe o milho é essencialmente um cereal de regadio que requer uma conveniente secagem do grão ou da espiga. Daí ter sido fundamental a construção de edifícios destinados à armazenagem deste cereal, para evitar o seu apodrecimento. Os espigueiros, assim denominados, desempenham a função de armazenar as espigas, e foram concebidos com vista a preservá-las contra a humidade do ar e do solo, e contra invasões de animais roedores e também das aves. Por esta razão, procuram para a sua implantação locais privilegiados relativamente à exposição aos ventos e ao sol. Os espigueiros devem-se construir em locais arejados e afastados da humidade do solo, o que leva à sua elevação do chão através de suportes de pedra aos quais se sobrepõem lajes de pedra que impedem ao mesmo tempo a subida de animais roedores.

São construções compostas essencialmente pelo corpo - câmara estreita e arejada onde se guardam as espigas de milho, com as paredes em fendas, por onde circula o ar e, assente numa estrutura de base de pés em granito – o assento ou a rótula (Oliveira, 1994.c, p.37), e associadas a estes estão as eiras – estruturas de debulha e secagem do cereal antes de este ser guardado nos espigueiros.

Intimamente relacionados com a introdução da cultura do milho, os espigueiros juntamente com os socalcos, são marcas imperativas no território da Serra da Peneda. Os socalcos - campos de cultivo escalonados, acarretam a função de possibilitar o crescimento do milho, e aos espigueiros corresponde a tarefa de armazenar a respectiva produção (Barros, 2011), em grão solto ou em espiga.

Quanto à forma, é invariavelmente a mesma, por toda a Serra da Peneda. Um corpo alongado e estreito todo em granito, coberto por duas águas de telha, com as divisões interiores que se podem remover, consoante a produção e quantidade de milho a guardarem, com porta de madeira num, ou nos dois topos. Os espigueiros variam é no material com que foi se construiu estrutura. Como é o caso dos espigueiros do Soajo, que foram construídos todos em granito, apenas com a porta num dos topos em madeira.

Nos espigueiros de Rouças e da Gavieira, utilizaram-se réguas de madeira e aduelos de pedra, postos verticalmente e suficientemente afastados para permitirem a circulação do ar e a secagem do milho, e impedirem a subida dos ratos. Assentaram a estrutura do espigueiro numa base de pés em granito, sobre grandes rótulas onde se dispuseram as vigas mestras da estrutura, toda em granito. Com uma base reduzida, procuram a maior extensão de superfície possível para a sua implantação com condições favoráveis à boa secagem e conservação do cereal, e exigem soluções de equilíbrio e solidez. Agrupam-se em locais mais expostos ao sol e aos ventos, onde os afloramentos graníticos formam eiras naturais.

O conjunto de 12 espigueiros em Rouças, e os dois conjuntos de 19 volumes na Gavieira, apresentam um conjunto de características comuns, que permitem identificar dois tipos de espigueiros: os construídos todos em pedra, apenas com a porta em madeira, como no Soajo, e os construídos em pedra e madeira.

O tipo de espigueiro de Rouças e da Gavieira é construído, na sua estrutura em granito, sendo os vãos preenchidos por painéis de madeira. São pequenas estruturas de pedra e madeira (embora, a madeira das paredes laterais, actualmente, tenha sido trocada por blocos de tijolo à vista), com planta rectangular e com as paredes rasgadas por fendas para o arejamento da câmara. O assento, nestes espigueiros, em todos eles em pedra, é constituído por dois

tipos: colunas, pilares e esteios dispostos aos pares encimados por pedras salientes, que impedem a subida dos ratos – as rótulas ou mós, que correspondem uma a cada pé, ou por pés transversais ou mesas, feitos em blocos de granito paralelos entre si, dispostos no sentido contrário da estrutura da base do espigueiros e que rematam em cima por mesas ou por uma laje saliente formando a cornija, com o mesmo fim – a protecção.

Sobre o assento pousa o lastro, feito em padieiras laterais de granito e soleiras de topo, acima das quais se erguem os prumos de madeira e as colunas de pedra, que sustentam os frechais de madeira ou os lintéis de pedra, onde a apoia a armação da cobertura de duas águas em telha, aparelhada com cápeas e guarda-ventos, velhos processos de defesa das coberturas de colmo e mesmo da telha. A cobertura é de duas águas, idêntica à das habitações e dos moinhos, com uma estrutura de caibros e de varas onde assentam as telhas.



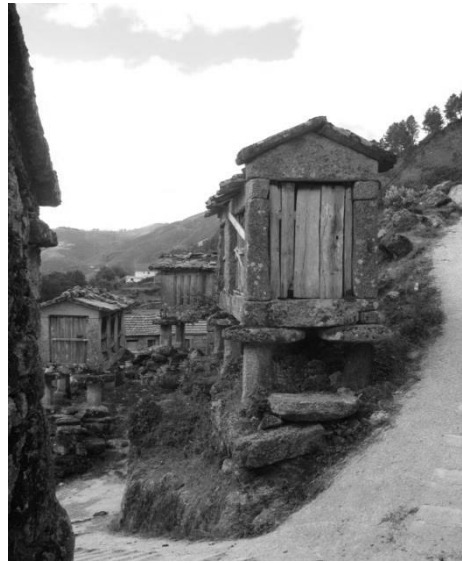
**Fig. 45** Espigueiro misto, com estrutura assente em mós, Gavieira



**Fig. 46** Espigueiro misto, com estrutura assente em mesas; Guarda-ventos na cobertura, Gavieira

Quanto à posição no terreno, os três conjuntos de espigueiros estão agrupados nos locais de uso comum da população, formando uma pequena aldeia à parte da aldeia em si, a que pertencem. Entre a implantação de cada um, ficaram espaços vazios utilizados como eira. A eira aqui não aparece definida no terreno, mas sim os afloramentos rochosos onde se implantaram os espigueiros, servem de suporte natural para a eira.

Mas de toda a estrutura do espigueiro do tipo de espigueiro presente nas duas aldeias, o que mais se destacam são essencialmente os pormenores das mós e os trabalhos da cantaria, e a dimensão e número dos tramos que os constituem. Conforme o comprimento do espigueiro existe um número variável de colunas ao longo das paredes laterais, para o reforço estrutural.



**Fig. 47** Espigueiro com pés transversais, **Fig. 48** Espigueiro com mós, Gavieira Rouças

### 5.2.2. Eiras

As eiras são espaços onde se realizam as malhadas do centeio e do milho, para a separação do grão da espiga e secura, antes do armazenamento do cereal. Situam-se geralmente em espaços ensolarados e bem ventilados, o que explica a proximidade com os espigueiros.



**Fig. 49** Eira, numa laje natural da rocha. Branda da Junqueira

Mas nos casos de Rouças e Gavieira, as eiras existentes são meros espaços sem qualquer preparação especial, onde o cereal é batido. São estruturas abertas, de contorno impreciso e em terra batida, ou enormes lajes naturais da rocha. Estão presentes nos pátios das propriedades privadas e nos espaços vazios entre os espigueiros comunitários. Demarcaram-se no

território, apenas pavimentadas e com forma irregular sem contornos definidos. Este tipo de eira garantiu no território de Rouças e da Gavieira uma variedade de formas e tamanhos de eiras em terra batida. Como método de preservação destes espaços, durante o Inverno, nas épocas de maior pluviosidade e queda de neve, a população cobre-as com vegetação e com dejectos dos animais. Este arranjo

consiste em cobrir toda a área da eira, com uma pasta de excremento do gado amassado com água, e posteriormente calcado. Depois da pasta seca, transforma-se num cimento resistente e duro que suporta com eficácia as pancadas do malho e impede que o grão se misture com a terra.

### 5.2.3. Moinhos

Os moinhos são construções, com características idênticas às das habitações, no entanto, a função destes, é através do sistema de moagem produzir farinha de milho, depois cereal seco.

Estas construções implantadas nas vertentes do rio Gingiela e do ribeiro aproveitam a volta do curso de água. Com o desvio – a levada, direccionam-se as águas directamente mediante um caule, ao rodizio que imprime a força motriz a toda a engrenagem do moinho. Constam de duas partes, a de cima, rente ao chão para onde dá a porta, onde funcionam as mós e se enchem os sacos da farinha. Na parte inferior, é destinada ao mecanismo que faz rodar a mó de cima e onde entra a água vinda das levadas. A água desviada do rio corre na presa e despeja-se no cubo. Sai pela carrela e bate nas penas do rodizio, fazendo girá-lo juntamente com a varela.

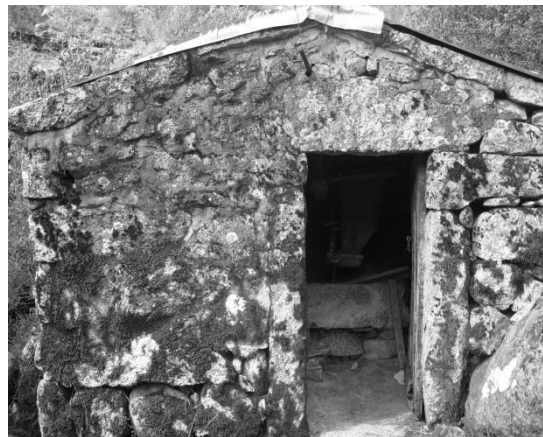


Fig. 50 Moinho de rodizio, Gavieira



Fig. 51 Levada de água, Gavieira

Estas construções encontram-se afastadas do núcleo a que pertencem, dado ao facto de necessitarem de proximidade com os cursos de água. No entanto observam-se dois moinhos de rodizio implantados no ribeiro próximo do núcleo habitacional da Gavieira.

Distribuem-se em grupos de três (Gavieira) e de quatro moinhos (Gavieira), dispersos nas margens das linhas de água. Os moinhos da Gavieira ainda se encontram em funcionamento e na produção das farinhas, enquanto os moinhos de Rouças estão abandonados, inclusive um deles com a cobertura em ruína.

Embora desactivados preservam o sistema de moagem em bom estado de conservação.

Os testemunhos de dois habitantes do lugar de Rouças afirmam que estes moinhos deixaram de ser utilizados aquando da introdução da rede eléctrica na aldeia, que lhes facilitou o uso de moinhos eléctricos, deixando ao abandono os quatros moinhos existentes.

Também a abertura da estrada municipal teve influência, porque facilitou a deslocação da população ao centro da vila e à aldeia do Soajo, mais evoluída, onde compravam os sacos da farinha e os traziam para Rouças, e na dinamização da aldeia com a construção de novas habitações adoçadas à estrada, equipadas com lojas de comércio no piso inferior.



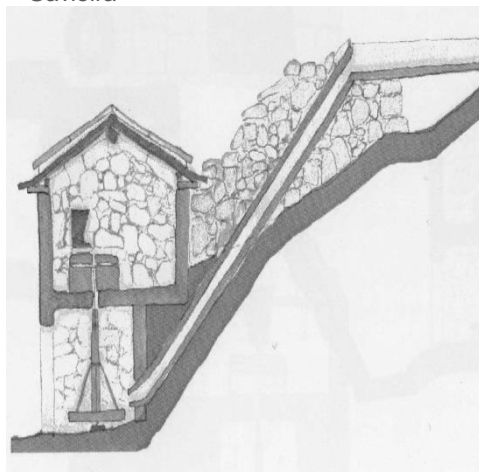
**Fig. 52** Rodízio de moinho, Rouças



**Fig. 53** Rodízio antigo, moinho da Gavieira



**Fig. 54** Sistema de moagem, moinho de Rouças



**Fig. 55** Esquema do sistema de moagem e levada, moinho da Gavieira



### **5.3. Estrutura viária: relação entre os lugares e a rede de caminhos**

Um corredor natural, no sentido Norte/Sul, que não é mais do que o desenho e o prolongamento do trilho que o rio Peneda percorre, marcando profundamente o território. Este eixo foi fundamental para a implantação e organização dos aglomerados. Os caminhos traçados a partir deste corredor natural, estão relacionados intimamente com o território e com a estrutura do lugar.

A organização de cada lugar deveu-se ao traçado das vias no seu interior. A rede de caminhos dentro do lugar definiu-se a partir do desenho dos conjuntos habitacionais, e a necessidade de unir cada um levou a que cada espaço vazio existente no interior do lugar originasse uma rua, que se multiplicou em ruas secundárias, construindo uma espécie de teia de caminhos, interligados entre si e dependentes uns dos outros. E como toda a rede de caminhos, tem sua a rua principal, em Rouças e na Gavieira, é bem perceptível uma hierarquização de vias, a partir de um eixo principal.

As ruas desenvolveram-se no interior das aldeias e das brandas de acordo com a necessidade de se criarem acessos às construções, de modo a diminuir a distância entre uns espaços e outros, e uma vez estabelecido o lugar e os seus caminhos, projectaram-se para o exterior novas vias de acesso ao monte e à floresta e caminhos de pastoreio.

No percurso dos caminhos de longas distâncias, que mantiveram o mesmo traçado durante anos, edificaram-se alminhas e capelas que marcaram o caminho, enquanto outras vias existentes, perante a abertura dos novos caminhos, perderam a importância e acabaram por ficar inutilizáveis. Verificou-se muito este acontecimento nos caminhos de pastoreio, de ligação entre a branda e a aldeia. Eram caminhos íngremes e de difícil subida, que para transporte de mantimentos e dos animais, era preciso um dia inteiro a caminhar. Tempo que na serra era sagrado e não se podia perder. Observou-se o movimento de abandono do antigo traçado e o surgimento de habitações ao longo da estrada, hoje muito valorizada. Os novos caminhos, mais fáceis de percorrer, com curtas distâncias entre cada lugar garantiram a ligação entre todos os lugares da serra.

Através da análise da cartografia, percebeu-se que existe um eixo muito antigo, e bem demarcado no território, que parte do lugar do Soajo em direcção à Peneda e que atravessa Rouças. Rouças é o único lugar afectado pelo atravessamento desta via, que o dividiu em duas partes. Os restantes lugares, Gavieira e Tibo, usufruem de acesso próprio e independente.

Da aldeia de Rouças a via segue para Poente, até à branda de S. Bento do Cando e para Norte até ao centro do lugar da Peneda, onde se localiza o santuário onde todos os trilhos e caminhos vão terminar. Um outro eixo que segue de Rouças vai dar com o caminho de acesso às brandas de Gorbelas e Junqueira, e com a via que liga a branda de S. Bento do Cando à Gavieira e a Rouças.

A peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Peneda, em Setembro, é outro acontecimento que mostra quanto a vida da serra mantém ligações com os lugares. Vários caminhos, em terra batida ou em calçada, fazem ligação com o santuário da Peneda, de grande romagem, daí existirem diversos caminhos que ligam e passam por todos os lugares da Serra da Peneda, com destino ao santuário. Nos cumes das brandas abriram-se trilhos, que passando por todas, recebem os caminhos vindos de diferentes direcções dos outros lugares vizinhos. O caminho do vale do rio Peneda, sobranceiro a este, privilegiou também a ligação de Soajo com a Peneda.

Os acessos foram recentemente facilitados com a abertura de estradas alcatroadas passando por Rouças e Gavieira, até à Nossa Senhora da Peneda e Castro Laboreiro, prosseguindo até Melgaço. Os acessos às aldeias em causa, chegam de todos os lados, principalmente por Melgaço, através de Castro Laboreiro, por Arcos de Valdevez, atravessando o Soajo, por Lindoso e Gerês, e pela Espanha, pela zona de Entrimo e Portela do Homem.

## **6. Organização e estrutura do aglomerado**

Partindo da definição de lugar que “constitui a unidade mínima socio-espacial de agrupamento de habitações, que inclui um número muito variável de habitações, às vezes numa só (...) elemento integrante de uma comunidade mais ampla” (Rota, 1984, p.11), verifica-se, através da interpretação feita no terreno e dos mapas de épocas anteriores à situação actual dos lugares Rouças e Gavieira, que a organização e a estrutura do aglomerado ocorreu em simultâneo com a implantação das habitações e com as aberturas dos caminhos. Os dois elementos, associados, estruturaram os lugares conhecidos de hoje. A evolução dos lugares esteve intimamente vincada à evolução da habitação, que por sua vez, moldou a estrutura dos caminhos.

### **6.1. Caracterização da estrutura do aglomerado**

#### **Aglomerado de Rouças**

O aglomerado de Rouças situa-se nas imediações do rio Peneda, do lado esquerdo, às cotas entre os 550 e os 630 metros, com os seus campos de cultivo, em socalcos, dispostos nas margens do mesmo rio. O aglomerado está situado no promontório de vale e na encosta.



**Fig. 56** Aglomerado habitacional de Rouças, vista aérea, 2004, Rouças

Apresenta uma estrutura densa e compacta, organizada em dois níveis de implantação – o lugar de Cima e o lugar de Baixo, com conjuntos de construções compactos que se enquadram na morfologia do terreno. O promontório de vale e a encosta estão ocupados essencialmente pelos edifícios de habitação que compõem a estrutura do lugar, sendo que no lugar de Baixo, junto ao caminho principal – longitudinal que atravessa todo o aglomerado e o compartimenta em duas metades idênticas, as construções ocupam toda a sua faixa, com maior densidade que no lugar de Cima.



falta legenda

**Fig. 57** Núcleo de habitações no lugar de Baixo e lugar de Cima, Rouças; Esc. 1.5000

Enquanto no lugar de Cima, as construções dispõem-se dispersas, em unidades de habitações individuais, encerradas por pequenos muros de pedra mal aparelhada. Quanto à relação com o território, o aglomerado está envolvido a Norte, Sul e a Nascente pelos socacos, enquanto a Poente, prevalecem os terrenos incultos e os afloramentos rochosos, que delimitam o lugar.

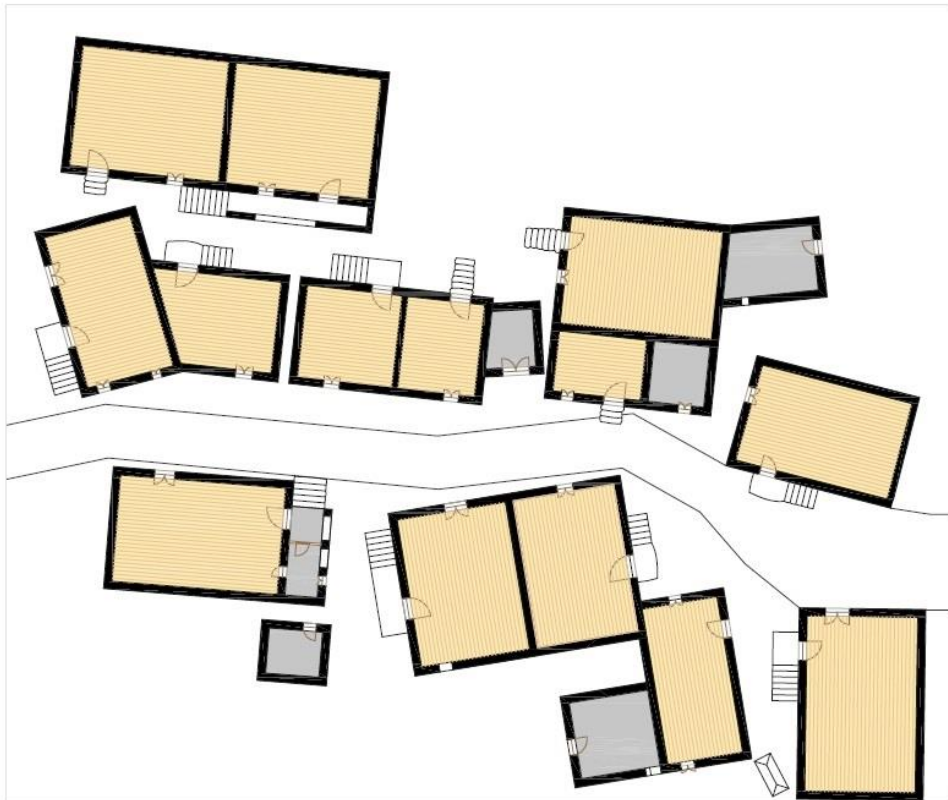
A sua construção sobre o vale e na encosta permitiu ao lugar tirar partido da proximidade os cursos de água, que originaram um crescimento progressivo no seguimento do percurso das linhas de água. As linhas de água marcaram todo o aglomerado, dividindo-o em duas partes, facultaram a rega dos campos de cultivo, através do emprego de engenhosos sistemas de regadio, com a abertura de regos que captam a água e a encaminham aos mais diversos terrenos. Quanto à exposição solar, o aglomerado retira partido sobretudo da orientação a Nascente e a Sul, o que facultou a implantação do único conjunto de espigueiros, afastado das malha urbana e junto dos terrenos cultiváveis. O conjunto construiu-se junto dos terrenos, a uma cota mais elevada destes, encontra-se orientado a Norte – Sul,

como forma de apanharem os ventos de Norte, e a iluminação de Sul, para melhor secura do milho.

Assim o núcleo dos espigueiros, composto por doze volumes, construídos em pedra e madeira, demonstra a sábia escolha da implantação no que diz respeito à orientação dos ventos e da exposição solar. A orientação dos espigueiros é feita contrariamente à orientação das construções que compõem o restante aglomerado, que por norma, voltam as fachadas para Nascente e para o caminho, e mesmo dentro do conjunto consegue-se observar que cada espigueiro está implantado segundo uma diferente orientação. Para além deste conjunto de espigueiros, foram identificados mais sete, espalhados pelas propriedades privadas e outros de livre acesso pelo caminho público (com um deles em completo estado de ruína). O lugar é detentor, também de um conjunto de quatro moinhos de rodízio, dispostos nas margens do ribeiro que contorna o lugar de Cima.

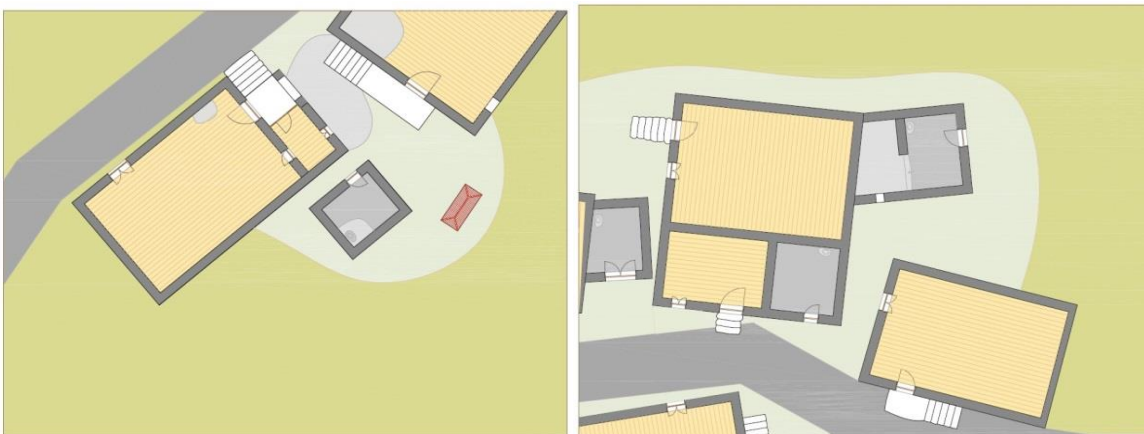
De reduzidas dimensões estes moinhos, actualmente desactivados, apenas permitiram a presença de uma pessoa. Os seus interiores são constituídos pelo espaço de moagem, com as mós em perfeito estado de conservação. Do exterior ainda se conseguem observar as levadas construídas em granito, que levavam a água até ao interior dos moinhos, apesar de cobertas pela vegetação. As coberturas dos moinhos, em duas águas, confundem-se pelo exterior com as das habitações, também todas elas em duas águas.

Feito este levantamento, é necessário analisar o interior do aglomerado. O interior do aglomerado é todo ele controlado por caminhos definidas pela implantação das habitações. De um lado encontra-se o centro histórico e a igreja, com habitações simétricas e alinhadas pelas fachadas com o caminho, enquanto do outro lado, as habitações cresceram desordenadamente e já com algumas características que destoam do contexto rural do aglomerado. Detentor de dois núcleos, polinucleado, o lugar de Rouças, evoluiu conforme a posição destes núcleos no terreno, notando-se diferenças a nível construtivo dos dois núcleos.

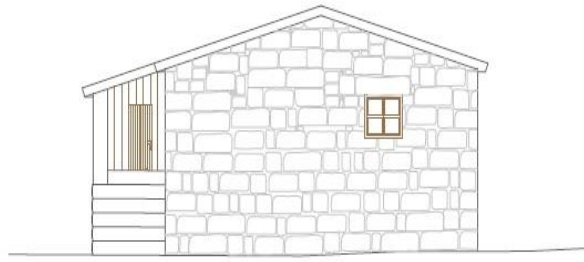


**Fig. 58** Conjunto habitacional no lugar de Baixo, Rouças; Esc. 1.500

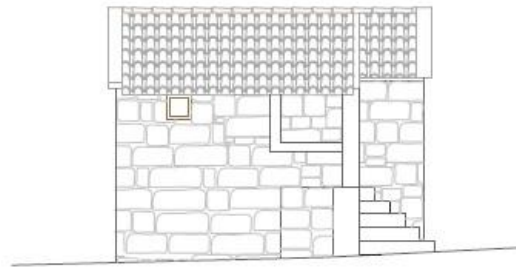
Em relação ao lugar de baixo, as habitações dispuseram-se segundo o eixo principal, que cresceu no sentido Nascente – Poente, que se ramificou, e originou pequenos acessos às habitações. Percebe-se o alinhamento das fachadas com o caminho, e nalguns casos o recuo destas, aparecendo as habitações encerradas por muros e quintal.



**Fig. 59** Modelos de habitação com eira e pátio no lugar Baixo, aglomerado de Rouças; Esc. 1.200



**Fig. 60** Modelo de habitação no lugar Baixo, alçado, aglomerado de Rouças.



**Fig. 61** Modelo de habitação no lugar Baixo, alçado, aglomerado de Rouças.

As habitações encerradas pelos muros, em pedras de variadas dimensões, têm as suas fachadas principais voltadas para um espaço livre, o chamado quintal ou pátio ou eido. As outras habitações que surgiram a partir do caminho encontram-se demasiado adoçadas umas nas outras, que só em alguns momentos existe uma folga, que foi aproveitada para acesso a outras habitações implantadas mais atrás do caminho e com difícil acesso.

Dividindo o lugar de Rouças por fases de crescimento, observam-se achados de diferentes épocas de construção. Começando pelas habitações do núcleo central, identificaram-se três conjuntos de habitação com pátio partilhado por duas das habitações. O acesso à habitação é feito através de um portão instalado no caminho, que dá directamente para o quintal. A fachada principal está, como dita a regra, orientada para o quintal, mas perpendicular ao caminho. Do caminho partem as paredes da extremidade direita. Contudo não foi a partir do caminho que se resolveu o espaço de habitar. A habitação desenvolveu-se a partir do espaço livre do quintal, fechado por muros de pedra tosca sobreposta e de pouca altura.

Normalmente este tipo de construção possui uma varanda, fechada ou não, e as escadas são construídas paralelas, à parede correspondente à fachada principal da habitação, de frente para a rua. Em Rouças, não se verifica esta disposição, mas sim, uma das laterais da habitação fica encostada ao caminho, e a fachada principal voltada para o centro. A escada é encostada à parede e com um único lanço, sem patamar intermédio que não excede os cinco, seis degraus, o que torna desnecessário a patamar de descanso. O acesso feito pela escada é directo ao patim, localizado na varanda, que ocupa todo o comprimento da fachada. Este espaço teve o papel definidor da organização espacial externa e interna da habitação. A partir do patim fez-se toda a compartimentação, e o interior da varanda serviu de corredor ao quarto grande e à cozinha.

Observa-se que uma parte da varanda foi transformada num quarto, encerrado por grandes lajes de granito, com apenas um pequeno rasgo na parede, para ventilar o espaço e uma única porta de acesso. Também se identificou esta tipologia no aglomerado habitacional da Gavieira.

As habitações encerram uma unidade agrícola, que inclui o espaço habitável, o quintal e a corte dos animais. O espaço inferior conseguido, com a construção da varanda é aberto e permeável para a circulação dos animais, que aqui se abrigam, e dos utilizadores da habitação, pode ser utilizado para ampliação do piso inferior, sobressaindo do corpo principal da casa e do plano da fachada. Este tipo não se verifica em Rouças.

Quanto à caracterização do aglomerado, as habitações, sofreram intervenções a nível das fachadas e das coberturas. Contabilizam-se intervenções de conservação e manutenção do edificado antigo, e pontuais ampliações ou reconstruções. As habitações adjacentes aos caminhos, principalmente as do lugar de Baixo, foram na maioria reconstruídas sobre a pré-existência, com a substituição de alguns dos vãos em pior estado de conservação devido às alterações climáticas e ao uso que lhes deram ao longo do tempo.

As novas construções implantaram-se ao longo da estrada municipal que atravessa transversalmente o lugar, ocupando uma considerável faixa desta, e em dois conjuntos, recorrendo de materiais destoantes do resto dos conjuntos edificados. Outras novas habitações nasceram na periferia em conjuntos compactos, e outras dispersas nos terrenos de cultivo. A construção destas habitações afastadas do núcleo não causou grande impacto no núcleo histórico. Como foram implantadas fora dos limites, acabam por parecer construções sem ligação com o aglomerado. Quanto às habitações em ruína e ao abandono, apenas se contabilizaram os moinhos, desactivados e com a cobertura em ruína, num deles, e três espigueiros em completa ruína.



A malha urbana mantém um crescimento periférico contínuo e disperso em direcção a Norte. A pulverização do lugar esteve desde sempre associada ao aproveitamento dos alvéolos agricultáveis do território, mantendo-se a ligação entre mancha habitacional com os campos de cultivo. Observam-se várias situações em que as traseiras das habitações confinam com terrenos de cultivo, e muitos desses terrenos, cresceram em torno das mancha habitacional, embora afastados e próximos das linhas de água que atravessam o aglomerado. Os campos formaram-se apenas no lugar de Baixo, no sentido Nascente - Poente, a partir das margens do rio Peneda.

### **Branda de Gorbelas**

A sua posição no alto da serra entre os 930 e os 1026 metros de altitude “em diálogo com impressionantes moles de granito, não podia deixar de evocar o ambiente de santuário de montanha da antiguidade” (Viana, 2004). Encontra-se instalada sobre um ponto que permite a sua interacção com toda a serra, e principalmente com o lugar de origem Rouças. Enriquecida de solos férteis para o cultivo do centeio e da batata, tem por excelência uma rede de caminhos que a ligam aos diversos pontos da serra, inclusive a partir de Gorbelas arranca um trilho pedonal pelo alto da montanha directo ao santuário da Peneda.

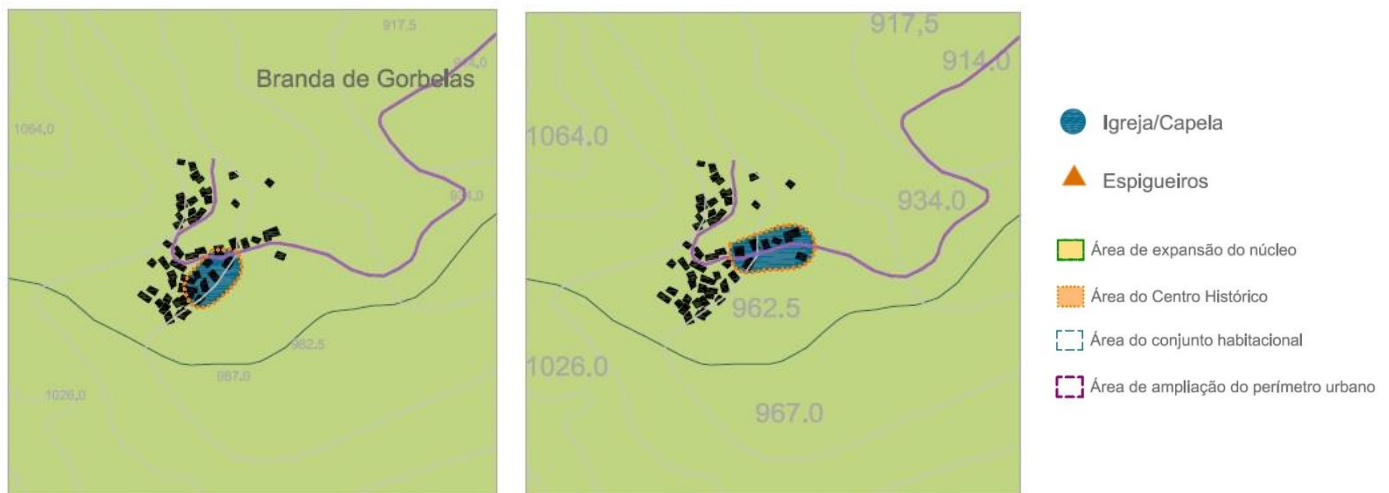


**Fig. 62** Aglomerado habitacional de Gorbelas (branda), vista aérea, 2004, Rouças

Da observação atenta da cartografia militar de 1950 e em comparação com a situação actual do aglomerado, considerou-se pertinente dividir a branda em três conjuntos distintos, e verifica-se ainda que o aglomerado cresceu em dois momentos distintos. O aglomerado cresceu a partir da aglomeração de seis habitações, de andar sem pátio e térreas, que deram origem ao largo, ainda hoje, ponto de encontro e de descanso dos habitantes da branda, e o segundo momento foi o assentamento linear implantado ao longo do caminho principal.

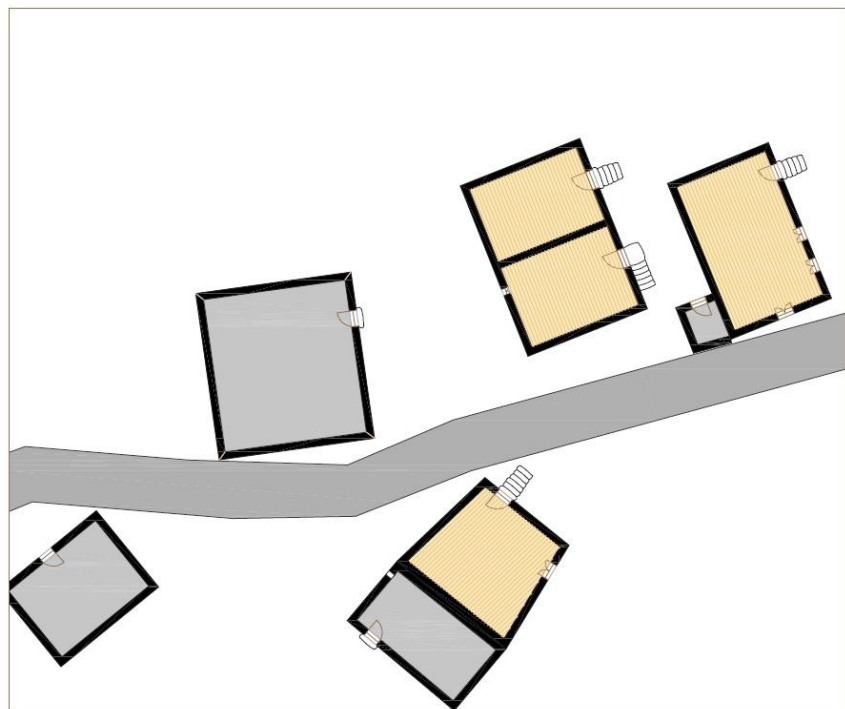


**Fig. 63** Aglomerado da branda de Gorbelas, e conjuntos habitacionais (conjunto 3), lugar de Rouças; Esc. 1.5000



**Fig. 64** Conjuntos habitacionais (conjunto 2 e 1 respectivamente), lugar de Rouças; Esc. 1.5000

O primeiro conjunto, que se encontra no primeiro plano da entrada na branda, para quem vem de Rouças, é constituído por habitações antigas que foram recentemente restauradas e ampliadas, como confirmaram os proprietários “*aqui na branda não há novas construções, as intervenções que fizemos foram em cima das habitações antigas*”, com a alteração das coberturas e de alguns vãos. Mas em todo o conjunto o que mais se destaca, é um conjunto de três habitações, ligadas entre si. Duas das habitações partilham do mesmo espaço de quintal, enquanto a terceira, está adojada à habitação do meio, por um pequeno pedaço de muro.



**Fig. 65** Conjunto habitacional 1; Esc. 1.500

O quintal é partilhado e definido pelas duas habitações que compõem o conjunto. As habitações construíram-se de modo a adaptarem-se à morfologia do terreno, vencendo o desnível através de umas escadas. Os muros elevam-se do chão da parte mais baixa da habitação, até ao nível do piso superior, correspondendo a altura do muro ao pé direito do piso inferior.

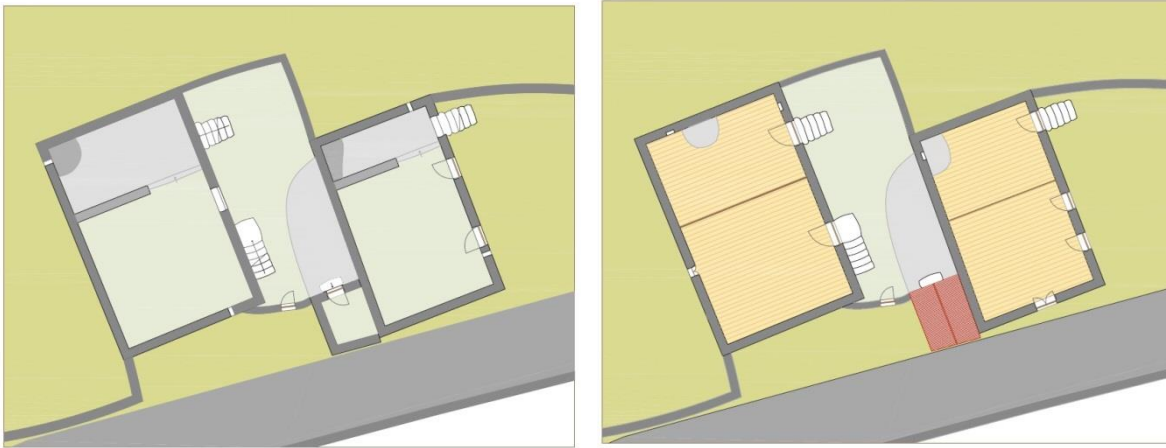


Fig. 66 Modelo habitação com eira e pátio, brande de Gorbelas, C1; Esc. 1.200

Comparando o aparelho de alvenaria de pedra, que conforma as paredes das três habitações, denota-se que a habitação, que não partilha do quintal fechado, apresenta uma estereotomia diversificada, com duas fases de construção. Uma parte da fachada foi construída com pedra irregular, enquanto a restante fachada, que corresponde à ampliação, aplicaram-se blocos de granito regulares e alinhados. A habitação terá sido recentemente alterada, uma vez que, para além da melhoria de partes da fachada, as juntas foram cimentadas, e abertos novos vãos, de acesso às cortes.

As duas habitações unidas pelo muro foram construídas a partir da mesma fonte de material e pelos mesmos construtores. Com alvenaria de pedra idêntica, a habitação maior distribui-se em dois pisos, e a habitação pequena, que serve de corte e arrumos, desenvolve-se apenas no piso térreo, com uma única porta de acesso ao interior. Nas fachadas mais antigas, os blocos de granito são regulares e as juntas não estão cimentadas. Pequenos pedaços de pedras irregulares, designado de juntouros, fazem o travamento dos blocos de pedras maiores.

A habitação térrea tem o pé direito demasiado baixo, e nalgumas, devido à irregularidade do terreno onde se implantou, a cota do pavimento, está uns centímetros mais abaixo da cota de soleira. Não tem mais nenhuma abertura a não ser a porta que acede directamente para a cozinha, o que as torna desconfortáveis para se habitar porque o ar não circula com tanta facilidade. Não são ventiladas. Destinam-se aos animais, arrumos e para a secagem do centeio que se plantou na branda.

A habitação de andar sem pátio, na maioria, de reduzidas dimensões, é composta pela corte e palheiro no piso inferior, e por um único compartimento dividido por um tabique de madeira, que não chega a tocar no tecto, onde se localizam a cozinha e o dormitório. A cozinha fica na extremidade da entrada da habitação. No

dormitório não existe mobiliário, como afirmou um proprietário, “não temos camas no quarto. Estendemos uma manta em cima da palha do centeio e assim dormimos, e passamos pouco tempo na cozinha. A cozinha só serve para nos reunirmos à noite depois do trabalho na lavoura e comermos a refeição da noite. Durante o dia nem sempre fazemos as refeições. Algumas vezes levamos a merenda connosco, mas parar para comer é tempo de trabalho que perdemos, aqui anoitece cedo e temos aproveitar ao máximo a luz do dia” (Senhor Seródio, Março de 2013).



**Fig. 67** Habitação com pátio, branda de Gorbelas.



**Fig. 68** Pátio com eira, corte e alpendre, branda de Gorbelas.



**Fig. 69** Conjunto habitacional 2; Esc. 1.500

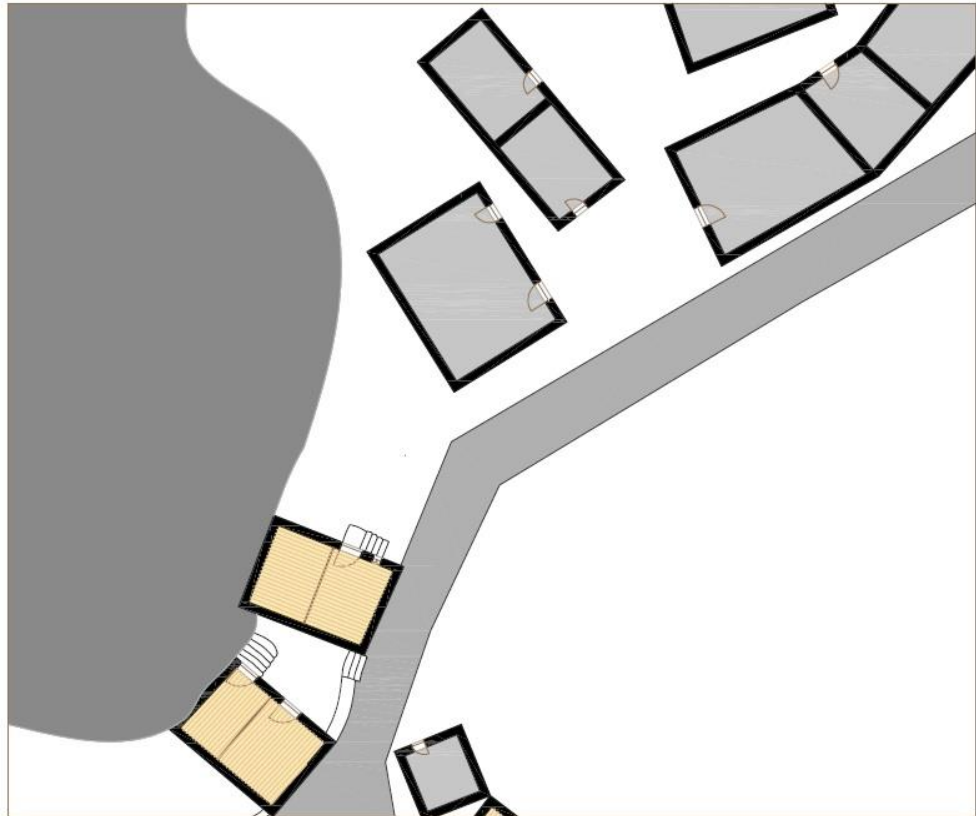
O segundo conjunto é constituído por duas habitações pátio. Isoladas do restante conjunto, desenvolverem-se à frente da habitação sobre o caminho, espaços de logradouro, que funcionam como átrio ou vestíbulo exterior. O muro que circunda o átrio foi feito com pedras mal encasteladas. Nos casos identificados, o logradouro é composto por um pequeno alpendre, com um lavatório e um tanque, e um canto para os arrumos dos objectos de trabalho no campo, como por exemplo a enxada.



**Fig. 70 e 71** Modelo de habitação elemental de dois pisos e pátio: piso de habitação de corte, respectivamente, C2; Esc. 1.200

Junto a este mesmo alpendre existe um espaço pavimentado em granito, a eira, onde se estende o centeio para a debulha, segundo as técnicas tradicionais, e mais afastado um anexo, que serve de corte. Este conjunto é o único que existe, e que se mantém em bom estado de conservação, apenas com a cobertura em chapa de zinco, em substituição do colmo, que deixou de se aplicar nesta branda.

Por último, no terceiro conjunto identificado as construções construíram-se sobre o afloramento rochoso. Adquiriram a imagem do terreno. O terreno foi definidor na forma e tipologia das habitações do conjunto. Neste conjunto as habitações implantaram-se estrategicamente no terreno, de forma a racionalizar tempo, espaço e mão-de-obra. Tiram o máximo de partido da morfologia do terreno e dos declives acentuados. As rochas existentes serviram para encaixar as habitações que cresceram a partir destas, sendo necessária somente a construção de três paredes fachada, poupando em parede. A quarta fachada, a lateral, encastra nas rochas, garantindo variedade nos aparelhos de pedra, e peças únicas construídas apenas com o existente no local.



**Fig. 72** Conjunto habitacional 3; Esc. 1.500



**Fig. 73 e 74** Modelo de habitação elemental de dois pisos e pátio: piso de corte e habitação , respectivamente, C3; Esc. 1.200

Em relação aos caminhos, o caminho principal chega até à branda vindo do seguimento do troço de estrada que foi construída para chegar até a esta branda e à branda de Junqueira, orientado a Nascente, vem desde a aldeia de Rouças, e bifurca-se em dois caminhos independentes, de acesso às duas brandas que a constituem.

No interior do aglomerado existem três tipos de caminhos: os caminhos de acesso às habitações, os que se formaram entre os espaços vazios deixados pelas habitações, que ganharam ao longo do tempo consistência com a passagem das pessoas e os de acesso aos campos. Todos interligados conferem um traçado irregular e consistente. Mais uma vez a abertura dos caminhos esteve intimamente relacionada com a necessidade de interligar os diferentes conjuntos de habitações que compõem o aglomerado, através da ramificação do caminho principal em caminhos secundários, de acesso às habitações, que se conectam com estes através das escadas de acesso ao interior da habitação. A partir do núcleo principal, arrancou um caminho principal, e a partir deste derivaram os restantes caminhos que conformam o espaço físico envolvente da branda.



### **Branda da Junqueira**

A branda da Junqueira, apesar de localizada a elevadas altitudes, entre os 975 e os 1030 metros, implantou-se no planalto mais baixo com “as construções (...) aglomeradas, a um lado junto a uma elevação” (Barros, 2011, p.154) de relevo bastante acidentado e o solo muito rochoso em que praticamente todas as habitações se construíram em cima dos maciços rochosos. A área de cultivo insere-se no vale do planalto.

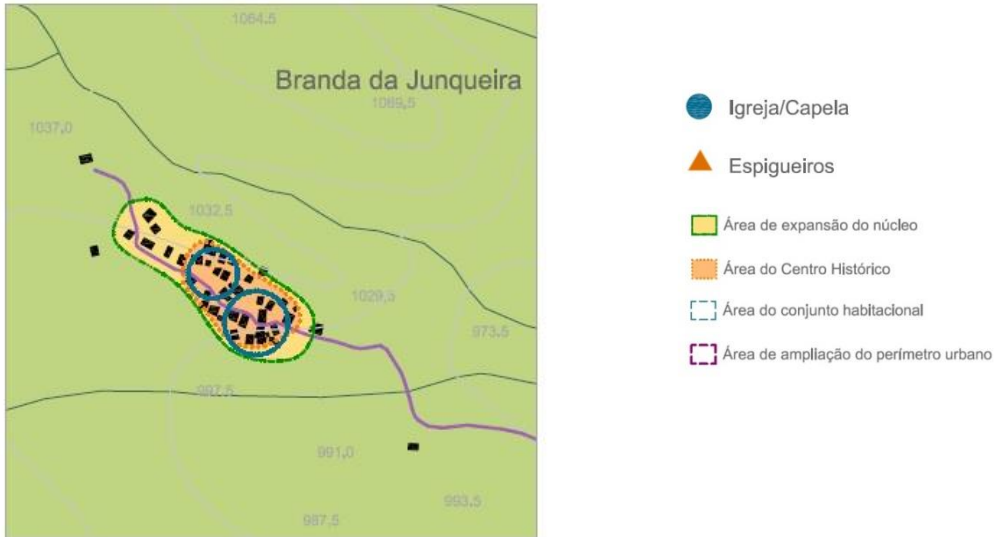


**Fig. 75** Aglomerado habitacional de Junqueira (branda), vista aérea, 2004, Rouças.

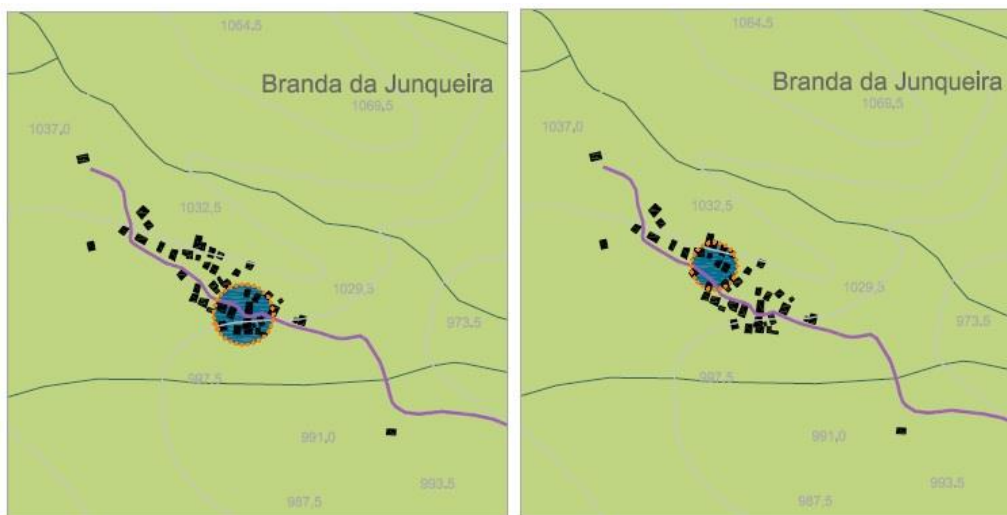
Os terrenos de cultivo adquiriram a forma das curvas de nível, com os campos socoados e as parcelas delimitadas por muros baixos, construídos em pedra tosca sobreposta. Os campos confinados ao planalto, pelos grandes afloramentos rochosos, impulsionaram o crescimento do núcleo habitacional para a pendente, com a implantação escalonada das habitações, que permitiu a formação de patamares de acesso e de construção. A fonte do material para a construção encontrou-se no próprio local, não tendo sido necessária a deslocação por parte dos construtores, no transporte da pedra e da madeira.

Com base no levantamento directo no terreno, observou-se que na branda da Junqueira, em relação às três brandas em estudo, as habitações estão dispostas em diferentes patamares, e quase em linha recta, dividindo o lugar em dois conjuntos. Verifica-se que o único caminho que atravessa a branda, é originário do caminho principal que parte do centro de Rouças, e bifurca para seguir dois caminhos distintos até às brandas de Gorbelas à esquerda, e mais próxima, à direita a Junqueira. O caminho na branda foi definidor para a implantação da malha construída. O facto de passar abaixo da linha de construção, o caminho

serviu de separador entre o construído e os terrenos de cultivo. No entanto, ainda se construiu um núcleo de habitações térreas, próximo à linha do limite dos campos, à esquerda do caminho.



**Fig. 76** Aglomerado da branda de Junqueira, lugar de Rouças, Esc. 1.5000



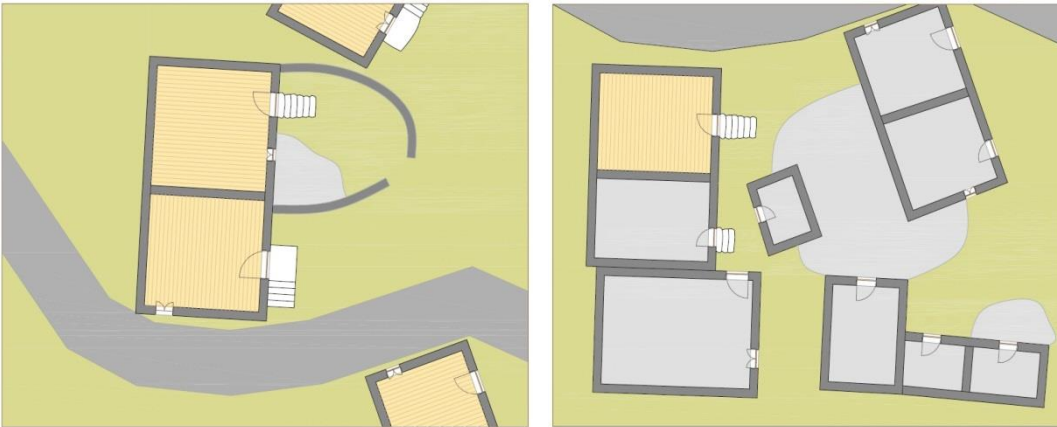
**Fig. 77 e 78** Conjuntos habitacionais (conjunto 1 e 2 respectivamente), lugar de Rouças; Esc. 1.5000

Entre cada patamar, nos vazios deixados entre as construções demarcaram-se os caminhos de acesso às habitações. No primeiro conjunto, o mais antigo e centro da banda, não é perceptível a regra no que respeita à implantação das habitações. Implantaram-se de acordo com características do terreno e com o traçado do caminho principal. As habitações dispõem-se, não direccionadas para o caminho. Apenas as suas fachadas laterais direitas ficaram adocadas ao caminho, voltando as entradas para Nascente. Os vãos orientam-se na grande maioria para Nascente, como forma de controlar os rigores do clima da serra. As aberturas a Nascente captam com intensidade os raios solares, a luz é mais forte na parte da manhã, e não ficam expostas aos ventos fortes e gelados de Norte.

O conjunto cresceu perpendicularmente ao caminho, e os vãos existentes, em reduzido número e tamanho, voltaram-se para os pequenos espaços livres, utilizados para acesso às habitações. A construção destas habitações foi menos cuidada e seguiu a unidade base de habitação. A partir de um modelo construído, surgiram todas as restantes habitações, rudes e acanhadas, na maioria não ultrapassando o piso térreo. A disposição aleatória das habitações garantiu a criação de espaços livres de construção, utilizados pela população como locais de encontro, reunião e convívio nas alturas de permanência nas brandas. Num destes espaços livres, próximo ao caminho, identificou-se um fontanário, que parte-se do principio, que foi implementado para marcar o centro do aglomerado.

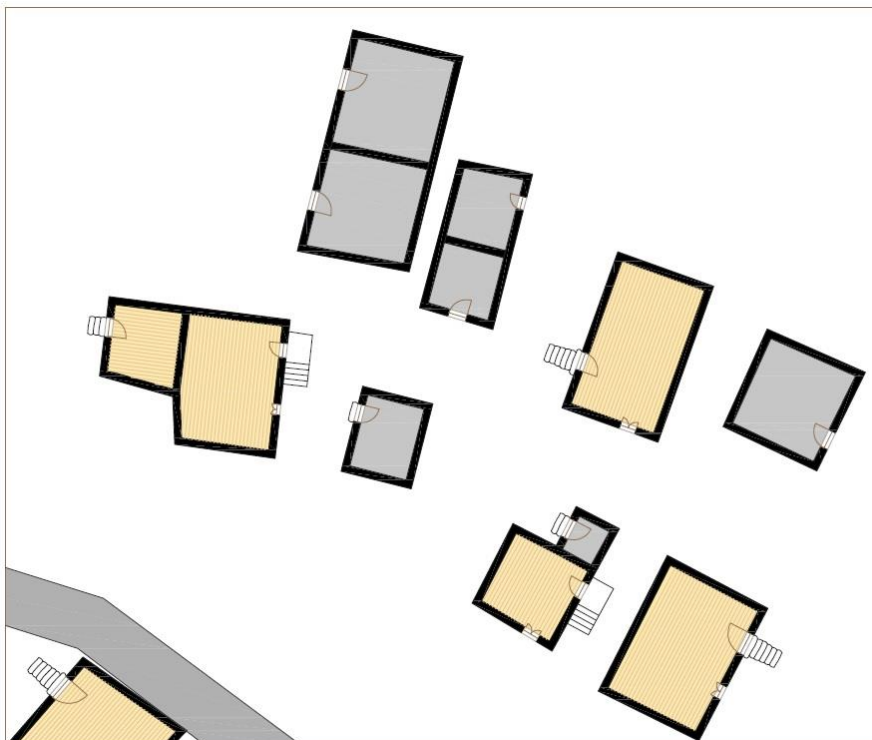


**Fig. 79** Conjunto habitacional 1; Esc. 1.500



**Fig. 80 e 81** Modelo de habitação elemental de dois pisos com eira, aglomerado de Junqueira (branda), Rouças; Esc. 1.200

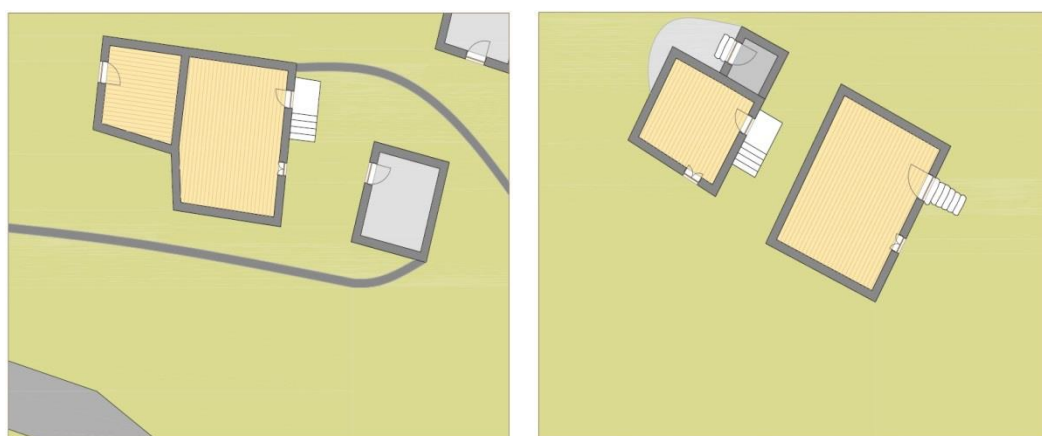
No segundo conjunto, também perpendicular ao caminho principal, as habitações abrem-se para o caminho através das janelas e das portas mais pequenas, mantendo-se a entrada principal de cada, uma voltada para um pequeno pátio aberto ou para um jardim. Enquanto no primeiro conjunto, os acessos às habitações dão todos para o mesmo espaço livre, neste conjunto habitacional, os acessos individualizaram-se.



**Fig. 82** Conjunto habitacional 2; Esc. 1.500

Cada habitação tem o seu acesso privado vinculado ao terreno, marcado com muros construídos em granito, ou que a própria configuração do terreno os demarcou. O desnível do terreno impôs algumas regras na orientação e na construção das escadas destas habitações.

Verifica-se um cuidado na construção das habitações, e a alternância entre habitações térreas com habitações de andar sem pátio. Os pés direitos não ultrapassam a altura de dois pisos. O piso inferior, embora pensado para funcionar como corte, serve de habitação. Ambos os pisos são habitados, em grande parte do ano, embora o conjunto de habitações térreas construído à esquerda do caminho principal sirva apenas de corte e abrigo dos animais.



**Fig. 83 e 84** Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira, aglomerado de Junqueira (branda), Rouças; Esc. 1.200

A branda é frequentada todo o ano, e as suas habitações, na maioria, já alteradas e recuperadas, servem de segunda casa da aldeia. O conceito de habitação da branda, rude e pequena, somente de abrigo ao pastor ou camponês em tempos de cultivo e colheita, com o piso inferior para os animais, deixou de se verificar nesta branda, embora existam alguns exemplos de habitação com corte.

Ocorreram intervenções a nível das fachadas com a ampliação das paredes, e as ruínas das habitações mais antigas, serviram de base para edificar um novo volume, melhor compartimentado, e com o reboco e tijolo à vista. Nenhuma habitação nova foi construída de raiz. Todas as reconstruções, ampliações e modificações recorreram das pré-existências.

As antigas habitações não possuem varandas nem alpendre, embora algumas usufruam de espaço de quintal e de um pátio, delimitados por muros ou com relação directa para o caminho. Os acessos às habitações fizeram-se através de escadas construídas conforme a posição da entrada, contudo, o que mais se verifica, são acessos às habitações feitos com própria pendente do terreno, sem a necessidade de adicionar escadas e patamares. Também o número de escadas e patamares variam de habitação para habitação. As aberturas dos vãos, em muito estão relacionadas com o declive do terreno, e também com a necessidade de economizar espaço, garantindo os interiores das habitações amplos.

### **Aglomerado da Gavieira**

O aglomerado da Gavieira desenvolve-se ao longo do rio Veiga e Gandra, e apresenta três tipos distintos de elementos que construíram o território do lugar: os socalcos, os campos de várzea e as bancadas em terraço. Em comum com o lugar de Rouças, tem os campos intermédios em encosta, que formam mosaicos de alvéolos que marcam a sua estrutura espacial.



**Fig. 85** Aglomerado habitacional da Gavieira, vista aérea, 2004, Gavieira.

A sua construção sobre a encosta, próxima das duas barreiras naturais: o maciço rochoso e os rios, originou um crescimento progressivo e acentuado, no seguimento dos cursos de água referidos. Apresenta uma estrutura densa e compacta, organizada em dois níveis de implantação – a partir da paróquia, com conjuntos de construções compactos que se enquadram na morfologia do terreno, e a Norte no sentido do maciço rochoso. O facto da proximidade com estas barreiras naturais impediu que o lugar se expandisse para as imediações a Nascente e Poente. Verifica-se um acentuado crescimento, antes no sentido Sul – Norte, a partir dos campos de cultivo. As linhas de água marcaram todo o aglomerado. Observam-se dois distintos momentos de construção do lugar. O primeiro momento corresponde ao conjunto de habitações implantadas a partir do elemento central – a igreja, daí o lugar também se designar pelo lugar da Igreja, em vez de Gavieira. A paróquia foi definidora de todo o núcleo: implantação e orientação das habitações e a abertura das vias estruturantes.



**Fig. 86** Aglomerado habitacional da Gavieira, lugar de Gavieira; Esc. 1.5000

O segundo corresponde ao crescimento para Norte para junto do maciço rochoso, que garantiu protecção das construções, e serviu de base para a construção das habitações.

As construções formam grupos homogêneos articulados com a rede de caminhos com traçado irregular e sinuoso. A implantação das habitações adoçadas aos caminhos que configuraram dois momentos distintos: um crescimento concêntrico, em forma de teia de aranha, enquanto o segundo momento foi regular e linear.

Quanto à exposição solar, o aglomerado retira partido sobretudo da orientação a Nascente e a Sul, o que facultou a implantação de dois conjuntos de espigueiros, o maior com doze volumes e o outro, constituído por sete, construídos todos com recurso à pedra abundante no terreno, com as paredes e a porta em madeira, e cobertura em telha, ambos inseridos dentro da estrutura urbana. Apesar de localizados no interior do aglomerado, não mantêm uma relação directa com este. Implantaram-se em núcleos separados e elevados do nível das habitações, revelando a sábia procura dos melhores lugares de exposição ao sol e ao vento, o que junto das habitações não aconteceria. Ambos os conjuntos não possuem espaço de eira. A eira demarcou-se no terreno nos espaços intersticiais deixados pela construção afastada de cada espigueiro. Dentro de cada núcleo de espigueiros, cada espigueiro segue uma orientação diferente. A única explicação para este facto está na procura insistente pela melhor exposição ao sol e aos ventos, para a eficaz secura dos cereais.

A orientação dos espigueiros é feita contrariamente à orientação das construções que compõem o restante aglomerado, que por norma, voltam as fachadas para Nascente e para o caminho. Para além dos dois grupos de espigueiros, foram identificados mais três, no interior de propriedades privadas e outro no largo público. O lugar é detentor, também de três moinhos de rodízio, dispostos nas margem esquerda do ribeiro que atravessa o aglomerado.

De reduzidas dimensões estes moinhos são constituídos pelo espaço de moagem, com as mós em perfeito estado de conservação, e ainda utilizados na produção de farinha. As levadas conservam-se em bom estado, e em funcionamento. Para a manutenção do funcionamento destes moinhos, as penas e as entroschas do rodízio em madeira, foram substituídas por novas peças, também em de madeira, preservando a integridade do moinho.

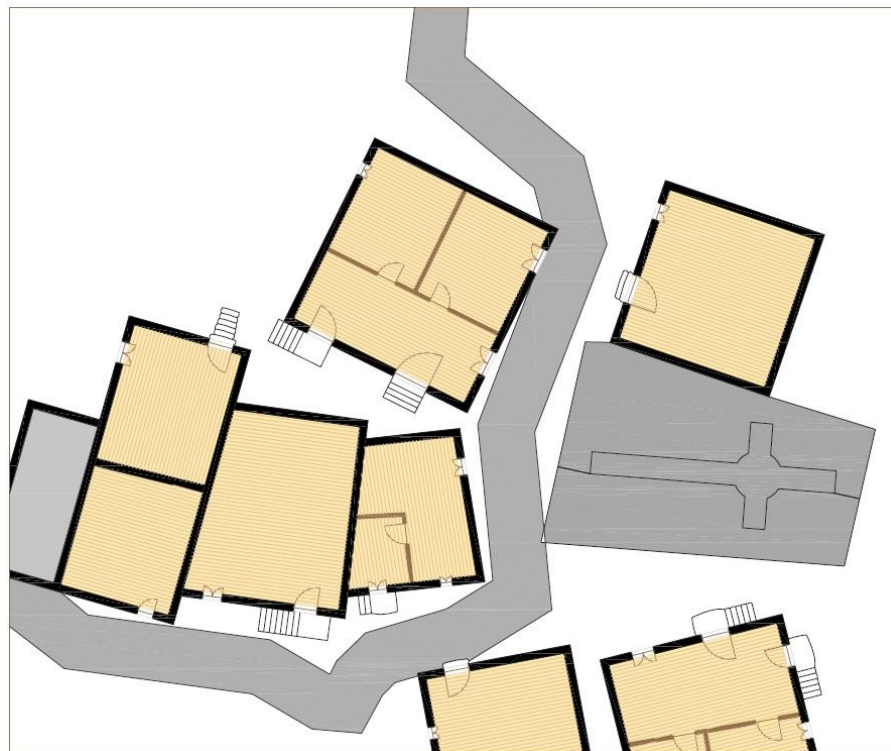


Retomando à organização e estruturação, é um aglomerado mononuclear e que adquiriu uma estrutura linear e compacta. Núcleo demasiado denso e construído.

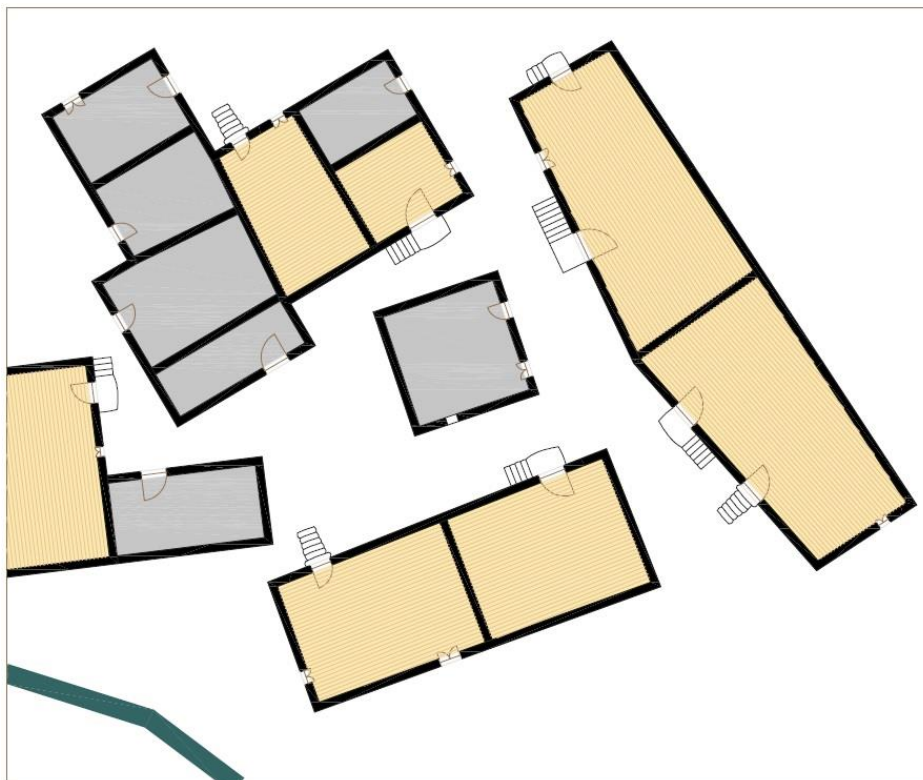
Organizado em dois conjuntos de habitações, desenvolveu-se a partir do adro da igreja, seguindo os dois eixos definidores do lugar. Os caminhos fazem um circuito fechado que liga todos os pontos da aldeia.

O centro é dominado pela igreja circundada por um adro fechado por muros construídos em pedra aparelhada, e junto ao adro situa-se a casa paroquial e um conjunto de habitações de feição urbana, da primeira fase de alterações ocorridas nas construções da serra e dos novos elementos decorativos e de construção trazidos pela emigração. Também se dispuseram habitações do segundo período de alterações, e que actualmente funcionam como café e loja no piso inferior e habitação no piso sobrado.

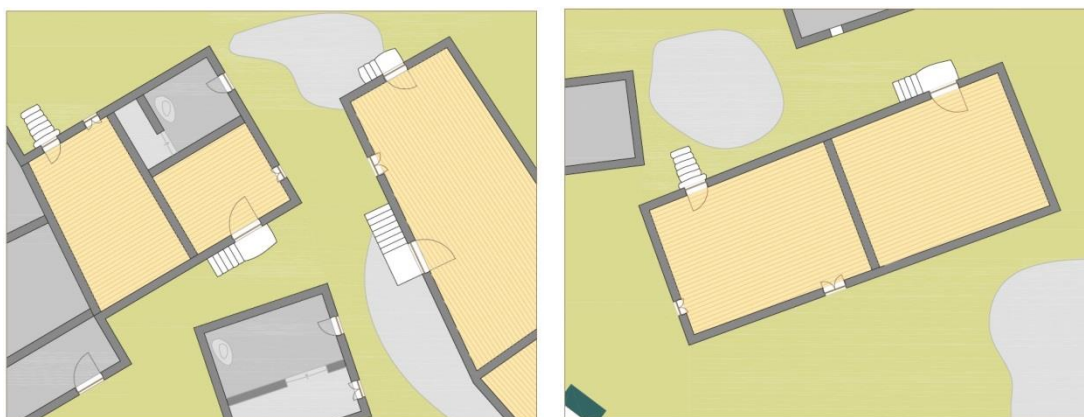
O núcleo da Gavieira sofreu grandes alterações, que levam a concluir que é uma estrutura independente, sem ligação com o existente. As habitações antigas foram mantidas na integridade, conformando uma aldeia à parte, enquanto o restante aglomerado cresceu a partir do centro, onde se construiu a igreja e o adro.



**Fig. 87** Conjunto habitacional 1; Esc. 1.500



**Fig. 88** Conjunto habitacional 2; Esc. 1.500



**Fig. 89 e 90** Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira e sem pátio, C2, Gavieira; Esc. 1.200

As habitações implantaram-se no terreno de acordo com o traçado das curvas de nível, e seguindo as pendentes da encosta, proporcionadas pelo morro da montanha que delimita o lugar. Encontra-se isolado e delimitado a Norte pela grande montanha rochosa, a Sul pelos socalcos que cresceram até às margens do rio Pomba, e a Poente pela floresta, aproveitando o declive natural do terreno.

Pontualmente encontram-se campos e hortas no interior da mancha habitacional, ocupando os vazios deixados pela implantação das habitações. Em alguns pontos do lugar existem pequenos espaços verdes de horta e quintal, e os terrenos de cultivo organizaram-se segundo o traçado do percurso do ribeiro, em socalcos e afastados do topo construído.

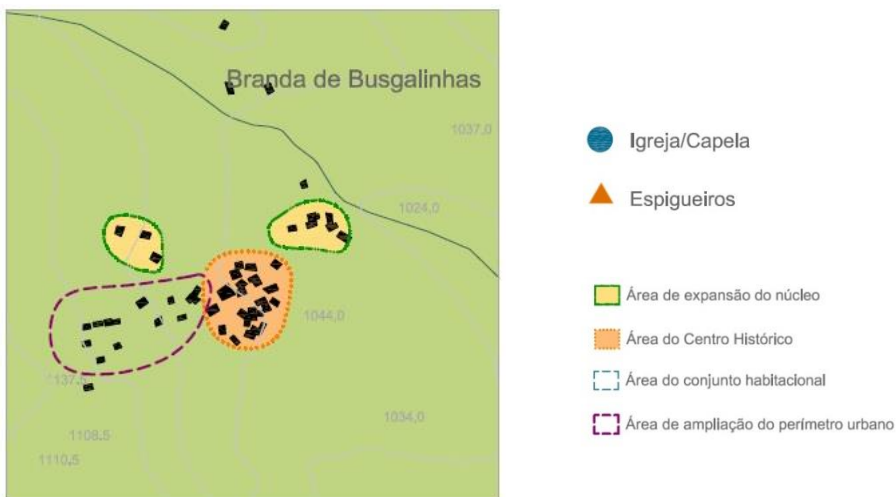
### **Branda de Busgalinhas**

Do lugar da Gavieira, com uma origem e características comuns com as vizinhas brandas de Gorbelas e Junqueira, tem apesar da facilidade de acesso, preservado no essencial o carácter das construções e dos espaços. Originalmente dedicada à produção de centeio e batata e ao apoio do maneio do gado no Verão actualmente subsiste fundamentalmente da produção de feno para forragens e ao cuidado dos animais que pastam nos cimos da branda (Viana, 2004a).

Situada entre os 1020 e os 1110 metros de altitude na orla do planalto, a branda beneficia de uma extensa área de chã na sua imediação, propicia à pastorícia do gado e do cultivo da batata e do centeio.

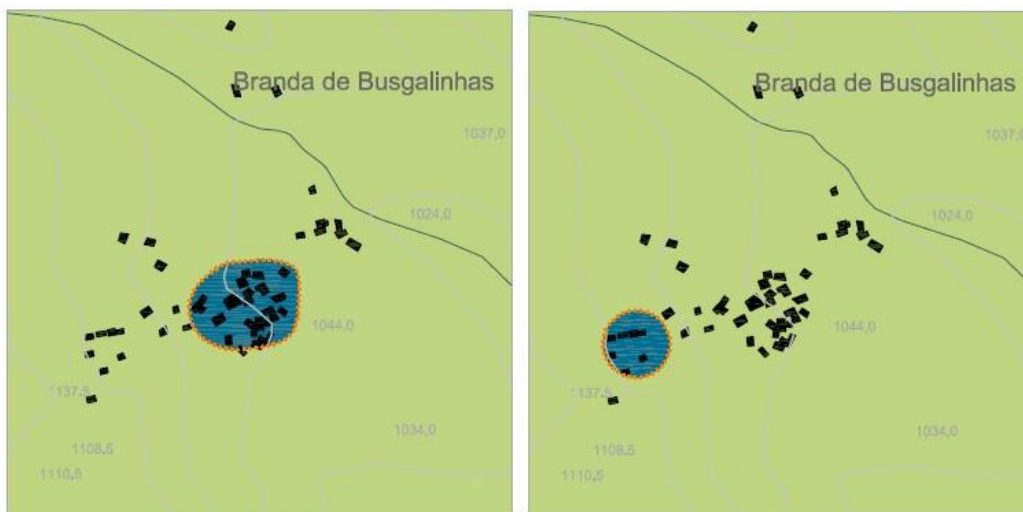


**Fig. 91** Aglomerado habitacional de Busgalinhas (branda), vista aérea, 2004, Gavieira.



**Fig. 92** Aglomerado da branda de Busgalinhas, lugar de Gavieira; Esc. 1.500

Feita a análise cartográfica procurou-se reinterpretar o lugar, através de um esquema do sistema geral da implantação antiga da branda, que facilitou a identificação de dois conjuntos de habitações construídos adoadados ao caminho e ao ribeiro. No lugar de Busgalinhas existem dois conjuntos de habitações que se organizam em unidades dispersas delimitadas pelos caminhos e pelo ribeiro.



**Fig. 93 e 94** Conjuntos habitacionais (conjunto 1 e 2 respectivamente), lugar de Busgalinhas; Esc. 1.500

O conjunto, a que corresponde o núcleo principal do aglomerado, implantou-se seguindo o traçado do caminho principal que o atravessa e do ribeiro que passa junto a este, aproveitando a situação declivosa do terreno em que está inserido. O segundo conjunto, de maiores dimensões e disperso, encontra-se delimitado pelo outro caminho e pelo afloramento rochoso, que limita a sua expansão para os campos. Este núcleo cresceu condicionado pela linha de água e pelo caminho, adquirindo uma estrutura independente.

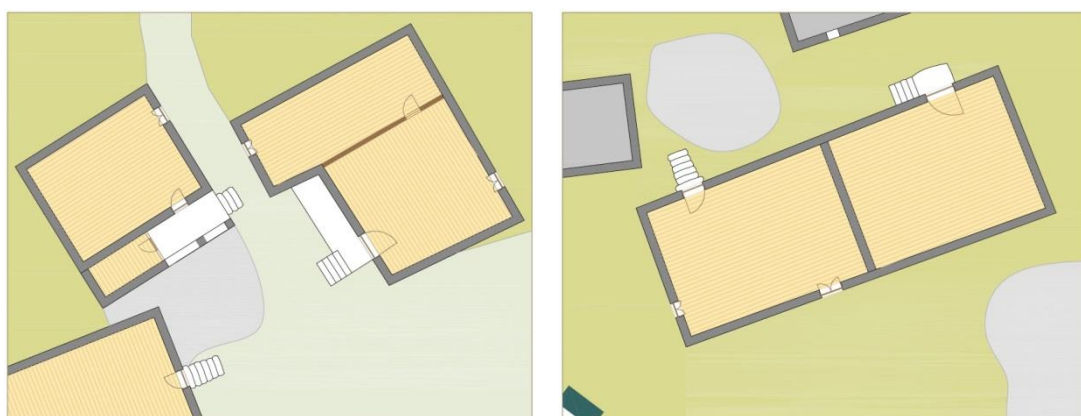
O conjunto principal é composto por habitações de dois pisos com espaços de comunicação e acesso às habitações em comum, formando um largo, que funciona como espaço de eira, uma habitação com uma varanda pequena e outra habitação com um pátio aberto para o largo. Moldado segundo o traçado do caminho e do afloramento rochoso no topo do planalto é um conjunto compacto com habitações implantadas irregularmente e alternadamente. Foi o primeiro a construído e nele encontra-se o centro histórico, a partir do qual a restante malha urbana proliferou em várias habitações concentradas. O núcleo é detentor de todas as estruturas ligadas à agricultura e à convivência entre a população - a eira comunitária e o fontanário, organizados pela implantação de cinco habitações, que através do desenho, deram lugar a um largo para descanso e convivência entre os habitantes da branda.



Fig. 95 Conjunto habitacional 1; Esc. 1.500

As habitações implantaram-se em consonância com a pendente do planalto, muito desorganizadas com as frentes, ora voltadas para o caminho, ora de acordo com a melhor exposição solar, aproveitando os afloramentos existentes no solo. Não existem espaços verdes de quintal e de horta nem muros a dividir as propriedades. A única relação exterior da habitação é feita pela escada que termina no caminho público.

As tipologias identificadas dentro do aglomerado, variam entre habitação térrea e habitações de andar sem pátio, todas com cobertura de duas águas. São fundamentalmente habitações construídas em aparelho de pedra regular não aparelhada e por pedras irregulares dispostas umas sob as outras sem qualquer material a ligá-las. Os espaços vazios entre as pedras estão preenchidos com pequenas pedras irregulares que travam as pedras que constituem a parede. As habitações de andar dividem-se em corte e palheiro no piso inferior, enquanto no piso superior encontra-se a cozinha e um dormitório. Variam em tamanho e dimensão, dependendo da economia do agregado familiar e do tempo que estes passam na branda. Foram construídas respeitando o declive do terreno, e variam na dimensão. Apresentam poucos vãos, e de reduzidas dimensões, e nalgumas habitações existe apenas a porta da corte e a entrada da habitação.

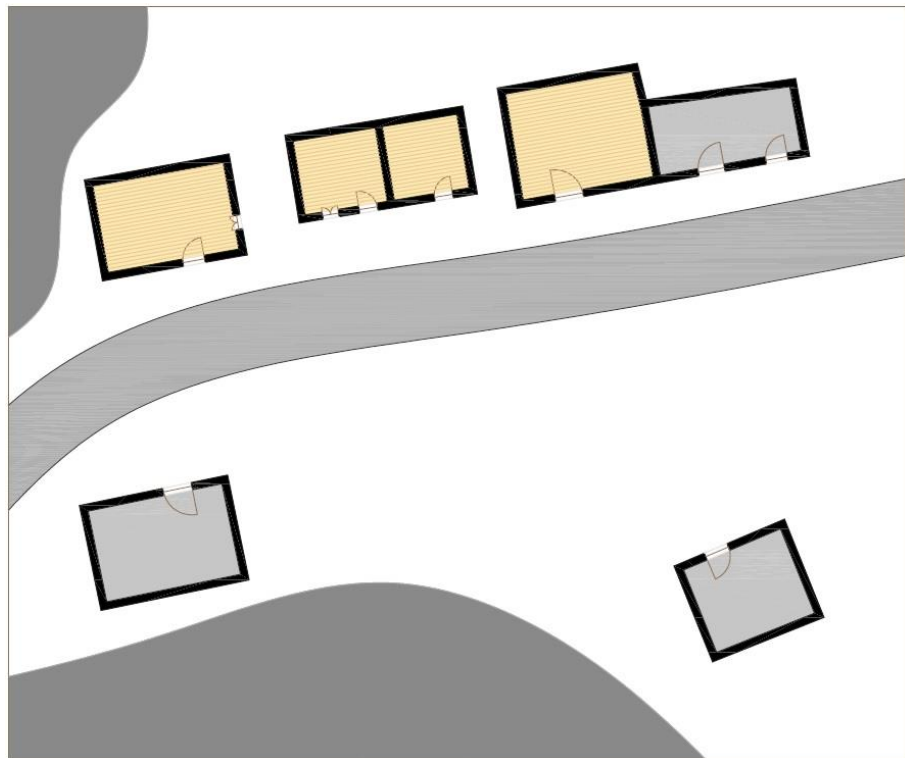


**Fig. 96 e 97** Modelo de habitação elementar de dois pisos com varanda e eira, C1, Busgalinhas, Gavieira; Esc. 1.200

O outro conjunto ficou delimitado a Norte pelo ribeiro que passa no lugar e a Sul pelo caminho, adquirindo uma forma linear e irregular, interrompido pela existência de habitações recentes no seu limite Sul. Engloba uma habitação térrea com cobertura em colmo, três cortes, e não existem nem pátios nem eiras. O acesso às habitações é feito directamente pelo caminho.

As habitações implantaram-se dispersas e de forma muito desorganizada, aleatoriamente no terreno. É um conjunto com tendência para evoluir para Nascente e com crescimento condicionado para Sul, com o agrupamento de habitações implantadas nas imediações dos campos ou isoladas junto às vias. As construções que surgiram a partir da pré-existência são as que se encontram próximas do caminho principal. A abertura dos caminhos esteve relacionada com a necessidade de interligar os dois núcleos, através de um pequeno caminho vicinal, e facultar o acesso da população da branda aos campos.

O caminho principal orientado a Nascente vem desde a branda do S. Bento do Cando e num dado momento bifurca-se, quando se aproxima do aglomerado, dando origem a dois caminhos independentes e sinuosos, que depois de atravessarem cada um dos conjuntos voltam-se a unir num só caminho que prossegue em direcção à branda de Seida – branda de gado comum das brandas próximas. A partir do núcleo principal, arrancou um caminho rectilíneo, e a partir deste derivaram os restantes caminhos que conformam o espaço físico envolvente da branda.



**Fig. 98** Conjunto habitacional 2; Esc. 1.500

No que respeita à organização interna da branda, os espaços vazios e as reentrâncias existentes no caminho, que antecedem as entradas das habitações, como o caso das escadas presentes, funcionam como elementos de transição entre o espaço público e o interior das habitações (o mesmo se verifica em todos os lugares em análise). Os locais de ponto de encontro, ou espaços públicos, por assim dizer, são aqueles provocados pela implantação desalinhada das habitações, que criaram espaços vazios, aproveitados para largos que servem de locais de descanso e convívio entre a população que permanece tempo incerto na branda. A eira surgiu da confluência de dois caminhos secundários e da disposição das fachadas das habitações, que voltadas todas para o mesmo ponto, deram lugar a um grande largo, em terra batida, onde se realizam as malhadas do centeio, produzido nos campos que crescem paralelos à mancha habitacional.

A nível das construções, o aglomerado de Busgalinhas, encontra-se alterado em relação à estrutura antiga. As construções na periferia do núcleo apresentam características que destoam do restante conjunto. As fachadas, em vez da alvenaria de pedra, passaram a ser em betão e rebocadas com tons de pastel e cinza, indo de encontro com os tons agrestes da serra. A tradicional cobertura de duas águas manteve-se inalterada, embora em telha de marselha ou de canudo. Das paredes em alvenaria de granito, cujas pedras não foram substituídas, foram lavadas e limpas, e as juntas enchidas com argamassa de barro e de cal.

No que respeita às construções antigas do lugar, estas mantiveram-se inalteradas na forma e no tamanho. As intervenções ocorridas foram pontuais, sobretudo nas coberturas, com a troca do colmo pela telha e pelas chapas de zinco (em quase todas as edificações, como forma de economizar em telha e pela rapidez na aplicação e eficácia a nível funcional), e na reconstituição de alpendres e vãos muito danificados pelo uso e pelas agressões climatéricas.

As novas construções, agora em betão e com cobertura de duas águas em telha de canudo ou marselha, aproveitaram a base da construção antiga para edificarem uma nova habitação e os terrenos junto aos caminhos. Quanto às habitações que não sofreram nenhuma intervenção, a cobertura em colmo ainda é preservada bem como os vãos antigos em madeira.



### **Branda de S. Bento do Cando**

A branda de S. Bento do Cando desenvolveu-se ao longo da estrada municipal, embora isolada dos restantes lugares, a 950 metros de altitude, é ponto de passagem para se chegar a Busgalinhas. Fica no intermédio entre a Gavieira e a branda de Busgalinhas, e ocupa a encosta.

A branda tirou grande proveito da sua situação geográfica. Construiu-se sob uma encosta em vez do planalto a elevadas altitudes e isolada dos outros lugares. O lugar ocupa uma posição de destaque na encosta.



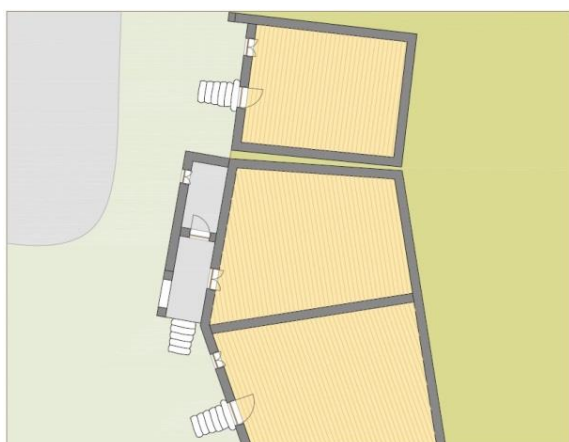
**Fig. 99** Aglomerado habitacional de S.Bento do Cando (branda), vista aérea, 2004, Gavieira.

O conjunto edificado, mononuclear de baixa densidade populacional encontra-se bastante disperso. As habitações alinham-se pelos arruamentos, e os campos de cultivo, em vez de ocuparem uma faixa do terreno independentes e distantes do núcleo construído, aqui na branda, interagem com as habitações. O afastamento entre as implantações das habitações, e o próprio desenho dos quarteirões permitiram que os vazios fossem preenchidos por hortas ou quintais comuns à população.

As repetições de unidades de habitação originaram variadas soluções, sendo a habitação com pátio, a tipologia mais frequente. Às habitações no Cando, em todas elas foram adicionadas varandas e alpendres, que variam em dimensão e em forma, conforme o tamanho da habitação, o que garantiu a esta branda um dinamismo nas fachadas.

Os caminhos bifurcam-se definindo uma hierarquia estruturada de modo a despontarem as vias secundárias, muitas delas antes demarcadas pelo próprio terreno e do uso que a população lhe deu.

A proximidade com o lugar transformou esta branda num lugar de habitação durante todo o ano, “*S. Bento do Cando é uma verdadeira aldeia qualificada, mas onde, no rigor do inverno, subsiste a transumância diária*” (Oliveira, et al., 1994, p.178) embora se mantenha complementar à aldeia da Gavieira. Tal facto deveu-se aos usos e tradições construtivas que levaram a que na branda do Cando se tenham verificado evoluções muito particulares. A ampliação da aldeia assemelha-se um pouco com as brandas do Soajo, que foram desde sempre a extensão e continuação, em altitude dos lugares de origem.



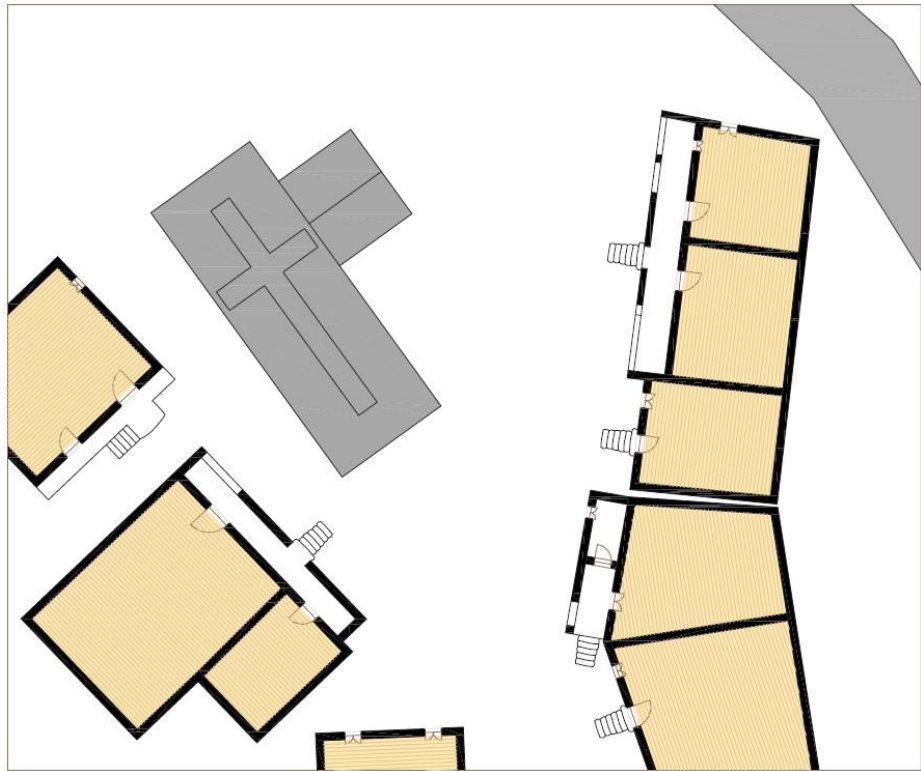
**Fig. 100** Modelo de habitação elementar de dois pisos e varanda, aglomerado de S. Bento do Cando (branda), Gavieira; Esc. 1.200

Observou-se que a maioria das habitações dispõe de varanda alpendorada e vãos de grandes dimensões. Existiu um tratamento diferente e mais cuidado, do que é habitual para uma habitação de branda, e os pisos inferiores, que deveriam funcionar como corte, são usados como loja e armazém de materiais agrícolas e dos cereais cultivados nos campos envolventes da branda, ou próximos desta.

Também a existência de um estabelecimento comercial - café e restaurante, que além de dinamizar o local, levam a constantes deslocações por parte dos donos e dos funcionários do estabelecimento.

Outra particularidade desta branda é a presença da capela e do adro. A implementação da igreja - elemento central dotou a branda de características que levam a pensar, que se trata da continuação do lugar de origem, e não, propriamente do lugar de branda. Construíram-se as habitações, com o máximo

de cuidado, no que toca ao tratamento das fachadas, na distribuição interior do lar mas principalmente na orientação da entrada- voltada para o interior do núcleo.



**Fig. 101** Conjunto habitacional 1; Esc. 1.500

Em parte, esta configuração teve muito a ver com as crenças religiosas. Com as fachadas principais viradas para a igreja, tornou-se fácil a entrada do divino nas habitações para que abençoasse o lar e os seus ocupantes\*. As habitações, conforme o terreno, foram sendo construídas nas imediações. No entanto, em todas elas houve o cuidado de deixar uma das fachadas voltada na direcção da igreja.

A varanda foi o elemento construído que mais se destacou, e ainda se sobressai dentro do lugar e com grande importância. A mesma varanda liga duas habitações ou mais habitações. Repartem-se em unidades unifamiliares e bifamiliares, que usufruem da mesma cobertura, embora, no interior exista a divisão de uma unidade e outra. O interior destas habitações é simples: cozinha com a lareira a um canto e quarto.

## 6.2. Organização espacial interna

### 6.2.1. Relação da célula habitacional com o espaço envolvente

Os limites entre a habitação e o exterior passaram por contínuos níveis de proximidade com o centro de importância vital. O conceito de exterior, associado à habitação tem paralelamente diversos significados. Todas as suas propriedades formam parte da habitação, mas a habitação em sentido restrito é o chamado centro doméstico. A alternância entre o dentro e fora entende-se como a dualidade entre o que acontece somente no interior da habitação e os movimentos que acontecem fora desta.

O centro doméstico reproduz uma aparente desordem, de pequenos espaços que se acumulam a partir da unidade básica: o rectângulo da habitação, e que dividem o seu interior, ambos por *“dinâmicas contrárias: no terreno, prima a divisão sobre a acumulação, e na habitação prima a ampliação de espaços sobre a divisão”* (Rota, 1984, p.102). O terreno é o único espaço, que se pode dividir noutros espaços com diferentes funções. A habitação de Rouças e da Gavieira, a partir de uma célula base, cresceu por adição de mais células bases. A célula base repartiu-se e nunca se dividiu. Logo dentro da habitação, todos os espaços que se criaram, foram por acumulação.

Pode-se entender, que o centro doméstico é a réplica do universo cultural em que se emoldura. Os seus limites enquadram todas as tarefas agro-pastoris e tudo o que acontece no interior e exterior às paredes de cada habitação. O espaço doméstico é a pura representação de todos os níveis da relação social da habitação. A vida social, a cultura e as implicações religiosas, têm no espaço doméstico a sua expressão máxima, que é visível no exterior. Cada habitação é autêntica. Mesmo que os materiais e as técnicas construtivas empregues tenham sido as mesmas de uma construção para outra, cada habitação transmite para o seu exterior, o seu interior. Quer isto dizer, que a habitação é a única peça chave, dentro dos aglomerados, que consegue representar a cultura dos seus habitantes.

Da observação feita às fotografias aéreas e ao território da Serra da Peneda, percebe-se claramente que o território, tanto em Rouças, como na Gavieira, encontra-se preenchido por grupos de habitações, que configuram unidades encerradas com espaço de eira e campo de cultivo, onde se voltam grande parte dos trabalhos dos seus moradores. As unidades encerradas são um conjunto heterogêneo e independente, que alterna com as habitações agrupadas, e que não se encerram. Estas unidades surgem no território espalhadas pelos terrenos de cultivo, como consequência da falta de espaço de implantação no centro do

aglomerado, ou pela necessidade de proximidade da família proprietária com os seus campos de cultivo.

O conceito de unidade encerrada dentro do contexto em análise significa não crescer, passar para outra propriedade ou parcela. A existência de unidades assim, veio reforçar os acessos, feitos a partir do caminho público, com largura suficiente de modo a permitir o acesso das pessoas e dos meios de transporte de forma independente.

Nenhum dos centros de Rouças e Gavieira tem um centro orientador da actividade social. Um espaço vazio pode eventualmente ter-se convertido, num centro para determinadas funções. Os ditos espaços públicos, como os caminhos intervieram de algum modo na configuração do lugar, dividindo-o, aumentando-o e unindo os diferentes pontos, e como não existe propriamente espaço público dentro dos lugares, os caminhos serviram para a criação de locais de ponto de encontro da população. Ambos os lugares, não apresentam espaços comuns de eira. A considerada eira, segundo testemunhos da população, é o espaço entre os espigueiros, feita com terra batida ou rochas de maior dimensão que saem do solo.

**PARTE V**

## PARTE V

### Sistematização dos resultados

#### 7. Relações de carácter formal e espacial das construções

##### 7.1. Comparação segundo parâmetros comuns

Da análise feita dos seis aglomerados, verifica-se que em todos os lugares, a habitação é a peça chave para toda a configuração e estruturação do aglomerado, que por si actua sobre o território, construindo-o e dando-lhe forma, ocupando de modo agrupado diferentes pontos da paisagem.

Os aglomerados todos eles procuraram assentar nos terrenos menos férteis para a construção deixando os solos aráveis e férteis para a agricultura: as culturas produzidas neste ambiente de serra são comuns entre as aldeias e as brandas. Cultiva-se o milho no vale, e a batata e o centeio nas brandas.

As aldeias tiram partido da posição geográfica de vale e encosta, enquanto as brandas, com excepção da branda de S. Bento do Cando, ocupam os planaltos da serra, a elevadas altitudes, com os campos de cultivo a toda a volta. Os lugares adaptaram a forma do espaço onde se implantaram.

As brandas são um complemento em altitude do lugar da aldeia. As tipologias e as formas de construir bem como os materiais empregues em todas as habitações foram os mesmos. Apenas garantiram uma variedade de formas, na disposição dos vãos ou das coberturas e no comprimento e altura das fachadas, embora a unidade base destas construções tenha sido a planta rectangular.

É privilegiada, em todos os lugares, a directa relação entre os edifícios e os espaços de cultivo. Nenhuma habitação excede os dois pisos, e a todas elas é comum o espaço da cozinha. A cozinha é o local mais importante da habitação. Em todas as cozinhas a lareira é obrigatória, e o espaço onde se reúne a família e confeccionam as refeições.

A divisão das funções habitar e corte para os animais é igual em todas as construções. Em todas elas distribui-se a corte no piso inferior e a habitação no piso superior. As unidades de habitação base apresentam todas elas, o pé direito demasiado baixo, e algumas pela topografia do terreno têm o pavimento abaixo da cota de soleira.

A escada fica encastrada na parede da fachada principal. Os muros que precedem as fachadas das habitações e das parcelas agrícolas são todos construídos com pedras irregulares de diferentes dimensões, desde blocos de granito de grandes

dimensões até blocos de mais pequenos, mal aparelhados, e sem qualquer recurso a argamassas.

As habitações da branda e da aldeia têm a planta rectangular, com uma compartimentação interior rudimentar e uma qualidade de construção muito pobre. As paredes são feitas em blocos toscos de pedra irregular não aparelhados. As habitações variam entre um piso e os dois pisos. As funções da habitação são as mesmas em todas: função de abrigo dos habitantes e dos animais.

Nas construções de dois pisos, o acesso ao piso superior é feito através da escada de pedra exterior e encostada à fachada. A compartimentação interior é rudimentar, limitando-se à cozinha, quarto e sala, no piso inferior à corte e palheiro.

No que diz respeito à relação com o espaço público, a habitação dá directamente para o espaço público, sem intermediação de quinteiro. A geografia acidentada do território condicionou a criação de quinteiros à frente da habitação, partindo a escada que dá acesso ao piso superior directamente do caminho. A escada fica encastrada na parede da fachada principal e os muros que precedem as fachadas das habitações e das parcelas agrícolas são todos construídos com pedras irregulares de diferentes dimensões, desde blocos de granito de grandes dimensões até blocos de mais pequenos, mal aparelhados, e sem qualquer recurso a argamassas.

Nas habitações com pátio, a relação com o espaço público é conseguida através do portão aberto nos muros de pedra que delimitam a propriedade da habitação.

As varandas são de pedra, observando-se umas encerradas, por grandes lajes de granito e por um tabique em madeira, onde foi aberta uma porta também ela em madeira. Nestes casos a varanda passou a ter a função de quarto. Nas varandas abertas, exibem-se pilares em granito que sustentam a estrutura alongada da cobertura. O espaço que fica abaixo da varanda mantém-se aberto para o acesso às cortes, tanto pelo dono da habitação, como pelos animais. A varanda é simultaneamente ponto de comunicação entre todos os compartimentos da habitação, como zona de estar e de trabalho.

Quanto às paredes, o granito foi o material mais utilizado na construção destas, tanto pelo interior como pelo exterior. As paredes junto ao solo foram feitas com pedras de maiores dimensões, que vão diminuindo em tamanho consoante foi crescendo a parede em altura. Às pedras de grandes dimensões sobrepuseram-se outras pedras de diferentes tamanhos alternando pedras miúdas com médias e com as grandes. Aos espaços intersticiais, em vez de argamassas, as juntas completaram-se com a adição de juntouros com a função de travar a parede e substituir qualquer tipo de argamassa.



Nos aparelhos de pedra regular aparelhada a argamassa utilizada foi sempre a de barro, e os blocos de granito cortados e laminados de modo cuidado e dispostos em fiadas horizontais, sob o barro. As pedras dos lintéis, como as ombreiras, as padieiras e os cunhais são feitos de grandes pedras regulares e são as pedras maiores da construção. O aparelho visto pelo exterior é o mesmo visto pelo interior.

Na mesma parede encontram-se diferentes aparelhos, correspondendo a diferentes fases de construção, que se verificam sobretudo nas ampliações das fachadas. Observa-se em praticamente todas as habitações distintas fases de construção. Alguns foram preenchidos com pedras pequenas, e abertos outros, as paredes continuam depois dos cunhais, e a subida da cobertura com a colocação de novas pedras, de pequenas dimensões sobre os beirados existentes, construindo posteriormente um outro beirado em cima da nova camada de pedras.

As coberturas são todas de duas águas, com telha de canudo e chapa de zinco, com guarda-ventos que anteriormente tinham sido construídos para protegerem a estrutura da cobertura de colmo dos ventos dominantes. Todas as coberturas apresentam pouca inclinação, facto que se deve também à colocação do colmo. A inclinação acentua perto do beirado. Observam-se ainda, pedras dispostas sobre as telhas, como forma de as manter seguras face aos ventos e às quedas de neve.

A estrutura do telhado é comum a todas as habitações. Estrutura em ripas horizontais e verticais de madeira que assentam sobre vigas também em madeira, e por peças em pedrada própria cobertura, como as cápeas e os beirados. Na maioria das habitações observam-se dois guarda-ventos por cobertura, colocados sob as cápeas das empenas.

Os pavimentos dos quartos e da sala são em tabuado de madeira disposto sobre vigas de madeira encastradas nas paredes no sentido contrário do tabuado. Na maioria das habitações, o vigamento dispõe-se ao longo do comprimento da fachada, isto é, as vigas assumem toda a distância da fachada mais comprida, enquanto ao tabuado corresponde a distância da largura paredes laterais. Na cozinha o pavimento é feito com grandes lajes de granito, ou é também em madeira, mas com a lareira elevada da cota do pavimento, sobre uma estrutura em granito. Nas cortes o pavimento é de terra batida, coberto muitas vezes por palha, que serve de cama para os animais e para fazer o estrume. Quanto às varandas, quando existentes, o pavimento destas é também ele em lajes de granito, podendo, no caso das encerradas o espaço de quarto ser pavimentado em soalho de madeira.

Os vãos apresentam-se pelo modo tradicional de construir e feitos com os materiais locais. As portas e as janelas são todas em madeira de carvalho e dispensam qualquer material metálico. O caixilho movimenta-se com a ajuda de couços, e o fecho também dispensa fechaduras e trincos metálicos. As janelas encerram-se através de portadas de madeira e com dispensa do trinco. As portas são de um só batente, todas em madeira, emoldurado no lado externo pelo aparelho mais cuidado das ombreiras e padieiras e as molduras das janelas têm a mesma estrutura que a das portas. As janelas são simples portadas de madeira sem qualquer vidraça.

Os moinhos apresentam-se idênticos às habitações, embora de planta quadrada e de um único piso dividido pelo sistema de moagem e do rodizio.

As paredes dos moinhos, foram construídas pelo mesmo método que as paredes das habitações. São feitas em blocos de pedras irregulares, sobrepostas umas sobre as outras. Na implantação os moinhos tiram partido dos grandes rochedos nos cursos de água, para a base da construção. A cobertura é de duas águas, em telha de canudo ou chapa de zinco, com cápeas e guarda-ventos. Apresentam pouca inclinação, juntamente com as habitações.

A estrutura do telhado é feita sob as mesmas técnicas e material que das habitações e com uma estrutura armada em vigas e ripas horizontais e verticais, também em madeira. Observam-se dois guarda-ventos, um em cada extremidade, colocados sob as cápeas das empenas.

O pavimento varia entre um tabuado de madeira, nos casos dos moinhos que foram construídos sobre a água, encastrado sobre vigas no sentido perpendicular ao ripado, e em lajes de granito, nos moinhos construídos a partir do caminho.

O único vão que existe nestas construções é a porta que empareda com o caminho. Em madeira com uma única folha e batente, movimenta-se através dos couços encaixados na ombreira. No interior, o único compartimento, é de reduzidas dimensões onde está instalada a mó e todo o sistema de moagem. A um canto dispõe-se a maceira e a pá que apanha a farinha que cai de entre as mós. Abaixo do pavimento, em contacto com água, encontra-se a roda horizontal, à qual se chama rodizio, composta por conjunto de palas dispostas radialmente, as quais recebem a impulsão do jacto de água que nelas bate, vindo da levada, construída no exterior em granito, que desvia a água do rio ou do ribeiro, para o interior do moinho.

Este tipo de construção só se pode edificar próximo às linhas de água, mantendo uma certa distância com o aglomerado.

Os espigueiros são em planta rectangular, com o corpo alongado e estreito, elevados do nível do chão, sobre pés e lajes de granito. Os espigueiros nos dois lugares são inteiramente construídos em madeira e granito, com a excepção de dois na Gavieira, construídos inteiramente em granito. Construções com grande cuidado construtivo, visível no trabalho da pedra e nos detalhes.

A cobertura é também em duas águas, com telha de canudo, dispostas sobre uma estrutura de madeira que sobressai para fora do beirado, enquanto noutros espigueiros, a telha assenta numa estrutura em madeira mas que não ultrapassa os limites do beirado. Nestes casos os beirados prolongam-se com o telhado.

Nos espigueiros, inteiramente em granito, a cobertura é feita por grandes placas, alisadas e bem cortadas, que encaixam umas nas outras e o remate é feito na cumeeira, que as une e prende-as. O beirado é saliente para que as lajes encaixem correctamente e sem oscilarem.

Os pavimentos dos espigueiros variam entre tabuado em madeira e lajes de granito, que pousam sobre o lastro, feito em padieiras laterais de granito e soleiras de topo. Os vãos são preenchidos por painéis de ripas de madeira postas verticalmente, travadas por uma vida, também em madeira pregada na horizontal e a todo o comprimento do vão. A madeira das laterais em alguns espigueiros de Rouças e da Gavieira apresentam à vista, blocos de tijolo furado. A porta foi instalada num dos topos do espigueiro, por norma a fachada com menor dimensão, visto as laterais, serem as únicas que variam em comprimento e não em largura.

O corpo do espigueiro é todo em pedra, assente em colunas e esteios em granito alinhados aos pares, e rematados por mós de variadas dimensões, e em mesas – blocos transversais em granito, que assentam sobre pilares e rematam em cornija, salientes ao lastro.

## **7.2. Correlação segundo os indicadores especificados na metodologia e na contextualização.**

Segundo as diversas descrições disponíveis para a análise actual do tipo de habitação da Serra da Peneda, foi legítimo recuar-se no tempo, e verificar-se que a habitação atravessou dois momentos de alterações e evoluções significativas. Assim, tendo em conta as primeiras descrições que remetem para o século XVIII, a maioria das construções distinguiam-se pela simplicidade na forma e na estrutura. Eram habitações de índole elementar, com recurso apenas dos três materiais, já referenciados: o granito nas alvenarias, a madeira nos pavimentos e nos vãos, e o colmo nas coberturas. Habitações constituídas, com um único piso e uma divisão, com as paredes em alvenaria de granito seca, e o solo em terra batida e as coberturas todas em duas águas, revestidas a colmo.

O segundo momento, de alterações da fisionomia das habitações, e que em muito interferiu com a organização do aglomerado, data da segunda metade do século XX. O que se observa é que nas alterações efectuadas adicionaram-se materiais alternativos e destoantes do conjunto edificado existente. Embora os aparelhos de alvenaria tenham mantido o seu recurso no granito, algumas habitações perderam a antiga funcionalidade e adaptaram o piso inferior a garagem e a loja, e inseriram o modelo de habitação secundária, no piso inferior. Efectuaram-se diversas ampliações, que levaram à abertura de novos caminhos e ao alargamento dos existentes.

Com a evolução da organização das habitações, puderam-se traçar novos caminhos e alargar os existentes, formando uma coesa cadeia de percursos, que se interligam entre todos os pontos importantes da serra. A acentuada correlação da aldeia com os caminhos e a disposição das habitações, tiveram importante efeito sobre as aberturas das vias. As habitações dispõem-se praticamente todas para o caminho, emparedando-o e dando surgimento da rua.

Os caminhos relacionam-se intimamente com a estrutura do território e com a organização do povoamento. Uma vez estabelecido o lugar criaram-se os percursos que pautam o território. Os caminhos constituem o único património solar colectivo, e muitas vezes são utilizados como espaço comum.

A construção de cada habitação fez-se atendendo primeiro aos seus interesses de amplitude, forma, inclinação e organização dos espaços interiores, observando-se principalmente empregues na posição da porta principal da habitação. As portas de cada habitação colocaram-se com distintas orientações dentro do lugar, sem um plano colectivo. Em algumas habitações verifica-se a orientação da porta apoiada em elementos significativos, como por exemplo os de ordem religiosa,

como se verifica na maioria das habitações da branda de S. Bento do Cando, ou para um caminho. A principal ligação do interior da habitação com o exterior é conseguida através da porta. A porta é o elemento de maior importância destas habitações da aldeia e da branda. Permite o contacto com o caminho e com o pátio, quando existente, e iluminar e ventilar o interior das habitações. A abertura da porta marca a posição da cozinha e da lareira. A lareira localiza-se sempre de frente para a entrada, a um canto da parede.

Normalmente a porta abre-se a meio ou na extremidade da fachada principal. O sentido da abertura da porta, também é comum a todas as habitações. Abre-se para o interior, e nunca para fora, pelo lado que ocupe menos parede interior. A cozinha é comum em todas as construções de habitar, seja qual for a tipologia desta. A posição da lareira foi determinante para a distribuição interior. O quarto fica próximo da cozinha, para que o calor libertado pela lareira aqueça todo o compartimento.

A arquitectura da habitação encontra-se intimamente ligada ao lugar e ao habitante. A habitação foi adquirindo forma e volume, de acordo com o modo de vida dos próprios habitantes. A sobrevivência à imposição do tempo, e a necessidade de protecção, de vencer as intempéries e a geografia do terreno levaram à construção de um conjunto de habitações, que se estruturaram segundo um modelo base. Tanto na aldeia como nas brandas, ocupadas sazonalmente, mesmo com a diferença de altitude e do microclima, verificou-se que a forma de construir foi idêntica de um lugar para o outro.

O método de construir, a forma do emparelhamento da pedra, e as técnicas e os materiais, foram as mesmas só que evoluíram de gerações em gerações, embora se tivesse mantido na mesma, a diferença entre o habitar de branda e o da aldeia. A habitação da branda difere espacialmente, segundo a dimensão e o volume, bem como nas funções que agrega. Algumas, com reduzidas dimensões, albergam somente os animais no piso térreo, enquanto outras habitações utilizam o piso inferior para corte e palheiro, e o piso superior para a dormida do camponês e para a confecção de refeições ligeiras. Na falta de espaço em baixo, ficou o piso superior reservado para o palheiro.

Muitas das habitações têm as mínimas condições para habitar. Segundo o testemunho do senhor João a habitação serve-lhes apenas ao essencial - de abrigo. Tem a função de concentrar tudo o que é essencial para o habitante da branda, enquanto outras habitações, maiores e com melhores condições de conforto e higiene, servem de segunda habitação ao camponês por tempo indeterminado. Assim, segundo os testemunhos da população, e da observação efectuada durante o trabalho de campo à habitação tradicional serrana, foi

possível determinar-se a unidade base ou modelo base, a partir dos quais evoluíram todas as habitações.

O lugar aparece como uma unidade de identificação espacial das habitações e centro que afasta qualquer sentido de vizinhança difuso, actuando sobre uma dupla vertente: a funcional pragmática e a funcional simbólica.

Segundo a análise da cartografia militar que data de 1950, o território estruturou-se em agrupamentos de habitações, que proliferaram em pontos estratégicos da serra. Observa-se que cada aglomerado está próximo das linhas de água, e que cresceram paralelos a estas, ou circundados pelas mesmas, nas zonas de vale, encosta e a elevadas altitudes. As aldeias de Rouças e Gavieira cresceram paralelas ao rio Peneda, ao qual os ribeiros que nascem da alta serra vão desaguando.

O facto de as linhas de água se unirem com o rio, acabam por juntar os lugares que ponteiavam a serra. No entanto os caminhos foram as pautas definidoras dos espaços. Do caminho principal proliferaram artérias que uniram a aldeia às respectivas brandas, e verificou-se uma descontinuidade nos percursos. Apesar de existir um eixo que liga Rouças e Gavieira, os eixos secundários, que partem deste para o acesso às brandas, apenas unem as brandas à aldeia correspondente, e as brandas entre si, não existindo comunicação directa com as outras brandas e aldeias vizinhas.

No entanto, não é fácil saber-se se, nesta fase, a forma compacta dos aglomerados, nasceu de raiz, ou se a aglomeração resultou da ligação de núcleos com princípios distintos.

Em 1996 a malha urbana encontrava-se definida e estruturada, e com possibilidades de expansão para as zonas periféricas do centro histórico. As novas habitações ocuparam os espaços vazios deixados entre as habitações construídas anteriormente. O povoamento é concentrado. As habitações estão adoçadas umas nas outras, formando ruas e ruelas, que dão directamente com a longa via que atravessa, todo o burgo, ao meio.

Em relação à época anterior indicada, a organização dos aglomerados manteve a base de origem inalterada. O desenho dos aglomerados definido nas décadas anteriores ficou igual. Com o decorrer do tempo deu-se continuidade ao tipo de traçado da malha urbana anterior, embora permitindo a adição de novas construções e aberturas de novos caminhos.

A disposição das habitações e o crescimento das aldeias indicam para que lado, estas progrediram, mantendo-se o traçado do caminho principal. Novos caminhos dentro dos aglomerados foram abertos em função da implantação das novas

habitações, e os caminhos existentes consecutivamente alargados. Traçado viário com novas ligações entre os lugares e as brandas.

No aglomerado de Rouças a abertura da estrada municipal que passa acima do centro, tem servido de pólo fixador da população. As habitações têm vindo a construir-se de um lado e doutro da via, enquanto outras tendem a projectar-se aleatoriamente ocupando parcelas agrícolas, dando origem a novos núcleos, afastados do centro histórico.

No percurso dos lugares de Rouças e Gavieira, foi possível, mesmo dentro de uma certa homogeneidade visível, nas habitações anteriores às alterações das últimas décadas, observarem-se variações na sua estrutura. Trata-se da organização da habitação em dois pisos: a corte no piso inferior e a área habitável no piso superior, e a consequente adição da escada, também em granito, adocada a uma das fachadas, que ligue o exterior ao andar sobradado.

Assiste-se ao balançar entre núcleo concentrado e disperso. A tendência para o afastamento, verificou-se em dois momentos, com dois pequenos conjuntos de construções, que se desenvolveram à parte do núcleo central. Embora afastados e aparentando serem núcleos independentes, continuam a pertencer ao núcleo que os originou. São conjuntos com meia dúzia de habitações simples, com um e dois pisos, com uma pequena eira e um campo de cultivo comum, que se implantaram junto ao curso de água que atravessa a aldeia. Segue-se uma nova tendência para a concentração segundo o modelo da nova implantação.

Os lugares são geralmente excêntricos, organizados com habitações de um lado e do outro dos caminhos. Do primeiro núcleo nascem as leiras, estreitas e longas, que terminam nos caminhos circundantes. Numa pequena franja do território, à volta de cada aldeia e branda situam-se os campos. Observam-se três tipos de campos de cultivo: os campos e prados à volta dos lugares, a seguir as bouças e os socalcos, situados nas encostas da floresta, e no patamar superior onde se situam as brandas, dispõem-se os terrenos de cultivo do centeio e da batata.

Rouças organizou-se em função do eixo principal que o atravessa e dos vários eixos que dele partiram. A disposição das construções e dos caminhos é compacta e rectilínea. Em contrapartida o lugar da Gavieira encontra-se demasiado compacto, com as habitações bastante unidas e adocadas umas nas outras. A Gavieira desenvolveu-se em duas fases. A primeira fase consta da implantação de algumas habitações junto aos campos de cultivo próximos do rio.

Conforme o lugar evoluiu, as construções expandiram-se no sentido ascendente do território, e implantaram-se a partir do adro da igreja, mais tarde edificada, seguindo os eixos que a circundam. Enquanto em Rouças os caminhos unem a

montanha com o vale e se estendem para fora do núcleo, na Gavieira os caminhos perfazem um percurso fechado, que contorna e une todo o aglomerado.

Na Gavieira, no centro dominado pela igreja, circundada por um adro murado, fica o largo principal e a casa paroquial, e algumas habitações de feição urbana, das primeiras e segundas fases de alterações ocorridas. Actualmente, as habitações com café e loja no piso térreo, foram construídas sobre a rua que faz a ligação entre o adro da igreja e a entrada da aldeia.

Nas brandas de Busgalinhas e de S. Bento do Cando, são notáveis as diferenças entre as construções de uma branda para a outra. As habitações, em Busgalinhas têm um carácter mais rural e modesto com estruturas menos cuidadas, enquanto na branda do S. Bento são habitações maiores com varanda e pátio.

Todas as famílias da Gavieira têm duas residências em funcionamento: a da aldeia, habitada todo o ano, e a da branda. As habitações, em grande parte, são de dois pisos, correspondendo a cada piso uma função. Como já foi visto, as habitações dividem-se, normalmente, em corte no piso inferior, enquanto o piso sobradado, destina-se a residência.

Os pisos inferiores são usados para o armazenamento do centeio e das máquinas agrícolas, e de abrigo do gado bovino que pasta em abundância nesta branda, juntamente com o piso superior, que serve de abrigo aos animais.

Embora, as duas brandas de S. Bento do Cando e Gorbelas apresentem características excepcionais, as brandas no seu geral, são as mais notáveis dentro do território serrano. Destacam-se pela imponência dos seus campos de cultivo, que formam verdadeiros patamares verdes em altitude. A branda de Gorbelas possui majestosos terrenos de cultivo em altitude, que desenvolvem em torno de todo o núcleo habitacional quase que como envolvendo as todas as edificações, privilegiando-se assim da directa relação entre os espaços de cultivo e pasto e as edificações conforme referido por Barros (2011).

As habitações na branda são idênticas às da aldeia, no que respeita à dimensão e à disposição das escadas, do tratamento do aparelho em pedra e nos vãos. Possuem espaço encerrado à frente por muros e compartimentos maiores, e elementos construídos a pensar numa posterior ampliação. Nas fachadas observam-se portas sem soleira e sem qualquer acesso, o que leva a deduzir que abriram os vãos para mais tarde serem utilizados, no surgimento duma varanda ou alpendre.

O material empregue em todas as habitações, foi o granito. Geralmente nas brandas as habitações eram sempre mais modestas, comparativamente com as do lugar principal, como revela Carvalho (2004), e a componente de habitar



revelou-se desde sempre como uma particularidade distinta como afirma Barros (2011). No entanto nas brandas da Gavieira e Rouças, a dispersão das construções no território, originou aglomerados afastados dos campos de cultivo, mas dominados por estes.

Apesar do afastamento entre as habitações e a implantação dos volumes quase aleatória (embora de núcleo agrupado), os aglomerados possuem o mesmo ritmo e o mesmo cuidado nos acessos e nas edificações. Este cuidado verifica-se na construção das edificações nos afloramentos rochosos e nos terrenos menos férteis, deixando a restante área para os campos de cultivo e pastos, localizados a altitudes superiores.

As brandas, mesmo com características dispersivas, comparadas com as aldeias, apresentam o mesmo habitat, o agrupado, conforme sustentado por Carvalho (2006). Relativamente à construção, a nível do dimensionamento, as habitações são maiores e na maioria de dois pisos. Em algumas das habitações verificam-se ampliações, através de alpendres e varandas. Muitas encontram-se encerradas por muros de pedra sobreposta com quintal, tipo casa pátio, com a fachada principal voltada para o interior, deixando uma das laterais, esquerda ou direita, adocada ao caminho.

Os aglomerados da Serra da Peneda (neste caso, os analisados: Rouças, Gavieira, Junqueira, Busgalinhas, Gorbelas e S. Bento do Cando) são lugares cuja economia tem subsistido da agricultura e da pastorícia. Tanto a aldeia como a branda expressam, as limitações económicas, os trabalhos por parte da comunidade, a capacidade organizativa e a sensibilidade para o comunitarismo.

Transmitem a forma como a população através da ajuda comunitária, teve a capacidade de se organizar e estruturar num território, à partida difícil de construir. Através do controlo do clima, da hidrografia e do amanho dos solos, os aglomerados apesar da diferente organização, estruturação e implantação no território, têm em comum a habitação e o sentido de apropriação e utilização do território.

**PARTE VI**

## Parte VI

### Considerações Finais

#### 8. Conclusões

##### 8.1. Conclusões analíticas

Decompondo toda a informação resultante na investigação, em parte simplificadas, consegue-se concluir que a abordagem realizada aos seis lugares, ocupam todas as áreas de afloramento rochoso dos vales e dos planaltos, poupando as escassas áreas de aptidão agrícola para o cultivo de diferentes culturas, mesmo que estas sejam de reduzidas dimensões, como é o caso das hortas e dos quintais, aproveitados no interior dos aglomerados.

Assim ao se abordar o habitat rural nas zonas de montanha, percebe-se que organização do território teve em conta os inúmeros factores, salientando os de âmbito orográfico e climático, e os de necessidade de sobrevivência, determinantes nos modos de vida, que as comunidades foram implementando, de acordo com as capacidade de gestão e racionalização dos recursos existentes.

Toda a serra segundo os factores geográficos, foi modificada e construída retirando a máxima rentabilidade dos solos e do relevo acidentado, para a ocupação dos vales e planaltos com estruturas habitáveis e variadas conforme a função que agregam.

O território é detentor de formas muito variáveis, das quais se salientam as vertentes com boa exposição solar, voltadas a Nascente e Sul, seleccionadas pela população para a erigirem os seus lugares edificadas e cultivadas.

Quanto ao factor sobrevivência, a necessidade, levou a que a população percorrer minuciosamente as extensas áreas da serra, engendrando esquemas de humanização, que ajudassem na racionalização e rentabilidade dos recursos naturais dos locais seleccionados.

Para tal, foi necessária a criação de redes de caminhos com diferentes potencialidades marcadas por construções que estendem ao longo dos percursos dos mesmos.

Na grande maioria das vezes, o clima dificultou a fixação da população num só lugar durante todo o ano. A população surpreendida pelas alterações climáticas viu-se obrigada a reformular um esquema de ocupação da serra, que lhes fosse favorável e rentável durante os meses de Inverno, rigorosos, e de Verão, amenos,

inventando o sistema da transumância, que decorria, e decorre, com sucessivas deslocamentos entre as aldeias e as brandas.

Atentando a toda a informação que compõe a investigação, consegue-se entender que a organização territorial dos espaços colmatados com construção e os de paisagem tiveram uma multiplicidade e variedade nos movimentos gerados pelas actividades que a população exercia a partir da aldeia principal. A transumância decorre de acordo com os períodos específicos do ciclo agro-pastoril, e resulta em formas de povoamento peculiares, que se distinguem, pelos patamares em altitude habitados em épocas específicas, resultando numa matriz densa de fluxos - sazonais ou permanentes, dinamizadores de toda a serra.

Hoje, a transumância continua a decorrer, mas não com situações de permanência continua nas brandas. Parte dos habitantes deslocam-se diariamente às brandas.

O contributo para esta situação foi dado com a abertura de novas estradas, que interligaram facilmente todos os núcleos, substituindo a antiga rede viária, obstruída pela vegetação. Também as novas habitações alteraram significativamente a morfologia dos assentamentos, causando sobretudo impacto na planta urbana dos respectivos povoamentos, dividindo estes em núcleo antigo ancestral, com as habitações a coalescerem ao longo dos caminhos, e em núcleo moderno, em que as habitações recentes se dispõem ao longo da estrada ou dispersas nos campos de cultivo.

Ainda se verifica o contraste entre a habitação antiga construída de raiz com as reconstruídas que sustentam o traçado pré-existente, e as modificadas, quer em planta quer em materiais modernos aplicados ou as em ruínas, das quais restam apenas as pedras amontoadas no chão.

Contudo, e apesar de todas as modificações ocorridas nos lugares em análise, verifica-se que a complexidade que comporta a Serra da Peneda entende-se com base nos esquemas territoriais distintos que a população definiu, para conseguir sobreviver no ambiente da serra, que tipificam num único modelo organizacional – o do sistema de interacções gerador de movimentos multisseculares, que gradualmente foram marcando o território em função das potencialidades agro-pastoris.

O clima e o relevo, com diferentes tipos de afloramentos rochosos e a sua configuração, foram factores condicionantes da estruturação e organização dos aglomerados. A variação destes factores condicionou também o número das implantações no território e a densidade das habitações, mantendo estas a mesma tipologia em todos os lugares, variando apenas em dimensão e altura.

Todos os aglomerados tiram o máximo partido da posição geográfica, adaptando-se ao espaço onde se implantaram de forma harmoniosa, e existe um caminho, o principal, estruturante na forma dos lugares. Deste eixo principal, resultaram os eixos secundários, que estruturaram a rede de caminhos e portanto as ligações entre as partes. Os caminhos também servem de canais condutores das águas e de sistema de escoamento das águas e detritos transportados pelas fortes chuvas que decorrem quase durante todo o ano.

As construções de ambas as aldeias (já incluindo as brandas) agregam a função de habitação e corte, e nenhuma, excede os dois pisos. Distribuem-se a partir de uma unidade base, que conforme a posição no terreno, alternam entre habitações de construção simples e elementar, com habitações de dois pisos, com ou sem pátio. A função da habitação é igual em todos os lugares – corte para os animais no piso térreo e habitação para as pessoas no piso superior.

Um outro factor relevante na organização dos aglomerados, é a existência das eiras e dos espigueiros que ocupam dentro do núcleo importante posição e moldam, juntamente com os caminhos, a implantação das habitações.

Os espigueiros construíram-se distantes do núcleo, e nunca se posicionaram perto da entrada de cada lugar, por razões de protecção do cereal de possíveis furtos e também porque os principais campos de cultivo produtores de milho, desenvolvem-se afastados da malha urbana, e houve desde sempre a necessidade de uma proximidade entre a cultura e o posto de armazenamento, poupando nas longas deslocações por parte dos agricultores. Conclui-se que a presença das eiras e dos espigueiros tiveram um papel de relevo dentro dos espaços públicos do lugar. Enquanto o lugar gere todo o tipo de tarefa e actividade no interior de cada núcleo.

Cada lugar é possuidor de um núcleo, o principal, mas no caso de Rouças, o lugar é detentor de dois núcleos, que funcionam independentes, mas que se interligam com o núcleo onde se implantou a capela, elemento também importante e característico dos aglomerados de vale.

As construções distribuem-se livremente, num crescimento orgânico e modular, adaptadas ao terreno escolhido. A escolha do local associa-se aos desníveis do relevo e à forte presença de rochas salientes do solo, que servem de base à edificação e como alicerces da construção. A posição das habitações deu forma aos quarteirões e à rede de caminhos, que gerem, de forma natural os espaços públicos.

Dentro dos lugares não se definiram propriamente os espaços públicos. Os espaços públicos são qualquer pedaço de terreno livre de construção e de vegetação, que a população os utiliza como pontos de encontro e convívio, sendo

os mais usuais os próprios caminhos. Surgem dos alargamentos destes caminhos ou dos largos que resultam da confluência dos mesmos.

A nível da organização, os assentamentos adquiriram, todos eles, uma certa homogeneidade, resultado de sucessivas agregações de unidades bases, que garantiram uma variedade de soluções tipológicas, dentro da mesma arquitectónica. As habitações adquiriram forma e volume de acordo com a vontade do próprio habitante, verificando-se somente nas brandas, habitações mais pequenas e com algumas funções diferentes da aldeia. O que não invalida a igualdade entre estas habitações temporárias com as de residência permanente.

Quanto ao desenho, cada núcleo submeteu-se a critérios de funcionalidade e adequação à morfologia do relevo, levando a deduzir, que a habitação em associação com a rede de caminhos, foi determinante para a forma de cada conjunto edificado. A alteração na estrutura e no desenho dos aglomerados

Uma vez estruturado o núcleo respectivo a cada aglomerado analisado, partiu-se para o traçado de novas vias, aproximadoras de uns lugares a outros. Realmente, a abertura dos novos caminhos foi preponderante para a estrutura dos aglomerados, bem como na organização e distribuição dos mesmos por todo o território da Serra da Peneda. Determinaram as melhores ligações entre os vales, a meia encosta e o topo da serra, feitas por intermédio de caminhos de pastoreio, de acesso aos campos de cultivo e aos conjuntos edificados próximos.

## 8.2. Conclusões finais

Para a interpretação do habitat da Serra da Peneda foi necessária a realização de uma análise documental, como da observação directa no campo, o que levou a concluir que as circunstâncias em que se formaram os aglomerados e a sua localização foram determinados por factores condicionantes históricos, geográficos e culturais.

De forma a aprofundar a análise dos casos de estudo, definiu-se uma metodologia a partir da identificação dos diferentes lugares que estruturam a Serra da Peneda, permitindo desenvolver uma consistente caracterização dos tipos de povoamento. A metodologia aplicada permitiu reflectir sobre os sistemas de aldeia e de branda, e o uso do território e sua construção, e como estes influenciaram a organização dos núcleos e a arquitectura dos edifícios.

Numa fase inicial e segundo a análise documental, a informação recolhida das bibliografias levou aos resultados finais acerca do povoamento e a sua arquitectura. Através da identificação dos lugares e brandas, detectaram-se semelhanças e diferenças, relevantes para a caracterização dos assentamentos existentes e dos tipos de arquitectura mais importantes para desenvolver a investigação.

Partindo de bases cartográficas verificou-se que a arquitectura da habitação passou por distintas fases de evolução, até chegar aos dias de hoje. Assim, tendo em atenção as primeiras descrições que remetem para o século XVIII, a maioria das habitações deste período eram simples na forma e na estrutura. Mais tarde, numa segunda fase, ocorreram alterações na fisionomia das habitações que impulsionaram a organização e estruturação dos aglomerados. Algumas habitações aptas para abrigo dos animais perderam a função de corte, e evoluíram para habitações de andar com dois pisos, no qual o piso sobrado serviu de habitação, com as respectivas divisórias interiores de cozinha e quarto, enquanto o piso inferior, passou a servir de palheiro, corte, loja e arrumos. Estas ampliações tiveram grande impacto na estrutura dos caminhos e nos quarteirões.

De acordo com os objectivos que conduziram à interpretação das particularidades do povoamento da Serra da Peneda, concluiu-se que a comunidade se adaptou ao território e o construiu segundo factores climáticos, históricos, culturais e de acordo com as necessidades físicas dos habitantes. Este facto reflecte-se nas construções, garantindo um vasto património arquitectónico, que não é mais que a fundamental representação de todo o período de fixação na paisagem da serra.

A Serra da Peneda, localizada nas altas montanhas do Noroeste Minhoto, ocupa uma vasta área geográfica, que ao longo dos tempos foi humanizada e construída por sucessivas fixações de diferentes povos que se apropriaram do território serrano e o moldaram de acordo com as suas necessidades, possibilidades técnicas e valores culturais. Os aspectos culturais foram para as populações intervenientes no processo de construção da serra a matriz da sua identidade, que incorporada nos processos do quotidiano conferiu sentido ao território.

Os seis casos de estudo, aldeias e brandas, reflectem sobre que modo, os sistemas de construção adaptados na sua organização influenciaram os núcleos e a arquitectura local. A escolha da implantação dos lugares analisados ocorreu em função de condicionantes básicas para o desenvolvimento agro-pastoril, que foram solucionadas com a implantação das aldeias nas zonas intermédias entre os campos e a serra e as brandas nos planaltos da alta montanha, retirando o melhor proveito dos terrenos aráveis, às práticas agrícolas e de pastorícia.

A variação entre os modelos seleccionados relaciona-se com as características específicas do território estudado, no qual se implantaram os aglomerados, variando na relação entre a proporção das áreas de cultivo e as áreas menos aptas para esta actividade – os terrenos com afloramentos rochosos e relevo acidentado, foram aproveitados para a construção dos núcleos, visto estes não serem rentáveis para as produções agrícolas, devido à constituição do solo, como já referido.

No âmbito da investigação desenvolvida, pode-se considerar que a dimensão dos aglomerados está associada directamente com a extensão das superfícies de cultivo e pastoreio e, portanto, com a capacidade auto-suficiente de cada terreno. O processo de construção do território foi de tal forma evolutivo, que se constituíram pequenos núcleos, muito agrupados, implantados nas zonas de vale e de encosta, e nos cumes dos planaltos com residências sazonais. Assim, neste contexto, os núcleos surgem como os principais polos de gestão e organização de todo o território da Serra, indo desde as redes de caminhos aos espaços de confluência entre as construções. Os lugares analisados, com as suas habitações e a rede de caminhos definiram o desenho da malha.

A segunda fase da investigação centrada na estrutura dos povoamentos e nas tipologias arquitectónicas presentes recorreu a esquemas e desenhos, com a identificação dos demais espaços funcionais no interior cada lugar. Com as deslocações ao próprio terreno e as atentas observações a investigação consegue demonstrar que a interacção dos diferentes elementos construídos com as funções que agregam, foram pertinentes para a evolução dos aglomerados.



Através do levantamento verificou-se que o lugar de eira não é propriamente um espaço construído específico, mas sim um espaço sobrance, que a população adaptou para realizar as malhadas e a separação do cereal, e os espaços públicos que ficaram entre as construções foram definidores do traçado das vias e no desenho dos aglomerados, se bem que a habitação, foi o elemento mais importante na definição de toda a estrutura e organização de cada núcleo habitacional.

Quanto à arquitectura local, baseada no sistema de economia agro-pastoril, caracteriza-se pela sua sobriedade. A estrutura dos aglomerados e das habitações remetem para a racionalidade dos recursos existentes, tirando proveito destes por forma a economizar esforços, quer de construção quer de manutenção.

Os inquéritos foram estruturados de modo a se aprofundarem os resultados obtidos nas entrevistas e na observação participante. O levantamento teve como base de apoio, a estrutura do inquérito, que analisa caso a caso, segundo uma matriz comum. Os inquéritos permitem a visão global da organização e estruturação dos aglomerados, especificando o tipo de habitação e as técnicas aplicadas na sua construção, a forma, crescimento e expansão dos aglomerados. Só com o preenchimento dos inquéritos referidos, se conseguiu organizar a informação recolhida nas visitas ao terreno, e estruturar uma base documental específica para cada aglomerado.

Com os inquéritos foi possível caracterizar-se a organização e estruturação dos aglomerados, e perceber como ocorreu a evolução dos mesmos: se cresceram a partir duma base pré-existente ou se evoluíram juntos às principais vias, ou se se formaram conjuntos de habitacionais afastados e independentes. A informação retirada dos inquéritos foi precisa para se poder afirmar que existe uma hierarquia entre o construído e os campos de cultivo envolventes, e que os caminhos principais foram os que mais influenciaram o desenho da malha urbana. A rua principal segue a linha de menor declive, e a partir desta cresceram as vias secundárias, todas de acesso às respectivas habitações e aos terrenos agrícolas.

O crescimento dos núcleos sobre esta rede de caminhos realizou-se sem a preocupação formal pela criação de espaços públicos de relação humana. As aldeias e as brandas, casos de estudo, todas elas se geriram a partir da implantação das habitações e da relação com os caminhos principais, definidores dos conjuntos edificados. Também a orientação solar e a presença de equipamentos rurais, como espigueiros, eiras, moinhos e hortas, tiveram impacto importante na configuração dos lugares.

A estrutura da rede de caminhos no interior dos aglomerados, desenvolveu-se também segundo factores económicos e sociais. A necessidade de acesso aos

campos e aos locais de trabalho, mais uma vez demonstra que o traçado dos caminhos está directamente relacionado com a necessidade de acesso aos diferentes pontos estruturadores de toda a malha. Os caminhos intrinsecamente associados às construções bifurcaram-se definindo uma hierarquia estruturada que despontou em vias secundárias, muitas delas antes demarcadas pelo próprio terreno e do uso que a população lhes deu. Estas evoluções impulsionaram a criação de uma estrutura de caminhos, que chega nos dias de hoje a todos a todos os lugares construídos na serra. A acentuada correlação dos assentamentos – pela sua natureza e envergadura - com os caminhos de longa distância, levaram à abertura de vias de acesso à floresta, a novos pastoreios e a caminhos secundários com ligação de lugar para lugar.

Os conjuntos edificados evoluíram a partir dos caminhos do interior das aldeias e das brandas, criando espaços em torno das unidades construídas, e deste modo gerando espaços vazios propícios a pontos de encontro e de relação entre vizinhos. Os espaços públicos são as próprias vias, os espaços vazios deixados entre as construções ou os alargamentos das próprias vias.

No que respeita à arquitectura da habitação, a habitação demonstra claramente a relação entre quem a habita e o meio físico. Exibe nas suas paredes, todas as formas de vida e de actuar do habitante perante as suas necessidades individuais e as sociais. É o centro da sua existência, e a sua construção implicou valores culturais e sociais, que de certo modo, influenciaram o território, e a maneira como o homem expressou esta condição determinaram o lugar.

Dos inquéritos, da cartografia e da observação directa sobre as construções, ainda se retiraram dados que levam a concluir que, na Serra da Peneda, concretamente nos aglomerados em análise, as constantes intervenções a nível arquitectónico vieram dinamizar a serra, com a abertura de novas estradas e estabelecimentos comerciais nos pisos inferiores de algumas habitações. As construídas pós movimento migratório, fomentaram o turismo rural e a criação de postos de interesse público. Por outro lado, as inovações tecnológicas e as intervenções no património trouxeram problemas a nível da conservação e manutenção das estruturas rurais. O fácil acesso às brandas facultou a introdução de novos materiais nas construções, como a chapa de zinco e o alumínio nas caixilharias, que só vieram destoar com a antiga ruralidade destes lugares.

No entanto, apesar das introduções desmedidas na arquitectura das habitações, nos sistemas de gestão do território, ainda se mantêm vivas as tradições e a cultura, que ao longo do tempo, foram a base de toda a gestão do território da serra.

Ainda se conserva a estrutura da habitação de duas águas com planta rectangular, organizada a partir do espaço da cozinha. A subida às brandas continua a realizar-se, embora nem sempre com a permanência por dias nas habitações. Efectuam-se deslocações diárias, por parte de diferentes membros de um agregado familiar, e a facilidade de acessos, permite-lhes que se desloquem mais vezes às brandas para controlarem os animais e as culturas agrícolas.

Conclui-se, então, que para este tipo de povoamento não existe um planeamento formal prévio, mas sim que o povoamento decorre em função de um crescimento orgânico das suas células básicas de habitar e das necessidades que vão surgindo com o decorrer do tempo, garantido pela orientação e implantação destas - segundo factores geográficos e de subsistência económica. Este crescimento cria uma estrutura que se caracteriza como uma malha que se intersecta e relaciona intimamente com o território, verificando-se que existem ligações entre as construções e o modo como se distribuem pelo território.

A aglomeração dos lugares, tão associada com a economia agro-pastoril, permite afirmar-se que todo o modo de exploração da serra, intrinsecamente ligado com a economia, determinou a forma da ocupação da serra.

Para o desenvolvimento da investigação é importante compreender globalmente o funcionamento do sistema de exploração da serra, juntamente com a organização dos aglomerados e a arquitectura predominante, relacionada com o contexto real em que se estas se inserem, procurando alertar a população e as entidades, na hora de intervirem no território.

A investigação é importante pelo contributo para o conhecimento, em particular pelo evidenciar de uma preocupação de reflexão crítica sobre a arquitectura popular. Pretende difundir toda a informação obtida através dos resultados da metodologia aplicada, que possa vir a ser um complemento à restante bibliografia existente, e incentivar outros autores curiosos a alargarem o estudo do tema aos outros lugares da serra esquecidos com o passar dos anos. Com a análise das aldeias e brandas de Rouças e Gavieira, nunca antes estudadas, a investigação veio enriquecer o conhecimento sobre a arquitectura e o urbanismo destes aglomerados.

Apesar dos limites da investigação e do tempo limitado, além de alguns recursos inacessíveis, como bibliografias e cartografias antigas para a sobreposição com cartografias actuais, na investigação aplicou-se uma metodologia científica, que permitiu desenvolver cronologicamente todo o índice e responder assertivamente aos objectivos pré – estabelecidos, cumprindo com os prazos definidos logo nas fases iniciais.

A dissertação analisou a situação em que se encontram alguns dos aglomerados que compõem a serra, e de que modo a habitação, nas suas particularidades esteve relacionada com os processos de construção do território, e perante o vasto património da Serra da Peneda.

A ruralidade na serra ainda sobrevive a algumas das intervenções que se têm sucedido, mas por quanto tempo? São precisas medidas de prevenção, que através de um esforço colectivo impeçam que se instalem hábitos que não se conciliem com o significado contido na matriz cultural da serra. Como tal a dissertação visa, contribuir não só para o enriquecimento do conhecimento pessoal, mas, levar a uma reflexão por parte da população acerca do futuro destes povoamentos, sem descuidar dos valores históricos e culturais presentes, através de medidas de valorização e preservação, chamando a atenção da realidade em que se encontram alguns dos aglomerados rurais da serra. Existem zonas em que a arquitectura da habitação terá perdido a sua vigência, embora em escassos casos, sendo necessário promover a conservação e a reconstrução de algumas habitações antigas e a diversidade dos aglomerados. Os aglomerados devem constituir um elemento atractivo para os visitantes e para os próprios habitantes. Como proposta de valorização e salvaguarda do património da Serra da Peneda, poderão criar-se museus vivos – áreas onde por visita ou de modo mais interactivo, as pessoas possam conhecer melhor as brandas e as aldeias, designadamente as suas gentes, tradições, paisagem e história.

## Índice e créditos de imagens

- Fig.1 Mapa dos limites do Parque Nacional Peneda-Gerês, (Fonte: Rey, Ruan, 2000)
- Fig.2 Carta Topográfica da Serra da Peneda, (Fonte: SIG/PNPG)
- Fig.3 Carta Ipsométrica da Serra da Peneda, (Fonte: SIG/PNPG)
- Fig.4 Modelo de ocupação da montanha, (Fonte: Rey, Ruan, ADERE)
- Fig.5 Carta de tipo de solo e usos atuais, (Fonte SIG/PNPG)
- Fig.6 Perfil da unidade territorial, (Fonte: Barbosa, Joana, ADERE)
- Fig.7 Esquema altimétrico da unidade territorial, (Fonte: Barbosa, Joana, ADERE)
- Fig.8 Carta de vias de comunicação, (Fonte: SIG/PNPG)
- Fig.9 Planta de aglomerado compacto, aldeia de Soajo, (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig.10 Planta de aglomerado difuso, aldeia de Cabreiro, (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig.11 Cortelho individual de pastor com bezerreira, lugar de Soajo, (Fonte: Foto da autora, 2013)
- Fig.12 Aglomerado habitacional do lugar de Sistelo (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig.13 e 14 Aglomerados de branda, Alhal e Padrão, lugar de Sistelo (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig.15 Aglomerado de habitacional de Cabreiro, (Fonte: desenho da autora, 2014)
- Fig.16 e17 Aglomerado de branda, branda de Vilar e Freitas, lugar de Cabreiro (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig.18 e19 Aglomerado de branda, branda de Bustelinhos e da Lombadinha (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig. 20 Aglomerado habitacional de lugar de Igreja, lugar de Carralcova (Fonte: desenho da autora, 2013)
- Fig. 21 Aglomerado de Vilela de Lajes, lugar de Cabana Maior (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 22 Aglomerado habitacional de Soajo, lugar de Soajo (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 23 e 24 Aglomerados habitacionais, lugar de Padrão e de Vilar Suento (Soajo), (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 25 Aglomerado habitacional, lugar de Vilarinho das Quartas (Soajo) (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 26 Aglomerado habitacional, lugar de Cunhas (Soajo) (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 27 Aglomerado de Rouças, lugar da Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 28 Conjunto habitacional – modelo de habitação no aglomerado da Gavieira, lugar Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 29 Núcleo de habitações de um piso, aglomerado de Rouças, lugar da Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 30 Habitação unidade base, aglomerado de Rouças (Fonte: imagem da autora, 2013)

Fig. 31 Habitação elementar de dois pisos com varanda e pátio (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 32 Guarda-ventos, branda de Gorbelas, Rouças (Fonte: imagem da autora, 2013)

Fig. 33 Cobertura inclinada em telha, Rouças (Fonte: imagem da autora, 2013)

Fig. 34 e 35 Pedras dispostas sobre a telha da cobertura (branda de S.Bento do Cando); pedras suspensas com arame e segurar o colmo, branda de S.Bento do Cando, (Fonte: Barbosa, Joana, ADERE)

Fig. 36 Habitação com cobertura em colmo, branda de Busgalinhas (Fonte: imagem da autora, 2013)

Fig. 37 Alvenaria em pedra irregular com face aparelhada, (Fonte: Desenho Jones, Paulo, 2002)

Fig. 38 Porta do piso térreo – Branda de Gorbelas, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 39 Porta de habitação com soleira elevada – Rouças, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 40 Janela comportada – Branda de Gorbelas, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 41 Janela com caixilho de madeira e vidraça – Gavieira (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 42 Bufarda por encerrar – Branda de Junqueira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 43 Bufarda sobre a porta da corte sem portada – Rouças, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 44 Espigueiro misto com estrutura assente em mós – Gavieira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 45 Espigueiro misto com estrutura assente em mesas; guarda-ventos na cobertura – Gavieira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 46 Espigueiro com pés transversais – Rouças (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 47 Espigueiro com mós – Gavieira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 48 Eira numa laje natural da rocha – Branda da Junqueira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 50 Moinho de rodízio – Gavieira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 51 Levada de água – Gavieira (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 52 Rodízio de Moinho – Rouças, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 53 Rodízio de antigo moinho – Gavieira, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 54 Sistema de moagem – Moinho de Rouças, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 55 Esquema de sistema de moagem elevada – Gavieira (Fonte: Viana, Pedro, 1999 – ADERE)

Fig. 56 Aglomerado habitacional de Rouças, vista aérea, 2004, Rouças (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 57 Aglomerado de habitações no lugar de Baixo e lugar de Cima, Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 58 Conjunto habitacional no lugar de Baixo, Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 59 Modelos de habitação com eira e pátio no lugar de Baixo, aglomerado de Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 60 Modelo de habitação no lugar de Baixo, Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 61 Modelo de habitação no lugar de Baixo, Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 62 Aglomerado de Gorbelas (branda), vista aérea, 2004, Rouças (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 63 Aglomerado de branda de Gorbelas, e conjuntos habitacionais (conjunto 3), lugar de Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 64 Conjuntos habitacionais (conjunto 2 e 1, respectivamente), lugar de Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 65 Conjunto habitacional 1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 66 Modelo habitacional com eira e pátio, branda de Gorbelas, C1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 67 Habitação com pátio – Branda de Gorbelas, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 68 Pátio com eira, corte e alpendre – Branda de Gorbelas, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 69 Conjunto habitacional 2 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 70 e 71 Modelo de habitação elementar de dois pisos e pátio: piso de habitação e corte, respectivamente, C2 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 72 Conjunto habitacional 3 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 73 e 74 Modelo de habitação elementar de dois pisos e pátio: piso de corte e habitação, respectivamente (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 75 Aglomerado habitacional de Junqueira (branda), vista aérea, 2004, Rouças (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 76 Aglomerado de branda de Junqueira, lugar de Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 77 e 78 Conjuntos habitacionais (conjunto 1 e 2 respectivamente), lugar de Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 79 Conjunto habitacional 1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 80 e 81 Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira: aglomerado de Junqueira (branda), Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 82 Conjunto habitacional 2 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 83 Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira: aglomerado de Junqueira (branda), Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)



Fig. 84 Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira: aglomerado de Junqueira (branda), Rouças (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 85 Aglomerado habitacional da Gavieira, vista aérea, 2004, Gavieira (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 86 Aglomerado habitacional da Gavieira, lugar da Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 87 Conjunto habitacional 1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 88 Conjunto habitacional 2 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 89 e 90 Modelo de habitação elementar de dois pisos com eira e sem pátio, C2, Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 91 Aglomerado habitacional de Busgalinhas (branda), vista aérea, 2004, Gavieira (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 92 Aglomerado habitacional de Busgalinhas, lugar de Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 93 e 94 Conjunto habitacional 1 e 2, lugar de Busgalinhas (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 95 Conjunto habitacional 1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 96 e 97 Modelo de habitação elementar de dois pisos com varanda e eira, C1, Busgalinhas, Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 98 Conjunto habitacional 2 (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 99 Aglomerado habitacional de S.Bento do Cando (branda), vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 100 Modelo de habitação elementar de dois pisos com varanda, aglomerado de S.Bento do Cando (branda), Gavieira (Fonte: desenho da autora, 2013)

Fig. 101 Conjunto habitacional 1 (Fonte: desenho da autora, 2013)

## Bibliografia

- A.A.P. (1988). *Arquitectura Popular Portuguesa zona 1 – Minho e zona 2 – Trás-os-Montes*. 3ª Edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Abreu, M. & Fernandes, J. M. (1994). *Serras de Portugal*. Lisboa: Gradiva
- Adere (1999). *Manual de procedimentos, guia do promotor individual que pretenda construir nas regiões do parque nacional da Peneda Gerês*. PNPG: Adere.
- Albagli, S. (2004). *Território e Territorialidade*, in *Território em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. São Paulo: SIBRAE.
- Alexander, C. (1981). *El modo intemporal de construir*. Colección Arquitectura/Perspetivas. Barcelona: Gustavo Gilli.
- Amorim, E. (2010). *La casa rural: arquitectura vernácula en el núcleo de o foxo, Galicia*. Dissertação de Mestrado Integrado. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.
- Andrade, M. C. (1995). *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec Recife.
- Asquith, L. & Vellinga, M. (eds) (2006). *Vernacular Architecture in the twenty-first century, theory, education and practice*. 2ª Edição. New York: Taylor & Francis.
- Baptista, A. M. (2005). *Apointamentos sobre as origens do Soajo e Gavieira*. In: Fernandes, M. A. (Eds.). *Terra de Valdevez*, nº 17. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. 157, p. 33-45.
- Barbosa, J. (1998a). *Relatório de estágio*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.
- Barbosa, J. (1998b). *Seminário do PNPG*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.
- Barros, F. C. (2011). *Construção do território e arquitectura na Serra da Peneda. Padrão (Sistelo) e suas “brandas” – um caso de estudo*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Barth, F. (1995). *Lês groupes ethniques et leurs frontièrcs*. In POUTIGNAT, STREFF-FENART J., *Téories de l'etbnicité*, PUE, col. Paris: Lê sociologue, p. 203-249.
- Basto, E. L. & Barros, H. (1943). *Inquérito à habitação rural*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

- Bernal, A; Lobato, F.; García, F. & Roales, R. (2007). *Arquitectura Vernácula en el Mundo Ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula*. Sevilha: Universidade Pablo de Olavide.
- Bordo, A. & Silva, C. (2004). *As diferentes abordagens do conceito de território*. São Paulo: UNESP.
- Brunet, R. (1990): *Les mots de la Géographie*. Dictionnaire critique. Paris: Montpellier, La Documentation Française. Reclus.
- Bunchaft, A. (s/a). *Identidade Cooperativa como elemento chave da gestão: uma possibilidade gestonária ou apenas um exercício tentativo?*.
- Callier- Boisvert, C. (2004). *Soajo entre migrações e memória, estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Carvalho, E. (2006). *Lima Internacional: paisagens e espaços de fronteira*. Vol.1. Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Guimarães: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Castro - Caldas, E. de (1994). *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*. Câmara Municipal: Arcos de Valdevez. Edição Verbo.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Claval, P. (1999). *O território na transição da pós-modernidade*. Revista Géographies et Cultures, nº 20. Ano 1. Paris: Universidade de Paris-Sorbonne.
- Coelho, P. (2011). *Fernando Távora, 1923-2005*. Coleção Arquitectos Portugueses. Vila do Conde: Quidnovi Edição e Conteúdos, S.A.
- Correia, Teresa Pinto (2004). *A multifuncionalidade da paisagem rural. Que desafio para o futuro? in* Pessoas e Lugares nº16. Jornal de Animação da Rede Portuguesa IIª série.
- Dias, A. J. (1993). *Aspectos da vida pastoril em Portugal*, in Estudos de Antropologia. Vol. II. Lisboa, p. 271- 315.
- Diogo, M. M. (2010). *Investigação, desenho e conhecimento. Núcleos rurais, arquitectura vernácula e património rural*. CIIA: Centro de Investigação, Território, Arquitectura e Design. Porto: Universidade Lusíada do Porto.
- Domingues, A. (2011). *Vida no campo*. (1ª ed). Porto: Edição Dafne Editora
- Fernandes, B. (2008). *Sobre a tipologia de territórios*. Programa pós-graduação em Geografia. Unesp.

- Ferreira, A. (1995). *Aspectos da organização do espaço português*. 2ª Edição. Porto: Faup Publicações.
- Flores, C. (1973). *Arquitectura popular española*, Volume 1. Madrid: Aguilar.
- Flores, M. (2006). *A identidade cultural do território, como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte*.
- Geraldes, A. (1996). *Brandas e Inverneiras: particularidades do sistema agro-pastoril crastejo*. Cadernos do Xurés, nº 2. Braga: Instituto da Conservação da Natureza Parque Nacional Peneda- Gerês.
- Gottmann, Jean. (1973). *The significance of territory*.
- Habermas, J. (1988). *Teoría de la acción comunicativa II*. Madrid: Taurus.
- Haesbaert, R. (2005). *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 20 a 26 de Março. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Heidrich, A. (1996). *Fundamentos da formação do território moderno*. 1º Semestre. Universidade de Santa Cruz.
- Heidrich, A. (2002). *Espaço, Território e Cidadania*. *Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas*, nº 21. Canoas.
- IEFP (2010). *As Idades da Construção, técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
- Karasusan, I. (1995). *Nuevos modelos en el crepusculo de la arquitectura vernácula*. *Revista Internacional de los Estudios Vasco*, nº1, ano 43, p. 97 – 117.
- Larcher Graça, L. (s/d). *Regadios tradicionais nas montanhas do Norte de Portugal (Serra da Peneda – um caso exemplar)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Agrária.
- Larcher - Graça, L.; Santos, H; Carvalho, A.; Graña, J. & Machado, C. (2000). *Cadernos da Montanha, Peneda 1*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Levi- Strauss, C. (1977). *Anthropologie structurale II*. Paris: Plon.
- Lima, A. (1996). *Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano*. Cadernos do Xurés, nº 1. Braga: Instituto da Conservação da Natureza Parque Nacional Peneda- Gerês.
- Llano, P. (1981). *Arquitectura popular en galicia, a casa-vivenda, as serras*. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia.

- Luarca, J. & Osorio, N. (2000). *La construcción del território, mapa histórico del noroeste de la Península Ibérica*. Fundación Rei Afonso Henriques. Barcelona: Lunwerg Editores.
- Luzzardi, R. (s/d). *Globalização e territórios: possibilitando novas formas de entender as relações de saberes nos espaços rurais*. Universidade Federal de Pelotas.
- Manzanal, M. (2006). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*, (1º Ed.). Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad-CICCUS.
- Marques, A. (2010). *Da construção do espaço à construção do território*. Nº1. Évora: Fluxos e risos.
- Marques, C. (2009). *The importance of vernacular architecture*, vol. 17, nº1, Umuarama: Akrópolis, p. 45 – 54. Conferir outros autores
- Marquez, S. (s/d). *La vivienda vernácula en Venezuela*. La riqueza de sus manifestaciones y el ingenio en su construcción. Venezuela: Universidad de Los Andes. Conferir outros autores
- Mattoso, J.; Daveau, S. & Belo, D. (2010). *Portugal- O Sabor da Terra, um retrato histórico e geográfico por regiões*. Tema & Debates. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mercadal, F. (1930). *La casa popular em Espanha*. 1º Ed. Bilbao: Espasa – Calpé, S. A.
- Medeiros, I. (1984a). *Acerca do Povoamento na Serra da Peneda in Terra de Val de Vez*. Nº 4, Boletim Cultural, Arcos de Valdevez: G.E.P.A., p. 55.
- Medeiros, I. (1984b). *Estruturas pastoris e povoamento na serra da Peneda*. Estudos de Geografia Humana e Regional C11. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 92.
- Mestre, V. (2002). *Arquitectura popular da Madeira*.
- Miranda, J. (2000). *Contributos para a definição de uma estratégia de intervenção em zonas de montanha*, in Cadernos da Montanha Peneda – Gerês II. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, p. 101 – 107.
- Moreira, E. (2002). *O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de geografia*.
- Moutinho, M. (1979). *A arquitectura popular portuguesa*, 2º Edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- Munõz, S. (1994). *Barrio e identidade. Comunicación cotidiana entre mujeres de un barrio popular*. México: Editorial Trillas, S.A..

- Oliveira, E & Galhano, F. (1992). *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, E. & Galhano, F. (1988). *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Oliveira, R. C. de (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- Oliver, P. (1997). *Encyclopedias of Vernacular Architecture of the world*. Cambridge: University Press.
- Ortiz, M. (1984). *La casa. Una aproximación*. México: Universidade Autónoma Metropolitana.
- Ontiveros, T. (2006). *Vivenda popular y vida cotidiana*. Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela.
- Pecqueur, B. (2005). *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. Volume 24, nº 1 e 2. Campina Grande: Raízes.
- Pinto, A. C. (1996). *Castro Laboreiro, povoamento e organização de um território*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Pinto, J. (2005). *Rituais Funerários na Gavieira. Uma etnografia da morte numa microssociedade serrana do Concelho de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Pintor, Pe M. (1976). *Santuário da Senhora da Peneda, Uma jóia do Alto Minho*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, p. 31.
- PNPG (2008). *Revisão do plano de ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês. Relatório de síntese, 1º fase*. Braga: Parque Nacional da Peneda Gerês.
- Polanah, L. (1976). *Comunidades Camponesas no Parque Nacional da Peneda Gerês*. 2º Edição. Coleção Parques Naturais, nº 8. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- Puig, A. S. (2000). *Ensayo Introductorio* in Luarca, J. & Osorio, N. (2000). *La construcción del território, mapa histórico del noroeste de la Península Ibérica*. Fundación Rei Afonso Henriques. *Barcelona*: Lunwerg Editores.
- Rapoport, A. (1972). *Vivenda y Cultura*. Colección arquitectura y critica. Barcelona: Editora Gustavo Gil.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia de poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Edições Ática.

- Rey, J. (2000). *Território e Povoamento*. In: Graça, L.L. & Santos, H.M.R. (Eds), Cadernos da Montanha Peneda 1, Dir. Regional Agricultura de Entre Douro e Minho.
- Ribeiro, O. (1991). *Opúsculos geográficos, o Mundo Rural*. Volume IV. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian.
- Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus.
- Rota, J. (1984). *Antropologia de un viejo paisaje galego*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. Espanha Editores, S. A.
- Rudofsky, B. (1964). *Architecture without architects. A short introduction to non-pedigreed architecture*. New York: The museum of Modern Art. Doubleday e Company, Inc, Garden City, New York.
- Sack, R. (1986). *Human Territoriality. Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Saraiva, C. (1994). *Contrastes de Alto Minho: a ribeira e a serra*, nº 17. Viana do Castelo: Cadernos Vianense, p. 173 – 192.
- Sampaio, C. (2008). *Povoamento de ocupação sazonal em Castro Laboreiro: brandas e inverneiras*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Porto: Faup, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Saquet, M. (2007). *Abordagens e concepções de território e territorialidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saquet, A. (2010). *Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território*. Revista Geo UERJ, ano 12, nº21. Volume 2.
- Santos, C. (2011). *Dos muros às cercas: um entendimento dos territórios segregadores no(s) espaço(s) urbano(s) e rural(is): similitudes e contradições*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, p. 81 – 94.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec.
- Silva, M. A. et al. (2010). *As brandas de gado da Serra da Peneda e da Serra do Soajo*. Conferir outros autores
- Sola – Morales, I. de (1984). *La posibilidad de la arquitectura popular*. Revista de Arquitectura, nº2. P. 5-9.
- Souza, E. & Pedon, N. (2007). *Território e Identidade*. Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Volume 1, n.º6. Três Lagoas.

- Souza, M. L. de. (1995). *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, in Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C., & Corrêa, R. L. (organizadores). *Geografia: conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116.
- Suaréz, M. C. (2006). *Galicia, As construcións da Arquitectura Popular*. Património Etnográfico de Galicia. Galicia: Hércules Editores.
- Schneider, S. & Tartaruga, I. (2006). *Territorio y Enfoque Territorial, de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales*. Buenos Aires: Ed. Circus.
- Teixeira, C. (2008). *Considerações sobre a arquitectura vernácula*. Cadernos de Arquitectura e Urbanismo, vol. 5, nº 17, 2º ano in *Origens e transformações da arquitectura vernácula do ciclo do ouro (2005)*. Tese de Doutoramento. Espanha: Universidade de Valladolid.
- Teixeira, M. (2013). *Arquitecturas do Granito: arquitectura popular*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- Torrico, J. (2007). *Arquitectura tradicional. De patrimonio modesto a patrimonio molesto*. XVIII Jornadas del patrimonio de la serra de Huelva, p. 27 – 57, in *Espacios urbanos y arquitectura tradicional*. Gran Enciclopedia Andaluza del siglo XXI. Conocer Andalucía. Vol. VII. Sevilha: Ed. Tartessos.
- Vasconcelos, J. L. de (1987). *Etnografia Portuguesa ...*
- Viana, P. (2004a). *Brandas de Gado das Serras da Peneda e Soajo, Uma Proposta para a sua revitalização e salvaguarda*. In: Barata, A.M., Carvalho, A. & Miranda, J. (Eds), Arcos de Valdevez: Cadernos da Montanha Peneda-Soajo III, Assoc. Regional de Desenvolvimento do Alto Lima e Câmara Municipal, 129, p. 97-107.
- Viana, P. (2004b). *Valorização e promoção das áreas de montanha das serras da Peneda e do Soajo. Património Antropológico*. Vol.1/2 e 2/2. Arcos de Valdevez: Associação Regional de Desenvolvimento Rural do Alto Lima.
- Viñuales, G. (s/d) *Arquitectura Vernácula en Iberio America. Historia y persistências*.
- Yin, R. (1994). *Case study research: design and methods (2º ed)*. Thousand Oaks. CA: Sage Publications.



**Bases Cartográficas:**

Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (2004). Base cartográfica escala 1/1000

Serviços Cartográficos do Exército (1949). Carta Militar de Portugal, Gavieira (Arcos de Valdevez), folha nº 9, escala 1/25000. Papelaria Fernandes. Lisboa.

Serviços Cartográficos do Exército (1996). Carta Militar de Portugal, Gavieira (Arcos de Valdevez), folha nº 9, escala 1/25000. Papelaria Fernandes. Lisboa.

**Legislação e Cartas patrimoniais:**

Carta de Atenas 1933

Carta de Veneza 1964

CIAV - ICOMOS. 1996. *Carta de Património Vernáculo Construído*. Madrid.

**ANEXOS I**

## Inquérito 1

### Estrutura do aglomerado

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** Rouças

**Altitude:** 550 até 630 metros

### Mapa do aglomerado:

#### Localização



Fig. 1 Aglomerado rural de Rouças, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** a Rouças chega-se pela Estrada Municipal que faz ligação entre Soajo, Peneda e Castro Laboreiro, que pertence ao concelho de Melgaço. A acessibilidade dentro do lugar é feita através da rede de caminhos pedonais, que se desenvolveram a partir do caminho principal que atravessa o lugar.

**Implantação:** No promontório de vale e de encosta.

**Situação actual:** Rouças encontra-se dividido no Lugar de Cima e Lugar de Baixo, repartidos em pequenos núcleos de habitações e campos de cultivo. A estrada que o atravessa permitiu a ligação entre os lugares vizinhos. Instalação da rede eléctrica, intervenções de recuperação e restauro das habitações pré-existentes e construção de novas habitações adoçadas às existentes, e na faixa atravessada pela estrada municipal.

---

### 1. Situação fisiográfica:

Encosta – Lugar de Cima

Vale – Lugar

Cabeço – Lugar de Cima

. Aproveitamento do declive natural do terreno:

. Alterado pela abertura da estrada municipal que liga Soajo – Peneda, que atravessa o lugar e o divide em dois;

. O aglomerado é constituído por dois distintos lugares, o lugar de Baixo, implantado no vale, junto ao rio Peneda, enquanto o Lugar de Cima, tirou partido da posição geográfica da encosta, e dos cabeços existentes no local, como apoio à construção.

### 2. Forma do aglomerado:

Estruturado em dois núcleos que se desenvolveram, dependentes do núcleo central situado no lugar de Baixo. Ao mesmo tempo que dependem do núcleo de origem, funcionam de modo independente.

### 3. Caracterização do aglomerado:

**Tipo de habitação:** Habitação base, habitação elementar de dois pisos, habitação elementar de dois pisos com pátio.

**Construções abandonadas** – Contabilizados os moinhos desactivados e ao abandono, e um deles em ruína, uma habitação e três espigueiros em muito mau estado de conservação.

**Construções reconstruídas** – em Rouças o termo reconstrução, não é o melhor emprego, mas sim a conservação e a manutenção do edificado; pontuais ampliações ou reconstruções. Intervenções ocorridas: ampliação, limpeza das alvenarias, tratamento dos vãos – substituição das madeiras, por alumínio; substituição do colmo por telha de aba e canudo.

**Construções novas** – Dispersas nos terrenos de cultivo; junto à estrada; ocupam parte da faixa que atravessa o lugar, em dois conjuntos. Materiais destoantes à pré-existência. Introdução do alumínio, vidro, argamassas, elementos decorativos, novas dimensões dos vãos e dos pisos, fachadas rebocadas.

**Presença de elementos decorativos:**

Nas fachadas das habitações: Não

Nas portas e janelas: Sim. Sobretudo as ferraduras.

Nos muros: Não

Varandas: Sim

Alpendres: Não

4. Eixo principal

O acesso principal atravessa o lugar.

Longitudinal: Caminho

Orientação – cresce no sentido Nascente – Poente; definidor da orientação das fachadas das habitações;

Rectilíneo – traçado bastante rectilíneo, lugar de Baixo

Sinuoso – no percurso do Lugar de Cima

Transversal: Estrada

Orientação – sentido Sul – Norte; dinamizador do lugar – facilidade de acesso e permitiu o desenvolvimento do comércio;

Sinuoso – ao longo de todo o percurso.

5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana continua, com alguma dispersividade, no entanto a disposição das habitações com as vias conferem uma malha estrutural compacta e contínua. Com possibilidades de expansão.

**Construído descontínuo** – fora do centro do aglomerado; crescimento periférico.

A pulverização do lugar está intimamente ligada ao aproveitamento dos alvéolos agricultáveis do território – no interior destes alvéolos, a mancha habitacional e área agricultada encontram-se ligadas/associadas;

Em várias situações as traseiras das habitações confinam com um campo;

Maiorias dos campos desenvolvem-se em torno da mancha habitacional, mais afastados. Crescem no sentido ascendente desde o rio até ao terreno menos apto à agricultura – onde se construiu.

### **Presença de equipamentos rurais:**

**Eira:** Sim – privadas, em terra batida, pertencentes às habitações delimitadas por muros de granito e encerradas por um portão em metal;

**Horta:** Sim – pequenos espaços cultivados dentro das propriedades privadas; e horta comunitária;

**Pátio:** Não – existência de espaços em terra batida à frente de algumas habitações, mas que não funcionam como pátio;

**Eido:** Sim

**Quintal:** Sim – pequenos espaços cultivados dentro das propriedades privadas;

**Moinho** – 3 moinhos comunitários implantados nas margens do ribeiro Gingiela; Desactivados.

**Forno** – Não existe;

**Espigueiros-** Sim; espalhados pontualmente pelo lugar; privados; conjunto de espigueiros comunitários sem eira, implantado no vale, próximo dos campos de cultivo.

## 6. Expansão do aglomerado

### **Construções isoladas**

Junto à via – Num núcleo distante do lugar, adoçadas à estrada municipal

Dispersas nos campos de cultivo – A maioria das construções isoladas, estão dispersas nos campos de cultivo, e duas implantadas no cimo da encosta, encerrando uma propriedade privada, com quintal, espigueiro e eira. Uma habitação isolada no alto da encosta de difícil acesso.

### **Agrupamento de novas construções**

Junto à via – As novas construções dispõem-se alinhadas com a estrada municipal, formando uma malha contínua, em constante crescimento. Junto à via as construções cresceram em grande escala, e expandiram-se para o interior do lugar.

Dispersas nos campos de cultivo – Em pequeno número

### **Construções adoçadas às pré-existentes**

Junto à via – As habitações implantaram-se no seguimento da via principal que atravessa o aglomerado, que se difundiu em caminhos secundários, de acesso às habitações que cresceram para a periferia.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

## **7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra**

### **Muros:**

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: uso de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: Não são utilizadas;

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento exterior igual ao interior.

Observações: recurso apenas do granito. Não se verifica a combinação de materiais.



**Fig. 2** Muro em pedra não aparelhada, Rouças



**Fig. 3** Muro feito com pedra miúda e pedra de maior dimensão, Rouças

## **Habitações:**

### **Modelo 1**

Forma: irregular não aparelhada; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio, depositadas umas sobre as outras; corte da pedra sem cuidado; pedras toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão;

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca, constituída por pedras irregulares colocadas sem qualquer argamassa de união; trabalho menos cuidado, mais fácil e rápido; as pedras são assentes pela parte mais lisa para não oscilarem; devido à irregularidade das pedras, foi necessário colocar pedras de encaixe de pequenas dimensões, a preencher os vazios e de travamento das pedras entre si;

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: feitos com juntouros – pequenas pedras de encaixe, também irregulares e angulosas, que preenchem e travam as pedras maiores.

Observações: as ombreiras, as padieiras e os cunhais são feitos de grandes blocos regulares: são as pedras maiores da construção; Colocação de blocos de granito de maiores dimensões na base; paredes compactas, e o interior preenchido.



## **Modelo 2**

Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; junção de pedras regulares, com pedras de pequeno tamanho e irregulares; corte da pedra com algum cuidado; dispostas umas sobre as outras

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca (pedra aparelhada alternando com pedra miúda); na construção destas paredes usaram-se pedras de grandes dimensões, em granito, assentes em fiadas relativamente niveladas, e nos vazios entre estas, colocaram-se pedras de dimensões reduzidas, para que preencham os espaços vazios deixados pelas pedras principais.

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: feitos com pequenas pedras de encaixe, que também preenchem e travam as pedras maiores. As pedras do topo da parede que recebem o beirado são de pequeno porte; as pedras da base são de maior tamanho.

Observações: o travamento é conseguido com pequenas pedras, que ocupam os espaços vazios entre o encaixe das pedras maiores; travamento, para evitar oscilações, da parede em blocos de granito com maiores dimensões: sentido contrário, atravessam toda a espessura da parede - sobressai para o exterior; na imagem 10, não existiu preocupação em diferenciar a pedra das ombreiras e das padieiras; colocação de blocos de granito de maiores dimensões na base.

## **Modelo 3**

Forma: aparelho irregular e regular: pedras irregulares com diferentes tamanhos, unidas por argamassa; e paredes construídas com blocos de paralelepípedicos dispostos em filas horizontais;

Técnica: alvenaria de pedra com junta argamassada aparelhada; na construção destas paredes procurou-se utilizar os blocos de granito mais alinhados com ângulos rectos. A dimensão das pedras é grande tanto em comprimento como em profundidade, com espessura suficiente para única fiada.

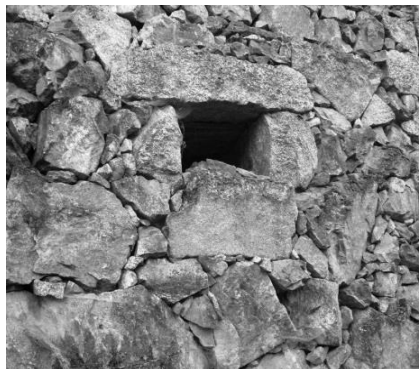
Argamassas: barro

Acabamentos: as pedras são cortadas a perfazerem um ângulo recto, e as juntas com argamassa à vista; não rebocado; cunhais feitos de pedras regulares; aparelhamento cuidado nos lintéis; arestas aperfeiçoadas; regular nas pedras do paramento.

Observações: o travamento conseguido com pequenas pedras, que ocupam os espaços vazios entre o encaixe das pedras maiores; paredes aparelhadas em perpianho – regulares, trabalhadas para o efeito, dispostas em camadas e ligadas entre si por argamassa. A cantaria, com toda a largura da parede, é aparelhada nas quatro faces; Blocos com a mesma altura.



**Fig. 4** Habitação com alvenaria em junta seca de pedras não aparelhadas, Rouças



**Fig. 5** Parede em junta seca com pedras irregulares e angulosas



**Fig. 6** Parede em junta seca e pedra com travão saliente, Rouças.



**Fig. 7** Alvenaria de pedra com junta argamassada

**Estrutura do aglomerado**

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** Gorbelas

**Altitude:** 930 a 1026 metros

**Mapa do aglomerado:**

**Localização**



**Fig. 8** Branda de Gorbelas, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** o acesso é feito por uma extensão secundária da Estrada Municipal que faz ligação entre o Soajo, Peneda e Castro Laboreiro, e pelo caminho secundário à esquerda da extensão da Estrada Municipal; troço bifurcado- à esquerda a branda de Gorbelas, pela direita a branda da Junqueira. Dentro do lugar, existem os trilhos e caminhos alcatroados, para circulação das máquinas agrícolas. O trânsito automóvel é condicionado dado ao facto de o caminho ser de difícil circulação automóvel.

**Implantação:** No afloramento rochoso do planalto

**Situação actual:** a branda de Gorbelas, pelo seu isolamento a elevadas altitudes, levou a que a população pedisse perante as entidades municipais, o melhoramento dos acessos, e a instalação da rede eléctrica. O núcleo da branda é disperso, com muitos espaços vazios ocupados pela vegetação. A nível da construção, estas sofreram intervenções de recuperação e manutenção. As

intervenções ocorridas visam manter a integridade da pré-existência, actuando somente nas coberturas, trocando o colmo pela telha ou por chapa zincada, alguns vãos fechados e abertos outros, ampliação de algumas habitações, mas mantendo os mesmos materiais e o mesmo traçado. A branda é frequentada durante todo o ano. A população desloca-se para cuidar dos animais e das culturas semeadas, acabando por passar grande parte do dia na branda.

#### 1. Situação fisiográfica:

Planalto – planalto da serra

Afloramento rochoso – condiciona o crescimento na vertical da branda. A branda expandiu no sentido transversal ao afloramento rochoso;

Encosta

Vale

Cabeço

. Aproveitamento do declive natural do terreno;

. Implantada no planalto natural, onde se situa o afloramento rochoso, a cotas superiores;

#### 2. Forma do aglomerado:

Aglomerado irregular, mononuclear e disperso. As habitações dispõem-se aleatoriamente desorganizadas, conforme o declive natural do terreno o permitiu, e com as fachadas principais, ou o máximo de vãos, voltados para Nascente. O afloramento rochoso utilizado como parte da construção e nos acessos. O próprio declive, e as rochas que afloram, serviram de base para as escadas, muros, paredes, e acessos às habitações.

#### 3. Caracterização do aglomerado:

**Tipo de habitação:** Habitação base, habitação elementar de dois pisos, habitação elementar de dois pisos com pátio.

**Construções abandonadas** – duas habitações em ruína e ao completo abandono;

**Construções reconstruídas** - Reconstrução e manutenção da maioria das construções. Todas as habitações, muito ou pouco, sofreram intervenções: de ampliação, limpeza das alvenarias, tratamento dos vãos; substituição do colmo pela telha de aba e canudo, e por chapa zincada.

**Construções novas** – quatro habitações construídas de raiz, sendo que duas delas foram construídas sob as ruínas de habitações antigas anteriormente existentes. As outras duas habitações, implantaram-se afastadas do núcleo, dispersas no terreno. Introdução do alumino, vidro, argamassas, vãos em alumínio e reboco nas fachadas.

**Presença de elementos decorativos:**

Nas fachadas das habitações: Não

Nas portas e janelas: Sim. Sobretudo as ferraduras.

Nos muros: Não

Varandas: Sim

Alpendres: Não

4. Eixo principal

Longitudinal: caminho

Orientação – desenvolve-se no sentido Nascente – Poente; as fachadas principais voltam-se para Nascente e para o caminho; outras habitações têm as suas fachadas voltadas a Poente.

Sinuoso – traçado acentuado; o caminho principal é bifurcado.

Transversal: caminho

Orientação - cresce no sentido Sudoeste – Nor - Noroeste; Sudoeste - Noroeste

Sinuoso- toda a extensão;

## 5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana contínua. A disposição das habitações com as vias confere uma malha estrutural compacta e contínua. Com possibilidades de expansão, para fora do aglomerado, junto ao caminho principal.

**Construído descontínuo** – fora do aglomerado; crescimento periférico em altitude.

Estrutura independente;

A pulverização do lugar está intimamente ligada ao aproveitamento do afloramento rochoso como recurso para a construção; e dos alvéolos agricultáveis do território – no interior destes alvéolos, a mancha habitacional e área agricultada encontram-se ligadas/associadas.

Os campos de cultivo desenvolvem-se a toda a volta do núcleo. O aglomerado encontra-se encerrado pelos campos de cultivo e pela altitude da montanha. Existem campos para fora dos limites naturais do terreno.

Presença de equipamentos rurais:

**Eira:** Sim – privadas, em terra batida ou cimentadas, pertencentes às habitações delimitadas por muros de granito e encerradas por um portão em metal;

**Horta:** Não;

**Pátio:** Sim – encerrado pelos limites da habitação;

**Eido:** Sim

**Quintal:** Sim – pequenos espaços verdes dentro das propriedades privadas;

**Moinho** – Não;

**Forno** – Não;

**Espigueiros** – Não;

## 6. Expansão do aglomerado

### **Construções isoladas**

Junto à via – próximas do caminho

Dispersas nos campos de cultivo – duas habitações isoladas, dispersas do terreno.

### **Agrupamento de novas construções**

Junto à via – As novas construções dispõem-se com as fachadas alinhadas com o caminho; Reduzido número;

Dispersas nos campos de cultivo – Não identificadas.

### **Construções adoçadas às pré-existentes**

Junto à via – As habitações implantaram-se no seguimento do caminho principal que atravessa o aglomerado.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

## 7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra

### **Muros:**

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: emprego de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: não utilizadas

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento igual de ambos os lados do muro.

Observações: Não se verifica a combinação de materiais. Atingem altura de meio pé direito.



Fig. 9 e 10 Muro em pedra não aparelhada, Branda de Gorbelas.

## Habitação:

### Modelo 1

Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio, depositadas umas sobre as outras; corte da pedra sem cuidado; pedras toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão;

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca, constituída por pedras irregulares colocadas sem qualquer argamassa de união; trabalho menos cuidado, mais fácil e rápido; as pedras são assentes pela parte mais lisa para não oscilarem; devido à irregularidade das pedras, foi necessário colocar pedras de encaixe de pequenas dimensões, a preencher os vazios e de travamento das pedras entre si.

Argamassas: não se aplicam;



Acabamentos: feitos com juntouros – pequenas pedras de encaixe, também irregulares e angulosas, que preenchem e travam as pedras maiores.

Observações: ombreiras na vertical; padieira irregular e de baixa altura; Colocação de blocos de granito de maiores dimensões na base; paredes compactas, e o interior preenchido.

## **Modelo 2**

Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre pedras de grandes dimensões com pedras pequenas e de tamanho médio; pedras regulares com irregulares; corte da pedra com algum cuidado; dispostas umas sobre as outras.

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca (pedra aparelhada alternando com pedra miúda); na construção usaram-se pedras de grandes dimensões, em granito, assentes em fiadas relativamente niveladas, e nos vazios entre estas, colocaram-se pedras de reduzidas dimensões, para o preenchimento dos espaços vazios.

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: pequenas pedras de encaixe, a preencher e travar as pedras maiores; as pedras da base são maiores.

Observações: as ombreiras, as padieiras e os cunhais são feitos com blocos regulares; aparelhamento cuidado dos lintéis; pedras regulares nos cunhais.

## **Modelo 3**

Forma: irregular; sem aparelhamento; parede de pedra tosca e irregular, em forma e dimensão, ligada entre si por argamassa ordinária.

Técnica: alvenaria de pedra ordinária. Constituída por pedra irregular assente em argamassa

Argamassas: cal;

Acabamentos: trabalho menos cuidado e rápido; as pedras estão assentes pela parte mais lisa para não oscilarem, nem ficarem espaços vazios sem argamassa; alvenaria executada para ser revestida com reboco;

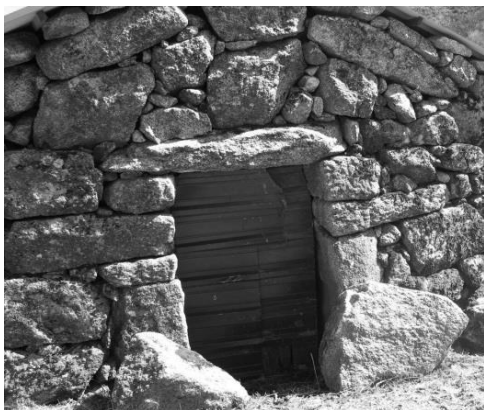
Observações: pedras irregulares muito dispersas; pedras muito compactadas com argamassa; enchimento do vazio entre as pedras com argamassa de cal.



**Fig. 11** Forma irregular não aparelhada; blocos de maior dimensão nas ombreiras



**Fig. 12** Alvenaria de pedra com junta seca; cuidado no lintel



**Fig. 13** Habitação com alvenaria em junta seca de pedras não aparelhadas



**Fig. 14** Parede em junta seca com pedras irregulares e angulosas



**Fig. 15** Alvenaria de granito, com as pedras dispersas



**Fig. 16** Alvenaria de pedra irregular dispostas na horizontal com argamassa de cal

**Estrutura do aglomerado**

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** Junqueira

**Altitude:** 975 a 1037 metros

**Mapa do aglomerado:**

**Localização**



**Fig. 17** Branda da Junqueira, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** o único caminho que atravessa a branda, é originário do caminho principal que parte do centro de Rouças, e bifurca para seguir dois caminhos distintos até às brandas de Gorbelas à esquerda, e mais próxima, à direita a Junqueira.

**Implantação:** No afloramento rochoso do planalto

**Situação actual:** melhoramento dos acessos, e a instalação da rede eléctrica. A nível da construção, estas sofreram intervenções de recuperação e manutenção. As intervenções ocorridas visam manter a integridade da pré-existência, actuando somente nas coberturas, trocando o colmo pela telha ou por chapa zincada, alguns vãos fechados e abertos outros, ampliação de algumas habitações, mas mantendo os mesmos materiais e o mesmo traçado. A branda é frequentada

durante todo o ano. A população desloca-se para cuidar dos animais e das culturas semeadas, acabando por passar grande parte do dia na branda.

1. Situação fisiográfica:

Planalto – na elevação do planalto

Afloramento rochoso - em nada interferiu o crescimento do aglomerado

. Aproveitamento do declive natural do terreno;

. Implantada na zona mais baixa do planalto natural.

2. Forma do aglomerado:

Aglomerado linear, mononuclear e disperso. As habitações dispõem-se aleatoriamente desorganizadas, conforme o declive natural do terreno o permitiu, e com as fachadas principais, ou o máximo de vãos, voltados para Nascente. O afloramento rochoso foi utilizado como parte da construção e nos acessos. O próprio declive, e as rochas que afloram, serviram de base para as escadas, muros, e acessos às habitações.

3. Caracterização do aglomerado:

**Construções abandonadas** – nenhuma habitação ao abandono

**Construções reconstruídas** - Ocorreram intervenções a nível das fachadas com a ampliação das paredes, e as ruínas das habitações mais antigas, serviram de base para edificar um novo volume, melhor compartimentado, e com o reboco e tijolo à vista..

**Construções novas** – Nenhuma habitação nova foi construída de raiz. Todas as reconstruções, ampliações e modificações recorreram das pré-existentcias.

4. Eixo principal

Longitudinal: Caminho

Orientação – desenvolve-se no sentido Nascente – Poente; as fachadas principais voltam-se para Nascente e para o caminho

Sinuoso – traçado acentuado; o caminho principal é bifurcado.

Transversal: Caminho

Entre cada patamar, nos vazios deixados entre as construções demarcaram-se os caminhos de acesso às habitações, Existe um único caminho que atravessa a branda.

5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana continua. A disposição das habitações com as vias confere uma malha estrutural compacta e contínua. Com possibilidades de expansão, para fora do aglomerado, junto ao caminho principal.

**Construído descontínuo** – possível crescimento periférico em altitude.

Estrutura independente;

A pulverização do lugar está intimamente ligada ao aproveitamento do afloramento rochoso como recurso para a construção; e dos alvéolos agricultáveis do território – no interior destes alvéolos, a mancha habitacional e área agricultada encontram-se ligadas/associadas.

Os campos de cultivo desenvolvem-se paralelamente ao núcleo. O aglomerado entre os campos de cultivo e a montanha. Existem campos para fora dos limites naturais do terreno.

**Eira:** Sim – privadas, em terra batida e nos afloramentos naturais do terreno, pertencentes às habitações delimitadas por muros de granito e encerradas por um portão em metal;

**Horta:** Não;

**Pátio:** Sim – único pátio e encerrado pelos limites da habitação;

**Eido:** Sim

**Quintal:** Sim – pequenos espaços verdes dentro das propriedades privadas;

**Moinho** – Não;

**Forno** – Não;

**Espigueiros** – Não;

## 6. Expansão do aglomerado

### **Construções isoladas**

Dispersas nos campos de cultivo – três habitações isoladas, dispersas do terreno.

### **Agrupamento de novas construções**

Junto à via – As novas construções dispõem-se com as alinhadas com o caminho; Reduzido número;

Dispersas nos campos de cultivo – Não identificadas.

### **Construções adoçadas às pré-existentes**

Junto à via – As habitações implantaram-se no seguimento do caminho principal que atravessa o aglomerado.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

## 7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra

### **Muros:**

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: emprego de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: não utilizadas

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento igual de ambos os lados do muro.

Observações: Não se verifica a combinação de materiais. Atingem altura de meio pé direito.

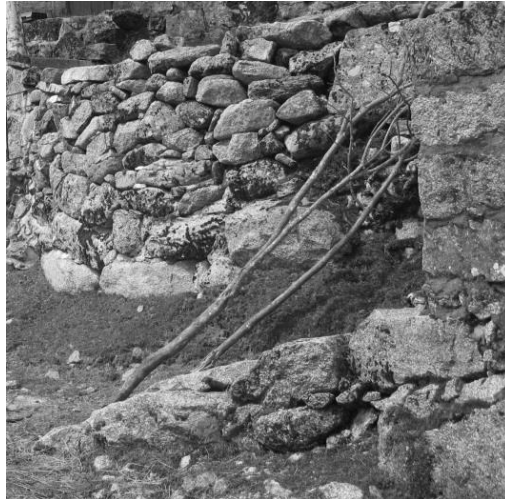


Fig. 18 Muro em pedra não aparelhada

### **Habitação:**

#### **Modelo 1**

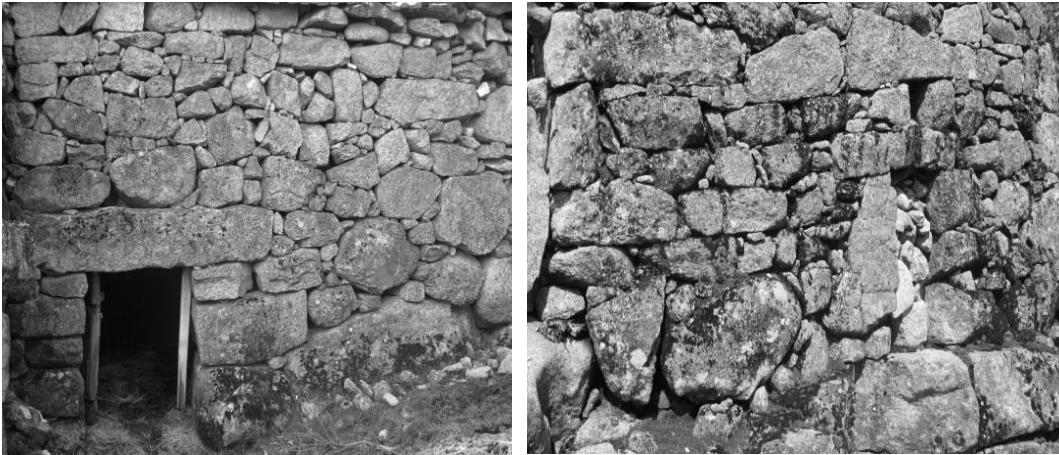
Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio, depositadas umas sobre as outras; corte da pedra sem cuidado; pedras toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão;

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca, constituída por pedras irregulares colocadas sem qualquer argamassa de união; trabalho menos cuidado, mais fácil e rápido; as pedras são assentes pela parte mais lisa para não oscilarem; devido à irregularidade das pedras, foi necessário colocar pedras de encaixe de pequenas dimensões, a preencher os vazios e de travamento das pedras entre si;

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: feitos com juntouros – pequenas pedras de encaixe, também irregulares e angulosas, que preenchem e travam as pedras maiores.

Observações: ombreiras na vertical; padieira irregular e de baixa altura;  
Colocação de blocos de granito de maiores dimensões na base; paredes compactas, e o interior preenchido.



**Fig. 19 e 20** Alvenaria com pedra não aparelhada, em junta seca.



**Estrutura do aglomerado**

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** Gavieira

**Altitude:** metros

**Mapa do aglomerado:**

**Localização**



**Fig.21** Aglomerado da Gavieira, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** à Gavieira – Lugar, o acesso é feito por uma extensão da Estrada Municipal que faz ligação entre o Soajo, Peneda e Castro Laboreiro. A extensão continua até à branda do S. Bento do Cando e segue até a uma das extremidades do concelho de Melgaço. A acessibilidade dentro do lugar é feita através da rede de caminhos pedonais, com largura suficiente para uma viatura. O trânsito é apenas para os moradores do lugar. Os percursos adquiriram um traçado circular que contorna todo o núcleo, seguindo o desenho das curvas de nível.

**Implantação:** No afloramento rochoso.

**Situação actual:** Gavieira encontra-se isolado, encerrado pelas altas penedias, pela floresta e pelo vale do ribeiro. De único núcleo e muito concentrado, estruturou-se a partir da igreja, tida como o centro do aglomerado. Aglomerado que sofreu variadas intervenções e construídas novas habitações em substituição das existentes. Apenas um pequeno conjunto de habitações é que se encontra intacto, mantendo as características da pré-existência.

1. Situação fisiográfica:

Afloramento rochoso – situa-se na pendente mais alta da encosta

Vale – encontram-se os terrenos férteis de cultivo

. Aproveitamento do declive natural do terreno;

. Implantado no afloramento rochoso;

2. Forma do aglomerado:

Aglomerado linear e mononuclear que adquiriu o traçado das curvas de nível, e ficou confinado ao afloramento rochoso, que impede, pela sua geografia, que o aglomerado se expanda.

3. Caracterização do aglomerado:

**Tipo de habitação:** Habitação base, habitação elementar de dois pisos, habitação elementar de dois pisos com pátio.

**Construções abandonadas** – Não se contabilizam construções abandonadas ou em ruína.

**Construções reconstruídas** - Reconstrução da maioria das construções. Todas as habitações, muito ou pouco, sofreram intervenções: de ampliação, limpeza das alvenarias, tratamento dos vãos – substituição das madeiras, por alumínio; substituição do colmo por telha de aba e canudo. Os moinhos sofreram intervenções de restauro das mós

**Construções novas** – No interior do núcleo adoçadas ao átrio e às vias, e as afastadas, implantaram-se face à estrada de acesso ao lugar. Introdução do alumínio, vidro, argamassas, elementos decorativos, novas dimensões dos vãos e dos pisos, fachadas rebocadas.

**Presença de elementos decorativos:**

Nas fachadas das habitações: Não

Nas portas e janelas: Sim. Sobretudo as ferraduras.

Nos muros: Não

Varandas: Sim

Alpendres: Não

#### 4. Eixo principal

Longitudinal : Caminho

Orientação – desenvolve-se no sentido Nascente – Poente; as fachadas principais voltam-se para o caminho;

Rectilíneo – apresenta-se sinuoso

Sinuoso – algumas curvas; traçado do caminho é definidor da forma do aglomerado,

Transversal: Caminho

Orientação - cresce no sentido Noroeste – Sul;

Rectilíneo - não existem eixos rectilíneos;

Sinuoso- todo o eixo é curvilíneo;

#### 5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana continua. A disposição das habitações com as vias confere uma malha estrutural compacta e contínua. Com possibilidades de expansão, para fora do aglomerado, junto à estrada secundária.

**Construído descontínuo** – fora do centro do aglomerado; crescimento periférico.

Profundamente alterado;

Estrutura independente;

A pulverização do lugar está intimamente ligada ao aproveitamento do afloramento rochoso como recurso para a construção; e dos alvéolos agricultáveis do território – no interior destes alvéolos, a mancha habitacional e área agricultada encontram-se ligadas/associadas.

Pontualmente encontram-se campos junto da mancha habitacional; a maioria dos campos está afastada da mancha habitacional, e desenvolvem-se próximos das margens do rio.

#### **Presença de equipamentos rurais:**

**Eira:** Sim – privadas, em terra batida, pertencentes às habitações delimitadas por muros de granito e encerradas por um portão em metal;

**Horta:** Sim – pequenos espaços cultivados dentro das propriedades privadas; e horta comunitária;

**Pátio:** Não – existência de espaços em terra batida à frente de algumas habitações, mas que não funcionam como pátio;

**Eido:** Sim –

**Quintal:** Sim – pequenos espaços cultivados dentro das propriedades privadas;

**Moinho** – 3 moinhos comunitários implantados nas margens do ribeiro ...; Activos.

**Forno** – Um forno comunitário

**Espigueiros** – Sim; espalhados pontualmente pelo lugar; privados; Dois conjuntos de espigueiros sem espaço de eira, implantados nas pendentes do afloramento rochoso, afastados dos campos de cultivo.

#### 6. Expansão do aglomerado

##### **Construções isoladas**

Junto à via – Num núcleo distante do lugar, adoçadas à estrada municipal

Dispersas nos campos de cultivo – reduzido número de construções isoladas

##### **Agrupamento de novas construções**

Junto à via – As novas construções dispõem-se alinhadas com a estrada secundária à municipal, formando uma malha contínua, em constante crescimento. Junto à via as construções cresceram em reduzido número.

Dispersas nos campos de cultivo – Não identificadas.

## Construções adoçadas às pré-existentes

Junto à via – As habitações implantaram-se no seguimento da via principal que atravessa o aglomerado, que se difundiu em caminhos secundários, de acesso às habitações que cresceram para a periferia.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

### 7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra

#### Muros:

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: emprego de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: não utilizadas

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento exterior igual ao interior.

Observações: Não se verifica a combinação de materiais.



Fig. 22 e 23 Muro em pedra não aparelhada, Gavieira

## **Habitação:**

### **Modelo 1**

Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre pedras de grandes dimensões com pedras pequenas e de tamanho médio; pedras regulares com irregulares; corte da pedra com algum cuidado; dispostas umas sobre as outras.

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca (pedra aparelhada alternando com pedra miúda); na construção usaram-se pedras de grandes dimensões, em granito, assentes em fiadas relativamente niveladas, e nos vazios entre estas, colocaram-se pedras de reduzidas dimensões, para o preenchimento dos espaços vazios.

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: pequenas pedras de encaixe, a preencher e travar as pedras maiores; as pedras da base são maiores.

Observações: o travamento, para evitar oscilações da parede feito com blocos de granito com maiores dimensões colocados no sentido contrário e que atravessam a parede em toda a espessura- salienta-se para o exterior; as ombreiras, as padieiras e os cunhais são feitos de grandes blocos regulares: são as pedras maiores da construção; aparelhamento cuidado dos lintéis; utilização de afloramentos naturais como parte da construção.

### **Modelo 2**

Forma: aparelho regular- grandes blocos paralelepípedicos, sobrepostos dispensando a utilização de argamassa; corte da pedra cuidado;

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca; na construção destas paredes usaram-se pedras de grandes dimensões, em granito, assentes em fiadas relativamente niveladas;

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: a base que suporta o peso da parede foi construída com mistura de pedras de diferentes tamanhos - regulares e irregulares; cunhais feitos de pedras regulares; aparelhamento cuidado nos lintéis.

Observações: os blocos paralelepípedicos não são todos iguais; aparelhamento cuidado nos lintéis; arestas aperfeiçoadas; regular nas pedras do paramento; pequenas pedras angulosas e irregulares no travamento das pedras maiores;

### Modelo 3

Forma: regular aparelhada – pedras regulares com diferentes tamanhos, estendidas na horizontal, unidas por argamassa.

Técnica: alvenaria de pedra com junta argamassada aparelhada; na construção destas paredes procurou-se utilizar os blocos de granito mais alinhados e com ângulos rectos, com a mesma altura dispostos em filas horizontais sobre a argamassa; A dimensão das pedras é a mesma em comprimento como em profundidade.

Argamassas: barro

Acabamentos: as pedras fazem ângulo recto; juntas com argamassa à vista; não rebocado; cunhais feitos de pedras regulares; aparelhamento cuidado nos lintéis.

**Fig.69** Alvenaria de pedra com junta seca

As arestas aperfeiçoadas; regular nas pedras do paramento.

Observações: paredes em perpianho – aparelho regulares, dispostas em camadas e ligadas entre si por argamassa, com a mesma altura; a cantaria, com toda a largura da parede, é aparelhada nas quatro faces; aparelhamento cuidado no beiral; ripas de madeira do telhado à vista; guarda - vento colocado na empena do lado onde sopra o vento.

### Modelo 4

Forma: irregular; sem aparelhamento; parede de pedra tosca e irregular, em forma e dimensão, ligada entre si por argamassa ordinária.

Técnica: alvenaria de pedra ordinária. Constituída por pedra irregular assente em argamassa.

Argamassas: barro;

Acabamentos: trabalho menos cuidado e rápido; as pedras estão assentes pela parte mais lisa para não oscilarem, nem ficarem espaços vazios sem argamassa. Pedras de pequenas dimensões de encaixe nos espaços vazios que funcionam como travão das pedras maiores. Alvenaria executada para ser revestida com reboco; aparelhamento cuidado do beirado.

Técnica: alvenaria de pedra ordinária. Constituída por pedra irregular assente em argamassa.

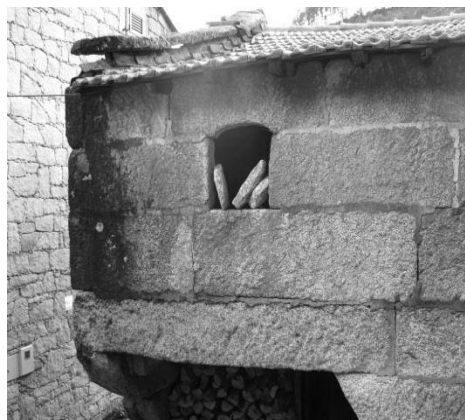
Argamassas: barro;

Acabamentos: trabalho menos cuidado e rápido; as pedras estão assentes pela parte mais lisa para não oscilarem, nem ficarem espaços vazios sem argamassa. Pedras de pequenas dimensões de encaixe nos espaços vazios que funcionam como travão das pedras maiores. Alvenaria executada para ser revestida com reboco; aparelhamento cuidado do beirado.

Observações: pedras muito compactadas com argamassa; pedras irregulares muito dispersas; enchimento do vazio entre as pedras com argamassa de cal.



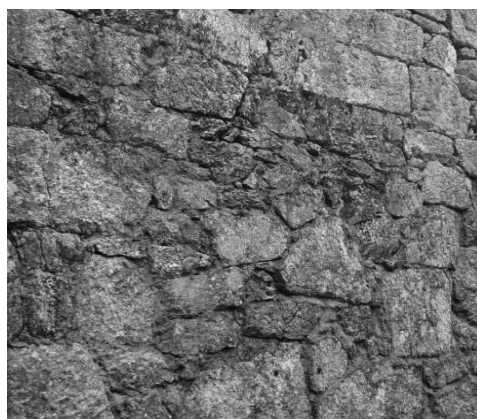
**Fig. 24** Forma irregular não aparelhada; blocos de maior dimensão na padieira e ombreira



**Fig. 25** Janela da varanda fechada; guarda-vento



**Fig. 26** Cunhais



**Fig. 27** Alvenaria de granito, com as pedras dispersas



**Estrutura do aglomerado**

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** Busgalinhas

**Altitude:** metros

**Mapa do aglomerado:**

**Localização**



**Fig. 28** Branda de Busgalinhas, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** o acesso é feito por uma extensão secundária da Estrada Municipal que faz ligação entre o Soajo, Peneda e Castro Laboreiro, e pelo caminho secundário da extensão da Estrada Municipal que vai até à branda de S. Bento do Cando; Dentro do lugar existem caminhos alcatroados, para circulação das máquinas agrícolas. O trânsito automóvel é condicionado dado ao facto de o caminho ser de difícil circulação automóvel.

**Implantação:** Na orla do planalto

**Situação actual:** a branda de Busgalinhas, pelo seu isolamento a elevadas altitudes, levou a que a população pedisse perante as entidades municipais, o melhoramento dos acessos, e a instalação da rede eléctrica. A nível da construção está alterada. As edificações sofreram intervenções de recuperação das habitações antigas, e as novas construções implantaram-se fora dos núcleos que estruturam a branda. A branda é frequentada durante todo o ano. A população

desloca-se para cuidar dos animais e das culturas semeadas, acabando por passar grande parte do dia na branda.

1. Situação fisiográfica:

Planalto – planalto da serra

Afloramento rochoso – não teve impacto sobre a estruturação da branda

- . Aproveitamento do declive natural do terreno;
- . Implantada na orla do planalto.
- . Aproveitamento do afloramento rochoso para implantação de habitações dispersas.

2. Forma do aglomerado:

Aglomerado irregular e disperso mononuclear, dividido em dois conjuntos de habitações, implantados em diferentes condições geográficas e físicas. As habitações dispõem-se aleatoriamente e desorganizadas, conforme o declive natural do terreno o permitiu, e com as fachadas principais, ou o máximo de vãos, voltados para os caminhos. O afloramento rochoso utilizado para a implantação de habitações dispersas; tendência para o crescimento até ao topo do afloramento. O próprio declive, e as rochas que afloram, serviram de base para as escadas, muros, paredes, e acessos às habitações.

3. Caracterização do aglomerado:

**Tipologias de habitação**- Habitação térrea; habitação de andar sem pátio  
**Construções abandonadas** – duas habitações de um único piso em ruína;

**Construções reconstruídas** - Reconstrução da maioria das habitações. Todas as habitações sofreram intervenções: de ampliação, limpeza das alvenarias e tratamento dos vãos; substituição do colmo pela telha de aba e canudo, e por chapa zincada. Restam duas habitações que conservam o colmo da cobertura e os vãos em madeira. A maior parte das reconstruções serviram-se da estrutura base da antiga construção.

**Construções novas** – seis habitações construídas de raiz implantadas sobre o caminho e afastadas dos núcleos. Introdução do alumino, vidro, argamassas, betão e reboco nas fachadas. Aproveitam a base rochosa para a implantação.

#### 4. Eixo principal

Longitudinal: Caminho

Orientação – desenvolve-se no sentido Nascente – Poente; as fachadas principais voltam-se para Nascente e para o caminho; outras habitações têm as suas fachadas voltadas a Poente.

Sinuoso – traçado acentuado; o caminho principal é bifurcado em três momentos.

Transversal: Caminho

Orientação - cresce no sentido Norte

Sinuoso- toda a extensão;

#### 5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana contínua. A disposição das habitações com as vias confere uma malha estrutural compacta e contínua. Com possibilidades de expansão, para fora do aglomerado, junto ao caminho principal ou dispersas nos campos de cultivo.

**Construído descontínuo** – fora do aglomerado; crescimento periférico em altitude.

Duas estruturas independentes;

A pulverização do lugar está intimamente ligada ao aproveitamento do afloramento rochoso como recurso para a construção; e dos alvéolos agricultáveis do território – no interior destes alvéolos, a mancha habitacional e área agricultada encontram-se ligadas/associadas.

Os campos de cultivo desenvolvem-se paralelamente à mancha construída, seguindo o traçado das curvas de nível. O aglomerado encontra-se confinado pelos campos de cultivo e pela montanha.

#### **Presença de equipamentos rurais:**

**Horta:** Não;

**Pátio:** Não;

**Eido:** Sim

**Quintal:** Não; existem espaços verdes entre as habitações, mas não são cultivados, nem de uso da população

**Moinho** – Não;

**Forno** – Não;

**Espigueiros** – Não;

#### 6. Expansão do aglomerado

##### **Construções isoladas**

Junto à via – próximas do caminho

Dispersas nos campos de cultivo – seis habitações isoladas, dispersas do terreno.

##### **Agrupamento de novas construções**

Junto à via – As novas construções dispõem-se com as fachadas alinhadas com o caminho; Reduzido número;

Dispersas nos campos de cultivo – Não identificadas.

##### **Construções adoçadas às pré-existentes**

Junto à via – Não identificadas.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

## 7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra

### **Muros:**

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: emprego de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: não utilizadas

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento igual de ambos os lados do muro.

Observações: Não se verifica a combinação de materiais. Atingem altura de meio pé direito.



**Fig. 29** Muro em pedra não aparelhada, Branda de Busgalinhas

### **Habitação:**

#### **Modelo 1**

Forma: irregular não aparelhada - As pedras são assentes nas duas direcções de modo a produzir o eficaz travamento à parede; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio, depositadas umas sobre as outras; corte da pedra sem cuidado; pedras toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão;

Técnica: alvenaria de pedra com junta seca, constituída por pedras irregulares colocadas sem qualquer argamassa de união; trabalho menos cuidado, mais fácil e rápido; as pedras são assentes pela parte mais lisa para não oscilarem; devido à irregularidade das pedras, foi necessário colocar pedras de encaixe de pequenas dimensões, a preencher os vazios e de travamento das pedras entre si;

Argamassas: não se aplicam;

Acabamentos: feitos com juntouros – pequenas pedras de encaixe, também irregulares e angulosas, que preenchem e travam as pedras maiores.

Observações: ombreiras na vertical; padieira irregular e de baixa altura; Colocação de blocos de granito de maiores dimensões na base; paredes compactas, e o interior preenchido.



**Fig. 30** Habitação com alvenaria em junta seca de pedras não aparelhadas

**Estrutura do aglomerado**

**Freguesia:** Gavieira

**Lugar:** S. Bento do Cando

**Altitude:** 950 a 970 metros

**Mapa do aglomerado:**

**Localização**



**Fig. 31** Branda de S. Bento do Cando, vista aérea 2004

---

**Acessibilidade:** o acesso é feito por uma extensão secundária da Estrada Municipal que faz ligação entre o Soajo, Peneda e Castro Laboreiro, e pelo caminho secundário da extensão da Estrada Municipal que vai até à branda de S. Bento do Cando;

**Implantação:** Na encosta

**Situação actual:** a branda de Busgalinhas, pelo seu isolamento a elevadas altitudes, levou a que a população pedisse perante as entidades municipais, o melhoramento dos acessos, e a instalação da rede eléctrica. A nível da construção está alterada. As edificações sofreram intervenções de recuperação das habitações antigas, e as novas construções implantaram-se fora dos núcleos que estruturam a branda. A branda é frequentada durante todo o ano. A população

desloca-se para cuidar dos animais e das culturas semeadas, acabando por passar grande parte do dia na branda.

1. Situação fisiográfica:

Encosta - posição de destaque na encosta;

- . Aproveitamento do declive natural do terreno;
- . Implantada na encosta. Única branda de encosta;
- . Aproveitamento dos afloramentos naturais do terreno para a implantação das habitações.

2. Forma do aglomerado:

Aglomerado mononuclear de baixa densidade populacional, bastante disperso e irregular.

As habitações dispõem-se aleatoriamente mas organizadas, conforme o declive natural do terreno o permitiu, e com as fachadas principais, ou o máximo de vãos, voltados para o largo e igreja. O próprio declive, e as rochas que afloram, serviram de base para as escadas, muros, paredes, e acessos às habitações.

3. Caracterização do aglomerado:

**Tipologias de habitação-** Habitação elementar de dois pisos com pátio e habitação elementar de dois pisos.

**Construções abandonadas** – todas as habitações foram recuperadas

**Construções reconstruídas** - Reconstrução da maioria das habitações.

Todas as habitações sofreram intervenções: de ampliação, limpeza das alvenarias e tratamento dos vãos; substituição do colmo pela telha de aba e canudo, e por chapa zincada. A maior parte das reconstruções serviram-se da estrutura base da antiga construção.

**Construções novas** – a igreja e o restaurante construídos de raiz implantadas sobre o adro e o caminho, respectivamente, no interior do núcleo. Introdução do alumino, vidro, argamassas, betão e reboco nas fachadas.



#### 4. Eixo principal

Longitudinal: Estrada

Orientação – desenvolve-se no sentido Norte;

Rectilíneo – traçado muito regular

Longitudinal: Caminho

Orientação - cresce no sentido Norte/Sul

Sinuoso- toda a extensão;

#### 5. Malha urbana:

**Construído contínuo** – Malha urbana contínua. A disposição das habitações com as vias confere uma malha estrutural dispersa e contínua. Com possibilidades de expansão, para fora do aglomerado, junto ao caminho principal ou dispersas nos campos de cultivo.

**Construído descontínuo** – possível crescimento periférico para Norte e para Sul.

Os campos de cultivo envolvem a mancha construída, seguindo o traçado das curvas de nível. O aglomerado encontra-se confinado pelos campos de cultivo e pela montanha.

#### **Presença de equipamentos rurais:**

**Horta:** Sim;

**Pátio:** Sim;

**Eido:** Sim

**Quintal:** Sim; existem espaços verdes dentro das propriedades;

**Moinho** – Não;

**Forno** – Não;

**Espigueiros** – Não;

## 6. Expansão do aglomerado

### Construções isoladas

Junto à via – próximas do caminho

Dispersas nos campos de cultivo – não se identificaram

### Agrupamento de novas construções

Junto à via – As novas construções dispõem-se com as fachadas alinhadas com o caminho; Reduzido número;

Dispersas nos campos de cultivo – Não identificadas.

### Construções adoçadas às pré-existentes

Junto à via – Não identificadas.

Dispersas nos campos de cultivo: Não identificadas.

## 7. Características gerais das tipologias de alvenarias de pedra

### Muros:

Forma: irregular; mistura entre blocos de granito de grandes dimensões com blocos pequenos e de tamanho médio; dispostas umas sobre as outras; pedras toscas, irregulares em forma e dimensão;

Técnica: uso de blocos de granito de diversos tamanhos e sem talhar, que assentam a seco, intercalando as pedras grandes com as de média e pequena dimensão;

Argamassas: Não são utilizadas;

Acabamentos: acabamento tradicional, com as faces à vista, sem reboco e juntas de argamassa; o tratamento exterior igual ao interior.

Observações: recurso apenas do granito. Não se verifica a combinação de materiais.

### **Habitação:**

#### **Modelo 1**

Forma: aparelho irregular e regular: pedras irregulares com diferentes tamanhos, unidas por argamassa; e paredes construídas com blocos de paralelepípedicos dispostos em filas horizontais;

Técnica: alvenaria de pedra com junta argamassada aparelhada; na construção destas paredes procurou-se utilizar os blocos de granito mais alinhados com ângulos rectos. A dimensão das pedras é grande tanto em comprimento como em profundidade, com espessura suficiente para única fiada.

Argamassas: barro

Acabamentos: as pedras são cortadas a perfazerem um ângulo recto, e as juntas com argamassa à vista; não rebocado; cunhais feitos de pedras regulares; aparelhamento cuidado nos lintéis; arestas aperfeiçoadas; regular nas pedras do paramento.

Observações: o travamento conseguido com pequenas pedras, que ocupam os espaços vazios entre o encaixe das pedras maiores; paredes aparelhadas em perpianho – regulares, trabalhadas para o efeito, dispostas em camadas e ligadas entre si por argamassa. A cantaria, com toda a largura da parede, é aparelhada nas quatro faces; Blocos com a mesma altura

**ANEXOS II**

## Entrevistas

### **A uns anos atrás como era realizada a transumância entre o lugar e a branda?**

Senhor João Seleiro

Quando ainda eramos jovens, com 19 anos, vínhamos um grupo grande de rapazes para aqui para a branda passar o Verão e trabalhar os campos.

Vínhamos a pé pelos trilhos que fomos abrindo com a passagem do gado. Não existiam estradas. Íamos a Rouças a pé todos os Domingos buscar mantimentos para o resto da semana, e regressávamos à branda ao fim do dia. Carregávamos os sacos da farinha às costas por estes caminhos, ou por um atalho que conhecêssemos.

A vida na branda era dura, mas como eramos um grupo grande, conseguíamos distrair-nos e ainda arranjavamos tempo para o convívio. A alimentação era muito pouca rica, apenas confeccionávamos farinha de milho com leite, mugido directamente das vacas, e não tínhamos propriamente um quarto com cama.

Dado às reduzidas dimensões da corte, utilizávamos o dormitório como palheiro. O colmeiro ficava a um canto do quarto, ou por cima do feno, ou directamente no pavimento de madeira de carvalho.

A lareira sempre foi o espaço mais importante da habitação. Era onde se faziam as refeições e se aquecia a água. Não existia fonte, por isso a água era transportada em baldes, vinda dum ribeiro.

Senhor Manuel Rouceiro

Ficávamos os meses quentes de Verão na branda, e só descíamos à aldeia, aos Domingos. Agora com os novos acessos, podemos deslocar-nos todos os dias, para controlar os animais e cuidar do centeio, ou até lá permanecer, durante tempo incerto. As habitações têm melhores condições de conforto e higiene.

Senhor António Fernandes

Actualmente, nem sempre ficamos nas brandas. Vamos e vimos todos os dias. Descemos ao lugar e no dia seguinte, ou subimos os mesmos, ou outro membro da família. Fazemos as deslocações à vez. Vamos até à branda para tomar conta do gado, e pernoitamos, quando temos que trabalhar o campo. Tudo depende das

culturas do centeio e da batata, do tempo que levam a crescer e do tratamento que necessitam.

**Explique-me como eram as coberturas em colmo, e porque deixaram de ser construídas?**

Senhora Rosa Rouceiro

Antes as coberturas destas habitações eram todas em colmo, só que com a emigração, as pessoas deixaram de cultivar o centeio. E sem centeio não havia palha para o colmaço.

O colmo dispunha-se por cima de uma estrutura de ripas de madeira na horizontal e na vertical, e prendia-se com arame. Por cima do colmo eram colocados os tornos que o seguravam. Aos tornos prendia-se uma pedra de maior dimensão num arame para que o vento não erguesse a estrutura do colmo.

**Quanto à habitação, quais eram os locais favoráveis à sua construção? Em termos de orientação, para que lado se dispunha a entrada?**

Senhor Manuel Rouceiro

Escolhiam-se os lugares mais abrigados e protegidos dos ventos. As habitações construíram-se todas com recurso ao granito, abundante no solo daqui da serra, “era o que tínhamos à mão”. As entradas, na maioria dos casos ficaram voltadas para Nascente, “a par do caminho e junto ao campo”. Como se pode observar, as fachadas principais, estão orientadas para o caminho e juntas a este.

A madeira chegou muito tarde. Era trazida às costas da branda de Seida. No piso inferior, como pode ver, ficam abrigados os animais, e no andar de cima, fica a nossa cozinha. É o local mais sagrado do lar. Junto à lareira temos o banco de madeira, com um sistema que rebate uma tábua, também ela em madeira, que faz de mesa. A pedra que vê encastrada na parede, impede que as faúlhas do fogo subam e cheguem à cobertura, evitando assim que arda o colmo e o fogo se espalhe ao feno, armazenado no quarto.

A única divisão dentro da habitação é feita em tabique, com uma porta aberta ao centro, e que não chega ao tecto. As paredes em tabique permitem que o calor emanado da lareira, chegue a todos os cantos da casa.

Só utilizamos a habitação para descansarmos e fazermos as refeições diárias. Durante o dia andamos nos campos a ter conta no gado, e para termos resistência, levamos uma cesta com a merenda. Muitas das vezes não fazemos as refeições do dia. O tempo que passamos na lavoura é essencial, logo não podemos perde-lo a preparar as refeições.

## Índice e créditos de imagens

Fig.1 Aglomerado de Rouças, vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig.2 Muro em pedra não aparelhada, Rouças (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 3 Muro feito com pedra miúda e pedra de maior dimensão, Rouças , (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 4 Habitação com alvenaria em junta seca de pedras não aparelhadas, Rouças, (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 5 Parede em junta seca com pedras triangulares e angulosas , (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 6 Parede em junta seca e pedra com travão saliente , Rouças , (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 7 Alvenaria de pedra com junta argamassada , (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 8 Branda de Gorbelas, vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 9 e 10 Muro em pedra não aparelhada, branda de Gorbelas (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 11 Forma irregular não aparelhada, blocos de maiores dimensões nas ombreiras (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 12 Alvenaria de pedra com junta seca, cuidado no lintel (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 13 Habitação com alvenaria em junta seca (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 14 Parede em junta seca de pedras irregulares angulosas (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 15 Alvenaria de granito com as pedras dispersas (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 16 Alvenaria de pedra irregular dispostas na horizontal com argamassa de cal (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 17 Branda de Junqueira, vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 18 Muro em pedra não aparelhada (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 19 e 20 Alvenaria com pedra não aparelhada em junta seca (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 21 Aglomerado da Gavieira , vista área, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 22 e 23 Muro em pedra não aparelhada, Gavieira (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 24 Forma irregular não aparelhada, blocos de maior dimensão na padieira e ombreira (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 25 Janela da varanda fechada, guarda-vento (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 26 Cunhais (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 27 Alvenaria de granito com as pedras dispersas (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 28 Branda de Busgalinhas, vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)

Fig. 29 Muro em pedra não aparelhada, busgalinhas (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 30 Habitação com alvenaria em junta seca de pedra não aparelhada (Fonte: Fotografia da autora, 2013)

Fig. 31 Branda de S.Bento do Cando, vista aérea, 2004 (Fonte: Google earth, 2004)